

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FAFICH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O Projeto de *Reorganização Nacional* de Mário Augusto  
Teixeira de Freitas: estatísticas, território, Estado e Nação  
(1908-53).**

**Raul Amaro de Oliveira Lanari**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais – Linha História e Culturas Políticas.

Área de Concentração: História das Relações Sociais de Dominação

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliana Regina de Freitas Dutra

**Belo Horizonte, outubro de 2016**

Lanari, Raul Amaro de Oliveira  
O projeto de Reorganização Nacional de Mário Augusto  
Teixeira de Freitas: estatísticas, território, Estado e Nação  
(1908-53). / Raul Amaro de Oliveira Lanari. -- Belo Horizonte,  
2016.

306 f. : il

Orientadora: Eliana Regina de Freitas Dutra.  
Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal de Minas Gerais) -- Universidade Federal  
da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2016.

1. Intelectuais. 2. Brasil. 3. Estatística. 4. Território. 5.  
Nacionalismo. I. de Freitas Dutra, Eliana Regina. II. Título.



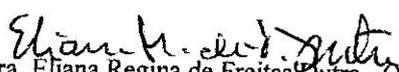
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

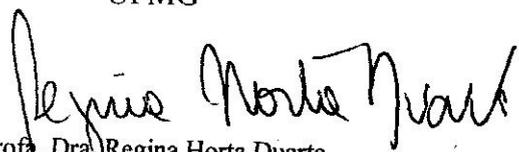


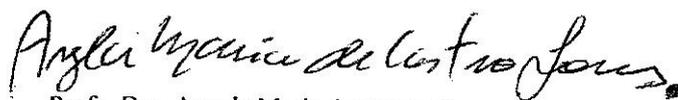
**"O Projeto de Reorganização Nacional de Mário Augusto Teixeira de Freitas:  
estatísticas, território, Estado e Nação (1908-53)"**

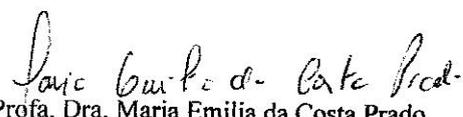
**Raul Amaro de Oliveira Lanari**

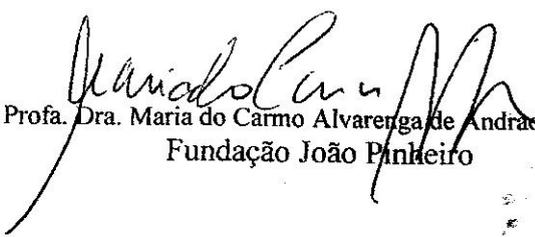
Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

  
Prof. Dra. Eliana Regina de Freitas Dutra - Orientadora  
UFMG

  
Prof. Dra. Regina Horta Duarte  
UFMG

  
Prof. Dra. Angela Maria de Castro Gomes  
UNIRIO

  
Prof. Dra. Maria Emilia da Costa Prado  
UFRJ

  
Prof. Dra. Maria do Carmo Alvarenga de Andrade Gomes  
Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte, 01 de dezembro de 2016.

## **AGRADECIMENTOS**

O período de estudo, pesquisa e escrita que deu origem a esta tese de doutoramento foi marcado por grande crescimento pessoal e, também, por muitas dúvidas, inquietações e sofrimento. Não se escreve uma tese impunemente! Não sou mais a mesma pessoa que entrou, em 2011, no doutorado em História e Culturas Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais, e essa experiência ficará plasmada em minha memória e prática profissional para sempre como um grande processo de aprendizado e superação. Por isso, é com muita alegria que constato que devo muitos agradecimentos. Não se constrói nada sozinho e, partindo dessa certeza, acredito que os agradecimentos que seguem abaixo são uma manifestação de alegria por poder contar com tantas pessoas dispostas a me ajudar, me questionar e, com isso, me impelir para frente.

Início agradecendo à minha família - pai, mãe e irmãos - pelo exemplo que sempre me deram nas batalhas cotidianas e no interesse pelo conhecimento como forma de se colocar no mundo. A minha mãe, Maria Flora Iscold de Oliveira, agradeço pelo colo e pelo carinho irrestrito, que me deu a serenidade possível nos momentos de crise para enfrentar as tormentas e continuar a remar. Meu amor por você é máximo. Seu exemplo de reinvenção constante, amor ao que faz e iniciativa são essenciais para mim. Ver você estabelecendo seu espaço entre os artesãos e artesãs criativos de nossa cidade me inspira a procurar por meu próprio espaço na minha área de atuação. A meu "colega doutorando" pai, Luiz Amaro Lanari, dedico estas páginas como manifestação de que a importância que dou aos livros, aos estudos e à reflexão acadêmica vieram de você, sempre com um cachimbo na boca, um jornal ou livro e uma caneta marca-texto de cor amarelo fluorescente. Esse exemplo, que você atualiza dia após dia, eu vou seguir para sempre e procurarei estimular em meus alunos. Eu, que agora sou professor universitário, tenho em você o meu maior professor, até naquilo que eu critico. A meus irmãos, Marianna de Oliveira Lanari, Luiza de Oliveira Lanari, Luiz Amaro Lanari Jr. e Cláudio Santoro Lanari, eu gostaria de dizer que a distância, antes de nos separar, nos une mais a cada dia que passa. Os desafios da vida nos mostraram que juntos somos fortes e que o verdadeiro sentido da palavra "família" se encontra na preocupação, no cuidado e na vontade de compartilhar as alegrias e as tristezas que a vida nos traz. Amo muito vocês e, sem vocês, não teria chegado aonde cheguei.

No topo da lista de agradecimentos não poderia deixar de figurar minha linda esposa, Mariana Lobato Tavares Simão, que aguentou uma barra pesadíssima comigo e me ajudou a

superá-la. Sua presença em minha vida me faz uma pessoa que quer ser sempre melhor, para mim e para os outros. Sua organização e foco, que por vezes me desestabilizam, são, na verdade, grandes exemplos para mim. Sua doçura alegrou e alegrou os dias em que eu não me sinto tão bem. Este texto é o encerramento de um capítulo importante de nossa história, que começou há mais de 15 anos atrás, quando eu já havia sido "fiscado" pelo seu jeito. Tenho certeza de que os próximos serão cada vez mais felizes e me empenharei para que isso aconteça.

Meus agradecimentos à minha orientadora, Eliana Regina de Freitas Dutra, são os de um aprendiz e os de um privilegiado. Sou muito grato à sua atenção comigo, sempre defendendo minha capacidade de pesquisa e me incentivando a alçar voos mais altos. Nessa tentativa de voos mais altos, eu me espelho em você, e acho que esse é um bom momento para dizer isso. Sua busca incessante pelo conhecimento é algo que me toca desde que eu, ainda um "jovem cabeludo", cursei minha primeira disciplina com você, *Historiografia Contemporânea*, em 2005. Eu estava prestes a abandonar o curso, mas vi em sua paixão pela conjugação entre ensino e pesquisa um porto seguro e, felizmente, segui em frente. Nestes 10 anos de orientação, passando pelo bacharelado, mestrado e, agora o doutorado, eu aprendi muito não só sobre História e sobre a Academia mas, sobretudo, sobre relações humanas entre professores, alunos e colegas. Sou muito grato pelas palavras de incentivo quando eu tinha certeza de que não seria capaz de fazer uma obra de qualidade. Suas palavras foram decisivas para mim, sem elas eu não teria conseguido chegar ao final desse processo. Guardarei esse período de estudos sob sua orientação na cabeça e no coração durante a vida, procurando sempre disseminar o que aprendi com você.

Manifesto minha gratidão e dívida intelectual também aos integrantes do Projeto Brasiliana, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Eliana Dutra e vinculado ao Departamento de História da UFMG. Nos muitos encontros que reuniram professores, bolsistas e pesquisadores convidados, pude desfrutar de instigantes debates sobre temas que aprofundaram meu olhar sobre a ação de técnicos, literatos e intelectuais que elaboraram e tentaram implementar projetos nacionais durante as primeiras décadas da República no Brasil. Não me preocuparei, neste momento, em apontar nomes dos muitos companheiros de jornada, uma vez que eles aparecerão nas linhas que se seguem. Destaco que o Projeto Brasiliana se pautou sempre pela ênfase no trabalho colaborativo, estimulando a discussão de temas que tangenciam as pesquisas realizadas por seus colaboradores e bolsistas e, com isso, proporcionando o crescimento profissional de novas gerações de historiadores. Como pesquisador formado no

bojo dessas ricas discussões, me sinto no dever de defender a atividade do Projeto Brasiliana como expressão da defesa da pesquisa dentro das instituições de ensino superior.

Agradeço também aos muitos professores que tive desde a graduação, que me proporcionaram a oportunidade de aprender a partir de múltiplos olhares, da crítica constante, da valorização da rotina acadêmica marcada pela produção em alto nível e pela disseminação do conhecimento através de revistas, livros e congressos. Dentre os professores que marcaram minha trajetória no curso de História da UFMG, destaco as figuras de Katia Gerab Baggio, Regina Horta Duarte, Luiz Carlos Villalta, Regina Helena Alves da Silva, Carla Maria Junho Anastasia, Eduardo França Paiva, José Antônio Dabdab Trabulsi, Douglas Cole Libby, Luiz Arnaut, José Carlos Reis, Francisco Vinhosa - o Belo, Adriane Vidal Costa, e Douglas Attila Marcelino, bem como aos funcionários que fazem o Departamento e o Programa de Pós-Graduação em História da UFMG funcionarem: Marinho Nepomuceno (o Mito), Edilene Oliveira e Maurício Mainart. Junto a estes agradecimentos, vai aqui, também, a minha manifestação em defesa da Universidade pública brasileira - gratuita e de qualidade - à qual sou eternamente devedor pela minha formação como profissional e ser humano. Quem viveu os últimos 15 anos dentro da Universidade, como eu vivi, experimentou os resultados de políticas públicas que olharam para a Educação Superior como um setor estratégico na formação nacional. Eu vi a Universidade crescer, em tamanho, importância e qualidade, e o panorama atual sugere um desmonte de muitas dessas conquistas. Deixo aqui registrado o meu protesto com relação a esta ação funesta para os destinos do país, certo de que a luta por nenhum direito a menos (porque educação é um direito!) fará sempre parte de nossas vidas.

Devo também agradecer aos colegas da UFMG, na graduação e na pós-graduação, que enfrentaram comigo os desafios da carreira acadêmica e compartilharam muitos momentos de crescimento e insegurança. Dentre estes, gostaria de dedicar agradecimentos especiais a alguns amigos-colegas de longa data e outros, mais recentes, que entraram em minha vida para não mais sair: Thiago Lenine Tito Tolentino (você é um exemplo pra mim), Mariana de Moraes Silveira (suas contribuições foram essenciais para o desenvolvimento da tese!), Cleber Araújo Cabral (meu voyeur historiográfico preferido! Só nas correspondências...), Valdeci Cunha (o Dartagnan Brasileiro), Carlos Frankiw (o eslavo), Paulinho "Maldonado", "Cigano" Igor Oliveira, Liszt Vianna, Gabriel da Costa Ávila, Ana Marília Carneiro, Igor Nefer, Francismary Alves, Márcio (Nobre) Rodrigues, Guilherme Guglielmelli, Vladimir Chaves, Vinícius Honorato (Girino), Suellen Maria, Flora Cândido, Bárbara Paulino, Helen Carolina, Francisco Mendonça Junior (Proxeneta), João Carvalho (MS Barney - UDR forever), Lucão ,

Ivan Pignolatti, Lucas Drummond (Garoto Enxaqueca), Imara Mineiro, João Paulo Lopes (Lenny Kravitz brasileiro), Mariana Bracks, Mariana Bracarense, Geovano Chaves, Farley Bertolino, Gabriela Galvão, Bruno Correa, Fabiana Léo, Virgílio Oliveira, Débora Cazelato, Fernando Garcia, Hugo Rocha, Rodrigo Pezzonia (Filhote de Seu Lunga), Warley Alves Gomes (El Mariachi del Amor), Alysson Faria Costa (Mohammed), Douglas Freitas, Marina Meira, Walderez Ramalho e Henrique Vertchenko. A Aline Magalhães Pinto e Marcelo Diana, ex-colegas de UFMG, agradeço por me receberem no aconchegante apartamento carioca da Rua do Russel nas etapas de pesquisa documental.

Aos amigos Gustavo Saporì Avelar, João Henrique Bayão, Ramon Ramalho, Bruno Duque, André Elói (Celhão), Pedro Junqueira e Alisson Brito Faria (Cavaleiro de Ouro), deixo o meu carinho sincero, que as eventuais distâncias não abalam, muito pelo contrário. Sei que durante o doutorado eu desapareci, dando as caras raramente e, em alguns casos, em momentos de catarse. Vocês me ajudam muito a ir em frente, pois sei que tenho em vocês um porto seguro e excelentes companhias para conversar sobre assuntos do cotidiano ou mesmo sobre "coisas sérias". Amizade é uma coisa muito bonita e eu me emociono quando penso nos bons amigos que tenho!

Agradeço aos meus alunos e aos colegas do Departamento de História do Centro Universitário de Belo Horizonte, do qual faço parte desde 2012. Ser professor contribui diariamente para o aprofundamento de meus questionamentos sobre a história dentro e fora da aula de aula. A Loque Arcanjo Junior e Rangel Cerceau Netto que, mais que colegas, são amigos "do coração", sou grato pelo interesse com que acompanham meu trabalho, pela descontração dos momentos "extra-classe", pela amizade sincera e construtiva que espero manter durante muitas décadas. A Rodrigo Lopes, agradeço pela confiança, pelo incentivo e a habilidade com que soube potencializar as características de cada um de nós para formar um grupo produtivo e coeso. Ao colega Cláudio Monteiro Duarte, pelos incentivos trocados na reta final de escrita, sempre a mais difícil e catártica. A João Bernardo da Silva Filho e Luis Felipe Arreguy, devo muito do que aprendi como professor, especialmente no que diz respeito à dimensão humana da posição de "mediador" que ocupamos quando estamos na sala de aula. Agradeço também à ex-colega Luisa de Andrade Pinho pela doçura, simpatia, seriedade e disponibilidade com que sempre se prestou a me ajudar nas questões que envolvem a prática de ensino em História. Não poderia esquecer da ex-colega Ana Cristina Pereira Lage, que confiou em mim e me deu a oportunidade de iniciar minha trajetória docente no UNI-BH. A experiência que vem dessa trajetória no Centro Universitário de Belo Horizonte faz de mim

um pesquisador melhor e, sobretudo, uma pessoa que sente necessidade de trocar conhecimentos, de conferir um uso prático ao que produzimos nos gabinetes, arquivos e congressos. Aos meus alunos, deixo o abraço sincero e a certeza de que vocês são, também, meus professores do dia-a-dia, aqueles que dão mais cores à minha vida ao me apresentarem outros olhares, outras vivências, que se somam à minha e fazem da nossa sala de aula um lugar democrático de trocas culturais.

O processo de pesquisa da obra e da atividade de Mário Augusto Teixeira de Freitas nos serviços estatísticos brasileiros entre as décadas de 1920 e 1950 me colocou em contato com pesquisadores que muito me ajudaram na realização desta tese. Agradeço primeiramente a Nelson de Castro Senra, referência nos estudos a respeito da institucionalização das estatísticas no Brasil, com o qual tive o prazer de dividir uma mesa a respeito do assunto no XIV Seminário de História da Ciência e Tecnologia, realizado em Belo Horizonte em 2015. Seu estímulo ao desenvolvimento de minhas hipóteses, seu interesse em minha colaboração dentro do grupo de pesquisa que coordena e a generosidade em compartilhar parte indisponível da documentação do Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas foram de grande importância para a elaboração desta tese. A Alexandre de Paiva Rio Camargo sou grato não só pelas frequentes e instigantes conversas sobre "Teixeirão", nosso estatístico preferido, mas pelo apoio emocional e pela amizade que considero muito. Sua amizade foi um dos bons frutos que essa pesquisa me rendeu! A Maria do Carmo Andrade Gomes agradeço a simpatia e a disponibilidade para contribuir com importantes informações a respeito da trajetória de Teixeira de Freitas nos serviços estatísticos mineiros durante a década de 1920. Sandra Maria Caldeira me proporcionou um momento em que eu pude "devolver ao mundo" parte da colaboração que recebi de muitas pessoas, disponibilizando meu corpus documental para sua análise sobre a atuação de Teixeira de Freitas nas estatísticas mineiras durante a década de 1920. Fui retribuído - e agradeço por isso- com muito incentivo na reta final da escrita, momento em que eu realmente precisei de força. Agradeço às professoras Maria Emília Prado e Regina Aida Crespo, com as quais tive o prazer de discutir questões referentes ao pensamento social brasileiro e aos intelectuais brasileiros nas décadas de 1930 e 1940 em um Congresso em Cádiz e, a partir de então, muito me estimularam para a realização desta pesquisa.

Por fim, agradeço aos funcionários do Arquivo Nacional, na pessoa de Beatriz Moreira Monteiro, responsável pela Divisão de Arquivos Pessoais quando de minha pesquisa na sede da instituição no Rio de Janeiro. Sem a solicitude com que fui atendido e a disponibilização

da vasta documentação já digitalizada do Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, esta tese não teria sido finalizada. Agradeço também à CAPES, que financiou o trabalho que deu origem a esta tese por meio de bolsa de pesquisa que me foi concedida durante metade do doutorado, até assumir o cargo de professor do Depto. de História do Centro Universitário de Belo Horizonte. Fui bolsista da CAPES no mestrado e em parte do doutorado e, sabendo da importância que este apoio tem na vida de jovens pós-graduandos, repudio o processo de enxugamento do orçamento dos Programas de Pós-Graduação, seja em suas verbas de custeio, seja no número de bolsas concedidas aos seus alunos, feito pelo governo ilegítimo de Michel Temer e seu Ministro da Educação, Mendonça Filho. Golpistas como estes entram para a história de forma não muito lisonjeira. Não passarão!

## **RESUMO**

Mário Augusto Teixeira de Freitas, foi um estatístico baiano responsável pela organização dos serviços desta área do saber na administração estadual de Minas Gerais, durante a década de 1920, e no governo federal a partir de 1930. Ao longo de sua trajetória, Teixeira de Freitas participou da afirmação de uma "cultura técnica" associada à utilização da estatística como uma ciência capaz de sanear a sociedade brasileira, promovendo a modernização do país. A partir da década de 1930, sua atividade se direcionou para a defesa da criação do Instituto Nacional de Estatística, transformado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1938, e de um projeto de "reorganização nacional" baseado na redivisão territorial do Brasil, na interiorização da Capital Federal, a ocupação dos vazios territoriais, a valorização do município e a criação de políticas educacionais que instruísem a população brasileira para o trabalho, especialmente no campo. Ao longo das décadas seguintes e até sua aposentadoria, em 1953, Teixeira de Freitas se movimentou entre as elites técnicas brasileiras e dialogou com expoente do pensamento nacionalista autoritário brasileiro e seus diagnósticos sobre a nação, visíveis desde a segunda metade da década de 1910 e alçados a posição de destaque a partir da ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República. O processo de sua consolidação nos serviços estatísticos federais foi acompanhado pela expansão de suas redes de sociabilidade e pela afirmação de sua figura de homem público a serviço da nacionalidade, imagem que permeou toda sua trajetória profissional na burocracia federal e ajudou a construir uma memória sobre si que foi perpetuada ao longo dos anos, obscurecendo os pontos de contato de seu pensamento e ação com as pautas vigentes entre as elites culturais brasileiras nas décadas em questão. Assim, propõe-se a análise de tais pontos de contato e das estratégias mobilizadas por Teixeira de Freitas para a concretização de suas propostas para os serviços estatísticos e para a nação.

**PALAVRAS - CHAVE:** Estatísticas; Nacionalismo; território; Brasil.

## **ABSTRACT**

Mário Augusto Teixeira de Freitas was an statistic born in Bahia, Brazil, who played an important role towards the organization of this field in Minas Gerais' state administration during the 1920's and in the 30's for the federal government. His career was based on the combination between the "technical culture" and the belief that statistic should be seen as a scientific field capable of solving Brazilian society's problems and of guiding the country into modern times. From 1930 on, Teixeira de Freitas focused on the National Institute of Statistics foundation, which later evolved to be the Brazilian Institute of Geography and Statistics in 1938. Also, he dedicated himself to revise the geopolitical configuration of the country, to move the federal capital to the countryside, to fill demographic gaps, to hand more power to small towns and to establish educational policies that would stimulate the workforce specially in rural areas. Until his retirement in 1953, this man was part of the technical Brazilian elite and dialogued with key authoritarian nationalistic thinkers. His studies about the nation were read since the 1910's and received big visibility while President Getúlio Vargas was in power. The national statistics services consolidation process came along with Teixeira de Freitas' network expansion and the establishment of him as a public figure, always connected to nationalism. In the other hand, this idea of him don't take under consideration his interaction with Brazilian cultural elite's agenda at that time. The goal is to discuss Teixeira de Freitas connections in this scenario and the strategies used by him in order to implement his ideas / plans for the Statistics services in Brazil and the nation itself.

**KEYWORDS:** Statistics; Nationalism; territory; Brazil.

## ÍNDICE DE IMAGENS:

- Imagem 01:** Proposta de divisão territorial do Império do Brasil em 22 províncias por Varnhagen\_\_\_\_\_ p. 156
- Imagem 02:** Projeto de redivisão territorial do Império do Cel. Antônio Fausto de Souza. (1880).\_\_\_\_\_ p. 158
- Imagem 03:** Esboço de uma nova carta política do Brasil ( Plano Segadas Viana com Modificações).\_\_\_\_\_ p. 160
- Imagem 04:** Carta do Distrito Federal de Luzitânia. Detalhe do Esboço de uma nova carta política do Brasil ( Plano Segadas Viana com Modificações).\_\_\_\_\_ p.161
- Imagem 05:** Plano Segadas Viana (1933) \_\_\_\_\_ p. 163'
- Imagem 06:** Plano de Divisão Territorial de Sud Menucci (1933).\_\_\_\_\_ p. 164.
- Imagem 07:** Anteprojeto de Divisão Territorial do Brasil pelo Prof. Dr. Ev. Backheuser (1933).\_\_\_\_\_ p. 165
- Imagem 08:** Capa de "Brasil 1938".\_\_\_\_\_ p. 255
- Imagem 09:** Contra-capa de "Brasil 1938".\_\_\_\_\_ p. 255
- Imagem 10:** Sumário principal de "Brasil 1938", publicado pelo Serviço Gráfico do IBGE em 1939.\_\_\_\_\_ p. 257
- Imagem 11:** Relação dos "artigos especiais" elaborados como introdução à publicação "Brasil 1938".\_\_\_\_\_ p. 257
- Imagem 12:** Anúncio das publicações lançadas pelo Serviço Gráfico do IBGE em 1939.\_\_\_\_\_ p. 258
- Imagem 13:** Sumário da Revista Brasileira de Estatística, Volume 2, número 5, referente aos meses de janeiro a março de 1941.\_\_\_\_\_ p. 258

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01: Incidência de temas na produção textual de Mário Augusto Teixeira de Freitas \_\_\_\_\_ p. 125

Tabela 02: Origem dos artigos de Mário Augusto Teixeira de Freitas \_\_\_\_\_ p. 127

Tabela 03: Periódicos/Editoras nos responsáveis pela publicação dos textos de Teixeira de Freitas \_\_\_\_\_ p. 129

Tabela 04: Autores e figuras públicas mais citados na produção textual de Teixeira de Freitas. \_\_\_\_\_ p. 191.

## **LISTA DE ABREVIATURAS:**

ABE – Associação Brasileira de Educação  
ABM – Associação Brasileira dos Municípios  
CGGESP - Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo  
CGGMG - Comissão Geológica e Geográfica de Minas Gerais  
CNE – Conselho Nacional de Estatística  
CMC - Comissão Mineira do Centenário  
CNG – Conselho Nacional de Geografia  
CNR – Comissão Nacional de Recenseamento  
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público  
DGE – Diretoria-Geral de Estatística  
DEGP - Diretoria de Estatística Geral e Propaganda  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FLCJS - Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais  
FMATF – Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro  
IHGMG - Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais  
IHGSP - Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo  
INE – Instituto Nacional de Estatística  
MES – Ministério da Educação e Saúde Pública  
RAICM - Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira  
RBE - Revista Brasileira de Estatística  
RBG - Revista Brasileira de Geografia  
SBE – Sociedade Brasileira de Estatística  
RBM - Revista Brasileira de Municípios  
SMA - Sociedade Mineira de Agricultura  
SNR - Serviço Nacional de Recenseamento  
SEGMG - Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais

## SUMÁRIO

Introdução	P.14
Capítulo 1: Mário Augusto Teixeira de Freitas e as Estatísticas Mineiras na década de 1920	P.35
1.1. Uma "cultura do território" entre técnicos e letrados no Brasil do início do século XX	P.37
1.2. Os primeiros anos na Diretoria Geral de Estatística	P.55
1.3. O Recenseamento de 1920, a Carta Mineira do Centenário e o regime de cooperação interadministrativa.	P.63
1.4. "Cultura técnica" e política: os últimos anos de Teixeira de Freitas em Minas Gerais e a crítica à organização administrativa do Estado.	P.80
Capítulo 2: O projeto de "Reorganização Nacional" de Teixeira de Freitas	P.112
2.1. Um projeto de nação?	P.119
2.2. A uniformização das estatísticas e a cooperação interadministrativa	P.133
2.3 Rumo ao "Brasil intramuros"	P.152
2.4. Ecos do pensamento nacional brasileiro na obra e ação de Teixeira de Freitas	P.189
Capítulo 3: O homem público e o "intelectual dos bastidores"	P.205
3.1. - De "solicitante" a "solicitado": o Convênio Interadministrativo de Estatísticas Educacionais e Conexas, a criação do INE e do IBGE.	P.212
3.2. O "Homem-Instituição"	P.236
3.3. O ocaso e a memória: o "mestre", o "amigo" e o afastamento do IBGE	P.267
Conclusão: "Um professor sem cátedra"	P.284
Fontes e Bibliografia	P.288

## INTRODUÇÃO

"Organizar uma Nação não é, certamente, justapor elementos sem a finalidade de um plano prévio. É, bem ao invés, dar-lhe organicidade de estrutura, o que quer dizer - equilíbrio, simetria, sistematização, mecanismos de compensação, faculdade de ajustamento automático às circunstâncias emergentes. E é, por outro lado, insuflar-lhe uma alma, mas uma alma que compreenda e sinta os seus destinos e acuda aos imperativos da sua vocação histórica com a plenitude das energias de que for capaz. Ora, a evolução do Brasil estava se processando exatamente em sentido oposto."<sup>1</sup>

Nesta tese de doutoramento analisaremos a atividade profissional de Mário Augusto Teixeira de Freitas, estatístico integrante da burocracia mineira e federal entre 1908 e 1953. Nascido na última década do século XIX no seio de uma importante família do Império, Teixeira de Freitas ingressou, em 1908, nos serviços estatísticos federais e, a partir de então, notabilizou-se por organizar ações até então não levadas a efeito pelos letrados e cientistas afeitos aos assuntos estatísticos no Brasil. Participou da organização das atividades do Recenseamento de 1920 em Minas Gerais, contribuindo para a organização dos serviços estatísticos do estado e coordenando a elaboração do Mapa Mineiro do Centenário, produzido para as comemorações do Centenário da Independência do Brasil. Após se destacar na coordenação dos serviços estatísticos do estado de Minas Gerais, Teixeira de Freitas ocupou importantes postos na burocracia do governo de Getúlio Vargas e foi ator fundamental na criação do Instituto Nacional de Estatística (INE), que daria origem ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>2</sup> em 1938. A partir da criação do IBGE, Teixeira de Freitas se consolidou como ator central das políticas estatísticas e territoriais brasileiras em um contexto marcado pela realização do Recenseamento de 1940 e da chamada "Marcha para o Oeste", que iniciou o processo de interiorização do povoamento com a construção de novas cidades como Goiânia e a abertura de novas fronteiras rurais no Centro-Oeste do Brasil. Entre 1938 e 1947, Teixeira de Freitas integrou vários esforços de difusão de informações e interpretações sobre o território e a população brasileira, abordando temas de grande amplitude, como a racionalização

---

<sup>1</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. A Redivisão Política do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 3, n.3, jul./set. 1941, p. 534.

<sup>2</sup> Utilizaremos, para melhor apresentação do texto, o nome completo das instituições apenas na primeira menção às mesmas, seguido de sua sigla entre parênteses. Nas citações posteriores utilizaremos apenas as siglas.

administrativa, a cooperação entre as diferentes esferas governamentais, a redivisão territorial do Brasil, a interiorização da Capital Federal, a redistribuição da população com a ocupação dos vazios territoriais e a educação - especialmente a rural - como forma de formar cidadãos e fixá-los à terra, onde trabalhariam para o progresso da nação e a felicidade pessoal. Como Secretário-Geral do IBGE e Diretor do Serviço Gráfico da instituição, ele foi fundador e editor-chefe da Revista Brasileira de Estatística (RBE), importante periódico no processo de afirmação das estatísticas como área do saber e como ramo da administração estatal. Sua participação ativa na criação de instituições, periódicos e associações civis o tornou figura de destaque entre os responsáveis pela construção da estrutura administrativa do Estado brasileiro durante o governo de Getúlio Vargas. Ao longo de sua trajetória profissional, Teixeira de Freitas conquistou acesso a eficientes canais de interlocução e difusão de um discurso sobre a nação calcado na relação entre o “ser” e o “meio”, no conhecimento das “condicionantes naturais” oferecidas pelo clima, pelo solo e pela distribuição das riquezas e da população no território do país.

O "encontro" com Mário Augusto Teixeira de Freitas que originou este trabalho, ocorreu a partir dos desdobramentos da pesquisa iniciada em 2011, que envolvia o estudo das publicações do IBGE durante o Estado Novo (1938-45). O objetivo inicial do trabalho era analisar a elaboração e difusão de interpretações sobre o território brasileiro através das políticas editoriais do IBGE e seria dada atenção não somente aos textos publicados, mas ao esforço editorial que originou tais publicações, às redes que configuraram espaços de sociabilidade institucional e intelectual. A pesquisa focaria o amplo trajeto “do texto ao livro”, composto por autores, instituições, práticas editoriais, instituições e leitores de diversas características socioculturais. A sistematização dos artigos publicados na RBG e na RBE, periódicos lançados no final da década de 1930 com a criação do IBGE, permitiu identificar diversos eixos de discussão, com a recorrência de alguns autores. A leitura completa das publicações do IBGE levou à identificação da centralidade das propostas de Teixeira de Freitas dentro da instituição. Delineou-se, então, um novo tema de pesquisa: a ação política e intelectual de um integrante da administração federal brasileira entre 1908 e 1953, com acesso a eficientes canais de interlocução e difusão de um discurso nacional calcado na relação entre o “ser” e o “meio”, no conhecimento das “condicionantes naturais” oferecidas pelo clima, pelo solo e pela distribuição das riquezas e da população no território do país.

É consenso entre os historiadores que a consolidação do “princípio da nacionalidade” e dos nacionalismos precedeu o próprio surgimento das nações, dando a estas um caráter de

construção simbólica e política. Benedict Anderson trabalha com a noção de “comunidades imaginadas” para enfatizar o caráter “criador” dos nacionalismos. A afirmação do aspecto “inventivo” dos nacionalismos, por si só, não é novidade, visto que as antigas comunidades religiosas e dinásticas também fundamentavam a solidariedade em construções simbólicas associadas à religião e à realeza.<sup>3</sup> Uma das peculiaridades das nações, definidas por Benedict Anderson como formas de “comunidades imaginadas” resultantes da reação à Revolução Francesa, é o seu caráter, simultaneamente, limitado, soberano e pretensamente atemporal. Segundo essa interpretação, as nações não se ligam a uma divindade, soberano ou forma de exploração do meio mais imediato. Esse novo organismo político rigorosamente delimitado em termos espaciais e populacionais passou a ser associado aos Estados, estruturas político-administrativas regidas por Constituições e legitimadas pela vontade geral. Essas novas nações, plasmadas ao Estado, passaram a estruturar a experiência sociopolítica ocidental no decorrer do século XIX, sendo concebidas como entidades que atravessam um “tempo homogêneo e vazio”.<sup>4</sup>

A construção dessa trajetória da nação através dos tempos associa, segundo Déloye, a identidade nacional aos princípios de coincidência e permanência. O pertencimento a uma nação seria, no primeiro caso, aquilo que identificaria diversas pessoas diferentes dentro de um mesmo agrupamento social. Mas essa identificação ganharia potência principalmente por ser colocada como algo estável, permanente, uma linha de continuidade onde anteriormente existiam grandes clivagens socioculturais. Esse amálgama entre as duas dimensões do princípio de identidade nacional operam a homogeneização do corpo social através do apagamento das diferenças e da aproximação entre Estado, nação e a ideia de vontade consciente do corpo de cidadãos.<sup>5</sup> Os territórios nacionais passaram a ser definidos como “dimensão crucial da personalidade física do Estado” e foram “elevados à condição de traço distintivo de ser de uma coletividade singular, cuja existência depende de sua integridade e intangibilidade.”<sup>6</sup> Se a história conferia às nações o trânsito em um tempo homogêneo e vazio, o território ancoraria esta permanência no espaço físico ao constituir uma espécie de fronteira natural das nações modernas.

---

<sup>3</sup> PALTÍ, Elias. La Nación como problema: los historiadores y la cuestión nacional. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002, p. 29.

<sup>4</sup> ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginárias: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p.54-56.

<sup>5</sup> DÉLOYE, Yves. A nação entre identidade e alteridade: fragmentos da identidade nacional. In.: SEIXAS, J. A.; BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M. (orgs.). Razão e paixão na política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 96-99.

<sup>6</sup> MAGNOLLI, Demétrio. O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP: Moderna, 1997, pg. 29.

“A produção do imaginário territorial da nação não pode prescindir de uma fonte de legitimação poderosa: a natureza. O recurso às características e qualidades físico-geográficas do território ancora o espaço da pátria no tempo mítico, libertando-o da pesada carga de contingência e acaso do tempo histórico. A doutrina das fronteiras naturais representa o mais significativo esforço nessa direção e, também, o ponto de encontro das duas funções desempenhadas pela geografia na elaboração das identidades territoriais: a logística e cartográfica, associada ao estabelecimento material dos limites sobre o terreno, e a ideológica, associada à fundação imaginária do território.”<sup>7</sup>

A elaboração de imaginários territoriais como forma de naturalização das fronteiras foi uma das operações mais características dos nacionalismos desde o século XIX e seguiu a trilha da consolidação dos Estados Nacionais e dos conflitos entre eles. Os processos convergentes de institucionalização dos saberes, aprimoramento das políticas educacionais, desenvolvimento das técnicas e do capitalismo editorial e intensificação da circulação do pensamento para diversas regiões do mundo verificado no século XIX, estimulado por ações governamentais, reforçaram os vínculos entre Estado e nação e sua sustentação em argumentos territoriais.<sup>8</sup> A geografia, saber “emancipado” dos estudos naturalistas que caracterizaram os séculos XVII e XVIII, ocupou o lugar de instância legitimadora das representações a respeito do território e da natureza das nações modernas.

“A geografia desempenhou papéis decisivos na produção histórica do território, funcionando como instrumento privilegiado da construção da legitimidade do Estado Nacional. Entretanto, e de forma aparentemente surpreendente, tanto a literatura sobre a formação do Estado-Nação como aquela que concerne à própria geografia virtualmente ignoram essa relação. Curiosamente, a própria revisão crítica da história do pensamento geográfico frequentemente apontou no Estado Nacional uma condição para a sistematização da geografia, sem suspeitar que, talvez, o mais significativo seja o inverso: a geografia como condição para o enraizamento social e histórico do Estado nacional.”<sup>9</sup>

As disciplinas emergentes no discurso científico, como a geografia, a estatística e a cartografia, contribuíram para a naturalização das nações a partir da constatação “empírica” de suas existências e de suas particularidades históricas, naturais, geográficas e culturais. O caráter pretensamente técnico desses argumentos, conferido pelo recurso a conhecimentos surgidos da especialização dos saberes, colocou em segundo plano o fato de que eles representavam aspectos simbólicos associados à materialidade do exercício do poder sobre diferentes territórios, conquistados militarmente e defendidos.<sup>10</sup> A conquista do território e sua manutenção frente aos inimigos envolve, segundo Edward Said, batalhas físicas e simbólicas

---

<sup>7</sup> MAGNOLLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Ed. UNESP: Moderna, 1997, p. 40.

<sup>8</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginárias: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 2008. p. 118-119.

<sup>9</sup> MAGNOLLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Ed. UNESP: Moderna, 1997, p. 30-31.

<sup>10</sup> MORAES, Antônio Carlos Robert de. *Estado e território numa perspectiva histórica*. In.: MORAES, Antônio Carlos Robert de. *Território e História no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Annablume, 2008, p. 58-59.

que não podem ser dissociadas:

“Assim como nenhum de nós está fora ou além da geografia, da mesma forma nenhum de nós está totalmente ausente da luta pela geografia. Essa luta é complexa e interessante porque não se restringe a soldados e canhões, abrangendo ideias, formas, imagens e representações.”<sup>11</sup>

Benedict Anderson ressalta o poder de coesão pretendido pela intercessão entre o mapa e o censo. Para ele, “numa espécie de triangulação demográfica, o censo preenchia politicamente a topografia formal do mapa.”<sup>12</sup>. Os mapas seriam responsáveis pela consolidação de uma espécie de “biografia” ou “história territorial” das nações. Ao mesmo tempo, ao apontar as divisões internas em regiões, departamentos, províncias ou estados, os mapas afirmaram o que ele chama de “efeito quebra-cabeça” ou, em outras palavras, a espacialização das diferenças. Anderson ressalta o papel do capitalismo tipográfico na disseminação do “mapa-logo” – objeto impresso em que o território é institucionalizado, tornado signo, reproduzido à exaustão. Dentro desse panorama de expansão das políticas públicas oficiais, a valorização dos aspectos territoriais adquiriu destaque mais acentuado nas teorizações sobre as nações, demarcou fronteiras, legitimou domínios e consolidou tradições de abordagem “mesológica” do fenômeno nacional.

Dentre as inúmeras imagens sobre o Brasil, talvez as mais disseminadas sejam aquelas que ressaltam as características de seu meio físico, especialmente a diversidade e as potencialidades de seu território. Tais imagens, presentes em interpretações compartilhadas entre brasileiros e estrangeiros, são dotadas de excepcional poder ao evocar uma espécie de “destino” ainda não alcançado: a plenitude da “unidade territorial” denominada Brasil como uma “nação”, o bom aproveitamento de seu território e de toda a riqueza nele existente, em uma confluência entre meio e homem consolidada a partir de políticas orientadas pelo imperativo da nacionalidade. “Gigante pela própria natureza”, o Brasil aparece, nestas representações, fadado ao sucesso devido à imensidão territorial e às riquezas que possui. A partir do estabelecimento desse fim ditado por condições naturais, os desvios são interpretados como fatalidades ou erros que merecem a atenção e, principalmente, correção. O adiamento da solução desses problemas, por sua vez, contribui para a consolidação de um sentimento de “incompletude”, de um difícil “vir a ser”, sempre projetado para o futuro mas nunca alcançado. Em tais representações o território aparece como o “corpo” da nação, sua base física, “suporte” onde ela existe e acontece, mas também como parte integrante de uma

---

<sup>11</sup> SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 38.

<sup>12</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 2008, pgs. 240-245.

“metafísica” que remete a características supostamente estáveis e atemporais. A valorização do território contribuiu, dessa forma, para a personalização da nação, suscitando interpretações elaboradas ao longo do tempo por sujeitos – individuais e coletivos – que viveram os diferentes momentos da história brasileira, suscitaram diagnósticos e projetos voltados para a ação visando transformar o país.

Este estudo pretende analisar a atividade de Teixeira de Freitas tendo em vista a constituição de uma “cultura técnica” que participou do processo de afirmação do campo intelectual e da emergência de projetos nacionais que procuravam identificar os entraves à modernização do país e propor soluções partindo de diferentes focos no Brasil das primeiras décadas do século XX. Analisaremos a ação profissional e as propostas para nação de um integrante de um grupo social bastante específico na sociedade brasileira do início do século XX, as elites técnicas, participantes ativas na consolidação das elites culturais a partir das décadas finais do século XIX. Este grupo, polimorfo e polifônico formado por criadores e mediadores culturais engajados no jogo de poder e nas disputas pela legitimidade dos discursos sociais e políticos. A emergência desse grupo de pessoas foi tributária da secularização e delimitação das áreas do saber, da vinculação destas à expansão dos Estados Nacionais, bem como do aumento das políticas educacionais e dos postos de trabalho àqueles que se dedicavam às tarefas do saber. Este novo panorama teria aberto espaço para membros de distintos segmentos sociais se especializarem e adquirirem a legitimidade conferida pelo saber e as instituições onde eles eram discutidos e aprimorados. Ao buscar afirmação social e com base no domínio de conhecimentos técnicos, estes<sup>13</sup>

A constatação do aspecto polifônico e polimorfo das elites técnicas, de sua historicidade e de sua influência desigual nos diferentes contextos nacionais deu margem a questionamentos sobre a caracterização de Mário Augusto Teixeira de Freitas entre os aqueles que integravam tal grupo de técnicos que se colocou a tarefa de encontrar saídas para o entrave à modernização brasileira nas décadas analisadas. Carlos Altamirano, alerta, seguindo o historiador Christophe Prochasson, contra a adoção de um “inconsciente francês” na análise do papel das elites técnicas em diferentes realidades locais. Segundo sua análise, este grupo social desfrutou de prestígio social apenas no início do século XX com a modernização das práticas editoriais, a proliferação de associações civis vinculadas à delimitação dos saberes e a

---

<sup>13</sup> SIRINELLI, Jean-François. As Elites Culturais. In.: RIOUX, J.P; SIRINELLI, J.F. Para uma História Cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 263.

abertura de postos de trabalho na burocracia estatal.<sup>14</sup> Entre o final do Império e a década de 1930, observou-se no Brasil a consolidação de uma configuração do campo do saber que afirmava a clivagem entre as ideias de generalidade e especialização. Decorrente da distinção entre “homens de letras” e “homens de ciência” cara à segunda metade do século XIX, essa fronteira contribuiu para a formação de identidades distintas entre “intelectuais” e “técnicos”, que por vezes obscureciam a procedência social muito próxima destes agentes, geralmente abrigados nas iniciativas estatais durante o Império e o início da República. Os intelectuais, no Brasil, descenderiam do homem de letras, aquele que praticava a literatura, as artes, os discursos, o jornalismo. Os técnicos e cientistas, por sua vez, viriam de outra “linhagem”, a dos naturalistas, dos botânicos, dos viajantes, expedicionários que se baseavam na análise de farto material recolhido, catalogado e quantificado. A definição dos limites desses grupos, com a elaboração de autoimagens que os colocavam por vezes em oposição, teria feito parte do processo de autonomização dos campos intelectual e científico no Brasil, em curso no Brasil nas décadas de 1930, 40 e 50.<sup>15</sup>

Tendo em vista o panorama brasileiro, é importante ressaltar que, se as elites culturais das primeiras décadas do século XX apresentaram uma clivagem entre o “científico” e o “letrado”, essa fronteira acabou por constituir uma viseira que impede os estudiosos do período de terem uma percepção mais ampla da formação dessa “comunidade do discurso crítico”, termo que Altamirano recupera de Alvin Gouldner para designar um grupo de agentes sociais marcados por sua disposição à discussão argumentativa de determinados assuntos referentes à realidade sociopolítica de seus contextos locais. Se no início da pesquisa a principal pergunta com a qual nos defrontávamos era “que intelectual foi Teixeira de Freitas?”, ou mesmo “foi Teixeira de Freitas um intelectual?”, o percurso dos estudos levou ao redimensionamento dessa pergunta para “como Teixeira de Freitas participou do debate público envolvendo o tema do nacionalismo entre 1930 e 1950 no Brasil?” Ganha importância sua ligação com a estatística, compreendida pelo autor e por diversos de seus contemporâneos dentro dos limites das ciências sociais, dotada de legitimidade advinda de uma suposta objetividade das análises baseadas em números. Esses números, segundo Teixeira de Freitas, não mentiriam jamais.

---

<sup>14</sup> ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales: Notas de investigación*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006, p. 29-30.

<sup>15</sup> SÁ, Dominichi Miranda de. *Idéias sem fronteiras: da generalidade a especialização no pensamento intelectual do Brasil republicano (1895-1935)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS). Rio de Janeiro, 2003, p.237-260.

O processo de consolidação dos serviços cartográficos e estatísticos nos Estados Nacionais gerou uma grande profusão de informações sobre seus territórios e suas populações que permitiu a elaboração de uma série de análises calcadas em pressupostos ditos "científicos". A partir do recurso a estas áreas do saber que se aproximaram das políticas oficiais, os novos técnicos passaram a postular uma pretensa objetividade como parâmetro para a legitimidade de seus argumentos.

"A produção de informações permite, pois, resolver de modo prático, por operações de seleção, extração, redução e contradição entre a presença num lugar e a ausência desse lugar. Impossível compreendê-la sem se interessar pelas instituições que permitem o estabelecimento dessas relações de dominação, e sem os vínculos materiais que permitem o transporte e o carregamento. O signo não remete de início a outros signos, e sim a um trabalho de produção tão concreto, tão material quanto a extração de urânio ou de antracito."<sup>16</sup>

O aumento da demanda por informações para a tomada de decisões estratégicas e para a elaboração de representações sobre as regiões dos Estados Nacionais levaram ao aprimoramento do que Bruno Latour chama de "centros de cálculo": lugares onde são desempenhadas as atividades de redução, classificação, ordenamento e interpretação dos dados produzidos a partir de expedições e reuniões bibliográficas. Os "centros de cálculo" são os responsáveis por tornar as informações inteligíveis, ou seja, transformadas em signos que podem ser comparados com outros signos e sobrepostos a outras séries de informações, criando quadros que tornam presente e próximo algo que está distante.<sup>17</sup> Benedict Anderson chega a conclusões que se aproximam das de Latour quando analisa os censos imperiais ingleses da década de 1870. Para o historiador britânico, a "mentalidade classificatória do Estado" teria se manifestado na ampla categorização das populações arroladas pelos serviços censitários responsáveis pela elaboração das listas populacionais do Império. Em sua análise, "a ideia fictícia do censo é que todos estão presentes nele, e que todos ocupam um - e apenas um - lugar extremamente claro. Sem frações."<sup>18</sup> Essa obsessão pela quantificação vista "de cima" teria trazido consigo uma série de procedimentos que se associaram à expansão da burocracia estatal dentro dos territórios do Estado.

A criação e consolidação de políticas territoriais, cartográficas e estatísticas pelos a partir do século XIX resultou na combinação entre um controle intelectual - domínio erudito que se estende não por sobre a economia, o território ou a população, mas às inscrições que

---

<sup>16</sup>LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In.: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. (orgs.). O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008, p. 24.

<sup>17</sup> Idem, p. 29-30.

<sup>18</sup> ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 230.

lhes servem de veículo e circulam entre públicos especializados e leigos - e um controle social e político nos territórios submetidos ao governo dos Estados Nacionais<sup>19</sup>. No Brasil, tais políticas só foram iniciadas na segunda metade do século XIX e, mais especificamente, depois da década de 1870, já durante o declínio do Império, sem a obtenção de grandes resultados. A criação da Diretoria Geral de Estatística do Império, em 1871, e a realização do primeiro recenseamento do Brasil no ano seguinte, são consideradas as primeiras iniciativas de institucionalização da estatística e da cartografia no país. Somente no início da República, com o investimento das oligarquias regionais na construção de interpretações sobre o estado e o início de estruturação de uma burocracia em nível federal, estes saberes passaram a adquirir maior importância e a ocupar um espaço mais nítido entre os saberes considerados "científicos" no Brasil, em um processo que atravessou as décadas seguintes e somente se consolidou na segunda metade do século XX.

A constatação de que a atividade profissional de Teixeira de Freitas ocorreu em um período de estabelecimento das políticas estatísticas, cartográficas e territoriais e foi construída dentro da burocracia lança luz sobre um aspecto importante da constituição das elites culturais e, mais especificamente, de uma "elite técnica" no Brasil: sua estreita associação com o Estado. A procura por parte desses técnicos brasileiros do início do século XX pelos postos na burocracia, fosse ela estadual ou federal, fez parte de um esforço para a obtenção de canais de produção e difusão de interpretações sobre o Brasil e de promoção de políticas concretas que visassem a remoção dos entraves à modernização e à consolidação da nação. Nessa busca, estes agentes se depararam com uma estrutura administrativa estatal que ainda engatinhava e respondia à dinâmica política da Primeira República, marcada pela prevalência dos interesses estaduais sobre a política nacional. Assim, nas primeiras décadas do século XX, a constituição de um campo técnico dentro da burocracia brasileira adquiriu a característica de uma disputa por lugares limitados marcada pela associação direta às elites políticas regionais e a seus projetos de afirmação perante as demais oligarquias.

A identificação da situação das elites técnicas brasileiras no início do século XX remete às ideias de Pierre Bourdieu, que define o campo intelectual como local de disputa, onde produtores de bens simbólicos ocupam espaços e posições desiguais, que lhes conferem graus distintos de legitimidade de capital simbólico. A análise da dinâmica desse campo de ação é requer sua caracterização como um sistema de posições - quer se trate de obras,

---

<sup>19</sup> LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In.: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. (orgs.). O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008, p.32.

autores, instituições assim como de qualquer classe de ator do campo considerado. Para o sociólogo francês, o campo intelectual é parte de uma realidade maior — o campo do poder.

“A condição básica consiste em constituir o campo intelectual (por maior que seja sua autonomia, ele é determinado em sua estrutura e em sua função pela posição que ocupa no campo do poder) como sistema de posições pré-determinadas abrangendo, assim como os postos de um mercado de trabalho, classes de agentes providos de propriedades (socialmente constituídas) de um tipo determinado.”<sup>20</sup>

Ainda que se possa criticar a noção de “posições predeterminadas” adotada por Bourdieu – visto que tais posições são frutos de disputas e por cargos e legitimidade – é importante ressaltar o terreno que ela abre à análise dos embates entre esses agentes sociais e dos recursos mobilizados por eles para conquistarem lugares entre seus pares e dentro do Estado. Este "capital cultural" estaria ligado a saberes decorrentes de diferentes tradições, como a letrada e a científica. A busca pelo acúmulo desse "capital" seria a busca por "fazer-se um nome próprio, conhecido e reconhecido", que se destaca por sobre os homens comuns, adquirindo visibilidade e direcionando ações.<sup>21</sup>

Em sua busca pelos postos na burocracia, muitos dos técnicos brasileiros do início do século XX, como Teixeira de Freitas, não eram impelidos apenas por interesses particulares associados a empregos e prestígio. Movia-os também a perspectiva de uma "missão" que se consolidou nas primeiras décadas do século XX entre setores das elites técnicas brasileiras a partir do desencanto com a Primeira República. Segundo essa autoimagem afirmada por literatos, técnicos, burocratas e intelectuais, a formação em distintas áreas do saber conferiria a eles uma responsabilidade maior para com os destinos da nação, visto que grande parte da população do país se encontrava, segundo o diagnóstico compartilhado entre eles, afundada no total desconhecimento dos elementos constituintes da nacionalidade. Diante dessa tarefa "missionária", os integrantes deste grupo social elaboraram um "ideário nacional baseado em um culto a uma tradição passada ou trabalharam na construção de uma nova tradição".<sup>22</sup>

Este ideário sobre o Brasil constituiu um "repertório" de diagnósticos, interpretações e conceitos serviu de chave de leitura da "realidade nacional" por estes agentes históricos. Tomamos aqui como referência o conceito de "repertórios da ação coletiva", de Charles Tilly, para analisar a produção, difusão e reapropriação de discursos dentro de contextos históricos específicos. Ao propor a utilização deste conceito tomado de empréstimo da música, Tilly chama a atenção para as diversas formas de se fazer política em diferentes períodos históricos, que teria como base a leitura do que ele denomina "estruturas de oportunidades e ameaças

---

<sup>20</sup> BOURDIEU, Pierre. *Intelectuales, política y poder*. 1a ed, 8a reimp. Buenos Aires: Eudeba, 1999, p.30-31.

<sup>21</sup> Ídem, p.86

<sup>22</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990, p. 187.

políticas". Os diferentes grupos sociais dentro e fora do Estado partiriam, então, de demandas específicas por espaços de fala visando ações concretas e, identificando oportunidades e ameaças em constante mutação, adotariam "repertórios" variados que procurariam solucionar os impasses do tempo presente. Compreendido como um conjunto de formas de ação, os repertórios possuem uma dimensão performativa observável nos diferentes graus de difusão dos discursos culturais e se encontram em constante modificação, sendo suscetíveis a variados arranjos. As contingências históricas ocupam lugar importante na mobilização destes repertórios por sujeitos individuais e coletivos, o que leva a sua diferenciação de acordo com o momento político e do interlocutor.<sup>23</sup>

Teixeira de Freitas mobilizou o repertório de autores, textos e conceitos compartilhados pelas elites técnicas brasileiras do início do século XX para a elaboração e a implantação de um projeto de reorganização nacional. Este projeto para a nação estabelecia um modelo de "governabilidade", demarcando rotinas administrativas e, ao mesmo tempo, reordenando o quadro dos poderes federativos, ao propor uma redivisão territorial do país. A isso se somava uma concepção orgânica da nação, de seu povo e território, com papel fundamental à educação, que completaria a obra do reordenamento dos estados e da colonização dos vazios territoriais.

Nosso desafio é, portanto, analisar este projeto elaborado por Teixeira de Freitas a partir do repertório de discursos sobre a nação e seu território e sua trajetória nos serviços estatísticos estadual e federal entre 1908 e 1953 que, em nosso entendimento, não podem ser separados. Para isso, o início do percurso desta tese foi caracterizado pela leitura completa dos artigos e outros textos de Mário Augusto Teixeira de Freitas, publicados pelo autor entre 1930 e 1953. Foram arrolados ao todo 31 textos, dos quais 26 artigos publicados em periódicos e 5 obras publicadas por órgãos federais (IBGE e Ministério da Educação e Saúde).

A primeira etapa da leitura textual da obra de Mário Augusto Teixeira de Freitas se preocupou em analisar suas propostas e procurar pela recorrência dos temas estudados. Nesse sentido, os textos foram analisados em seus "aspectos internos", o que levou à formulação de uma das hipóteses primárias desta pesquisa: a de que Mário Augusto Teixeira de Freitas foi responsável pela elaboração de um projeto de nação voltado para a organização estatal das forças produtivas, políticas e sociais brasileiras. Este projeto possuía um alto grau de articulação entre as medidas que propunha e, ao mesmo tempo, tocava em importantes bandeiras de técnicos, intelectuais e políticos brasileiros: a redivisão territorial do Brasil, a

---

<sup>23</sup> ALONSO, Ângela. Repertório, segundo Charles Tilly: História de um Conceito". Revista Sociologia & Antropologia, vol. 2, no 3, pp. 21-41.

interiorização da Capital Federal, o povoamento equânime do interior brasileiro e a valorização da educação voltada para a forma de vida brasileira. A sistematização dos artigos em eixos temáticos permitiu observar essa articulação construída por Teixeira de Freitas visando resolver os problemas brasileiros com base no uso da técnica estatística.

A partir da perspectiva da estatística, entendida como uma ciência “exata e social” a serviço do Estado, Teixeira de Freitas propôs “reorganizar” o país, o que incluía o reajustamento de sua divisão política, administrativa e demográfica, que resultariam, se adotadas em conjunto, em alterações profundas no pacto federativo brasileiro. Salta aos olhos a representatividade do tema da “redivisão territorial do Brasil”, seguido pela defesa das estatísticas e dos órgãos federais criados a partir de 1930 como instrumentos para o “ordenamento” das forças nacionais.

Além da articulação interna dos temas na obra de Teixeira de Freitas, procedeu-se à procura por suas citações, e demais referências a vínculos com outros autores e correntes do pensamento técnico e político brasileiro. Esta procura teve como objetivo identificar autores, textos, conceitos e instituições mobilizadas por Teixeira de Freitas em seus escritos para sustentar suas afirmações e propostas e analisar a forma como esse “repertório” foi manejado pelo estatístico baiano para angariar a simpatia e a concordância de seus leitores.

A análise dos artigos procurou, assim, à identificação das conexões entre os vários pontos propostos por Teixeira de Freitas e a caracterização de seus escritos no contexto do estabelecimento de uma cultura técnica durante sua trajetória nos serviços estatísticos brasileiros. Seriam eles ensaios, marcados pela escrita livre e argumentativa em torno de um assunto? Artigos de opinião? Tratados estatísticos? Foi difícil estabelecer uma caracterização rígida à produção textual de Teixeira de Freitas. Como veremos, eles não podem ser enquadrados todos dentro de uma mesma categoria e compartilham elementos de várias delas. São artigos de opinião, na medida em que neles Teixeira de Freitas se coloca como proponente de medidas que, em sua opinião, poderiam colocar fim à atuação dos particularismos políticos nos rumos do país. Fica claro que sua intervenção no debate público sobre a organização do Estado visou realizar mudanças em sua estruturação e forma de atuação. Seus escritos não propuseram uma reflexão “teórica” sobre a realidade brasileira, foram afirmações sobre “o que o Brasil deveria ser” com base na experiência à frente dos serviços estatísticos, ou seja, em contato com os números que, segundo Teixeira de Freitas, exprimiam os movimentos mais íntimos da nação.

A pesquisa documental para este trabalho também incluiu a consulta ao Fundo Mário

Augusto Teixeira de Freitas, reunido pelo IBGE e atualmente sob guarda do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Dentre este extenso *corpus* documental, detivemos nossa atenção nos relatórios, projetos e rascunhos, nas correspondências e nos recortes de jornais reunidos pelo estatístico baiano ou enviados por seus interlocutores. Tais documentos, especialmente os relatórios e projetos, ainda que pouco publicados em revistas e outros impressos, foram veiculados entre importantes membros da elite política e intelectual brasileira nas décadas estudadas. Esta documentação versa sobre assuntos variados que integraram as propostas de Teixeira de Freitas, com destaque para a estruturação do IBGE e, a redivisão territorial do Brasil, a interiorização da Capital e a valorização dos municípios e foi enviada a ministros como Juarez Távora, Francisco Campos, Gustavo Capanema, José Carlos Macedo de Soares, Luiz Simões Lopes, a geógrafos e estatísticos como Everardo Backheuser, Giorgio Mortara e Heitor Bracet, a interventores estaduais, ao Interventor do Distrito Federal e ao Presidente Getúlio Vargas. Encaminhados às autoridades, esses relatórios e projetos foram, por vezes, objeto de discussão do Conselho Nacional de Estatística, recebendo pareceres que, em alguns casos, foram localizados. Nos casos em que os pareceres não foram encontrados as réplicas de Teixeira de Freitas puderam mostrar o teor das críticas recebidas, ainda que através do olhar do estatístico baiano. Os rascunhos foram interessantes fontes para observarmos o percurso de elaboração dos discursos, relatórios e artigos de Teixeira de Freitas, identificando acréscimos, supressões e apontamentos que influenciaram na configuração final dos textos publicados. Teixeira de Freitas possuía uma verdadeira obsessão pela forma que o levava a revisar seus discursos, relatórios e artigos diversas vezes, suprimindo passagens e modificando palavras. Sua obsessão não se restringia, no entanto à forma argumentativa de seus textos, mas à sua própria prática epistolar. A consulta a sua correspondência evidenciou essa intensa atividade de envio e recebimento de correspondências com as mais diversas finalidades.

Os projetos e relatórios citados acima foram, em sua grande maioria, remetidos aos seus destinatários através de farta atividade missivista desenvolvida por Teixeira de Freitas. Nessas correspondências Teixeira de Freitas apresenta os motivos da elaboração dos estudos, argumenta em favor das mudanças previstas em seus textos, solicita a apreciação dos interlocutores, responde a críticas recebidas por correspondência ou na imprensa periódica, envia e solicita impressos e recortes de jornais. Além dessa correspondência foi encontrado enorme volume de cartas tratando de assuntos cotidianos da atividade burocrática dos órgãos dos quais Teixeira de Freitas participou, como indicações de profissionais, solicitação de

recursos, realização de eventos, a criação e consolidação de instituições voltadas para os serviços estatísticos a partir de 1930 - notadamente o INE, o Conselho Nacional de Estatística (CNE) e o IBGE - , a montagem e o funcionamento do Serviço Gráfico do IBGE e o expediente da Revista Brasileira de Estatística.

Foram consultadas, ao todo, um total de 2.346 correspondências. Estas se dividem, num primeiro momento, entre as enviadas (1571 itens, ou 67% do total) e as recebidas (775 itens, ou 33% do total). Teixeira de Freitas possuía o hábito de guardar os rascunhos e cópias de muitas das correspondências enviadas, o que não fazia com as recebidas. Indicações em muitas delas dão a entender que era prática comum a destruição de correspondências que envolvessem assuntos delicados.

A amplitude do corpus documental composto pelas correspondências e outros documentos de trabalho de Teixeira de Freitas e seu caráter fragmentário levou a adoção de estratégias para a construção de um sentido a partir das pistas que ofereceu à atividade de pesquisa. Procuramos entendê-los como integrantes de uma espécie de “memória de si” elaborada por parte de Teixeira de Freitas, seja para fundamentar sua atividade profissional e seus trânsitos políticos, seja para reforçar uma imagem de si perante seus interlocutores.

A constituição de arquivos pessoais integra, como argumenta Ângela de Castro Gomes, um conjunto de práticas de “produção de si” associadas à emergência do indivíduo nas sociedades modernas ocidentais a partir do século XVIII. Estas práticas englobam um leque amplo de ações, como a “escrita de si” a partir de diários e autobiografias e a constituição de uma “memória de si” a partir da reunião de objetos materiais – correspondências, impressos, álbuns, cartões-postais e outros objetos do cotidiano – visando ou não a organização e exposição no futuro.<sup>24</sup> Este tipo de documentação nos fornece informações significativas sobre o teor dos contatos pessoais travados por Teixeira de Freitas, apontando para múltiplos eixos de discussão que envolveram sua rotina intelectual e administrativa. Mostram como Teixeira de Freitas procurou interpelar seus interlocutores e a forma como foi interpretado, lido, incentivado ou combatido. Trata-se de uma documentação na qual se observa informações nem sempre compreensíveis devido ao fluxo inconstante e fragmentário das cartas e relatórios. Ao mesmo tempo, por se tratar de uma reunião promovida pelo próprio Teixeira de Freitas e mediada, após seu falecimento, pelo IBGE, uma espécie de “herdeiro” de seu legado, é uma documentação que apresenta sinuosidades e que deve ser analisada de forma crítica, procurando as estratégias de construção de si e de

---

<sup>24</sup>GOMES, Ângela Maria de Castro. Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: Ed. FGV 2004, p. 11.

mobilização de vínculos para a concretização de seu projeto.

Desse perigo surgiria a necessidade de adoção de uma metodologia de aproximação e distanciamento das fontes que não implicasse nem em um apagamento do sujeito na análise, nem na submissão do arquivo aos conceitos estabelecidos “a priori” pelo pesquisador, nem na falta de crítica das fontes. Farge sugere que o rigor analítico seja “colorido” pela imaginação, pelos questionamentos por vezes inesperados que saltam de pequenos pontos luminosos que se acendem para o pesquisador no emaranhado de informações. Ela afirma que a crítica do documento deve ter como objetivo “desestabilizar os enunciados que comportam”, questionar os modos de abordagem que se apresentam mais óbvios. Com isso, afasta-se o risco de ler o arquivo como um “arquivo-reflexo”, que serve apenas como fonte de informação, ou como um “arquivo-prova”, utilizado para afirmar vereditos sobre determinadas situações.<sup>25</sup>

Os documentos de trabalho e integrantes dos arquivos pessoais, dentro dessa perspectiva, permitem a recuperação dos cenários encarados por Teixeira de Freitas e da movimentação entre as elites políticas e culturais brasileiras durante a Primeira República, o governo de Getúlio Vargas e após sua saída do comando do país. Foi justamente a caracterização desses cenários que norteou a análise da documentação de trabalho encontrada no FMATF. Por isso apenas parte do corpus documental das correspondências foi considerado para a análise, aquela em que aparecem as situações cotidianas da vida de trabalho e da produção intelectual de Teixeira de Freitas. Com isso o número de correspondências diminuiu de 2.346 para 1.286, o que ainda não afastou o problema de sua organização.

De início foi importante traçar uma espécie de “cartografia dos vínculos intelectuais” de Teixeira de Freitas, identificando seus principais pares nas discussões sobre a implantação de seu projeto de reorganização nacional. Esta “cartografia” tem o objetivo de identificar os principais núcleos de debate nas instâncias técnicas, burocráticas e intelectuais, permitindo a “focalização”, ou seja, o estabelecimento de marcos a partir dos quais se procurará estruturar a compreensão das informações contidas nos documentos de trabalho.

Num primeiro nível foram identificados os contatos com integrantes da elite política das décadas de 1930, 40 e 50, Ministros, Interventores, Governadores, Prefeitos, Oficiais das Forças Armadas e Embaixadores. Destacaram-se os nomes de José Carlos Macedo Soares, Presidente do IBGE, Juarez Távora, militar e político que ocupou o cargo de Ministro da Agricultura entre 1932 e 1934, Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde entre 1931 e 1932 e Ministro da Justiça entre 1937 e 1941, Gustavo Capanema, Ministro da Educação e

---

<sup>25</sup> FARGE, Arlette. O sabor do arquivo. São Paulo: Edusp, 2009, p. 70-71.

saúde entre 1934 e 1945 e Luiz Simões Lopes, oficial-de-gabinete da Secretaria da Presidência da República entre 1930 e 1937, Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) entre 1938 e 1945 e Presidente da Fundação Getúlio Vargas a partir de 1944.

Um cruzamento dessas informações com aquelas obtidas através da identificação dos veículos de publicação dos escritos de Teixeira de Freitas apontou uma confluência entre os núcleos de sua atividade, de grande importância para a análise. A interlocução com estes integrantes do alto escalão político evidenciam as estratégias de Teixeira de Freitas para angariar adesões com vistas à implementação de suas propostas, sejam as de racionalização e cooperação inter-administrativa, sejam as de redivisão territorial do Brasil e interiorização da Capital Federal. Nestas correspondências Teixeira de Freitas se colocava sempre como um “abnegado funcionário da Nação” pedindo por vistas ao seu projeto e solicitando a análise de “mentes de superior compreensão” e “apurado senso de política nacional”. A mobilização de adjetivações referentes a aspectos morais e intelectuais mostra um Teixeira de Freitas situado na posição de solicitante para a elaboração das políticas de reordenamento estatístico e territorial brasileiros. Mostra também como ele procurou “se cercar dos amigos certos nas horas certas”<sup>26</sup>, articulando amizades e contatos político/profissionais cujos interesses confundiam-se ou contrapunham-se aos seus. O clima de reverência e formalidade com o qual Teixeira de Freitas trata seus “superiores” é carregada de cuidado e simpatia, de afirmação de devotamento e abnegação. Suas intervenções são por ele caracterizadas como ações suscitadas por um imperativo moral: o senso de urgência na afirmação da nacionalidade. Com este imperativo ele procura se apagar, em muitos casos, como sujeito da ação, creditando suas propostas às estatísticas, considerada por ele ciência indispensável para a análise dos “movimentos mais profundos da nação”.

Em seguida foram mapeados seus principais interlocutores nos órgãos colegiados e administrativos voltados para a coordenação dos serviços estatísticos, como Diretorias Federais responsáveis pela apuração de dados censitários e das estatísticas em diversas áreas. Destacaram-se alguns dos integrantes do Conselho Nacional de Estatística: Heitor Bracet, Diretor de Estatística Geral do Ministério da Justiça, Raul Briggs, Diretor das Estatísticas Demográficas do Ministério da Educação e Saúde, General Djalma Poli Carneiro, Diretor de Estatísticas Militares do Ministério da Justiça e Presidente da Comissão de Estudos para a

---

<sup>26</sup> ARAÚJO, Valdei; GUIMARÃES, Maria Lúcia Paschoal. O sistema intelectual brasileiro na correspondência passiva de John Casper Banner. In.: GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). Escrita de si, escrita da História. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 99.

Interiorização da Nova Capital. Estas correspondências foram de grande importância pelo fato de mostrarem a forma como Teixeira de Freitas construiu uma rede de agentes (técnicos, políticos, intelectuais) com base na sua proposta de cooperação inter-administrativa.

A defesa da articulação entre as diversas instâncias de produção do discurso estatístico nas três esferas federativas promoveu o estabelecimento de uma complexa teia de contatos, que Teixeira de Freitas pretendeu, em suas palavras, “coordenar”. Essa atividade “coordenadora, por sua vez, não se deu sem embates, conflitos de competência e reivindicações de autoridade para a ocupação dos cargos que ocupou durante sua trajetória nas instituições ligadas à administração federal. As polêmicas em torno da atividade de Teixeira de Freitas e de seu círculo mais próximo de colaboradores são abordadas nas diversas correspondências em que ele se defende, chegando a colocar o cargo de Secretário-Geral no C.N.E e no IBGE à disposição do presidente da instituição, José Carlos Macedo Soares. Não foram poucos os pedidos de afastamento de Teixeira de Freitas, tendo todos eles sido declinados pelo Presidente do IBGE e pelo C.N.E. Os pedidos de renúncia, as longas peças explanatórias de votos nas sessões do Conselho, as defesas dos votos contrários nas mesmas sessões, as cartas “em off” explicando suas propostas e apelando ao patriotismo dos interlocutores para a solução das divergências mostram como Teixeira de Freitas precisou se movimentar em terreno instável, navegar em mares turbos e rebeldes, conciliar interesses e afirmar autoridade, nem sempre conseguindo seus intentos.

Num terceiro nível foram identificadas as relações estabelecidas com o corpo técnico dos serviços estatísticos federais criados a partir de 1930 e dos quais Teixeira de Freitas participou, seja na criação, seja na estruturação e administração. Observou-se a centralidade de três órgãos: a Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde, O INE/CNE e o IBGE. Esta centralidade foi identificada em parte expressiva da documentação consultada. Algumas delas foram encontradas nos aspectos materiais, como os papéis timbrados das correspondências. Outras, no entanto relacionaram-se com os assuntos temas na missiva: solicitações de dados estatísticos; relatos de viagens em missão oficial; solicitações de recursos e justificção de sua aplicação; reclamações sobre a interferência de outros órgãos nas atividades desenvolvidas; envio de dados para publicação em Anuários, Boletins e outras publicações do Conselho Nacional; pedidos de indicações e transferências; congratulações, homenagens e elogios por feitos considerados importantes para as “Estatísticas Nacionais”. A análise dessa correspondência permitiu observar a forma como Teixeira de Freitas mobilizou e colocou em contato um conjunto amplo de técnicos em

uma grande área de abrangência no território brasileiro, articulando uma ação conjunta de construção de uma política estatística nacional. Sua atividade na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística e do IBGE lhe permitiu entrar em contato com uma grande variedade de delegados, técnicos, intendentes municipais e regionais, que passaram a trabalhar em cooperação com o INE e com IBGE a partir da estruturação do aparato estatístico federal a partir de 1930. A análise das formas de tratamento perante a seus interlocutores, nesse caso, mostra a criação de um vínculo profissional, pessoal e quase “discipular” de grande parte desses técnicos regionais e municipais com Teixeira de Freitas, calcados na ideia de pioneirismo na construção de serviços estatísticos dotados de uma orientação nacional. Por intermédio desses canais capilarizados de atividade Teixeira de Freitas procurou, ele também, se tornar um ponto de referência dentro dos serviços públicos federais, um articulador do debate, um construtor, acompanhado pelos “seus” de um ramo de intervenção política com o objetivo de “organizar” o Brasil. Sua atividade à frente da RBE e do Serviço Gráfico do IBGE mostram como ele, no papel de responsável por diversas atividades no ramo da produção e circulação de impressos, se tornou um vetor de aglutinação de esforços em sistematizar e interpretar dados estatísticos sobre o Brasil. Não seria desmedido afirmar que, além de sua produção textual, Teixeira de Freitas ocupou um importante papel no desenvolvimento das discussões públicas sobre as políticas estatísticas e territoriais, bem como sobre a organização administrativa do Estado e suas políticas de planejamento.

A análise da “documentação de trabalho” de Teixeira de Freitas será aqui utilizada de forma a criticar os trajetos implícitos na reunião feita pelo estatístico na composição de seu acervo e procurará afastar aquilo que Pierre Bourdieu chama de “ilusão biográfica”: a crença em uma suposta linearidade do autor, em uma coerência entre suas ideias e sua trajetória baseada em seu nome. A análise dos arquivos pessoais mostra como as trajetórias de vida formam um “percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão. Também pode mostrar como o mesmo período da vida de uma pessoa pode ser 'decomposto' em tempos com ritmos diversos: um tempo da casa, um tempo do trabalho, etc.”<sup>27</sup>

Portanto, não consultamos a documentação de trabalho de Teixeira de Freitas com o objetivo de traçar sua biografia, ou ilustrar os traços biográficos que esboçamos na seção introdutória deste texto. Isso não levou, no entanto, ao afastamento de uma organização cronológica das correspondências. Nos interessou, ao proceder a esta etapa da sistematização dos dados, a análise das diferentes temporalidades da ação pública de Teixeira de Freitas. A

---

<sup>27</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: Ed. FGV 2004, p. 13.

identificação dessa multiplicidade de “tempos”, no nosso entendimento, se afasta da análise “biográfica” mas reconhece a vinculação entre a trajetória individual de Teixeira de Freitas e os dilemas, decisões e mudanças do conjunto mais amplo da vida política brasileira no longo período analisado, que vai de 1930 a 1953. Teixeira de Freitas não pretendeu apenas adquirir legitimidade dentro dos serviços estatísticos, seu projeto integrou discussões relevantes sobre as políticas de *nation-building* durante as décadas estudadas, e os impactos das mudanças políticas no país foram de grande relevância para os sucessos e insucessos de sua trajetória. Da mesma maneira, a configuração de um campo de atividades referente às estatísticas na estrutura administrativa federal impôs limites à implantação do projeto de Teixeira de Freitas e de seu esforço para consolidação de um “ethos” ibgeano, que, com sucessos e insucessos, se perpetuou entre gerações de técnicos da instituição.

Por fim, ressaltamos que a análise da documentação respeita à posição historiográfica de que a análise da ação das elites técnicas não deve ter como objetivo o enquadramento desses agentes em determinadas categorias dotadas de contornos rígidos com referência à formação, vinculação institucional e formas de intervenção no debate público. Os diferentes meios de acesso ao mundo público – instâncias governamentais, científicas, literárias, acadêmicas, dentre outras – apresentavam cenários que requeriam movimentos multifacetados por parte daqueles que buscavam ascender a postos dotados de autoridade de fala no debate público. Seguindo essa orientação acreditamos que as correspondências de trabalho de Teixeira de Freitas complementam seus textos ao mostrar suas estratégias para a afirmação de sua ação e de seus projetos nos diferentes cenários que formaram a sua experiência de vida dentro dos órgãos estatísticos federais.

A constituição de uma linhagem de “intérpretes do Brasil”, de autores do “pensamento social brasileiro” por historiadores e sociólogos tende a traçar uma fronteira entre intelectuais maiores e menores ou entre intelectuais e técnicos que acreditamos ser um falso problema. O caso de Teixeira de Freitas é interessante para a discussão da ideia de existência, nas primeiras décadas do século XX no Brasil, de uma “cultura intelectual” fluida, que misturava aspectos dos círculos letrados, técnico-científicos e políticos em um contexto de expansão dos postos de trabalho àqueles que se dedicavam às tarefas do saber/fazer. Estatístico, membro da burocracia estatal, analista social, interventor no debate público, leitor de autores largamente difundidos nas primeiras décadas do século XX no Brasil, a posição dita “técnica” de Teixeira de Freitas o afastou do interesse dos estudiosos do “pensamento social brasileiro”, que se concentram na análise da obra e ação de figuras como Alberto Torres, Oliveira Viana,

Cassiano Ricardo, Francisco Campos. Teixeira de Freitas, no entanto, foi interlocutor de todos estes, e de vários outros próceres da estrutura administrativa do governo de Getúlio Vargas. Suas propostas “técnicas” foram formuladas com base na discussão das obras desses intelectuais, na incorporação seletiva das mesmas, relacionada a uma releitura vinda de lugar específico: o discurso estatístico. A afirmação da importância das estatísticas se deu em conjunto com a celebração do IBGE, conforme é possível perceber nas matérias publicadas em revistas e jornais ressaltando as ações do Instituto e de seu corpo técnico. Teixeira de Freitas exerceu importante papel articulador de uma grande rede de técnicos e intelectuais, nos estados ou na Capital Federal, que enxergavam no modo como o IBGE tratava o imperativo nacional um exemplo de abnegação a uma causa.

Esta seção introdutória apresentou os principais referenciais teóricos que levaram à conformação do objeto de pesquisa e do *corpus* documental que será utilizado para a sustentação das hipóteses desta tese. Ela é dividida em três capítulos. O primeiro capítulo, "Mário Augusto Teixeira de Freitas e as estatísticas mineiras na Primeira República" analisará os primeiros anos de Teixeira de Freitas nos serviços estatísticos federais, quando integrou, como Delegado Regional da Diretoria Geral de Estatística, o esforço de elaboração do Mapa Mineiro do Centenário e dos demais produtos para a celebração do Centenário da Independência do Brasil. Muitos dos contatos intelectuais mobilizados por Teixeira de Freitas para a consolidação de sua posição em diversas instâncias governamentais se deram justamente devido à visibilidade de sua atividade em Minas Gerais. A análise dos primeiros anos de Teixeira de Freitas nos serviços estatísticos será enriquecida com a consulta e análise da documentação do FMATF referente às décadas de 1920 e o início da década de 1930. Estes documentos – correspondências contendo apresentações, indicações, pedidos de emprego, saudações a autoridades, propostas, e também relatórios e estudos estatísticos- permitirão aprofundar reflexões sobre a trajetória de Teixeira de Freitas a partir da ótica da História Intelectual, visando aprofundar o estudo dos contatos pessoais para a construção de uma rede de grande importância para garantir visibilidade às propostas de reordenamento do quadro estatístico, territorial e populacional brasileiros.

O segundo capítulo, "O projeto de reorganização nacional de Mário Augusto Teixeira de Freitas", analisará o projeto de reorganização nacional de Mário Augusto Teixeira de Freitas através de seus artigos, conforme esboçado na terceira seção deste texto. A análise do projeto será dividida organizando seus argumentos em eixos temáticos para a exposição mais pormenorizada. A análise abordará as propostas de Teixeira de Freitas a respeito da

uniformização das estatísticas e a criação de instâncias consultivas em âmbito federal, do regime de cooperação inter-administrativa, da redivisão territorial do Brasil e a mudança da Capital Federal, da colonização do interior, da educação urbana e rural e da valorização dos municípios e consórcios inter-municipais. Serão analisados, também, os muitos pontos de contato do pensamento de Teixeira de Freitas com o de importantes membros das elites técnicas e do pensamento político brasileiro do início do século XX. Tais afinidades, encontradas nos artigos, relatórios e correspondências do estatístico baiano, apontam para a recuperação do que ele considerava uma "herança" legada por aqueles que, como ele, haviam se preocupado com a redistribuição do território e da população e com o papel desempenhado pela estatística nessa tarefa de organização da nação. A menção a Alberto Torres por Teixeira de Freitas é constante em seus textos e documentos de trabalho, o que reforça a tese de que o estatístico teria se proposto a continuar a obra torreana. A "causa torreana" se somava a uma "fé na ciência" disseminada entre setores da elite política, burocrática e intelectual brasileira desde o início da República, centrada na ideia de um destino inexorável da nação à realização de suas virtualidades, da importância da racionalidade para a identificação dos caracteres da nacionalidade e a organização dos esforços, e da obrigação dos governos, com o auxílio dos intelectuais e cientistas, de observar a "realidade nacional" e coordenar o organismo nacional.

O último capítulo, "O homem público e o intelectual dos bastidores", analisará a documentação de trabalho contida no FMATF para identificar a movimentação do estatístico baiano entre técnicos, intelectuais e políticos que gravitaram em torno do governo de Getúlio Vargas em seus diversos momentos. Nossa hipótese central, neste capítulo, é que as articulações de Teixeira de Freitas para a implantação do sistema estatístico de cooperação interadministrativa não poderia ser dissociado das demais propostas de seu projeto de reorganização nacional e, tampouco, dos dilemas imediatos dos diferentes momentos contidos entre a "Revolução de 1930", a deposição de Getúlio Vargas e o processo de redemocratização. Assim, analisaremos três tempos da atividade de Teixeira de Freitas nos serviços estatísticos: o primeiro, entre 1930 e 1937, marcado por sua busca, como "solicitante", por adesões estratégicas a suas propostas; o segundo, entre 1937 e 1945, marcado pela vigência do Estado Novo e pela instalação do IBGE, a partir do qual ele expandiu seus contatos horizontal e verticalmente, estabelecendo novas relações de filiação, subordinação, chefia, discipulado e inimizade; por fim, a período entre 1946 e 1953, no qual suas propostas passaram a ser combatidas publicamente, levando-o ao afastamento do IBGE e a ocupação de uma posição "memorial" com relação ao instituto.

## **CAPÍTULO 1 : MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS E AS ESTATÍSTICAS MINEIRAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Neste primeiro capítulo analisaremos a trajetória de Teixeira de Freitas nos anos iniciais de sua atividade profissional, atentos à sua inserção em um ramo do saber em processo de consolidação no Brasil: as políticas estatísticas e cartográficas. Ao nos propormos recuperar a "trajetória" de Teixeira de Freitas entre as décadas de 1910 e 1930, procuraremos extrapolar uma exposição meramente biográfica dos fatos ligados à sua vida e procuraremos a identificação de uma complexa trama de instituições, saberes e personagens que faziam parte das políticas públicas e das instâncias responsáveis pelos discursos sobre o brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Nosso objetivo é sustentar a hipótese de que os primeiros anos da trajetória profissional de Teixeira de Freitas ocorreram em um momento em que emergiam, ao mesmo tempo, o campo intelectual e uma "cultura técnica" nas instâncias estatais brasileiras, tendo ambas dedicado grande esforço de reflexão sobre a "questão territorial". Analisaremos, então, como Teixeira de Freitas "bebeu na fonte" das discussões sobre a redivisão territorial, a mudança da capital e a necessidade de se estudar cientificamente os interiores brasileiros existente nas primeiras décadas do século XX no Brasil, participando, também, da repercussão das ideias de uma nova corrente ascendente no panorama intelectual brasileiro a partir da década de 1910, a dos nacionalistas seguidores de Alberto Torres, que se tornou importante influência em seu pensamento a partir de então. Além disso, acreditamos que ao ingressar, ainda jovem, na Diretoria Geral de Estatística, Teixeira de Freitas se integrou a um esforço de estruturação administrativa para a realização de políticas estatísticas e cartográficas pelo governo federal, participando da consolidação de um "ethos" do estatístico no Brasil, ainda marcado pela baixa especialização e pela dependência dos contatos políticos para a ascensão aos postos de trabalho.

O início da República no Brasil foi marcado por um forte otimismo baseado na ideia de que seria possível sanear o país através do estudo racional de seus problemas e da adoção de parâmetros técnico-científicos para a solução dos mesmos. As diferentes comissões encarregadas de realizar mapeamentos e estudos etnográficos para a instalação de linhas telegráficas, estradas de ferro e de rodagem consolidaram essa ótica científica de abordagem da "questão nacional". A institucionalização do federalismo oligárquico na República após

um início marcado por governos militares trouxe, no entanto, insatisfação, desgosto e desilusão aos letrados e cientistas que se debruçavam sobre a "realidade nacional" e tentavam resolver os problemas do país. Para muitos deles, o processo de modernização se resumiu à adoção de padrões estéticos e científicos importados nas regiões mais dinâmicas do país, sem atenção às regiões mais distantes e pouco povoadas. Euclides da Cunha foi, como observamos, um exemplo paradigmático dessa geração que assistiu ou participou da instalação da República e se desencantou com os destinos do novo regime político.

Várias foram as vias de difusão desse discurso crítico aos modelos modernizadores que preponderaram no Brasil desde o Império. Além das Faculdades de Engenharia, Medicina e Direito fundadas no sul, sudeste e nordeste, observou-se o crescimento das instituições militares como a Escola Militar da Praia Vermelha, das instituições secundárias como Escolas Politécnicas em algumas capitais e o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, e a criação de instituições dedicadas a pesquisas nas áreas da história natural, geologia, geografia e estatística. Esses novos locais de produção e difusão cultural, por sua vez, deram início a diversas iniciativas editoriais, na forma de "anais", "boletins", "anuários" e revistas, que deram início à formação de uma rede de saberes em torno da temática nacional no final do século XIX e início do seguinte. Ao mesmo tempo, observou-se o aumento da atividade editorial referente à publicação de jornais, livros e revistas não científicas, dedicadas a temas diversos de cunho literário, cultural e político. Esse relativo aquecimento do mercado editorial nas principais cidades brasileiras fez crescer o espaço para as análises dos novos contingentes de letrados - os chamados "bacharéis" - sobre a identidade nacional, contribuindo para disseminar a interpretação que estes faziam dos referenciais teóricos europeus a respeito da influência das raças, do meio e do Estado no processo modernizador. Dentro desse panorama de emergência das interpretações sobre o Brasil, ganharam destaque aquelas que tomaram o território como ponto de partida para os diagnósticos e projetos sobre e para a nação. Na primeira seção deste capítulo apresentaremos aquilo que chamamos de uma "cultura do território" afirmada por letrados e técnicos engajados na solução dos problemas brasileiros na transição entre os séculos XIX e XX. Em seguida, analisaremos os anos iniciais da trajetória profissional de Teixeira de Freitas nos serviços estatísticos e cartográficos, nos preocupando em estabelecer os pontos de contato entre sua prática e a "cultura do território" que se afirmava no período.

## 1.1. Uma "cultura do território" entre técnicos e letrados no Brasil do início do século XX

Os anos finais do século XIX foram palco do aparecimento de interpretações sobre o Brasil que tomaram como centro da argumentação seus aspectos territoriais, manifestando a experiência compartilhada por uma geração de letrados que via as instituições imperiais como empecilho ao processo de modernização do país. As últimas décadas do Império foram marcadas pelo processo gradual de abolição do trabalho escravo, pela implementação das lavouras cafeeicultoras que consolidou o sudeste do país como principal eixo sociopolítico e, especialmente, pelo surgimento de novos atores políticos oriundos de grupos sociais ascendentes. A criação de Faculdades de Engenharia, Medicina e Direito no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco contribuiu para o crescimento do número de "bacharéis" que passaram a participar dos debates públicos envolvendo os problemas nacionais, ocupando o espaço que até então era reservado apenas aos integrantes da elite senhorial e dos círculos mais próximos ao Imperador. Segundo Ângela Alonso, teria sido a experiência de negação dos espaços pleiteados por esses novos atores que os teria aproximado na contestação da ordem imperial.<sup>28</sup>

Essa nova geração de "homens de letras e ciências" que emergiu à cena pública no Brasil por volta de 1870, dentre os quais destacaram-se Tobias Barreto, Sílvio Romero, João Ribeiro e Clóvis Bevilácqua, contestava os elementos que caracterizavam a ordem imperial, especialmente a interpretação positiva da herança colonial. A partir da argumentação de que o legado português seria um entrave ao processo de modernização brasileiro, considerado incompleto, os novos "intérpretes" do Brasil pregavam a existência de realidades distintas dentro do território nacional que impediam a caracterização do país como uma nação moderna. Nísia Trindade Lima, por exemplo, argumenta que essa geração foi marcada pela elaboração de diversas visões que gravitavam em torno da ideia de existência de "dois Brasis". Existiriam, então, fatores de civilização e atraso da sociedade brasileira que deveriam ser diagnosticados e sanados.

"Questões como raça e herança colonial assumem crescente importância nas controvérsias que marcaram as últimas décadas do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. O deslocamento na ênfase do que seriam os 'males do Brasil' - herança colonial, composição étnica da população, ausência de políticas públicas na área da educação e saúde, entre outros diagnósticos que se sucederam ao longo

---

<sup>28</sup> ALONSO, Ângela. Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 32.

desse período - revela a persistência do tema das bases sobre as quais construir a nação brasileira."<sup>29</sup>

O esforço de interpretação da realidade nacional dos expoentes dessa nova geração de letrados, técnicos e cientistas foi sustentado pela adoção das principais teorias científicas em voga na Europa em meados do século XIX, como as de Buckle e Ratzel, além da ampla difusão do darwinismo social nas instituições de ensino superior brasileiras. As correntes científicas, organicistas, evolucionistas, o pensamento racial e a ideia de que haveria diferentes estágios civilizacionais entre os povos espalhados ao redor do mundo despontaram na Europa em meados do século XIX e foram incorporadas por literatos, cientistas e políticos em regiões influenciadas pela cultura do velho continente, com especial destaque para as Américas.<sup>30</sup> No caso brasileiro, diversas imagens do território nacional foram elaboradas com base tais referenciais teóricos, sendo elas marcadas pelo dilema da incompletude, da busca por si mesmo e, ao mesmo tempo, pelo anseio de modernização.

Herbert Spencer legou à geração de cientistas e técnicos brasileiros do final do século XIX e início do século XX a preocupação com a adoção dos métodos científicos para a promoção do progresso nacional. Para isso, a educação teria importância capital, visto que seria a partir dela que os parâmetros científicos de interpretação do mundo seriam disseminados entre os mais jovens, contribuindo para formar sociedades mais civilizadas no futuro. Uma vez educadas, essas sociedades poderiam seguir o que Spencer considerava as "leis naturais" de sobrevivência do mais apto, deixando clara a influência do darwinismo em seu pensamento e sua justificação da prevalência política da Europa sobre as demais partes do mundo. Além disso, a adoção dos métodos científicos também se estenderia para os setores agrícola e industrial, onde eles poderiam ser importantes instrumentos de aumento da produtividade e planejamento para a satisfação das necessidades das populações. A partir das proposições de Spencer, o saber biológico foi alçado a um lugar central nas análises das sociedades, conferindo cientificidade ao estudo das culturas e das formas de organização de diferentes comunidades políticas ao redor do mundo. Com a difusão de suas ideias, a História Natural passa por processo gradual de especialização que redundaria, décadas mais tarde, na consolidação da Biologia e suas diversas especializações.

Henry Thomas Buckle (1821-1862), adepto da ideia de leis naturais de Herbert

---

<sup>29</sup> LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan:IUPERJ:UCAM, 1999, p. 27.

<sup>30</sup> LYNCH, Chrystian Edward Cyril. Por Que Pensamento e Não Teoria? A Imaginação Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica (1880-1970). DADOS - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 56, no 4, 2013, p. 733. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v56n4/v56n4a01.pdf>. Acesso em 21/10/2016.

Spencer, foi um dos mais importantes expoentes do que se convencionou chamar de "determinismo mesológico" que, na esteira de Spencer, vinculou o desenvolvimento das civilizações e dos povos à relação que estes mantiveram com o meio onde existiam. As diferenças existentes entre a raça humana, que redundariam em seu progresso ou decadência, seriam fruto de ação de mão dupla. Por um lado, ele observava a influência de fatores exteriores ao homem sobre seu "espírito". Tais fatores seriam identificados ao meio onde estes homens realizavam suas atividades que, por sua vez, deixariam suas marcas no meio e nos fenômenos físicos. Essa dinâmica complexa entre homem e meio, na qual ambos teriam papel ativo na construção dos graus de civilização dos povos, ganhou força notável nas décadas finais do século XIX, com o Imperialismo europeu e, especialmente, com a difusão do pensamento europeu para as Américas.<sup>31</sup>

Já Friedrich Ratzel foi responsável pela associação entre a nação, seus aspectos territoriais e o Estado. Como expressão política da vida, o Estado também teria suas características intrínsecas relacionadas às leis de extensão dos homens sobre a terra, sendo a forma mais acabada de organização humana. O Estado buscava o equilíbrio entre uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades de sobrevivência. Suas propriedades se originariam, portanto, do solo e do povo, sendo aspectos importantes sua extensão territorial, a delimitação de suas fronteiras e as características do solo. A relação entre homem e meio seria calcada na reciprocidade, compondo uma "unidade" entre tais elementos que impossibilitaria a análise de um sem o outro.<sup>32</sup> Os diferentes estágios de organização política das populações ao redor do mundo significariam para Ratzel, portanto, diferentes relações de reciprocidade entre o homem e o solo. As grandes diferenças encontradas entre zonas periféricas e centrais, litoral e interior, planície e montanha, cidades e campo, levariam a processos variados de diferenciação histórica que, por sua vez, dariam origem a diferentes organismos sociais que corresponderiam a formas de organização variadas e hierarquizáveis. Para Ratzel, nos Estados modernos o que caracterizaria a relação entre a parte e o todo é que os indivíduos retirariam da ação do poder central a sua independência. A existência das partes dependeria, portanto, da ação coordenadora e organizadora do todo da nação pelo Estado. O "organismo estatal" mais perfeito seria aquele cujas partes sacrificassem

---

<sup>31</sup> SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. Natureza e sensibilidade na História oitocentista. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH. Natal, 2013, p. 5-7. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370393717\\_ARQUIVO\\_NaturezaeSensibilidadenaHistoriaOitocentista.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370393717_ARQUIVO_NaturezaeSensibilidadenaHistoriaOitocentista.pdf). Acesso em 20/10/2016.

<sup>32</sup> LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan:IUPERJ:UCAM, 1999, p. 53.

a sua independência ao serviço do todo. Tal característica seria identificada apenas nos Estados Nacionais modernos dotados de uma significação espiritual e moral que, por possuírem essa característica, aproveitariam melhor o solo a partir do domínio do meio, e seriam responsáveis por um "incremento territorial compacto" que, na ausência de espaços internos para a expansão (ou, em outros termos, na necessidade de "espaço vital"), poderia levar a uma política de absorção de outros territórios e à constituição de Impérios.<sup>33</sup> A partir das ideias de Ratzel se consolidam uma série de princípios que fundariam uma importante vertente da geografia moderna, conhecida como "Geografia Política": a valorização do papel do Estado como instância coordenadora da ocupação e exploração do solo, a atenção aos processos históricos de construção de vínculos entre o homem e o meio, a associação do conhecimento geográfico às estatísticas e o planejamento econômico como objeto dos estudos geográficos nacionais.

Ângela Alonso ressalta o aspecto político da recuperação das ideias de Spencer, Buckle e Ratzel pelos técnicos, cientistas e analistas sociais brasileiros do final do século XIX, argumentando que o surgimento de novas instituições e a difusão de um "bando de ideias novas" se associou à tentativa de ascensão desses novos homens aos postos de trabalhos de um Estado ainda pouco burocratizado e aberto aos novos talentos, tendo dado origem a diversos focos de críticas ao reinado de D. Pedro II. Assim, a recuperação de diferentes autores dentre o "repertório" constituído tanto pela tradição do pensamento político como pelos desdobramentos do aprimoramento científico do século XIX na Europa foi associada a diferentes graus de contundência dos discursos que traziam as "apropriações inovadoras". O aspecto de "novidade" das releituras brasileiras residia, segundo Alonso, na "tradução" das teorias europeias para o "idioma" dos problemas brasileiros e do debate sobre a nação existente no país.<sup>34</sup>

A exposição das mazelas brasileiras trouxe consigo uma ressignificação do território enquanto local da oposição entre a civilização e o atraso. A partir da década de 1870 as análises sobre a questão territorial brasileira oscilaram entre dois polos discursivos que apresentaram, por um lado, a utopia futurista de regeneração da sociedade por intermédio da ciência e, por outro, a resistência à sociedade urbana e industrial, em uma busca por retorno

---

<sup>33</sup> RATZEL, Friedrich. *La géographie politique: les concepts fondamentaux*. Chapitre I – L'État comme organisme lié au sol, Paris: Fayard, 1987, pp. 220, p. 59 – 71. Tradução: Matheus Hoffmann Pfrimer. In.: GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29, 2011, p. 52-54.

<sup>34</sup> ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 29-35.

ao passado que daria acesso às legítimas fontes da identidade nacional.<sup>35</sup> As imagens sobre o território foram expressas de forma clara na oposição que se consolidou entre o litoral e o sertão. Enquanto o primeiro representava o ponto de contato com as influências externas, o Brasil voltado para fora, o sertão apresentaria o "Brasil profundo", os modos de vida tradicionais e que formariam o substrato da identidade nacional. Esse mesmo sertão, rico em cultura tradicional, apresentava, por outro lado, uma faceta trágica causada pelas intempéries climáticas que marcavam a personalidade e a vida das populações locais. Nesse sentido, os olhares dos novos intérpretes do Brasil estavam voltados não apenas para a originalidade do sertão enquanto repositório da identidade nacional mas, também, para as formas de civilizá-lo e adequá-lo aos modelos civilizatórios então em voga na Europa e difundidos ao redor do mundo, especialmente na América.

Destacamos, dentro dos interesses desta seção, as ideias de Silvio Romero como exemplos paradigmáticos dessa atenção dada aos aspectos territoriais nas interpretações sobre a identidade nacional nos anos finais do Império e na transição para a República. Sílvio Romero é considerado um dos primeiros intelectuais brasileiros a sistematizar os dilemas das elites letradas frente ao processo de modernização vivido no Brasil no último quartel do século XIX. Adotando como ponto de partida o determinismo geográfico e o evolucionismo extraídos de sua filiação germanófila - especialmente dos escritos de Haeckel - Romero procurou identificar as características negativas da formação cultural brasileira e, partindo da crítica literária, não raro enveredou por uma sociologia preocupada em identificar o contexto natural, social e racial formadores da nacionalidade. A abrangência de seus questionamentos caracteriza bem a fluidez com que os pretendentes a destaque no debate público sobre a nacionalidade no último quartel do século XIX transitavam entre diversas áreas do saber, em um ecletismo que fazia parte do programa de estudos das instituições de ensino superior brasileiras do período.

Partindo das teses evolucionistas divulgadas pelo alemão Haeckel e as incorporando ao debate sobre a nacionalidade e o lugar do Brasil entre os povos modernos, Silvio Romeiro defendia que o Brasil não apresentava um processo de modernização, apenas uma "casca" moderna que maquiava estruturas arcaicas herdadas do colonialismo lusitano. O arcaísmo da cultura e da sociedade brasileiras emperrava o progresso nacional na medida em que havia distribuído desigualmente os recursos necessários à modernização do país e gerado um apego excessivo ao Estado ao invés de promover uma valorização da iniciativa individual. O

---

<sup>35</sup> MURARI, Luciana. *Natureza e Cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 28-29 e 126-142.

fenômeno modernizador, observado em alguns pontos do sudeste brasileiro, não poderia ser generalizado, muito pelo contrário. Na grande maioria do território, no "Brasil real", as condições de educação, o meio e os modos de vida impossibilitavam o aprofundamento da modernização. Silvio Romeiro era categórico nesse sentido: para que o processo modernizador brasileiro fosse realizado seria necessária uma "remontagem" da cultura e da sociedade brasileiras.<sup>36</sup>

Ao tratar dos problemas encontrados no "Brasil profundo", o "Brasil real" em oposição ao estreito mundo das cidades litorâneas, Silvio Romero identificava no meio e na composição racial brasileira as principais barreiras a serem transpostas rumo à modernidade. O clima brasileiro, marcado pelo calor, pelas chuvas e secas, fomentava a manutenção de uma população incapaz de tomar as rédeas de seus destinos. Essa incapacidade não decorria apenas das influências do clima mas, primordialmente, da mistura de raças observada no Brasil e de fatores políticos e históricos que delinearão as feições da sociedade brasileira.

Observa-se em Silvio Romeiro uma profunda crítica ao "Brasil real", considerado herdeiro do arcaísmo autoritário da colonização, e às elites políticas e intelectuais, por seu bacharelismo cosmopolita e legalismo inoperantes que não dedicavam atenção aos problemas do sertão e das regiões mais inóspitas do país. Interessante observar, no entanto, que o próprio Silvio Romeiro era um "bacharel" que devia sua formação intelectual e a aceitação no "círculo de letrados" brasileiro a uma das instituições mais reconhecidas do nordeste país, a Faculdade de Direito de Recife. A crítica de Silvio Romeiro pode ser encarada, portanto, como a dualidade e o dilema de uma geração, entre a crítica aos modelos vigentes na cultura letrada brasileira e a aspiração à legitimidade perante os pares e, porque não, dentro da estrutura estatal.

Outro ponto de contato da obra de Silvio Romero com o foco de nossa análise reside na atenção dada à distribuição da população pelo território brasileiro, tida como fator de desequilíbrio e empecilho ao processo de modernização do país. Silvio Romero dedicou bastante espaço para as especulações a respeito das formas de superação do atraso nacional e a aceleração do processo de modernização do país. Uma delas era a atração de imigrantes vindos de países europeus onde a oferta de terras era escassa. A atenção ao processo de incorporação de imigrantes à sociedade brasileira e sua distribuição no território nacional por Silvio Romeiro nos interessa devido ao foco no povoamento do território e nas ações estatais com esta finalidade. Romero identificou diferenças na incorporação dos imigrantes no norte e

---

<sup>36</sup>SOUZA, Ricardo Luiz de. *Identidade Nacional e Modernidade Brasileira: O diálogo entre Silvio Romeiro, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 45- 46.

no sul do país, vendo neste fator um empecilho para uma modernização efetiva da sociedade brasileira.

7. Comparando-se o Norte e o Sul do país, nota-se já um certo desequilíbrio, que vai tendo consequências econômicas e políticas: ao passo que o norte tem sido erroneamente afastado da imigração, vai essa superabundando no Sul, introduzindo novos elementos, fatos que vai cavando entre as duas regiões do país um valo profundo, já de si preparado pela diferença dos climas;

8. O meio de trazer o equilíbrio seria distribuir a colonização regularmente e cuidadosamente por todas as zonas do país, facilitando às nossas populações a assimilação desses novos elementos;

9. Se não fizerem, as três províncias do extremo sul terão, em futuro não muito remoto, um tão grande excedente de população germânica, válida e poderosa, que a sua independência seria inevitável;

10. Como quer que seja e em todo o caso, a população do Brasil será sempre o resultado da fusão de diversas camadas étnicas.<sup>37</sup>

Romero identifica o desequilíbrio entre as regiões de destino dos novos imigrantes atraídos para o Brasil. A preponderância do sul em detrimento do norte levaria ao aprofundamento das diferenças já existentes entre as duas regiões, ocasionando o fracasso do plano inicial daqueles que apostavam na imigração como fator de modernização brasileiro.<sup>38</sup> Sua atividade intelectual foi contemporânea das tentativas de expansão dos estudos para mapeamento, da ampliação das vias de comunicação terrestres e ferroviárias, especialmente nas áreas em que a produção cafeeira ganhou ímpeto a partir de meados do século XIX. Enquanto as comissões de exploração do território adentravam as vastas regiões pouco povoadas do país, travando contato com indígenas, caboclos e demais populações que mantinham modos de vida ligados aos sertões e florestas, as ferrovias e estradas se estenderam por milhares de quilômetros nas regiões Sul, Sudeste e, em menor escala, Nordeste, ampliando a capacidade de escoamento da produção voltada para abastecimento e exportação. Os questionamentos dos intelectuais das últimas décadas do Império e do início da República se concentraram, então, sobre a existência de uma "raça" brasileira, a influência das diferentes condições climáticas e do meio sobre a personalidade das populações e a dispersão dessas pelo território nacional. As políticas cartográficas, as corografias, os almanaques e outros produtos editoriais contribuíram, por sua vez, para a difusão de imagens sobre regiões brasileiras e o país como um todo. Tais iniciativas integraram um esforço de mostrar o Brasil ao mundo, explícito na participação brasileira em diversos salões e exposições na Europa e América do Norte<sup>39</sup>, bem como de Congressos de Estatísticas, como o

---

<sup>37</sup> ROMEIRO, Silvio. História da Literatura Brasileira. Vol. I. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/INL, 1980, p. 121.

<sup>38</sup> SOUZA, Ricardo Luiz de. Identidade Nacional e Modernidade Brasileira: O diálogo entre Silvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 57-59.

<sup>39</sup> Exposição Universal de Londres (1862), Exposição Universal de Paris (1867), Exposição Universal de Viena (1873), Exposição Universal da Filadélfia (1876) e Exposição Universal de Paris (1899).

ocorrido em São Petersburgo em 1872, que contou com a participação de João Adolfo de Varnhagen como representante brasileiro. Ao mesmo tempo, foram realizadas Exposições Nacionais e os governos provinciais investiram na produção de corografias, mapas e atlas que tiveram papel importante na difusão de imagens sobre diferentes regiões brasileiras e nas questões de limites ainda vivas durante o Império. A eclosão da Guerra do Paraguai, em 1864, trouxe mais demanda por informações que subsidiassem a tomada de decisões estratégicas, tornando nítido o descompasso brasileiro no que se referia aos serviços estatísticos e cartográficos. Essas iniciativas procuraram aprofundar o conhecimento sobre o território e as populações brasileiras, criando novos núcleos produtores de interpretações sobre a nacionalidade.

Ao final do Império, diversas eram as iniciativas que se dedicavam a pesquisas sobre o território brasileiro, configurando a ascensão de uma "cultura do território" no Brasil que valorizava as atividades cartográficas, estatísticas e as reflexões sobre a divisão entre as unidades federativas e a distribuição das populações. Esta vertente do pensamento sobre a nação brasileira ganhou grande potência com as novas ideias que associavam raça, meio, cultura, saúde, civilização e tinham como mote a modernização. Tais iniciativas não lograram êxito imediato, tampouco atingiram um grau satisfatório de coordenação que permitisse afirmar um esboço de "política nacional" nessas áreas de interesse. Entretanto, é possível identificar a ascensão de uma retórica calcada na ideia de estudo "técnico-científico" das mazelas sociais com para a solução dos impasses da modernização do país.<sup>40</sup>

No que se refere aos aspectos territoriais e da distribuição populacional brasileira, a identificação de grandes vazios territoriais foi um dos pontos centrais do discurso das diversas

---

<sup>40</sup> Não é objetivo dessa seção realizar uma discussão acerca das interpretações sobre a nação a partir seu território, tampouco uma apresentação sistemática dos autores que se dedicaram ao tema no Brasil, dentre os quais podemos destacar, além dos aqui citados, Tavares Bastos, Orville Derby, Candido Rondon, Barão do Rio Branco, Oliveira Lima, Nelson de Senna, Oliveira Vianna e Cassiano Ricardo. Ao longo dos próximos capítulos, alguns destes expoentes do pensamento territorial brasileiro aparecerão em nossa análise, na medida em que possuísem pontos de contato com o pensamento de Teixeira de Freitas. Sobre a existência de uma "cultura do território" entre as elites técnicas brasileiras ver, dentre outras obras: ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002; BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005; DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil 1926-1945*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Rebeldes Literários da República: História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005; GOMES, Maria do Carmo Andrade. *Mapas e mapeamentos: políticas cartográficas em Minas Gerais*. São Paulo: Annablume/PPGHIS UFMG, 2015; MURARI, Luciana. *Natureza e Cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda, 2009 e \_\_\_\_\_. *Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país d'Os Sertões*. São Paulo: Annablume/FAPEMIG, 2007; SOUZA, Candice Vidal. *A Pátria Geográfica. Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro*. Goiânia: Editora UFG, 1997; GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

expedições exploratórias organizadas por sociedades geográficas, etnológicas e pelos serviços militares no final do século XIX. A transição para o regime republicano trouxe um aprofundamento dos estudos territoriais com base na hipótese de transferência da capital federal para o interior. Tão logo estabelecido o Governo Provisório, foi nomeada uma comissão para a exploração do Planalto Central para estudos visando obter a melhor área para a construção de uma nova capital que funcionasse como centro articulador e disseminador da ocupação do território. Para a direção dos trabalhos foi convidado o geógrafo e astrônomo belga Louis Ferdinand Cruls que, junto a mais 21 profissionais - geógrafos, engenheiros, geólogos, botânicos e médicos - exploraram a região e registraram seus principais aspectos topográficos, climáticos, hidrográficos, ambientais e populacionais. A chamada "Missão Cruls" foi responsável pela identificação de uma área de 14.400 Km<sup>2</sup> considerada ideal para a construção da nova capital.<sup>41</sup> A demarcação dessa área como de interesse nacional, fundamentada nos relatórios da "Missão Cruls", motivou a inclusão de disposições em favor da transferência da Capital Federal na Constituição de 1891. Consta, no terceiro artigo do documento, a delimitação de uma área na região central do território nacional para a transferência da capital da nova República:

Art 3º - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal.

Parágrafo único - Efetuada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado.<sup>42</sup>

Entretanto, o trabalho desses etnólogos, antropólogos, engenheiros, geógrafos e médicos no interior do país não rendeu os frutos esperados, com o abandono das discussões sobre a interiorização da capital do país. Muitos dos estudos elaborados pelas comissões contratadas pelo governo federal foram simplesmente engavetados, tendo pouca serventia na orientação das políticas públicas na área da colonização dos vazios territoriais. A autonomia conferida pela Constituição de 1891 às antigas províncias impulsionou o crescimento dos regionalismos, que se manifestaram tanto nas políticas de memória quanto na produção estatística e cartográfica. Em Minas Gerais, por exemplo, questões geopolíticas e econômicas foram apresentadas pelos integrantes do Senado Mineiro em defesa da criação de uma política cartográfica e estatística, que foi efetivada em 1890, ainda que tenha passado por diversos

---

<sup>41</sup> VERGARA, Moema Rezende. A Comissão Cruls e o projeto de mudança da Capital Federal na Primeira República. In.: SENRA, Nelson de Castro. Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010, p. 35-47.

<sup>42</sup> REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm). Acesso em: 12/06/2015.

percalços até sua consolidação. O caso mineiro não era uma exceção. A maioria dos estados da federação investiram na produção de informações históricas, cartográficas e estatísticas sobre as chamadas "pátrias regionais", que serviriam de base para a resolução de litígios envolvendo limites com outras entidades federativas e para afastar o perigo das reivindicações separatistas de regiões. Os Institutos Históricos e Geográficos estaduais, comissões geográficas, cartográficas e estatísticas foram as principais instâncias produtoras dessas informações sobre o território e as tradições regionais, em consonância com o projeto político das elites que ocupavam o poder em cada um dos estados.

Muitos eram os interesses envolvidos no investimento na produção de informações por parte dos estados no início da República. Além das questões de limites que permaneceram pendentes mesmo após a publicação da Constituição de 1891, havia a necessidade de padronização do sistema jurisdicional, em muitos lugares ainda baseado nas divisões herdadas do período colonial (eclesiásticas, políticas e jurídicas), mapeamento das riquezas naturais, das terras devolutas e das vias de comunicação, dentre outros. Tais iniciativas, no entanto, demandavam grandes quantias, indisponíveis aos estados mais pobres e distantes do centro do poder. Assim, as políticas cartográficas e estatísticas empreendidas pelos poderes estaduais tenderam a se concentrar nas regiões que possuíam maiores recursos econômicos e poder de barganha política, servindo como importante ferramenta na disputa por legitimidade e espaços de poder no governo central.

Nos estados mais pobres, e mesmo em estados razoavelmente poderosos como a Bahia, as populações dos interiores, cada vez mais associadas aos termos "sertão" e "sertanejos" foram mantidas à margem das políticas oficiais, que se concentraram na construção de uma imagem "civilizada" do Brasil no exterior, para a qual o investimento na modernização e embelezamento das grandes cidades já existentes foi o recurso encontrado. A modernização das cidades se apresentou de forma notável no caso mineiro, com a construção de Belo Horizonte, e no Rio de Janeiro, capital federal, onde as conhecidas Reformas Pereira Passos remodelaram toda a área do Rio antigo de acordo com os preceitos do sanitarismo e do urbanismo europeus, dando origem a *boulevards* e edificações em estilo Neoclássico.

A principal análise responsável pela crítica aos padrões civilizatórios estabelecidos pelo "beletrismo" republicano voltado para o exterior foi a de Euclides da Cunha. Euclides da Cunha se formou em Engenharia Militar pela já renomada Escola Militar da Praia Vermelha, tendo absorvido a forte influência positivista decorrente da projeção da obra e ação de Benjamin Constant na instituição. Constant, integrante do movimento que derrubara o

Império e instaurou a República em 1889, adquiriu preponderância na defesa dos pressupostos positivistas na organização do novo regime. Sua influência nos destinos da nova República decaíram à medida que o Governo Provisório de Deodoro foi constitucionalizado e também em detrimento do processo de cisão entre os adeptos do positivismo no Brasil. Não obstante, o modelo do "mestre" contribuiu para a disseminação do positivismo como sistema de pensamento que valorizava o exercício das capacidades técnico-científicas na administração dos assuntos de interesse público, especialmente nas políticas estatais. Assim, instituições como a Escola Militar da Praia Vermelha, que compartilhavam tanto de um "ethos" ligado à engenharia quanto do pensamento castrense, foram redutos por excelência do positivismo no alvorecer republicano.

Luciana Murari afirma que Euclides da Cunha e parte expressiva de seus contemporâneos no estreito círculo das elites técnicas e letradas brasileiras compartilhavam daquilo que Ernst Renan chamou de "fé na ciência", uma adesão irrestrita aos métodos e conceitos científicos como se estes fossem uma espécie de sistema filosófico, uma cosmologia em busca de verdades determinantes da dinâmica humana.<sup>43</sup> Dentro dessa valorização das especialidades técnico-científicas, a construção de uma identidade a respeito do engenheiro que ressalta sua ligação com o crescimento de uma sociedade industrial e urbana, associando-o à própria modernidade que se buscava no Brasil. Euclides da Cunha teve participação importante na definição dessa identidade ao defender, segundo Abreu, uma conquista supostamente racional da terra e da população brasileiras a partir das técnicas e métodos das ciências matemáticas, das quais derivava a engenharia. Aplicadas ao tecido social brasileiro, a ciência poderia, enfim, sanar os males nacionais e direcionar o país para a trilha do progresso.<sup>44</sup>

O contato do engenheiro militar simpático ao cientificismo positivista, ao evolucionismo, às teorias raciais e ao determinismo geográfico com o "sertão" deu origem a uma ampla teorização sobre a relação entre este meio, suas populações - os "sertanejos" -, a identidade nacional e o processo de modernização no Brasil, publicada em 1902, anos após sua cobertura, sob o nome de "Os Sertões". O interesse de Euclides da Cunha pelos temas relacionados ao meio e às raças é apresentado logo na estruturação da narrativa de "Os Sertões", dividida entre "a terra", "o homem" e "a luta". O esquema organizador da reflexão de Euclides da Cunha seguia o modelo elaborado por Hippolyte Taine, dividido entre "meio",

---

<sup>43</sup> MURARI, Luciana. Brasil, ficção geográfica: ciência e modernidade no país d'os Sertões. São Paulo: Annablume. Belo Horizonte: FAPEMIG, 2007, p. 32.

<sup>44</sup> ABREU, Regina de. O enigma de "Os Sertões". Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p.94-95.

"raça" e "circunstâncias". Nísia Trindade Lima ressalta que Euclides da Cunha buscou identificar, em "Os Sertões", a influência dos elementos físicos, climáticos, raciais, sociais e políticos na identidade cultural das populações do "Brasil profundo". O foco em tais elementos não significava, no entanto, que ele apontasse um que sobressaísse perante os demais. Euclides da Cunha defendia uma metodologia baseada na observação e na sistematização de dados que permitissem identificar as "influências recíprocas" exercidas e sofridas pelos diferentes aspectos da realidade social e física do Brasil.<sup>45</sup>

O impacto de "Os Sertões" nas interpretações sobre o Brasil no início do século XX foi imediato, tendo o livro sido aclamado ainda durante a curta vida de Euclides da Cunha. Não obstante, Euclides da Cunha manifestava um profundo descontentamento com a República, que se devia tanto à negligência com relação ao sertão quanto aos inúmeros insucessos experimentados em suas tentativas de construção de uma carreira política. A adoção de uma retórica baseada nas premissas científicas e sua postura crítica ao regime republicano, tido como corrupto e, em um nível mais profundo, uma espécie de "abstração urbana" não compartilhada pelas populações interioranas.<sup>46</sup> As peculiaridades de sua trajetória, envolvendo sua procedência social e a especificidade de suas propostas e de sua retórica, reservaram a Euclides da Cunha uma posição de marginalidade entre aqueles que se dedicavam ao estudo da identidade nacional no Brasil do início da República. Alçado a uma posição de prestígio intelectual no final do século XIX, autor de uma obra aclamada, ele não obteve pleno sucesso nas iniciativas empreendidas após o lançamento de Os Sertões, o que alimentou um sentimento de constante inconformismo com as condições dos cientistas e escritores no Brasil. Sua autoafirmação como engenheiro se aliava à defesa do exercício das capacidades, que ressaltava a oposição às elites tradicionais, que deviam a ascensão aos cargos públicos à estrutura sociopolítica herdada do Império. As condições em que se deu sua morte - em duelo relacionado a uma traição - reforçaram a imagem de um técnico cujas ações eram regidas por um estreito código de honra e pela valorização do domínio de saberes baseados no exercício da ciência, especificamente a engenharia, como forma de intervenção na sociedade. O legado de Euclides da Cunha para os cientistas, literatos, técnicos, burocratas e demais interessados nas questões envolvendo a identidade nacional foi sua interpretação do sertão em oposição ao litoral, mas também sua extrema ligação com um "ethos técnico-

---

<sup>45</sup> LIMA, Nísia Trindade. Euclides da Cunha: o Brasil como sertão. In.: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (orgs.) Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 108-109.

<sup>46</sup> Idem, p. 99-100.

científico", manifestada em suas escolhas teóricas e na forma como se colocava no debate público.

O início do século XX foi marcado por uma série de iniciativas editoriais que disseminaram esta forma de interpretar o Brasil a partir da dicotomia "litoral/sertão" e a partir de uma retórica cientificista preocupada com os níveis civilizacionais dos diferentes meios e raças constituintes do território e do povo brasileiros. Revistas como a "Revista do Brasil", dirigida por Monteiro Lobato, dedicavam suas páginas ao estudo dos males nacionais e a propostas de resolução de tais mazelas para a modernização do país. O foco das análises se centrava na educação, na medicina, na geografia, na cultura e na literatura. Em uma época em que os saberes ainda detinham baixo grau de institucionalização, a atividade intelectual se misturava à atividade política e burocrática, as análises eram caracterizadas por um forte ecletismo conceitual, com amplo trânsito entre especializações que caracterizava as instituições de ensino superior brasileiras da época.<sup>47</sup>

Outras iniciativas editoriais, como os almanaques, também dedicaram espaço ao estudo dos diferentes climas, meios e recursos naturais que constituíam o território nacional. O Almanaque Garnier, por exemplo, dedicou importante espaço para os artigos sobre o território. Nesses escritos, publicados por técnicos dedicados a expedições exploratórias, sanitaristas e etnologos, observou-se a constituição de uma espécie de "geografia histórica" do Brasil, com a recuperação dos marcos do descobrimento, dos itinerários da interiorização da colonização, a compilação dos mapas e outros documentos que permitissem localizar no espaço as etapas da história brasileira. Em outra frente, o Almanaque dava destaque aos relatos de expedições às regiões pouco povoadas e remotas do território brasileiro, contribuindo para a disseminação de imagens sobre as fronteiras, sobre as culturas tradicionais e sobre a diversidade de meios, climas e povos no Brasil. Além do esforço de recuperação da documentação "histórico-geográfica" brasileira, os literatos que escreveram no Almanaque Brasileiro Garnier defenderam a criação de políticas cartográficas e estatísticas, bem como arquivos que pudessem armazenar essas informações de utilidade estratégica para a identificação e resolução dos problemas nacionais.<sup>48</sup>

Extrapolando os limites da crítica à República e à valorização do "sertão", uma última interpretação sobre a nacionalidade elaborada no início da República merece destaque neste capítulo, por sua valorização exaltada dos recursos naturais e do território brasileiro.

---

<sup>47</sup> DE LUCA, Tânia Regina. A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 25.

<sup>48</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Rebeldes Literários da República: História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, p. 149-167.

Publicado em 1902, o livro "Porque me ufano do meu País", de autoria do Conde de Afonso Celso, apresenta o que Lúcia Lippi de Oliveira chama de "nacionalismo conservador", defensor da monarquia, da herança colonial e da raça portuguesa, otimista com relação ao futuro do Brasil devido às suas características físicas e à abundância de recursos naturais e crítico da República por ver nela um empecilho à realização de um destino tido como inevitável. Afonso Celso, filho do Visconde de Ouro Preto - último presidente do Conselho de Ministros do Império -, provinha de uma tradicional família de políticos, tendo ocupado altos postos de destaque nos círculos letrados, como os de Conde Papal, de membro da Academia Brasileira de Letras e de diretor do IHGB.<sup>49</sup>

A publicação de "Porque me ufano do meu país" ocorreu durante as celebrações dos oitenta anos da Independência brasileira, assumindo o caráter de um libelo em prol do amor à pátria. Segundo Afonso Celso, esse amor à pátria não deveria se basear apenas no sentimento de pertencimento à terra onde se nasce, mas em um amor profundo e incondicional que afirma a grandeza da raça, colocando por terra os argumentos que desmerecem a nacionalidade brasileira, colocando-a em condição de inferioridade frente às demais existentes no mundo. Afonso Celso é enfático nesse ponto, afirmando que, entre os países do mundo, [...] "vários existem mais prósperos, mais poderosos, mais brilhantes que o nosso. Nenhum mais digno, mais rico de fundadas promessas, mais invejável."<sup>50</sup>

As quatro primeiras seções de "Porque me ufano do meu país" são dedicadas àquele que Afonso Celso considera o principal motivo de superioridade do Brasil frente às demais nações no mundo: sua grandeza territorial. "Quatorze vezes maior que a França", "trezentas vezes maior que a Bélgica", "o Brasil é um mundo", defendia Afonso Celso. Partindo da constatação de que a extensão territorial brasileira formava um "todo homogêneo, bem situado, servido por magníficos rios, facilmente acessível", ele exaltou a diversidade de climas coexistentes, complementares, que formavam uma unidade orgânica, um "resumo da superfície do planeta, exceto as regiões polares."<sup>51</sup> Nessa confederação de climas, negros, brancos, "peles vermelhas" e mestiços poderiam viver em paz, coexistindo com abundância para todos.

Para Afonso Celso, a grandeza territorial, por si só, não garantiria superioridade a

---

<sup>49</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 129-131.

<sup>50</sup> CELSO, Afonso. Porque me ufano do meu país? 4ª Ed. Revista. Paris: Garnier, 1902, p. 2. Acervo Online Biblioteca Brasileira Guta e José Mindlin. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/02173000#page/1/mode/1up>. Acesso em: 30/06/2015.

<sup>51</sup> Idem, p. 7.

nenhum país ou continente, pois vastas regiões poderiam ser ocupadas por desertos, como na África. O Brasil, por sua vez, não sofria com tais problemas, visto que todo seu território poderia ser aproveitado para culturas que abastecessem suas populações. Ao mesmo tempo, o território brasileiro teria sido constituído por um processo espontâneo de incorporação de terras e populações ao Império português, com episódios esporádicos de lutas, como no caso das regiões ao sul. Afonso Celso atribui a felicidade brasileira de não contar com terrenos inférteis e de não ter precisado recorrer às guerras para garantir a posse de seu território à intervenção divina. Em sua opinião, "[...] doado pela Providência, recebeu o Brasil aquilo que outros países, derramando rios de sangue, imensas dificuldades tiveram em alcançar."<sup>52</sup> Ao mesmo tempo, ele ressalta o fato de que, uma vez constituído o território nacional, sua integridade não foi abalada: "[...] nada perdemos, há quatrocentos anos, apesar de poderosos governos terem tentado, por vezes repetidas, arrancar-lhe pedaços."<sup>53</sup>

Essa terra rica em recursos a serem explorados pela iniciativa humana apresentaria um outro atrativo: a variedade e amenidade do clima, sem a incidência de moléstias e problemas sanitários insolúveis. Suas temperaturas, ao contrário do que afirmavam viajantes europeus marcados por preconceitos, não incomodava, "acabrunhava" ou exigia sacrifícios das populações. O Brasil, acreditava Afonso Celso, seria uma espécie de "celeiro do mundo"<sup>54</sup> dada a variedade das árvores espalhadas por seus diferentes climas e a quantidade de sementes aproveitáveis na alimentação de humanos e na criação de animais. No Brasil tudo seria cheio de vida, e para Afonso Celso vida seria riqueza. Nesse sentido, o Brasil não dependeria nunca do resto do globo, podendo subsistir a partir de seus próprios recursos.

Afonso Celso convida o leitor a se orgulhar dos fatos da história brasileira, elencando motivos para tal: o esforço colonizador português, a influência jesuítica na incorporação dos índios e na cultura religiosa brasileira, a ação dos bandeirantes, considerados aventureiros que trabalharam em prol da integração nacional, a resistência negra em Palmares, a guerra contra os holandeses, a Independência e a Guerra do Paraguai. O Brasil, segundo Afonso Celso, terminara o século XIX como "a segunda maior potência do Novo Mundo" e ainda muito a crescer "quando a hegemonia se deslocar da Europa para a América, o que fatalmente sucederá."<sup>55</sup> Em sua opinião, mesmo com os erros cometidos pelos responsáveis pelas

---

<sup>52</sup> CELSO, Afonso. Porque me ufano do meu paiz? 4ª Ed. Revista. Paris: Garnier, 1902, p. 10. Acervo Online Biblioteca Brasileira Guta e José Mindlin. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/02173000#page/1/mode/1up>. Acesso em: 30/06/2015.

<sup>53</sup> Idem, Ibidem.

<sup>54</sup> Idem, p. 56.

<sup>55</sup> Idem, p. 197.

políticas públicas, as qualidades elencadas garantiriam ao país um futuro de sucesso. Mesmo que não quisesse, defende, o Brasil rumaria para a grandeza devido à "lei infalível do desenvolvimento das forças e das necessidades."<sup>56</sup>

O nacionalismo conservador de Afonso Celso teve uma fortuna crítica menos vultuosa que a de seus contemporâneos pessimistas com relação ao abandono do sertão e dos sertanejos pela nascente República. Segundo Lúcia Lippi de Oliveira, a crítica social ao bacharelismo republicano e o nacionalismo ufanista veriam seus caminhos se cruzar ainda na Primeira República, no contexto da Primeira Guerra Mundial, quando a posição brasileira no concerto das nações foi discutida com mais ênfase pelos estudiosos brasileiros. Esse debate será objeto do próximo capítulo, quando apresentaremos a trajetória de Mário Augusto Teixeira de Freitas em seus primeiros anos de atividade nos serviços estatísticos brasileiros, mais especificamente em Minas Gerais.

A exposição dos argumentos de Sílvio Romeiro, Euclides da Cunha e Afonso Celso serviu para identificar a formação de um repertório de interpretações sobre a nação que associava sua identidade e seu destino à relação do país com seu território, ao conhecimento das características de sua população, à exploração de suas riquezas, à ocupação dos vazios territoriais e à integração das diferentes regiões e climas brasileiros em busca de um projeto de modernização que respeitasse as peculiaridades do meio e da história brasileiros. Conjugadas com as iniciativas práticas de mapeamento e recenseamento, tais interpretações ganharam força simbólica à medida em que o regime republicano deixou de corresponder aos anseios daqueles que participaram de sua instalação. Dentro dos objetivos deste capítulo, é fundamental apontar que foi neste contexto de valorização das interpretações "territoriais" sobre a nação e discussão do processo modernizador brasileiro no início do século XX que Mário Augusto Teixeira de Freitas, personagem central de nosso estudo, cresceu, iniciou seus estudos e sua atividade profissional na área das estatísticas. Filho do engenheiro, professor de matemática e escritor Afonso Augusto Teixeira de Freitas e sobrinho-neto do jurista do Império Augusto Teixeira de Freitas, ele nasceu em São Francisco do Conde, Bahia no dia 31 de março de 1890, poucos meses após a instalação da República no Brasil, tendo passado sua infância e adolescência no Paraná, onde cursou o secundário no Seminário Diocesano. No Rio de Janeiro, ingressou na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais (FLCJS), onde obteve, em 1911, o título de bacharel em Direito com distinção.

---

<sup>56</sup> CELSO, Afonso. *Porque me ufano do meu país?* 4ª Ed. Revista. Paris: Garnier, 1902, p. 198. Acervo Online Biblioteca Brasileira Guta e José Mindlin. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/02173000#page/1/mode/1up>. Acesso em: 30/06/2015.

A FLCJS, fundada em 1882 e instalada efetivamente somente em 1891, era, junto com a Faculdade Livre de Direito, um dos estabelecimentos privados de ensino superior na área do Direito na Capital Federal. O início de suas atividades acompanhou o esforço do governo republicano de regulamentar o ensino em todos os níveis e aumentar a oferta de vagas para um público de jovens provenientes de famílias com recursos para investir na formação de seus filhos. Como vimos, as faculdades existentes no Brasil na transição do Império para a República difundiram um modelo de ensino que iniciava os estudantes tanto nos assuntos específicos da área de especialidade como nas teorias científicas mais amplas que serviam de fundamentação para os saberes em processo de delimitação. Assim, os alunos da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro obtinham uma formação eclética que permitia aos egressos a participação nos debates sobre as questões relativas à nacionalidade em voga no período. Lecionavam na FLCJS figuras de renome nacional, como Silvio Romeiro, Affonso Celso, Cândido Mendes e João Evangelista Sayão Bulhões de Carvalho.<sup>57</sup> Além disso, as faculdades eram importantes instâncias de sociabilidade entre os filhos das famílias dotadas de maiores recursos, promovendo o encontro de pessoas, a prática do convívio social em ocasiões diversas, como aulas, conferências e solenidades, e formas de mobilização, como grêmios literários e revistas nas quais os vínculos e embates pessoais e intelectuais eram tornados públicos.

A associação entre as instâncias produtoras de discursos baseados nos saberes e a esfera política brasileira foi e ainda é objeto de inúmeros estudos por parte da historiografia dedicada aos técnicos e intelectuais. Este debate tem como objeto a caracterização daquilo que se convencionou chamar de "bacharelismo". Ao utilizarmos essa expressão, nos referimos ao fenômeno brasileiro de distinção social dos detentores de formação acadêmica em Direito, Medicina e Engenharia - também chamadas de "as profissões imperiais - através da ascensão a posições na administração estatal e nas instâncias do meio político. Tal distinção, portanto, não se associava apenas às formas de legitimação do discurso técnico-científico em processo de consolidação, mas também à inserção nas "redes de sociabilidade" que constituíam o contexto sociopolítico mais amplo da Primeira República brasileira. Segundo Lilia Moritz Schwarcz, essa inserção - e a projeção social decorrente dela - conferia à aquisição do diploma superior e ao exercício dessas profissões forte carga simbólica relativa às

---

<sup>57</sup> VENÂNCIO, Gisele Martins. Oliveira Vianna: entre o espelho e a máscara. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 113-116.

possibilidades de sucesso na seara política.<sup>58</sup> Sergio Miceli, por sua vez, associa a aproximação entre os bacharéis e o Estado às estratégias de manutenção de distinção social de membros de famílias caracterizadas como "primos pobres" das elites oligárquicas regionais. A Primeira República, em sua opinião, foi um momento em que ocorreu um aumento significativo no número de cursos superiores no Brasil, especialmente os ministrados por faculdades criadas a partir dos anos finais do Império, dando origem a uma "inflação no mercado de títulos" entre os intelectuais. Assim, mesmo aqueles que detinham formação superior não poderiam confiar apenas nesse fator distintivo para a ascensão às carreiras política e intelectual, sendo necessária a integração em círculos sociais específicos, como as associações civis de cunho político, os clubes profissionais e a imprensa.<sup>59</sup>

Ao mesmo tempo, observou-se o crescimento da atividade editorial, motivado pelo surgimento de diversos jornais, revistas (institucionais e de variedades) e pelo crescimento do espaço para a publicação de livros no Brasil. Esse processo, também lento e limitado ao baixo nível de alfabetização da população brasileira, contribuiu para a relativa autonomização do trabalho do escritor no Brasil e para a consolidação das atividades intelectuais associadas à escrita. Miceli argumenta que a Primeira República teria apresentado, pela primeira vez na história brasileira, a confluência de três fatores que permitiram a ascensão pública dos intelectuais:

"a abertura de novas frentes de colaboração com o sistema de poder que então se firmava, as feições institucionais que assumiu a tutela da produção intelectual, e o fato de o Estado ter se destacado como o principal investidor e a principal instância de difusão e consagração da produção [...]."<sup>60</sup>

Neste cenário, jovens estudantes como Teixeira de Freitas mobilizaram diversos recursos para adentrar tais espaços de produção e circulação de produção científico-cultural em processo de construção no Brasil. Filho de um engenheiro, professor e escritor de pouco reconhecimento público, ele não poderia ser enquadrado dentro das características de um filho das elites oligárquicas republicanas. Os recursos sociais e políticos que ele poderia mobilizar para sua iniciação na carreira profissional e no trabalho intelectual eram restritos, ainda que ele contasse com o prestígio de seu tio-avô, parente já distante. A formação universitária e suas possibilidades de socialização se apresentavam, então, como portas de entrada possíveis ao estreito círculo de letrados brasileiros. Na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais

---

<sup>58</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). S. PAULO: Companhia das Letras, 1993. p. 142.

<sup>59</sup> MICELI, Sergio. Intelectuais a Brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 118.

<sup>60</sup> Idem, p. 79.

Teixeira de Freitas travou contato não só com as teorias e interpretações que constituíam os "lugares comuns" sobre o meio, o clima e as populações brasileiras, mas também com uma série de protocolos característicos dos círculos de sociabilidade das elites intelectuais do início da República. Analisaremos na próxima seção o ingresso e os primeiros anos de atividade profissional de Teixeira de Freitas na administração pública, buscando identificar sua aproximação com a prática estatística e suas primeiras experiências relacionadas à organização administrativa estatal durante a Primeira República.

## **1.2. Os primeiros anos na Diretoria Geral de Estatística**

Em 1908, ainda durante seus estudos em Direito, Teixeira de Freitas realizou exames e foi admitido na DGE para o posto de "praticante", função, segundo Senra, abaixo das do oficial maior e dos escriturários.<sup>61</sup> A DGE passava por um momento conturbado quando Teixeira de Freitas ingressou em suas fileiras. Surgida na década de 1870 e responsável pelo único recenseamento realizado durante o Império, a DGE logo viu suas atividades perderem força a partir dos questionamentos a respeito dos resultados do Censo de 1872, publicados parcialmente apenas a partir de 1876, e da diminuição das verbas destinadas pelo Imperador. A crise final do Império também contribuiu para o imobilismo da instituição, que só viria a ganhar novo ímpeto após a Proclamação da República. O otimismo dos novos ventos trazidos pela mudança de regime político se traduziu na retomada do projeto da DGE ainda no mês de novembro de 1889, associada ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Sua reativação teve origem na proposta do então Ministro dos Negócios do Interior, Aristides Lobo, que defendeu a existência do órgão estatístico devido à necessidade de utilização das estatísticas como instrumento de promoção do progresso e da civilização para o bem estar do povo brasileiro. A fundação de uma nova política seria, em sua opinião, o principal motivo do recurso às estatísticas no auxílio à tomada de decisões por parte do governo republicano.

A instituição reformada, tudo indicava, voltava para ficar, uma vez que lhe fora confiada, de saída, a realização de um Censo em 1890, iniciativa que se mostrou difícil e cuja

---

<sup>61</sup> SENRA, Nelson de Castro. Na Primeira República, Bulhões de Carvalho legaliza a atividade estatística e a põe na ordem do Estado. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, v. 4, n. 3, set.- dez. 2009, p. 391.

realização foi precária, dadas as péssimas condições de integração entre os registros administrativos e civis herdados do Império. Ainda assim, a Constituição de 1891 estabeleceu a obrigatoriedade da realização de recenseamentos a cada dez anos, o que permitia a suposição de que a DGE teria suas atividades garantidas pelo governo federal. Na prática, porém, os planos iniciais estiveram longe de serem cumpridos.

A DGE encontrou três grandes problemas para sua consolidação nos anos iniciais da República. O primeiro deles foi a falta de pessoal técnico especializado, tendo a instituição dependido de médicos sanitaristas, mais afeitos aos trabalhos estatísticos que outros profissionais. As pesquisas eram feitas de forma precária, muitas vezes a partir de reuniões de dados secundários que não apresentavam uniformidade em suas categorias. Em segundo lugar, a grande rotatividade de diretores impediu a adoção de uma política estatística constante, ficando a instituição dependente dos ventos políticos sinalizados pelos diferentes comandos. Por fim, o arranjo político republicano, conhecido pelo nome de "Política dos Governadores", valorizou o aspecto federativo da carta magna republicana e aumentou significativamente a autonomia dos estados frente ao poder central. A DGE encontrava muitos entraves para acessar os dados produzidos pelos estados, seja pela má vontade dos governos, seja pela ineficiência dos métodos de aplicação dos questionários censitários, então sob responsabilidade de delegados municipais contratados, que deveriam enviar os dados via correios. O método causava grandes descompassos nas apurações, visto que ocorriam muitos extravios e casos de mau preenchimento dos questionários. Assim, era difícil para o órgão federal de estatística impor uma metodologia de pesquisa única que garantisse um grau mínimo de uniformidade aos dados censitários. A dificuldade de apuração dos dados estatísticos levava, por sua vez, a deficiências também na área da cartografia, responsável pela elaboração de um mapa geral da República. Tais dificuldades se mostraram outra vez na realização do Censo de 1900, também marcado pela precariedade das investigações e pelo trabalho "de gabinete", dedicado à reunião de dados secundários já existentes.<sup>62</sup>

A instabilidade observada durante os primeiros anos de reativação da DGE somente diminuiu a partir de 1907, quando José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, médico especializado nas estatísticas sanitárias, foi convidado a assumir a direção da instituição. Estudioso das políticas sanitárias brasileiras e, por isso, conhecedor dos trabalhos da DGE,

---

<sup>62</sup> SENRA, História das Estatísticas Brasileiras. Vol II: Estatísticas legalizadas (1889-1936). Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 395-405.

Bulhões de Carvalho aceitou o convite para a direção do órgão, solicitando imediatamente profundas modificações em seus objetivos e em sua estrutura administrativa. O cenário das atividades estatísticas apresentava um estado de total desarticulação, com sérias dúvidas quanto à capacidade de coordenação da DGE e muitas desconfianças por parte dos serviços estatísticos existentes nos estados. Assim, a reestruturação requerida por Bulhões de Carvalho direcionou seu foco para dois pontos principais: o estabelecimento de uma divisão entre seções dedicadas ao estudos de diferentes aspectos estatísticos brasileiros e a racionalização do quadro administrativo da DGE.

A nova estrutura proposta por Bulhões de Carvalho e adotada a partir de 1907 compreendia quatro novas seções. A primeira passaria a se dedicar ao estudo das estatísticas territoriais, com foco nos aspectos físicos (geologia, topografia, hidrografia, climatologia), políticos (divisão política e eleitoral, estatística eleitoral, representação nacional, defesa nacional) e administrativos (divisão administrativa e judiciária, finanças, administração, estatísticas judiciária, civil e comercial, colonização e obras públicas). A segunda se concentraria nos estudos demográficos, fossem eles estatísticos (recenseamento, cálculo das densidades populacionais) ou relativos aos "fatores dinâmicos" da população (registro civil, imigração, índices de sobrevivência e mortalidade, vida média, vida provável, movimento sanitário e higiênico). A terceira seção reuniria as informações econômicas, divididas entre aquelas referentes à produção, circulação, distribuição e consumo. Por fim, a quarta seção ficou encarregada de reunir os dados sobre os aspectos intelectuais e morais do país (instrução pública e particular, associações científicas, literárias e artísticas, imprensa periódica, exposições, diversões e belas artes, criminalidade, penalidades, suicídios, mendicância, previdência, beneficência, cultos religiosos, hospitais e hospícios, dados policiais e penitenciários, etc.).<sup>63</sup>

Nas novas disposições que regulamentavam os objetivos e o funcionamento do órgão foi reservado espaço para a explicitação da divisão interna da Diretoria e dos critérios a serem adotados para a seleção de seus quadros. Ficou estabelecido que a DGE contaria com uma Secretaria e as 4 seções técnicas apresentadas acima, além de um bibliotecário, um arquivista, um cartógrafo, um almoxarife e um porteiro. O aumento do quadro de pessoal foi defendido por Bulhões de Carvalho a partir da afirmação do aspecto dispendioso, porém lucrativo das

---

<sup>63</sup> SENRA, Nelson de Castro. História das Estatísticas Brasileiras. Vol. II: Estatísticas legalizadas (1889-1936). Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 264-268.

estatísticas para os assuntos do Estado. A utilidade das informações que a DGE se encarregaria de fornecer aos administradores públicos e políticos fazia valer a pena os recursos gastos para a manutenção do órgão, visto que o que estava em jogo eram os destinos do Brasil como nação. Apenas os dados estatísticos, segundo Bulhões de Carvalho, poderiam fornecer uma diretriz segura para a solução dos problemas brasileiros.

A expansão das atividades da DGE foi complementada ainda em 1907, quando Bulhões de Carvalho propôs que ela se tornasse “a repartição central incumbida de receber e coordenar todas as informações que se relacionem com o estado físico, político, administrativo, demográfico, econômico, moral e intelectual da República”.<sup>64</sup> A caracterização de uma atividade, ao mesmo tempo, produtora e coordenadora dos dados produzidos em nível municipal, estadual e federal - um "centro de cálculo", nas palavras de Bruno Latour - foi uma ambiciosa proposta que encontrou inúmeras resistências por parte dos serviços estatísticos estaduais então existentes. Para a coordenação da atividade estatística nacional, a DGE passava a requerer o acesso aos registros elaborados por esses agentes locais em suas próprias repartições, acarretando o aumento de atividades dos funcionários locais e desconfianças políticas quanto às intenções da administração federal. Verificou-se, com isso, certa "má vontade" em colaborar com a nova estruturação do órgão federal de estatísticas.

A reestruturação da DGE por Bulhões de Carvalho incluiu também a criação das Delegacias Regionais e do Conselho Superior de Estatísticas, órgão colegiado formado por pessoas de notório saber nos temas estatísticos e por políticos de destaque em âmbito nacional. Com a criação do Conselho Superior de Estatística, a DGE passaria a contar com uma instância deliberativa de caráter consultivo, procurando afastar, com isso, as desconfianças de ingerência nos assuntos estaduais. Os estados prestariam obediência não a um órgão federal executivo, mas antes a um órgão colegiado. A DGE seria responsável, por seu turno, apenas pela execução das decisões tomadas em regime colegiado. Esse modelo de estruturação teria como objetivo, segundo Senra, criar espaços para a resolução de impasses à apuração dos dados estatísticos por meio de acordos bilaterais (federal e estados). Entre o final de 1907 e meados de 1908 esse esforço deu origem a 11 delegacias estaduais, com a previsão de criação de mais 7 ou 8.<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> SENRA, Nelson de Castro. Na Primeira República, Bulhões de Carvalho legaliza a atividade estatística e a põe na ordem do Estado. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, v. 4, n. 3, set.- dez. 2009, p. 387-399.

<sup>65</sup> Idem, p. 390.

A tentativa de estabelecimento desse novo regime de trabalho marcado pela ideia de coordenação estatística federal foi o mote dos primeiros anos de Bulhões de Carvalho à frente da DGE. Entre 1907 e 1909, sua atividade foi responsável pela elaboração de um importante repertório legal de disposições que possibilitavam à DGE pleitear uma função ativa no reordenamento dos serviços estatísticos em nível federal, estadual e municipal. As desconfianças e embates com os estados minaram, no entanto, o ímpeto inicial que caracterizou sua ascensão à diretoria da DGE. Insatisfeito com a falta de andamento das demandas mais urgentes da instituição, Bulhões de Carvalho se afastou da diretoria da DGE em 1909, explicitando suas motivações anos depois:

Quis a minha boa ou má estrela, ou antes quis a providência divina (que jamais me desamparou no exercício de cargos públicos) que fosse obrigado a afastar-me da direção do serviço de estatística em fins de 1909, antes do desastre inevitável que forçosamente se daria na operação censitária do ano seguinte, quais que fossem os meus esforços e trabalhos, tais as condições precárias em que ela se ia efetuar, num país extensíssimo, sem meios fáceis de comunicação, mais ou menos desorganizado em matéria administrativa, bastante comprometido pelos interesses da mais mesquinha política e, para maior agravo ainda, com um grau de instrução muito baixo, tornando evidente a sua inferioridade quanto à assimilação das práticas que têm conseguido o progresso em toda parte no que diz respeito à civilização dos povos.<sup>66</sup>

O planejamento das atividades do Censo de 1910, as dificuldades para a instalação e o início das atividades das Delegacias Estaduais e a constatação de que não havia um regime de colaboração entre os estados e o governo federal deixaram claro para Bulhões de Carvalho que não haveria como concretizar os objetivos propostos para a instituição. Sua saída da DGE, a princípio sob a alegação de problemas pessoais, devolveu a instituição ao imobilismo. Suas seções internas passaram a se dedicar a estudos específicos, abandonando o plano de organização das estatísticas gerais no Brasil. Tal panorama se estenderia até o ano de 1915, quando Bulhões de Carvalho retorna à direção do órgão estatístico.

Teixeira de Freitas havia sido aluno de um dos irmãos de José Luiz Bulhões de Carvalho na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Aprovado nos exames técnicos requeridos pelo diretor da repartição, ele iniciou em um dos postos mais baixos na escala hierárquica, dedicado àqueles que ainda não haviam concluído o período de capacitação técnica necessário para ocupar os cargos de escriturários ou oficiais. Entre seu ingresso na DGE em 1908 e o final da década de 1910, Teixeira de Freitas se dedicou ao estudo das estatísticas do

---

<sup>66</sup> BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Relatório apresentado ao Dr. João Pandiá Calógeras, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo Dr. José Luiz S. de Bulhões Carvalho, Diretor Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1915. APUD.: SENRA, Nelson de Castro. História das Estatísticas Brasileiras. Vol. II: Estatísticas legalizadas (1889-1936). Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p.392.

Registro Civil como integrante da 3ª seção da DGE. Nessa função, ele participou de uma comissão encarregada da apuração das estatísticas do registro geral das transações imobiliárias realizadas entre 1907 e 1909, tomando contato com os métodos de apuração e sistematização de dados disseminados pelo “Manual de Estatística”, de Filippo Virgilli, traduzido para o português a pedido de Bulhões de Carvalho.

Após o afastamento de Bulhões de Carvalho, algumas tentativas de fortalecimento da DGE foram iniciadas na diretoria de Francisco Bernardino, tendo como patrocinador o então Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon. Mais uma vez foi reforçada a necessidade de estabelecimento das Delegacias Regionais e da manutenção da atividade do Conselho Superior de Estatística, ainda que se tenha proposto que ele adquirisse um perfil estritamente técnico, sem os políticos que inicialmente fizeram parte de sua composição. Tais proposições foram oficializadas em decreto de 1911, passando o novo cargo de Delegado Estadual da DGE a ser suprido a partir de propostas do Diretor e indicação do ministro. Os delegados deveriam estabelecer um regime de coleta direta e indireta de dados nos seus estados de atuação, organizando as ações estatísticas em escritórios cedidos por outros órgãos da administração pública federal.

A iniciativa, que caminhava na direção apontada por Bulhões de Carvalho anos antes, exigia grande poder de negociação e coordenação por parte dos novos delegados e mobilização de pessoal alocado em outras repartições da administração federal e estadual. Além disso, o regime orçamentário da DGE nessa nova empreitada era bastante nebuloso, deixando uma série de dúvidas e disputas pelo ônus financeiros das atividades estatísticas. As dificuldades expostas acima acabaram por minar o esforço de criação das Delegacias Estaduais, deixando a DGE concentrada nas pesquisas específicas de cada uma de suas seções na Capital Federal e dependentes de dados incompletos enviados pelas unidades federativas. Assim, até a segunda metade da década de 1910 a DGE teve sua atividade prejudicada pelo baixo grau de consolidação dos serviços estaduais, pela deficiência de seu corpo técnico, pela pouca visibilidade de seu trabalho no âmbito das políticas estatais e pelas tensões entre as entidades federativas compunham o Brasil.

Em 1915, Bulhões de Carvalho reassumiu a direção da instituição com uma tarefa inicial muito clara: a realização do Censo de 1920. Após o fracasso do recenseamento de 1910, que nem chegou a ser realizado, descumprindo disposição legal contida na Constituição de 1891, o

governo mobilizou esforços de maior vulto para que o mesmo não ocorresse novamente. A integração dos estudiosos brasileiros às redes mundiais de discussão dos assuntos geográficos e cartográficos, por sua vez, levou à afirmação cada vez maior da necessidade de elaboração de uma carta geral do Brasil na escala 1: 1.000.000, o que caracterizaria a contribuição brasileira para a elaboração do Mapa Internacional do Mundo, planejado desde 1908. Além disso, a aproximação do centenário da Independência do Brasil trouxe consigo o crescimento de um clima de comemorações históricas que significavam, sobretudo, a afirmação da nacionalidade e um balanço civilizacional frente aos demais países do mundo. Os preparativos para a comemoração do Centenário tiveram início em 1916, quando foi nomeada a comissão responsável pela elaboração da Carta Geográfica Comemorativa do Centenário.

A DGE se empenhou, a partir do retorno de Bulhões de Carvalho, em retomar a divisão administrativa adotada em 1907, já descaracterizada por sucessivas reformas internas no período em que Francisco Bernardino comandou a repartição. As principais queixas se referiam ao aumento do número de seções, à não realização do Censo de 1910, que levava a uma grande ausência de dados, e à inoperância do Conselho Superior de Estatística, reformado na gestão de Francisco Bernardino e nunca consolidado de forma efetiva. Dentre os esforços da DGE a partir de 1915, apenas a reestruturação das seções e a publicação dos Anuários Estatísticos vingaram. O Conselho Superior de Estatística permaneceu inativo, sem regulamentação de suas atividades e sem reuniões periódicas que conferissem ao órgão colegiado a capacidade de mediar as relações entre as repartições locais e a DGE. O regime de cooperação administrativa entre municípios, estados e governo federal também não caminhou, especialmente pela regulamentação da proibição da atuação dos funcionários da DGE em outras repartições, que inviabilizou o envio de funcionários aos estados para coordenar as políticas estatísticas locais.<sup>67</sup>

Podemos perceber que, quando ingressou nos serviços estatísticos, Teixeira de Freitas não se deparou com um campo profissional consolidado ou uma instituição de prestígio político que pudesse alavancar sua carreira. Pelo contrário, as oportunidades para sua ascensão decorriam justamente do fato de que tudo estava por fazer, aberto à iniciativa dos novos integrantes da máquina burocrática de um Estado em processo de estruturação e expansão. Promovido ao posto de terceiro oficial ainda na gestão de Francisco Bernardino, ele

---

<sup>67</sup> SENRA, Nelson de Castro. História das Estatísticas Brasileiras. Vol. II: Estatísticas Legalizadas (1889-1936). Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 385.

participou das pesquisas referentes às estatísticas econômicas durante toda a década de 1910. Seu trabalho foi motivo de elogios pelo então chefe da 3ª Seção, Affonso Celso, outro ex-professor seu, que foram destacados por Bulhões de Carvalho em relatório sobre seu primeiro ano de atividades no retorno à DGE. A consolidação de Teixeira de Freitas entre os técnicos da repartição nesse período garantiu o aprofundamento de seus vínculos com os agentes burocráticos e políticos, uma vez que o objeto de suas pesquisas - informações referentes à circulação de mercadorias, bens e riquezas - era de grande interesse de setores da administração pública.

A aproximação do período de realização do Recenseamento de 1920 trouxe novas possibilidades de expansão à DGE. O caráter monumental do empreendimento, que seria divulgado na Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, planejada para acontecer no Rio de Janeiro em 1922, abriu as portas e os cofres públicos para a estruturação de uma política censitária abrangente. A regulamentação do processo de planejamento, organização e realização do censo permitiu à DGE instalar, finalmente, escritórios nos estados para buscar a cooperação entre eles, a União e os municípios. A criação desses novos espaços de atuação do órgão federal foi um importante fator de consolidação das políticas estatísticas no Brasil, como veremos adiante. Com isso, a DGE experimentaria tempos frutíferos, de expansão administrativa e de visibilidade pública no cenário político da Primeira República.

A ascensão de Teixeira de Freitas na estrutura hierárquica da DGE aconteceu durante o próprio processo de afirmação da instituição, tendo ele "sobrevivido" às várias reformulações empreendidas na gestão de Francisco Bernardino. Com Bulhões de Carvalho, Teixeira de Freitas experimentaria grande trânsito e possibilidade de aprofundamento de suas relações com outras instâncias produtoras de dados estatísticos na Capital Federal e nos estados. Foi a partir desses sucessos profissionais durante seus primeiros anos na DGE que seu nome passou a ser aventado para a colaboração no Recenseamento de 1920, que começou a ser planejado em 1916. A ocasião forneceu uma importante oportunidade a Bulhões de Carvalho e a Teixeira de Freitas para, por meio da DGE, darem forma prática ao regime de cooperação administrativa entre os entes federativos brasileiros. Em 1919, Teixeira de Freitas foi indicado para organizar a Delegacia Regional do Recenseamento em Minas Gerais, experiência que seria marcante em sua trajetória, e que passaremos a analisar na próxima seção.

### **1.3. O Recenseamento de 1920, a Carta Mineira do Centenário e o regime de cooperação interadministrativa.**

Ao ser nomeado Diretor Regional do Recenseamento de 1920 em Minas Gerais, Teixeira de Freitas partiu para uma nova empreitada em sua trajetória na DGE. Anteriormente dedicado aos estudos estatísticos específicos da 3ª Seção, ele passaria a comandar um esforço mais amplo de apuração de informações que demandaria não só atenção redobrada às questões técnicas, mas também uma sensibilidade política para a realização de um trabalho que não poderia ser finalizado a não ser com a cooperação de estados e municípios.

Em artigo publicado décadas mais tarde, Teixeira de Freitas afirmou que encontrou, em sua chegada a Belo Horizonte, um clima aberto a experiências de amplo escopo na área das estatísticas gerais em âmbito regional.<sup>68</sup> Maria do Carmo Andrade Gomes identifica esse clima à ascensão de novas elites políticas no cenário mineiro e ao anseio de sistematização de informações de cunho estratégico no cenário geopolítico da Primeira República. A autonomia concedida aos estados pela Constituição de 1891 e a dinâmica política do arranjo oligárquico no Brasil levaram as elites regionais a valorizarem as "pátrias estaduais" e elaborarem interpretações de cunho histórico, cultural e territorial sobre o que consideravam ser uma forma de existir no mundo associada à ligação com a terra e as tradições. Além de sustentarem a existência de identidades regionais formadoras da nacionalidade, essas políticas tiveram objetivos mais pragmáticos, como a definição dos limites territoriais entre os estados, regulamentar o regime de terras, a circulação de riquezas (e, como consequência, a arrecadação de impostos), as políticas de imigração, saúde e educação. Dentre os vários exemplos estaduais observáveis nos primeiros anos da República, destacam-se o paulista e o mineiro. Em São Paulo, o IHGSP, fundado em 1894, se destacou pela elaboração de uma interpretação sobre a "epopeia bandeirante" como metáfora da história da nação, atribuindo centralidade à ação dos sertanistas paulistas e pleiteando maior espaço para as narrativas sobre São Paulo dentro da história nacional. No IHGSP homens como o cartógrafo Orville Derby foram responsáveis por extensas pesquisas documentais que deram origem a compilação de

---

<sup>68</sup>FREITAS, Mário Augusto Teixeira de Freitas. Os serviços de estatística do estado de Minas Gerais. In.: Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, ano 4, n. 13, p. 112, jan-mar/1943.

fontes sobre São Paulo, à publicação dos mesmos e a produção de estudos sobre as principais características do estado e sua história. Orville Derby integrou também a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo (CGGESP), tornando-se um importante interlocutor de Teixeira de Freitas no que se referia aos assuntos estatísticos, cartográficos e territoriais, ainda que em "lados" opostos.<sup>69</sup>

Em Minas Gerais, foco de nossa análise, as iniciativas existiram desde o início da República quando, na Constituinte Mineira de 1891, longas discussões foram travadas a respeito da necessidade de criação de serviços estatísticos que dessem a real medida da área exata do estado, dos limites de seus municípios, do fluxo de sua população e das riquezas produzidas em seu território. Além desses fatores, a organização das estatísticas estaduais contribuiria para a criação de um "clima de racionalização" da administração dos negócios públicos, da burocracia mineira e de uma maior afeição do povo às pesquisas estatísticas que, se não correspondia totalmente à realidade das ações dos poderes públicos, deixa entrever o peso dos argumentos técnico-científicos na legitimação do discurso oficial.<sup>70</sup>

O resultado das discussões na Constituinte Mineira veio com a criação de uma Diretoria de Estatística que congregava, entre suas atribuições, a apuração dos dados estatísticos relativos à geografia, viação, terras, indústrias, artes, ofícios, agricultura, comércio, população, instrução pública, justiça, finanças e polícia. A amplitude das preocupações do novo órgão estatístico deixavam claras as intenções de estabelecer uma política de informações que possibilitasse ao estado ter o controle das principais variáveis de sua economia e sociedade com a finalidade política de posicionamento frente aos demais estados. Essa diretoria, no entanto, sobreviveria por pouco tempo, sendo transformada em três comissões de natureza temporária, o que foi justificado pela necessidade de economia dos recursos públicos estaduais.

O trabalho dessas comissões, que logo se resumiram a duas (Comissão Geológica e Geográfica de Minas Gerais e Comissão de Limites), se pautou por um programa de natureza geográfica que, além de reunir os dados referentes às categorias expostas acima, resultasse em um mapa geral do Estado de Minas Gerais. As discussões a respeito da metodologia a ser empregada e do prazo para a realização do mapa, além das diversas reestruturações

---

<sup>69</sup> GOMES, Maria do Carmo Andrade. Mapas e mapeamentos: políticas cartográficas em Minas Gerais. São Paulo: Annablume Pós Graduação em História UFMG, 2015, p. 36- 38

<sup>70</sup> Idem, p. 40 - 45.

administrativas impostas pelo governo mineiro e mudanças de diretores, foram responsáveis por sucessivos atrasos, levando a CGGMG a não apresentar resultados satisfatórios, deixando parte expressiva dos quadrantes territoriais sem a devida representação cartográfica planejada. Ao mesmo tempo, questões de natureza política deixaram as proposições técnicas da CGGMG em segundo plano, especialmente nas questões de limites com outros estados, que foram tratadas de forma diplomática. Assim, em sua primeira fase de existência, entre 1891 e 1899, a CGGMG produziu um conhecimento fragmentário sobre o território mineiro.<sup>71</sup>

Ainda que tenha deixado a desejar em seus resultados, os trabalhos da CGGMG Gerais contribuíram para a ascensão de novos contingentes profissionais vindos das instâncias então existentes no ensino superior brasileiro. Os novos técnicos, especialmente os saídos da Escola de Minas de Ouro Preto, dirigida por Claude-Henri Gorceix, foram os principais responsáveis pelo preenchimento das fileiras técnicas e políticas abertas pelo esforço cartográfico que reunia interesses geográficos, estatísticos, geológicos, econômicos e políticos.

[...] os atores sociais envolvidos na formulação desse ambicioso programa cartográfico constituíram uma rede local formada predominantemente pelas gerações de engenheiros e geólogos da Escola de Minas, que não só estiveram à frente nas formulações técnicas e estratégicas como ocuparam efetivamente diversos cargos políticos. A emergência dessa rede de atores respondia de um lado ao processo mais amplo de afirmação e à dinâmica própria do campo disciplinar da cartografia, melhor seria dizer, dos campos disciplinares que se conjugavam na empresa cartográfica: engenharia, estatística, geografia, geologia, astronomia, botânica, meteorologia e outros. Novos recortes disciplinares que consagravam uma nova autoridade: a leitura científica do território e a classificação de seus recursos naturais.<sup>72</sup>

A ascensão de muitos desses engenheiros e técnicos dedicados aos estudos estatísticos e cartográficos na política e na administração pública manteve viva a demanda pela estruturação dos serviços estaduais nessas áreas. A consolidação da República e as tensões entre os estados limítrofes também levaram a novas pesquisas cartográficas, restritas aos focos de conflitos. De toda forma, conforme salienta Gomes, a ascensão de uma forma de leitura científica do território e da ação do Estado caracterizou os primeiros esforços estatísticos e cartográficos em Minas ainda no final do século XIX, obtendo ressonância nas décadas seguintes. Os esforços modernizadores mineiros foram melhor traduzidos na construção de uma nova capital na região central do estado. Belo Horizonte, inaugurada em

---

<sup>71</sup> GOMES, Maria do Carmo Andrade. Mapas e mapeamentos: políticas cartográficas em Minas Gerais. São Paulo: Annablume Pós Graduação em História UFMG, 2015, p. 92-95.

<sup>72</sup> Idem, p. 61.

1897, apresentava traçado e composição urbanística concebidos a partir dos padrões europeus caros às revitalizações urbanas como a de Haussmann em Paris. Sua estruturação partindo de pressupostos sanitários e sociais lembrava a composição das primeiras "cidades jardim" no continente europeu no último quartel do século XIX, dando à nova cidade ares de modernidade que a dissociavam de Ouro Preto, antiga capital colonial e imperial.<sup>73</sup>

O investimento do governo de Minas Gerais na produção de informações sobre o território e os recursos naturais se alinhava com o projeto das elites locais de imprimir um ritmo mais acelerado ao processo de modernização do estado. Esse esforço, que pode ser percebido já no final do século XIX com a criação do Arquivo Público Mineiro (APM) em 1895 e a publicação das "Efemérides Mineiras" em 1897, incluiu também a criação de agremiações como a Sociedade Mineira de Agricultura (SMA), núcleo de elaboração de estudos sobre a produção agrícola mineira fundado em 1909 que se destacou pela publicação da Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira (RAICM) entre 1911 e 1925. Em sua Revista, a SMA produziu e disseminou uma série de interpretações sobre o "ser mineiro" que envolviam metáforas organicistas para se referir às populações das diferentes regiões do estado e à ligação delas com os territórios que ocupavam.<sup>74</sup>

A dimensão espacial ocupou lugar central na discussão estabelecida por estes técnicos mineiros que buscaram o aperfeiçoamento do capitalismo regional a partir da industrialização, especialmente a instalação da siderurgia, e a agricultura racional, científica e moderna. A partir dessas bases, Minas Gerais poderia adquirir maior poder político nas negociações entre as oligarquias regionais nas primeiras décadas do século XX e promover o bem comum, o progresso e a construção da nacionalidade sob bases regionais. A afirmação da nacionalidade, dentro da ótica desse grupo de técnicos, seria tarefa a ser realizada a partir do âmbito local, com a afirmação das características vindas da ligação com o meio e das tradições historicamente construídas pelos habitantes do estado. Esse interesse da SMA tangenciava diversos outros assuntos que passaram a ser debatidos na RAICM, como a chegada de imigrantes para as lavouras, a colonização dos vazios territoriais, o estabelecimento correto das divisas e as políticas educacionais como forma de promoção de uma moral pública que levasse em conta o sentido de "mineiridade", a valorização do trabalho e a repressão à

---

<sup>73</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. "Pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas." In.: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). Cidades capitais do século XX: Racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos. São Paulo: EdUSP, 2001, p. 135-181.

<sup>74</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. República e trabalho no registro da burguesia. Revista do Departamento de História da UFMG, Vol. 6, n. 10. Belo Horizonte, novembro/1990, p. 1-2. Disponível em: [https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572773de7c65e48584046575/1462203361005/02\\_Dutra%2C+Eliana+Regina+de+Freitas.pdf](https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572773de7c65e48584046575/1462203361005/02_Dutra%2C+Eliana+Regina+de+Freitas.pdf). Acesso em 20/10/2016

vadiagem com a criação de colônias de trabalho no interior.<sup>75</sup>

A atividade CGGMG e da SMA não estavam isoladas dentro das políticas de modernização do estado e de afirmação da "mineiridade". É importante lembrar da criação, em 1907, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, inspirado em seu congênere nacional fundado na década de 1830. O IHGMG foi criado por um grupo de republicanos reunidos no Centro Floriano Peixoto, associação que se destacou pela elaboração de um ideário cívico mineiro que incluía a valorização dos heróis locais e a elaboração de uma memória da participação regional na formação da nacionalidade. Entre seus membros, destacaram-se as figuras de João Pinheiro, Nelson de Senna, Diogo de Vasconcellos e Augusto de Lima, que foram os norteadores dos esforços de reunião de documentos - escritos, iconográficos, cartográficos - sobre a trajetória histórica do estado e sua evolução política.<sup>76</sup> Dentro do contexto de modernização política e econômica de Minas Gerais, o IHGMG se propunha a pensar uma via de manutenção das tradições herdadas do período colonial que colocavam o estado como ator importante da história brasileira. Seriam essas tradições que, nos dizeres de Nelson de Senna, garantiriam a Minas um "espantoso e irreprimível surto ascendente na escala industrial da civilização".<sup>77</sup>

Assim, na década de 1910 Minas Gerais possuía chances de realizar um trabalho amplo de sistematização das ações até então descoordenadas e descontinuadas. Teixeira de Freitas, em relatório sobre as atividades da Delegacia Regional de Minas Gerais apresentado a Bulhões de Carvalho em 1921, identificou justamente esse histórico de insucessos e, ao mesmo tempo, crescimento de corpos técnicos e instâncias administrativas interessadas na elaboração de pesquisas estatísticas e cartográficas em Minas. Ao ser nomeado Delegado Regional do Recenseamento de 1920, ele procurou elaborar uma estrutura de funcionamento que abarcasse tais instâncias estaduais e municipais, integrando-as ao processo de produção e coleta de dados e revertendo o sinal da relação política existente entre os entes federativos,

---

<sup>75</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. República e trabalho no registro da burguesia. Revista do Departamento de História da UFMG, Vol. 6, n. 10. Belo Horizonte, novembro/1990, p. 3-6. Disponível em: [https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572773de7c65e48584046575/1462203361005/02\\_Dutra%2C+Eliana+Regina+de+Freitas.pdf](https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572773de7c65e48584046575/1462203361005/02_Dutra%2C+Eliana+Regina+de+Freitas.pdf). Acesso em 20/10/2016

<sup>76</sup> SILVA, Mariana Vargens. O IHGMG e os parâmetros para a escrita da História mineira (1907 – 1927). Temporalidades - Revista de História, Vol. 5, n.2( mai-ago/2013). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, p. 72.

<sup>77</sup> RAMALHO, Walderez Simões Costa. Uma história da mineiridade: o sentido "essencialista" de uma representação. Anais do XIX Encontro Regional de História da ANPUH-MG- Profissão Historiador: Formação e mercado de trabalho. Juiz de Fora, 2014, p.5. Disponível em: [http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1398480269\\_ARQUIVO\\_Mineiridade-Walderez.pdf](http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1398480269_ARQUIVO_Mineiridade-Walderez.pdf). Acesso em 20/10/2016.

especialmente os estados e o governo federal. A cooperação entre estados e governo federal não teria sido obtida até então, segundo Teixeira de Freitas, pela influência das tramas políticas na nomeação de técnicos e diretores das repartições estaduais, levando a uma burocracia que considerava fictícia.

"[...] um grande simulacro de serviço para distribuir sinecuras rendosas com intuitos políticos, ou de uma formidável farsa para fornecer à política falso fundamento para criação de distritos e municípios, de termos e comarcas. Diante disso imagina-se bem o quanto de desaçaimaram os apetites às primeiras notícias e providências sobre o recenseamento, e o estado de ânimo dos que já se viam, pelos seus recursos políticos, garantidos no gozo de uma das rendosas sinecuras que todos anteviam. Tarefa formidável esta, portanto, de trazer para o ânimo rebelde e rude das populações à cordata submissão à atuação censitária, de enfrentar a estreiteza de vistas e as ambições da política de campanário, do erigir o aparelho censitário em condições de eficiência, o que vale dizer, de descobrir elementos capazes, despertar-lhes o entusiasmo e o espírito de sacrifício que lhes dessem a coragem do desempenho honesto da árdua missão oferecida e cercá-los em toda parte do devido respeito."<sup>78</sup>

Partindo dessa constatação da oportunidade de, finalmente, estruturar um sistema estatístico que funcionasse em regime de compartilhamento de informações e métodos pelas instâncias federais, estaduais e municipais, Teixeira de Freitas aproveitou da relativa autonomia concedida pela DGE aos Delegados Estaduais do Recenseamento de 1920 para implementar uma organização que diferiu das demais iniciativas estaduais. Na estruturação de sua atividade em Minas, ele pleiteou a divisão do estado em 37 seções e conseguiu a aprovação de 25, número semelhante ao obtido por São Paulo. Cada uma dessas seções contaria com um delegado censitário, os únicos responsáveis pela escolha dos recenseadores e pela conferência dos registros para o envio ao escritório central da DGE no Rio de Janeiro. Os critérios utilizados para a delimitação das áreas de cada seção foram os seguintes: "1º as condições de comunicação; 2º a área; 3º a população; 4º o número de municípios e de distritos; 5º as condições da agricultura e da indústria."<sup>79</sup>

A atividade administrativa da Delegacia Regional mineira foi toda centralizada em Belo Horizonte, sede do escritório da DGE. A justificativa dada para tal decisão foi a necessidade de manter os delegados seccionais livres para acompanharem apenas as tarefas de coleta e sistematização de dados, sem atribuí-los com trabalho administrativo que os tirasse do foco da iniciativa da DGE. No entanto fica claro, também, que a centralização administrativa na sede da Delegacia Regional da DGE conferia a Teixeira de Freitas maior

---

<sup>78</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O recenseamento de 1920 em Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE/ Conselho Nacional de Estatística/Serviço Nacional de Recenseamento, 1951, p. 02. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv84408.pdf>. Acesso em 12/09/2015.

<sup>79</sup> Idem, p. 03.

controle do processo e capacidade de identificação dos municípios ou regiões mais hostis à atividade censitária. Ao mesmo tempo, Teixeira de Freitas implementa a figura dos Inspetores Regionais, subordinados diretamente ao Delegado Regional e responsáveis pela condução dos trabalhos dos Delegados Seccionais. Os inspetores deveriam ser figuras com experiência nos assuntos ligados à administração do Estado, auxiliando na tarefa de conciliar interesses, costurar acordos e negociar a cooperação entre os municípios, o estado e o governo federal.

Urgia, pois, uma providência que me desse a certeza de boa ordem dos serviços em toda a parte, já constatando-a, já promovendo-a. O esboço dela já me trabalhava o espírito, havia algum tempo, e não me foi difícil dar-lhe corpo. Não me sendo possível uma visita pessoal às Delegacias Seccionais, pois a menor ausência minha de Belo Horizonte teria tido desastrosas consequências, era óbvio que me devia fazer representar. Para esse fim vali-me ainda da faculdade, que a lei me concedia, de nomear agentes especiais, constituindo o meu segundo corpo de funcionários dessa designação. Era indispensável que esses agentes, que iam ser de fato "Inspetores Regionais", como os designei, fossem homens experientes das cousas de administração, tivessem suficiente conhecimento do Estado, além de reunirem os indispensáveis predicados de inteligência e caráter. Percebi desde logo que tais funcionários só poderiam ser encontrados nos quadros da administração federal e estadual.<sup>80</sup>

A criação dos Inspetores Regionais visou impor um maior controle às atividades das seccionais do Recenseamento, garantindo a identificação e correção de problemas quando eles ainda estivessem em andamento, evitando a repetição de trabalho devido a má aplicação da técnica estatística. Ao mesmo tempo, tais inspetores teriam a atribuição de evitar a concentração de poderes nas mãos dos Delegados Seccionais, mostrando receio associado à opinião que Teixeira de Freitas tinha com relação às indicações políticas no seio da burocracia estatal. A habilidade de movimentação entre burocratas e políticos teria sido, nas palavras de Teixeira de Freitas, a principal contribuição dada por estes funcionários subordinados diretamente à Diretoria Regional em Belo Horizonte.

Acrescentarei apenas que a habilidade de alguns delegados conseguiu tirar, apesar das restrições impostas à iniciativa deles, não pequeno proveito do concurso das comissões, quer para a solenização dos atos censitários, quer para a fiscalização da coleta, quer para a propaganda direta junto aos habitantes dos respectivos municípios, quer para o trabalho das apurações parciais, e ainda para a obtenção de elementos informativos sobre as condições locais.<sup>81</sup>

O clima convidativo encontrado em Minas Gerais também era justificado pela simpatia do então Presidente do Estado, Arthur Bernardes, à proposta de sistematização dos serviços estatísticos e cartográficos, visto que ela poderia servir às suas pretensões políticas. Minas Gerais era o estado detentor da maior população e da segunda maior economia regional

---

<sup>80</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O recenseamento de 1920 em Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE/ Conselho Nacional de Estatística/Serviço Nacional de Recenseamento, 1951, p. 04-05. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv84408.pdf>. Acesso em 12/09/2015.

<sup>81</sup> Idem, Ibidem.

na década de 1920, e as disputas envolvendo outros estados, notadamente São Paulo, integravam o pano de fundo do aprofundamento do discurso modernizador mineiro. O "mosaico mineiro", nas palavras de John Wirth, continha, em seu território, diversas particularidades, com regiões extremamente dependentes da economia agro-pastoril e outras em que observava-se a instalação de indústrias de pequeno, médio e até grande porte, como as primeiras siderúrgicas. O processo de instalação da indústria e do crescimento das cidades contrastava com a manutenção de altas taxas de analfabetismo, índices de insalubridade alarmantes e pouca integração entre suas diferentes regiões.<sup>82</sup> Dentro deste panorama, o governo de Arthur Bernardes valorizou as iniciativas que visavam a obtenção de informações estratégicas sobre o território, a população, os recursos econômicos e a circulação de riquezas dentro das fronteiras estaduais. Essas informações teriam peso importante no planejamento das políticas mineiras visando o aproveitamento dos recursos contidos em seu território e a atração de contingentes populacionais, especialmente estrangeiros, para a ocupação dos vazios territoriais.

A realização do Recenseamento de 1920 se apresentava como uma excelente oportunidade para a realização de esforços de maior vulto para a apuração dos dados necessários à gestão do estado e ao desenvolvimento de sua economia. Como culminância desse processo, o governo Arthur Bernardes também empreendeu reformas buscavam atingir questões sociais, como as observadas nos ramos da saúde e da educação. A partir do mote da "modernização" mineira, o governo de Bernardes colocou em prática uma série de políticas que visaram afirmar o lugar da administração pública estadual na conformação de uma política unificada de valorização da população, do território e das riquezas locais. Esse projeto teve especial conexão com as pretensões de Bernardes à indicação de seu partido o Partido Republicano Mineiro, para a composição da chapa "oficial" na disputa à Presidência da República, que seria realizada no ano de 1922.

Primeiro governante mineiro oriundo da Zona da Mata, Bernardes quebrou com uma longa predominância dos políticos ligados às elites do sul de Minas Gerais e sua eleição representou um impulso de renovação nas elites mineiras, marcado tanto pela mudança espacial do eixo político quanto da entrada em cena de uma nova geração, que alcançara os cargos públicos na década de 1910 com propostas de reformas no regime republicano.

---

<sup>82</sup> WIRTH, John D. O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 81.

Durante o governo de Bernardes observou-se o declínio do poder dos chefes políticos do sul de Minas, que foram substituídos por expoentes das oligarquias da Zona da Mata. Com isso, Bernardes aumentou sua autonomia diante da cúpula do PRM e, ao mesmo tempo, angariou lealdades parlamentares importantes para a implementação de seus planos de ação.<sup>83</sup> Dentro dessa perspectiva de análise, a aproximação do governo mineiro com a DGE, além de satisfazer a demandas específicas do Recenseamento de 1920, não deixava de ter importância estratégica para a legitimação do governo de Bernardes em Minas Gerais perante os setores que compunham o arranjo de forças do Partido Republicano Mineiro. Em um cenário marcado pela instabilidade das alianças entre os diferentes segmentos das elites regionais mineiras, o estabelecimento de políticas estatísticas e cartográficas passava a ser investido de um importante poder de arregimentação de simpatias em prol do mapeamento das riquezas das regiões e seu aproveitamento via políticas oficiais de estímulo à exploração do solo.

Teixeira de Freitas ressaltou a importância da aproximação entre instâncias técnicas e políticas para a efetiva instalação das políticas propostas pela DGE. Em seu relatório a Bulhões de Carvalho, Teixeira de Freitas deixa claro que participara de reuniões com o Presidente do Estado de Minas Gerais, Arthur Bernardes, para acertar os pontos sobre as expectativas referentes à ação conjunta, visto que sem tal "acerto de contas" não seria possível estabelecer uma dinâmica de cooperação, a única que possibilitaria a realização do Censo de 1920.

"[...] não podia ter sido intuito do legislador executar a obra censitária quase à revelia das administrações estaduais, pois a própria natureza da campanha exigia em seu prol o entrelaçamento harmonioso dos esforços de todos os órgãos da nacionalidade, quer sociais e morais, quer políticos e administrativos. Demais, estavam por um lado em jogo gravíssimos interesses dos Estados a impedir que os mesmos se alheassem da marcha e do êxito do serviço, e por outro lado a própria direção do serviço não poderia prescindir do prestígio, do apoio e de inúmeros auxílios materiais por parte dos governos regionais. Tendo, pois, tudo isso apreendido ao assumir as responsabilidades do cargo, logo ao meu primeiro encontro com o ilustre Presidente de Minas expus-lhe a minha maneira de ver e o meu plano, de convergência de vistas e de esforços entre os três ramos da administração pública no Estado, visando o êxito do recenseamento. Tive a felicidade de encontrar uma admirável mentalidade de estadista, que já havia plenamente apreendido a questão exatamente nos termos em que lha ia submeter, levando eu desse encontro gratíssima impressão, de par com a auspiciosa certeza de que o êxito do recenseamento em Minas seria uma brilhante realidade, graças à solidariedade e ao prestígio incontrastável que dali em diante não deixariam mais de me amparar por parte dos altos poderes do Estado."<sup>84</sup>

<sup>83</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Minas de dentro para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República. *Locus - Revista de História.*, Juiz de Fora, v. 5, n. 2 (1999), p. 98.

<sup>84</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O recenseamento de 1920 em Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE/ Conselho Nacional de Estatística/Serviço Nacional de Recenseamento, 1951, p.8. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv84408.pdf>. Acesso em 12/09/2015.

A convergência entre os interesses estratégicos da DGE e do governo de Minas Gerais foi um importante fator para sucesso da atividade de Teixeira de Freitas à frente da Delegacia Regional de Minas Gerais durante o Recenseamento de 1920. No entanto, sua exposição a Bulhões de Carvalho deixava claro que, sem a adesão popular ao esforço de coleta de dados, nada poderia ter sido feito para a apuração do quadro real do estado e do país. Assim, parte expressiva da primeira seção de seu relatório foi dedicada à exposição das ações com o objetivo de divulgar o recenseamento e esclarecer dúvidas que pudessem afastar as pessoas dos agentes censitários.

De feito, só um esforço de propaganda multiforme, generalizado, tenaz, intenso, brilhante mesmo, capaz de ferir a atenção de todas as inteligências e empolgar ânimos em todas as camadas sociais, poderia atenuar, senão vencer, as dificuldades sem número que pareciam vetar o êxito de qualquer empreendimento censitário no Brasil. Porque o que se tornava mister não era somente afeiçoar as populações à ideia e à prática censitária, vencendo ignorância, preconceitos, malevolências, desconfianças, medo, mas ainda criar em toda a parte um ambiente que permitisse constituir o aparelho censitário em condições satisfatórias.<sup>85</sup>

A publicidade do Censo de 1920 envolvia frentes muito diversas e amplas que visavam espalhar notícias sobre o benefícios da campanha e conclamar a população a contribuir para a ação do Estado para o conhecimento das reais condições do Brasil. A política de divulgação do censo incluiu visitas às principais autoridades estaduais e municipais, aos comandantes das Forças Policiais e representantes religiosos. Também apostou no aspecto solene ao promover celebrações cívicas, eventos políticos e manifestações religiosas, como missas votivas e sermões conclamando a população a contribuir com o censo. Procurando mostrar que as atividades do censo partiam da cooperação entre as instâncias federativas, Teixeira de Freitas estimulou e deu publicidade aos entendimentos entre o Presidente do Estado e autoridades políticas nos municípios e em sociedades civis dedicadas aos assuntos públicos. As iniciativas editoriais também ocuparam espaço de destaque na propaganda do censo em Minas Gerais. A legislação referente ao recenseamento foi publicada, num total de 10.000 exemplares distribuídos na capital e interior. Foram impressos cartazes para fixação em repartições, bares, restaurantes, hotéis, estradas, igrejas domicílios e outros logradouros na capital e no interior. Foram dadas instruções ao professorado público para que os alunos fossem incentivados a estimularem suas famílias a colaborar com o censo. Além disso, destacamos algumas ações arrojadas, como a fixação

---

<sup>85</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O recenseamento de 1920 em Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE/ Conselho Nacional de Estatística/Serviço Nacional de Recenseamento, 1951, p.5. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv84408.pdf>. Acesso em 12/09/2015.

de etiquetas de propaganda nos embrulhos de venda a varejo e em garrafas de água, assim como a criação de sociedades e clubes de propaganda do censo, que se dedicaram a produção de peças gráficas, chamadas de rádio e pequenos filmes que foram exibidos nos cinemas existentes nas principais cidades mineiras.

A ênfase conferida por Teixeira de Freitas à divulgação dos resultados do censo nos sugere um esforço para a afirmação das atividades da DGE e, ao mesmo tempo, para a sua própria consolidação como integrante das políticas estatísticas e cartográficas mineiras. Teixeira de Freitas relatou a Bulhões de Carvalho ter realizado visitas às redações dos jornais e elaborado diversos artigos para publicação em jornais da capital e interior. Suas visitas às sedes das Delegacias Seccionais, em companhia de autoridades políticas, eram investidas de caráter oficial e promoviam a projeção de sua figura pública nos meios políticos, burocráticos e intelectuais mineiros. A conjugação entre o esforço de organização administrativa, a ação política de mobilização dos principais agentes locais e a ampla publicidade garantiu o sucesso do recenseamento entre 1919 e 1921 e grande visibilidade a Teixeira de Freitas, que ganhou espaço entre os responsáveis pelas políticas estatísticas e cartográficas em Minas Gerais e dentro da DGE.

O empreendimento estatístico pode ser considerado como a atividade mais bem estruturada e de maior lastro no tempo, entre as tantas que foram impulsionadas com o centenário. O grande censo nacional realizou-se em 1919, cercado por um aparato publicitário e por procedimentos técnicos na coleta que visavam garantir, talvez pela primeira vez no país, a credibilidade dos resultados estatísticos apurados.<sup>86</sup>

O resultado das atividades de Teixeira de Freitas levou o governo de Minas Gerais a convidá-lo para a organizar a elaboração do Mapa Mineiro do Centenário, que seria exposto em um grande evento comemorativo dos 100 anos da Independência do Brasil. Com a criação da Comissão Mineira do Centenário através da Lei estadual nº 820, de 26 de setembro de 1921, foi também instituída a Seção de Estatística e Cartografia, para a qual ele foi convidado a ocupar o cargo de Diretor. Ao mesmo tempo, o sucesso em suas atividades de coordenação do recenseamento em Minas o levaram a sugerir a criação de uma Delegacia da DGE em Minas Gerais, unificando os serviços estatísticos e cartográficas no estado. Segundo Nelson Senra, tal iniciativa teria gerado grande impacto em Bulhões de Carvalho, constatado por dois fatos: em primeiro lugar, pela indicação de Teixeira de Freitas para a tarefa de organizar as estatísticas gerais do estado e integrá-las com um plano cartográfico e corográfico; em

---

<sup>86</sup> GOMES, Maria do Carmo Andrade. Mapas e mapeamentos: políticas cartográficas em Minas Gerais. São Paulo: Annablume Pós Graduação em História UFMG, 2015, p. 221-222.

segundo lugar, seu relatório em que constam o memorial sobre o recenseamento e suas propostas foi guardado por Bulhões de Carvalho, tendo permanecido em seu acervo pessoal até sua morte, quando foi doado ao IBGE.<sup>87</sup>

Com a indicação de Teixeira de Freitas para a direção da nova Delegacia da DGE em Minas, Bulhões de Carvalho esperava consolidar uma experiência que servisse de exemplo para os demais estados e mesmo para a administração federal, mostrando os benefícios do sistema de cooperação entre as instâncias administrativas das diferentes esferas governamentais. Em seu relatório, Teixeira de Freitas ressalta o julgamento de que parte dos trabalhos para a realização desses objetivos já havia sido feita pela Delegacia Regional do Recenseamento.

"Terminados os trabalhos do Censo em 31 de dezembro de 1921, autorizava-me o Diretor Geral de Estatística a voltar a Belo Horizonte para levar a cabo, como trabalho complementar do recenseamento, a sistematização cartográfico-estatístico-corográfica, cujos fundamentos lançara e cujo principal material já recolhera em boa parte."<sup>88</sup>

A nova Seção de Estatística e Cartografia da Comissão Mineira do Centenário foi organizada, então, tendo este duplo objetivo em mente. Era necessário, então, garantir não só a cooperação no que se referisse à coleta de dados estatísticos, mas também a organização dos estudos de mapeamento que dariam origem à Carta Mineira do Centenário. A atividade da equipe responsável pelo novo mapa estadual surgiu ao mesmo tempo em que o governo mineiro recriou a Comissão Geológica e Geográfica (CGG), e o Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais (SEGMG), que seria regulamentado somente em 1926. Assim, enquanto a CGG deveria continuar com o esforço de cobertura de todos os quadrantes do mapeamento iniciado em 1891, a seção de estatística e cartografia da Comissão Mineira do Centenário teve objetivos claros e pragmáticos desde sua criação. Dentre as atribuições da nova seção regulamentadas pela legislação mineira, três eram os produtos esperados:

1º. Uma carta física e política do estado, na escala de 1:500 000, em que se resumissem todos os esparsos elementos de cartografia mineira, inclusive os que coligira a extinta Delegacia Geral do Recenseamento, sobre cada uma das circunscrições municipais;

2º. Um Boletim Estatístico-Corográfico, em o qual, aliando-se a estatística à corografia, se estudassem, primeiro, os 178 municípios separadamente, e depois, o Estado em conjunto;

---

<sup>87</sup> SENRA, Nelson de Castro. Em Minas Gerais, Teixeira de Freitas ensaia a cooperação federativa (os anos 1920). In.: SENRA, Nelson de Castro. (org.) Organizando a coordenação nacional: estatística, educação e ação pública na Era Vargas. Rio de Janeiro: IBGE, 2014, p. 82.

<sup>88</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Os serviços de estatística do estado de Minas Gerais. In.: Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, ano 4, n. 13, p. 112, jan-mar/1943.

3º. Um Anuário Estatístico em que se condensassem, em forma exclusivamente tabular, os dados mais expressivos das condições gerais do Estado em 1921.<sup>89</sup>

Concordamos com Maria do Carmo Andrade Gomes quando ela afirma que Teixeira de Freitas estava ciente do "caráter monumental" dos documentos que deveriam ser produzidos pela equipe que passaria a coordenar. Esse aspecto da atividade da Seção Estatística e Cartográfica da Comissão do Centenário residiria tanto na afirmação da presença de Minas no concerto dos estados brasileiros e das nações como na demonstração da natureza modernizadora dos serviços públicos que a nova geração de políticos mineiros implementava no estado.<sup>90</sup> Ao mesmo tempo, ele também tinha plena consciência da projeção que obteria com o sucesso de seu trabalho na coordenação tanto do esforço censitário como na elaboração da Carta Mineira do Centenário. Arthur Bernardes, presidente de Minas Gerais, era candidato à Presidência da República e sua vitória - que acabou se confirmando - poderia assegurar a simpatia do governo federal às atividades estatísticas estaduais, fortalecendo o regime de cooperação proposto por Teixeira de Freitas.

A apresentação dos resultados do recenseamento e do Mapa Mineiro do Centenário aconteceram na Exposição Internacional do Centenário, inaugurada em 7 de setembro de 1922 no Rio de Janeiro, para a qual foram construídos uma série de pavilhões para abrigar os trabalhos. O evento durou até o mês de setembro de 1923, tendo atraído a atenção da imprensa nacional e internacional e contado com o comparecimento de diversos chefes de Estado, que puderam verificar o resultado das pesquisas sobre as riquezas naturais e industriais de todas as partes do país. Ainda que somente uma parte dos produtos do programa estatístico-cartográfico estivesse pronta na ocasião da Exposição do Centenário, a recepção dos mapas municipais causou grande impacto, tendo a iniciativa mineira sido agraciada com o Grande Prêmio da mostra cartográfica da Exposição Internacional do Centenário, motivo de grande felicitação para Teixeira de Freitas, sua equipe e o governo mineiro.<sup>91</sup> O evento serviu, à sua maneira, como um catalisador das atividades de Teixeira de Freitas em âmbito nacional, consolidando uma imagem de hábil articulador de políticas públicas.

A partir da Exposição Internacional do Centenário, tanto Bulhões de Carvalho quando os integrantes do governo de Minas Gerais passaram a solicitar a continuação de Teixeira de

---

<sup>89</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Os serviços de estatística de Minas Gerais. . In.: Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, ano 4, n. 13, p. 113, jan-mar/1943.

<sup>90</sup> GOMES, Maria do Carmo Andrade. Mapas e mapeamentos: políticas cartográficas em Minas Gerais. São Paulo: Annablume Pós Graduação em História UFMG, 2015, p. 232.

<sup>91</sup> Idem, p. 232-233.

Freitas na organização dos serviços estatísticos e cartográficos no estado, o que se materializou em uma série de comunicados, em reuniões da DGE, em mensagens do então governador Raul Soares e de integrantes da Assembleia Mineira, que defenderam a regulamentação do SEGMG, concretizado apenas em 1926. A ideia de cooperação entre municípios, estados e governo federal ganhava força mesmo entre os altos funcionários do governo estadual mineiro.<sup>92</sup> Teixeira de Freitas, por sua vez, tornou públicas suas propostas de reorganização administrativa, ampliando o escopo das mesmas à própria divisão política do estado de Minas Gerais, considerada desproporcional e ligada a interesses que não os da racionalização proposta pelo novo órgão estatístico.

Em um artigo da Revista Mineira eu lançara, em Janeiro de 1923, as bases que se me afiguravam indispensáveis para a redivisão administrativa do Estado, afim de que ela, ao menos na sua expressão geográfica, se exonerasse dos vícios gravíssimos que enfeivavam a divisão vigente. E dentre esses defeitos quero destacar, por mais significativos: os numerosos casos das "fazendas encravadas", isto é, latifúndios, cada um dos quais, fazendo parte geográficamente de um município, pertencia administrativamente a outro, ao qual seu território nem sequer era contíguo; unidades administrativas e judiciárias formadas de circunscrições sem continuidade territorial; distritos" com as respectivas sedes situadas fora dos seus próprios perímetros; inadaptação da divisão judiciária à administrativa, havendo o caso de um município se distribuir por mais de um termo ou mesmo mais de uma comarca; não correspondência dos distritos judiciários aos administrativos; exceções injustificáveis à regra da circunscrição administrativa ou judiciária ter a designação da sua sede; prejudicial homonímia entre circunscrições de igual categoria; desproporção, flagrantíssima e descabida, em população e área, entre as circunscrições vizinhas; delimitação das circunscrições pelas linhas divisórias das terras pertencentes a determinados cidadãos, estabelecendo uma prejudicial imprecisão e inadmissível instabilidade à composição territorial das entidades administrativas e judiciárias; e muitas outras mais.<sup>93</sup>

A proposta de reorganização administrativa de Teixeira de Freitas pregava que os diferentes tipos de circunscrições - administrativas, religiosas, judiciárias e políticas - não poderiam ser conflitantes, pois a confusão reinante dificultava mesmo as apurações mais gerais em termos de estatística. Assim, ele argumentou que o trabalho do recenseamento de 1920 teria sido o primeiro a tentar sanar tais lacunas e enfatizou que os principais estudos necessários à regularização das estatísticas estaduais em Minas Gerais deveriam ser aqueles de caráter geral, que ainda não haviam sido apurados com precisão devido aos problemas jurisdicionais detectados ao longo de sua trajetória no serviço público estadual.

---

<sup>92</sup> CALDEIRA-MACHADO, Sandra Maria. Cooperação, estatística e obra educativa: Teixeira em Minas Gerais na década de 1920. In.: SENRA, Nelson de Castro. Organizando a coordenação nacional: estatística, educação e ação pública na Era Vargas. Rio de Janeiro: IBGE, 2014, p.105-108.

<sup>93</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Os serviços de estatística do estado de Minas Gerais. In.: Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, ano 4, n. 13, p. 115, jan-mar/1943.

Essa campanha em defesa da sistematização da divisão político-administrativa e da cooperação entre municípios, estados e governo federal também deu origem ao 1º Congresso Mineiro de Municipalidades, em que foi apresentada um texto do então Secretário de Agricultura, Daniel de Carvalho, sobre os trabalhos para a Carta Mineira do Centenário. Intitulado "O Estado de Minas Gerais - Factos [sic] e números coordenados para a Carta Comemorativa do 1o Centenário da Independência Nacional", o artigo ressaltava os benefícios da união entre os esforços dos governos estadual e federal. No mesmo ano, logo após o término da Exposição Internacional do Centenário, foi organizada a montagem da mesma mostra cartográfica em Belo Horizonte, na sede do Conselho Deliberativo. Suas intervenções na imprensa e na ocasião da inauguração da exposição enfatizaram, mais uma vez, o regime de cooperação que teria garantido o sucesso da empreitada, confirmado pela premiação recebida no meses antes.<sup>94</sup> A colaboração de Teixeira de Freitas na imprensa mineira e nos principais núcleos de discussão dos assuntos estatísticos no estado garantiram ampla difusão de suas ideias, com a edição, nos jornais e em pequenas publicações, de seus discursos em congressos, exposições e solenidades.

Os trabalhos do Serviço Estatístico e Cartográfico da Comissão Mineira do Centenário contaram ainda, como vimos, com a publicação de um Anuário Estatístico e de um Boletim Estatístico-Corográfico do Estado de Minas Gerais. O primeiro foi publicado em 1924, reunindo as informações colhidas pelo recenseamento de 1920. Já o segundo, planejado para compreender 5 volumes com informações estatísticas, cartográficas e pequenas sínteses sobre as atividades econômicas e aspectos sociais, políticos e morais dos municípios mineiros, teve sua publicação prejudicada pela falta de verbas para edição da publicação pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, onde os originais ficaram parados por mais de um ano a espera de autorização para sua finalização. Antes mesmo da publicação do "Album Corográfico Municipal do Estado de Minas Gerais" (como a publicação foi denominada), Teixeira de Freitas informou, em correspondência ao então Secretário de Agricultura de Minas Gerais, Daniel de Carvalho, a intenção de desligar-se dos serviços estatísticos mineiros.

"Tendo esperado, com sacrifício que me foi por vezes bem penoso, o termo da sua administração, à qual me considerava obrigado a prestar o concurso que pudesse à testa dos serviços estatísticos do Estado, penso poder retirar-me agora de ânimo tranquilo, certo de haver cumprido integralmente os meus compromissos para com o governo do eminente Dr. Melo Vianna e para com o prezado amigo. De fato, ao deixar, no fim do mês próximo, o honroso posto que me foi confiado pelo saudoso Dr. Raul Soares, e no qual bondosamente me quis manter o nosso ilustre Presidente,

---

<sup>94</sup> GOMES, Maria do Carmo Andrade. Mapas e mapeamentos: políticas cartográficas em Minas Gerais. São Paulo: Annablume Pós Graduação em História UFMG, 2015, p. 233-235.

a situação será esta, em resumo: os compromissos iniciais - da Carta do Centenário, do Anuário e do Boletim Corográfico - completamente executados quanto às duas primeiras partes, ficando a terceira, que só depende (os últimos mapas municipais estando no prelo) da redação final, para ser entregue por mim ao Governo, globalmente nos seus cinco ou seis grossos volumes, dentro de oito ou dez meses, pois a esta tarefa vou exclusivamente me dedicar, sem qualquer ônus para o Estado, logo que chegue ao Rio, para onde levarei o respectivo material estatístico, que, aliás, não é mais necessário à repartição; os novos mapas do Estado, o geral e o didactivo, já totalmente elaborados, com o seu desenho à tinta muito adiantado; organizado e em eficiente funcionamento, o aparelho de estatística geral do Estado, dispondo de um bom arquivo, de biblioteca e mapoteca incipientes mas já bastante enriquecidas, e de um pessoal dedicado, disciplinado, capaz e experiente; concluído o projeto de regulamento definitivo do serviço, trabalho esse em que se consubstanciam todos os ensinamentos que pude extrair do meu tirocínio estatístico e da minha visão das coisas pátrias, e com o qual, estou certíssimo, Minas ocupará, se o quiser aceitar, um dos mais adiantados lugares em matéria de organização estatística.<sup>95</sup>

Teixeira de Freitas também envia correspondência ao então Presidente de Minas Gerais, Fernando de Melo Viana, comunicando a entrega de seu cargo no SEGMG. Ao governante mineiro ele não entrou em detalhes de suas atividades na SEG, limitando-se a exaltar sua regulamentação - que depois se mostraria ineficiente - da repartição e manifestar a sensação de "dever cumprido" perante as responsabilidades que lhe haviam sido confiadas.

Exmo Dr. Mello Vianna,  
Belo Horizonte

Acabando de depor em mãos Sr. Secretário de Agricultura cargo [que] vinha exercendo, visto considerar concluída a incumbência que o governo de V. Excia. me havia bondosamente conservado, de organizar o Serviço de Estatística Geral do Estado, por ato de hoje incorporado definitivamente ao aparelho administrativo de Minas Gerais, corre-me grato dever de vir manifestar a V. Excia., de par com os mais vivos e muito cordiais agradecimentos pela confiança e estima com que sempre me distinguiu, calorosas congratulações pelo vigoroso impulso que o decreto agora publicado trouxe à estatística brasileira, constituindo mais um notável serviço do seu governo aos altos interesses de Minas e do Brasil. Queira V. Excia., pois, aceitar estas minhas homenagens, com a expressão sincera do meu fervoroso apreço à sua inconfundível personalidade de homem público.  
Atenciosas saudações<sup>96</sup>

O lançamento do "Álbum Corográfico Municipal do Estado de Minas Gerais", em 1926, foi interpretado por Teixeira de Freitas como o encerramento do programa estatístico e cartográfico da Comissão Mineira do Centenário e de sua colaboração com o governo mineiro. Em suas cartas "demissionárias" a Daniel de Carvalho e Melo Viana, as primeiras das várias de sua trajetória, ele procurou associar sua colaboração sempre ao patriotismo e à abnegação na defesa do papel das estatísticas na organização da nação e na educação da população. Além disso, em estratégia retórica que já se consolidava como uma marca

---

<sup>95</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Correspondência a Daniel de Carvalho, Secretário de Agricultura de Minas Gerais, sem data [provavelmente agosto de 1926]. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. Referência: BR\_AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_1, p. 20-21.

<sup>96</sup> Idem, p. 19.

registrada, realizava um balanço de realizações, sempre ressaltando a eficiência dos serviços e deixando nas entrelinhas as deficiências que podiam ser encontradas. O cenário exposto por Teixeira de Freitas permite perguntar "porque se desligar de um serviço estatístico organizado, em funcionamento, amparado pelo governo de um dos principais estados do país?"

Seu retorno à capital o aproximou ainda mais do cerne do debate nacional sobre as políticas estatísticas, levado adiante por Bulhões de Carvalho em sua defesa da institucionalização do Conselho Superior de Estatística, da regulamentação dos exames de admissão e dos planos de carreira do funcionalismo público e do regime de cooperação inter-administrativa. Ao mesmo tempo, Teixeira de Freitas podia continuar defendendo suas posições com autonomia e visibilidade desde Minas Gerais, onde contava com uma liderança administrativa já consolidada, trânsito nos círculos políticos e capacidade de difusão de suas atividades via imprensa jornalística e publicações especializadas. A atividade em Minas Gerais, contudo, também já havia lhe apresentado suas limitações quanto à regulamentação dos serviços estatísticos e seu aparelhamento pelo governo estadual. Teixeira de Freitas provavelmente tinha clareza desse cenário e fazia suas apostas quando foi convidado pelo Presidente eleito de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, para continuar à frente das estatísticas estaduais. O aceite de Teixeira de Freitas estendeu por mais 4 anos sua estadia em Belo Horizonte, nos quais ele procurou estreitar laços com as elites técnicas e políticas nacionais para a ampliação do projeto de cooperação inter-administrativa para os serviços públicos federais. Seus serviços no Recenseamento de 1920, no programa estatístico e cartográfico da Comissão Mineira do Centenário e na organização do SEGMG lhe garantiram distinção entre os administradores públicos, abrindo portas que permitiam voos mais altos. Na segunda metade da década de 1920 Teixeira de Freitas intensificou sua defesa da racionalização administrativa e da regulamentação do serviço público, em consonância com o projeto da DGE de Bulhões de Carvalho. Na última seção deste capítulo procuraremos mostrar como, nos anos finais de sua "década mineira", ele se esforçou para mostrar a urgência da eliminação das influências políticas que atrapalhavam, em sua opinião, o estabelecimento dos serviços estatísticos e, de forma mais ampla, do Estado brasileiro.

#### **1.4.. "Cultura técnica" e política: os últimos anos de Teixeira de Freitas em Minas Gerais e a crítica à organização administrativa do Estado.**

A Secretaria de Estatística Geral de Minas Gerais, surgida do esforço do Recenseamento de 1920 e da Seção de Estatística e Cartografia da Comissão Mineira do Centenário, foi regulamentada em agosto de 1926, ainda no governo de Mello Vianna. Segundo Teixeira de Freitas, tratou-se apenas da oficialização de atividades que já vinham sendo desempenhadas desde 1919, com aprimoramentos introduzidos durante o curso dos trabalhos. A ampliação das funções do Serviço, já prevista por Teixeira de Freitas no início da década de 1920, não chegou a ser concretizada, uma vez que restrições econômicas levaram à supressão de parte dos regulamentos que diziam respeito às dotações orçamentárias para a manutenção do quadro de funcionários e para o estabelecimento dos planos de carreira e gratificações.

O processo de institucionalização dos serviços estatísticos mineiros ganhou ainda mais força com a posse de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no governo estadual em setembro de 1926. Antônio Carlos aprofundou a autonomização do Serviço de Estatística Geral, motivado por objetivos variados, dentre os quais a necessidade de fornecimento de dados às diferentes Secretarias e a divulgação de estudos e publicações para a imprensa e as escolas. As interlocuções de Teixeira de Freitas com os integrantes dos primeiros escalões do governo mineiro se intensificaram, especialmente com os secretários da Agricultura (ao qual a Secretaria estava subordinada), Djalma Pinheiro Chagas, e da Segurança Pública, Interior e Justiça, Francisco Campos. Tal contato, citado por Teixeira de Freitas em artigo publicado décadas depois sobre sua participação nos serviços estatísticos de Minas Gerais, resultou em publicações e participações em eventos, num esforço para garantir exposição no cenário político, divulgação na imprensa e entre os círculos especializados e a formação da população do estado nos assuntos caros à economia, sociedade e território.

Em relato sobre as atividades estatísticas durante o governo de Antônio Carlos, Teixeira de Freitas identificou algumas iniciativas de colaboração com outras repartições estaduais, como a edição do Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária, de boletins semanais sobre a vida econômica mineira e cartilhas para a distribuição nas escolas. O Mapa Mineiro do Centenário foi impresso em escala que permitia sua reprodução para fins

educacionais. Teixeira de Freitas passou a atuar na defesa da metodologia empregada no Censo de 1920 e na vulgarização dos dados estatísticos, participando da organização de diversas publicações lançadas pelo Serviço de Estatística Geral de Minas.<sup>97</sup> As atividades da repartição, ainda que garantidas por sua regulamentação, ainda não se encontravam em plena realização, visto que algumas das disposições foram retiradas devido à necessidade de recursos orçamentários para sua efetivação. Ainda assim, as atividades do SEGMG continuaram no ritmo em que se mantiveram desde o início dos trabalhos estatísticos do Recenseamento. Além das tarefas cotidianas nas diversas seções técnicas, a repartição contribuiu para a realização de exposições em congressos, ocasiões em que a elites econômicas, políticas, técnicas e burocráticas podiam ampliar seus contatos trocar informações.

[...] além da tarefa já de si exaustiva que lhe constituíram os trabalhos acima referidos, como desdobramento normal do seu programa, foram-lhe atribuídos vários encargos especiais, entre os quais se destacam: o preparo da representação mineira no Congresso e Exposição de 1927, em São Paulo, comemorativos do 2º Centenário da introdução do cafeeiro no Brasil; a participação nas exposições realizadas em Belo Horizonte, respectivamente em 1927 e 1928, a primeira de Agricultura, Indústria e Comércio, e a segunda de Pecuária, mas com várias seções anexas de finalidade diferente [...].<sup>98</sup>

Dentro desse contexto de inserção das políticas estatísticas e cartográficas em um esforço maior de divulgação daquilo que chamavam de "modernização" de Minas Gerais, em 1928 foi criada a Diretoria de Estatística Geral e Publicidade (DEGP), subordinada à Secretaria Estadual de Agricultura. Com a criação da DEGP, Teixeira de Freitas se empenhou na organização de seus regulamentos, baseados na experiência de quase uma década na burocracia estadual. A expansão das atividades do novo órgão para o setor da propaganda caminhava no sentido proposto por Teixeira de Freitas anos antes, de fazer da divulgação das estatísticas uma obra de educação pela informação correta, garantida pelos procedimentos técnico-científicos caros a essa área do saber. Além disso, a circulação da produção da diretoria entre outras instâncias técnicas e burocráticas existentes contribuiria para a legitimação, entre os pares, tanto da repartição quanto do esforço do governo mineiro em manter atualizados seus dados estatísticos. Para isso, foi fundada uma Oficina Tipográfica, que possibilitou a impressão de diversas publicações lançadas pela DEGP: *Notícia Estatístico-Corográfica dos Municípios de Alfenas, Araçuaí, Araxá e Belo Horizonte (1928)*, *Carteira*

---

<sup>97</sup> CALDEIRA-MACHADO, Sandra Maria. *Cooperação, estatística e obra educativa: Teixeira em Minas Gerais na década de 1920*. In.: SENRA, Nelson de Castro. *Organizando a coordenação nacional: estatística, educação e ação pública na Era Vargas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014, p. 119-123.

<sup>98</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. *Os serviços de estatística do estado de Minas Gerais*. In.: *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 13, p. 124, jan-mar/1943.

Estatística de Minas Gerais (1929), A Atualidade Mineira (1929) e o 2o volume do Anuário Estatístico de Minas Gerais (1929), com dados referentes ao período 1925-1929.<sup>99</sup>

Nos relatos a respeito dos últimos anos de sua trajetória em Minas Gerais, Teixeira de Freitas afirma que sua preocupação maior foi garantir a elaboração de um regulamento que permitisse à DEGP realizar tarefas de amplo escopo, tais como as propostas (e nunca alcançadas) desde a criação do SEGMG. No cargo de diretor das estatísticas mineiras, ele figurava, nesse momento, como um dos principais responsáveis pela consolidação das estatísticas em nível regional, estabelecendo um modo de organização e ação cuja eficiência foi provada em mais de uma ocasião. Os esforços para a aprovação dos regulamentos do órgão se arrastaram por todo o governo de Antônio Carlos, sem sucessos significativos, como se queixaria Teixeira de Freitas ao apresentar pedido de exoneração da DEPG em 1930.

Vários motivos concorreram para o novo adiamento na efetiva regulamentação da DEPG. A crise econômica dificultava a alocação de verbas para as atividades da repartição e para ampliar suas instalações. O clima político, marcado pelo recrudescimento das tensões entre as alas do Partido Republicano Mineiro, dificultava a aprovação de projetos que beneficiassem os serviços estatísticos. Antônio Carlos encontrava grande oposição da ala ligada a Arthur Bernardes e Mello Vianna, dois ex-governantes estaduais. A aproximação do período eleitoral acendeu os ânimos da elite política mineira, uma vez que esperava-se por uma candidatura mineira para a Presidência da República. Antônio Carlos procurou se projetar como nome a ser indicado por Washington Luiz, tendo suas expectativas frustradas com a indicação do paulista Júlio Prestes. A instabilidade política interna e as tensões entre mineiros e paulistas criaram um clima de instabilidade e incerteza quanto à manutenção das políticas estatísticas.

As dificuldades pelas quais passava a DGE no Rio de Janeiro também eram marcantes. Após os trabalhos do Recenseamento de 1920, que só terminaram em 1925), o órgão chefiado por Bulhões de Carvalho voltou à situação de incerteza causada pela falta de recursos e pessoal que caracterizou grande parte de sua existência até então. A exiguidade de seu corpo de funcionários tornava necessária a colaboração dos estados, que não chegavam de forma uniforme. Em relatório datado de 1925, Bulhões de Carvalho manifestou contrariedade com a situação da repartição, prevendo sua extinção caso não fossem tomadas providências urgentes.

---

<sup>99</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Os serviços de estatística do estado de Minas Gerais. In.: Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, ano 4, n. 13, p. 125-126, jan-mar/1943.

Nas condições atuais em que se encontra a repartição que tenho a honra de dirigir, desprovida de pessoal e sem elementos com que possa incrementar a sua atuação no interior da República, não lhe é possível agir com a eficiência precisa para dar cabal desempenho às suas atribuições regulamentares. A complexidade e a extensão do programa que lhe cumpre executar pressupõem a existência de um aparelhamento condigno, de que não dispõe, infelizmente, a Diretoria Geral de Estatística, obrigado, por isso, a restringir as suas iniciativas, sem esmorecer, todavia, no propósito de fazer o possível para atingir a sua finalidade, dentro dos limites compatíveis com os reduzidos recursos atualmente ao seu alcance.<sup>100</sup>

Teixeira de Freitas afirmava se encontrar diante de duas situações em que identificava a inércia dos serviços estatísticos devido a fatores políticos que, em sua opinião, não deveriam na administração racional do Estado. Além da modéstia da estrutura da DEPG e da DGE, suas atividades eram constantemente dificultadas por complexas questões que envolviam redes locais de poder, grupos familiares e desinformação por parte dos colaboradores e das populações. A influência de fatores particulares nos assuntos técnicos passou a constituir uma das grandes preocupações de Teixeira de Freitas nos seus últimos anos em Minas Gerais, ainda que, nos textos em que revisitou este período, ele não tenha falado sobre suas tais problemas.

Nos anos finais da década de 1920 é possível perceber um aprofundamento das propostas de Teixeira de Freitas para além do panorama estatístico e administrativo mineiro, procurando sempre associar a defesa da racionalização burocrática à tarefa de construção da nacionalidade pelo Estado. Suas críticas à rotina dos serviços estatísticos, em nível estadual e federal, tornou-se mais explícita à medida em que ele experimentava um certo desencantamento com o horizonte de possibilidades profissionais. Sem condições de realizar de forma completa suas propostas, ele não se contentava com ações episódicas que sanavam problemas imediatos sem, no entanto, atacar a raiz deles, identificada na influência de fatores políticos no funcionamento da burocracia. A interferência de interesses pessoais, de indicações, de intrigas e perseguições seria, então, os grandes causadores da ineficiência do Estado. Teixeira de Freitas possuía conhecimento suficiente do aparato burocrático nos níveis estadual e federal para fundamentar sua interpretação de que não havia ainda o princípio da impessoalidade entre os integrantes da burocracia, afinal, já havia completado uma década em Minas Gerais e não lograra êxito em regularizar as atividades estatísticas no estado, quer através da iniciativa do governo local, quer através da DGE. Nos interessa essa posição

---

<sup>100</sup> BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Relatório apresentado ao Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo Dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, Diretor Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1928, p. 13. APUD.: SENRA, Nelson de Castro. História das Estatísticas Brasileiras. Vol. II: Estatísticas Legalizadas (1889-1936). Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 574-575.

ambígua ocupada por Teixeira de Freitas no final de sua "década mineira", pois acreditamos que ela é característica de um determinado grupo de agentes sociais que participou das discussões políticas nacionais a partir do exercício de atividades técnicas dentro do Estado. Formados dentro da dinâmica do bacharelismo e da disputa por postos no aparato estatal marcada pelas filiações políticas próprias dos arranjos regionais, estes técnicos que despontaram nas primeiras décadas da República e que construíram os alicerces de uma "cultura técnica" brasileira foram, ao mesmo tempo, tributários e críticos da imbricação entre as esferas técnicas e políticas, como não poderia deixar de ser em um período que, como vimos, ainda não existiam cursos superiores em muitas das especializações técnicas em emergência, como a geografia, a estatística e a cartografia.

Entre o final do século XIX e a década de 1930, a ascensão de diversas áreas do saber e o processo de emergência de regras burocráticas, textos constitucionais, formas de organização dos governos e configurações institucionais no Brasil possibilitou a consolidação de um determinado grupo social como principal produtor e intérprete dessas configurações jurídico-administrativas.<sup>101</sup> Localizados muitas vezes dentro do próprio Estado, esses sujeitos passaram a jogar um jogo duplo: produzir o discurso do Estado e criticá-lo, procurando pelas formas de seu aprimoramento e reestruturação. Esses sujeitos, chamados de "tecnocratas" pela ciência política, basearam sua intervenção na vida política no exercício de profissões associadas ao saber-fazer técnico-científico. A partir dos requisitos de competência exigidos pela comunidade profissional, eles passaram a advogar uma capacidade de ação cuja influência na vida social ocorreria como em uma espécie de "consultoria".<sup>102</sup> Ao se lançarem na operação das engrenagens da máquina estatal este grupo de pessoas passou a conhecer seus gargalos, deficiências e virtualidades.

Pierre Bourdieu denomina esses sujeitos de "espíritos de Estado", lançando luz sobre um importante aspecto desse grupo social dotado de *expertise* técnica e experiência burocrática nas fileiras do Estado. Segundo sua linha de raciocínio, esses círculos compartilham uma espécie de cosmovisão sobre o Estado, elaborada e difundida por técnicos e "pensadores da política", entendida como organização político-administrativa do Estado. Esse sistema de valores busca uma "razão de Estado" que trate objetivamente as

---

<sup>101</sup> ENGELMANN, Fabiano. "Em torno do poder: ciência e instituições políticas". In.: SIEDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal. (orgs.) *As ciências sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, p. 76-77

<sup>102</sup> FISICHELLA, Domenico. "Tecnocracia". In.: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco. *Dicionário de Política*. Brasília, Ed. UNB, 1992, p. 1233-1235.

características e os problemas nacionais a partir do pressuposto de que a efetivação da nacionalidade só poderia ocorrer de forma completa se promovida pelo esforço estatal. Bourdieu chama a atenção para o fato de que esse sistema de valores integra um conjunto maior de "capitais culturais" que, por sua vez, participam do jogo mais amplo do poder que caracteriza os diferentes contextos espaciais e temporais.<sup>103</sup>

As ideias de Bourdieu nos ajudam a pensar a inserção de Teixeira de Freitas nos serviços estatísticos e cartográficos mineiros na década de 1920. Não queremos dizer, com isso, que observou-se a estruturação de uma "tecnocracia" de forma autônoma e acabada no Brasil das décadas de 1920 e 1930, mas que a estruturação das atividades estatísticas a partir da consolidação da DGE e sua ramificação nos estados contribuiu para o aparecimento de técnicos na burocracia que se dedicaram a pensar a organização administrativas de suas respectivas áreas de atuação dentro da burocracia com o objetivo de melhor atender às demandas por informações, fossem elas estaduais ou federais. A constituição de uma "cultura técnica" dentro da burocracia pode ser percebida já na Primeira República, como mostra o exemplo mineiro na área das estatísticas, ainda que não possa ser atribuída ao estabelecimento dos tecnocratas no seio do Estado que, segundo Eli Diniz, ocorreu apenas no período ditatorial de 1964-85.<sup>104</sup> Nos interessa a constatação de que, a partir dessas primeiras experiências levadas a efeito nos estados, muitos técnicos adquiriram conhecimento e projeção em suas carreiras profissionais e políticas, habilitando-se para voos mais altos.

Grande parte desses novos técnicos foi formada em um ambiente em que vigorava um ecletismo de saberes, que não se restringiam aos temas de especialidade dos cursos oferecidos pelas poucas Faculdades então existentes no Brasil. Muitos deles, inclusive, aprofundaram seus conhecimentos nas respectivas áreas de atuação não nos bancos das faculdades, mas a partir do exercício efetivo de profissões na burocracia estatal, da leitura de manuais em língua estrangeira e das discussões com seus pares. No processo de suas formações superiores, esses novos membros da elite intelectual brasileira tiveram contato com obras estrangeiras e brasileiras que constituíam um repertório de conceitos, sistemas de pensamento e interpretações da nacionalidade compartilhadas e "traduzidas" de diferentes formas a partir de diferentes experiências de vida. Também participaram de revistas, grêmios acadêmicos, sociedades literárias e outras iniciativas que promoviam não só a circulação do pensamento,

---

<sup>103</sup> BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In.: BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas: Papius, 1996, p. 107-112.

<sup>104</sup> DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In.: PANDOLFI, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999, p. 30.

mas também a socialização e a formação de "redes de sociabilidade". Dessa forma, os técnicos em processo de ascensão social na Primeira República não se dedicavam a pensar apenas em suas respectivas habilidades profissionais, mas também em como elas poderiam contribuir para sanar os problemas da nacionalidade. Técnicos e intelectuais compartilhavam, portanto, um campo comum de ascensão de novas elites técnicas na Primeira República, marcado pela crítica aos padrões "bacharelescos" de estruturação da administração estatal e ao arranjo político republicano baseado no federalismo oligárquico.

O questionamento da ordem republicana já nos primeiros anos do século XX colocou em questão a forma de atuação das elites intelectuais na solução dos males da nação, com foco na educação do povo e o conhecimento da realidade do país. Segundo Daniel Pécault, o processo de conversão dos intelectuais em agentes políticos se intensificou a partir da década de 1910, dando origem a diversas formas de intervenção pública no debate sobre a nacionalidade: vaga nacionalista, modernização cultural, ressurgimento católico, impulso antiliberal e outras. Essa geração de intelectuais não só descobriu e tornou pública a sua vocação nacional, mas também buscou identificar os lugares já existentes que poderia ocupar no Estado e na sociedade naquele momento, criando diversos outros ao longo das trajetórias de seus integrantes.<sup>105</sup>

Dentre as formas de intervenção do debate nacional identificadas acima, destacamos a ascensão de uma corrente nacionalista que criticava o liberalismo federalista da Constituição de 1891, apontando a autonomia dos estados como uma das principais causas da inércia dos governos brasileiros. Alberto Torres, jurista, político e intelectual fluminense, foi um dos principais responsáveis pelo questionamento incisivo do liberalismo político no Brasil, tendo adquirido grande projeção a partir da década de 1910, quando despontou como referência anti-liberal nos jornais e outros periódicos do Rio de Janeiro. Seus livros "O Problema Nacional Brasileiro" e "A Organização Nacional", editados em 1914, reuniram textos escritos para diversos periódicos nos quais o autor delineou seu diagnóstico sobre os males nacionais e a as formas de corrigir os erros que teriam caracterizado a trajetória política brasileira. Observemos brevemente alguns aspectos do diagnóstico e das propostas de Alberto Torres que interessam à nossa análise do papel dos técnicos na crítica aos modelos político-administrativos da Primeira República.<sup>106</sup>

Para Torres, "o Brasil nunca fora organizado, suas constituições, reformas, obedeceram

---

<sup>105</sup> PÉCAULT, Daniel. Os Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo, Ática, 1990. p.24

<sup>106</sup> A obra e as ideias de Alberto Torres serão retomados com maior profundidade no próximo capítulo, quando discutiremos o projeto nacional de Teixeira de Freitas e suas múltiplas interlocuções.

sempre apenas a inspirações “teóricas” de governantes e não tiveram nenhum fundamento nas realidades nacionais”.<sup>107</sup> Essa política teórica, em sua opinião, decorria da adoção de modelos estrangeiros de pensamento e comportamento pelos políticos e intelectuais brasileiros, interessados em adquirir legitimidade perante os pares e em “parecerem civilizados” segundo os modelos europeus que vigoraram desde o período colonial. Esse afastamento dos governantes com relação à “realidade nacional” faria com que os mesmos idealizassem os regimes constitucionais a partir do que imaginavam que o país deveria ser, não no que ele era efetivamente. Alberto Torres identifica uma dimensão “subterrânea” da nacionalidade, assentada nas práticas cotidianas assentadas após anos de experiência compartilhada.

“Em verdade, todos os países possuem um regime constitucional ostensivo e um regime constitucional verdadeiro, mas subterrâneo. Está aí o terrível problema da arte política: conciliar a realidade com a abstração, ou aproximar, pelo menos, a verdade das coisas, do nível ideal da lei. Um regime puro seria aquele em que os dois planos se confundissem; assim, o regime constitucional progride quando o plano inferior se aproxima da concepção legal.”<sup>108</sup>

Haveria, para Torres, uma dimensão profunda da nacionalidade, localizada na confluência entre os fatores territoriais, climáticos, populacionais e políticos, e assentada na experiência histórica brasileira, cuja importância ainda não havia sido efetivamente identificada pelos governantes a ponto de que eles se deixassem guiar por elas na elaboração de seus programas de trabalho. Mas porque era tão difícil aproximar esses dois planos? Alberto Torres defende que essa dificuldade decorreria da falta de união nacional e do triunfo dos particularismos sobre uma visão orgânica da nação.

Não temos união política senão para as manifestações aparentes e formais da vida institucional; no que é orgânico, em tudo quanto interessa à sociedade e ao indivíduo, pode dizer-se que a nossa união é tão efetiva como a que se vislumbra, porventura, nas relações de um município do Brasil com um município argentino.”<sup>109</sup>

A união “fictícia” e “institucional” de que Alberto Torres fala se mostraria claramente na fragmentação interna do território nacional, marcado por vastas áreas pouco povoadas e esquecidas pelos centros mais dinâmicos do país. A falta de união denunciada por Alberto Torres decorria do que ele chamava de supremacia do “localismo” sobre o sentido de coletividade. Torres não atacava diretamente os governos estaduais, visto que mesmo dentro dos estados haviam clivagens internas marcadas pela existência de famílias e interesses pessoais. Seu interesse é na diminuição da influência dos interesses privados sobre os assuntos públicos, revertendo um impulso “centrífugo” que fragmentava ao invés de unir, que

---

<sup>107</sup> TORRES, Alberto. A organização nacional. Primeira parte: A Constituição. 4 ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Ed. da UnB, 1978, p. 60.

<sup>108</sup> Idem, p. 62.

<sup>109</sup> Idem, p. 162-163.

afastava ao invés de aproximar as diferentes regiões e grupos sociais que compunham a nação brasileira. Os impulsos locais, dispersos pelo território, não convergiam para centro, não trabalhavam em conjunto para consolidar um sentido de pertencimento que fizesse das pessoas cidadãos engajados na felicidade nacional.<sup>110</sup>

A fragmentação dos esforços criadores existentes na vastidão territorial brasileira teriam sido responsáveis pela insuficiência da produção voltada para o mercado interno, pelo nomadismo que desenraizava o povo de seu meio, pela inexistência de mão de obra operária qualificada e pelos baixíssimos níveis de educação, civilidade e patriotismo do povo. Esse cenário desolador faria com que Alberto Torres lamentasse os maus caminhos percorridos por um país com tantas possibilidades de sucesso.

“Somos um país sem direção política e sem orientação social e econômica. Este é o espírito que cumpre criar. O patriotismo sem bússola, a ciência sem síntese, as letras sem ideal, a economia sem solidariedade, as finanças sem continuidade, a educação sem sistema, o trabalho e a produção sem harmonia e sem apoio, atuam como elementos contrários e desconexos, destroem-se reciprocamente, e os egoísmos e interesses ilegítimos florescem, sobre a ruína da vida comum. O país é, entretanto, um dos países que apresentam mais sólidos elementos de prosperidades e mostram condições para um mais nobre e distante destino.”<sup>111</sup>

Dado esse cenário, identificado por Alberto Torres a partir de sua experiência como político, magistrado e burocrata, a questão que ele se propunha a responder era "qual a maneira de se promover a organização das forças nacionais para que se pudesse imprimir um movimento contínuo rumo ao progresso?". Alberto Torres não vê, nesse sentido, saída fora do Estado. Somente ele poderia realizar essa obra de organização nacional com a força e a coordenação necessários e, para isso, ele julgava essencial adotar um grau de centralização político-administrativa que até então não se havia observado no Brasil. A essa centralização deveria se juntar a afirmação das capacidades técnicas dos responsáveis pelos negócios públicos, que eliminaria, paulatinamente, as influências políticas de teor particular.

“Fundar a política sobre a capacidade dos governantes, é, em suma, todo o ideal da moral política; e o destino dos países novos depende absolutamente da consciência que tiveram seus estadistas da necessidade de uma direção evolutiva, bem como do esforço que puserem em realizar a obra da substituição da base da política.”<sup>112</sup>

O Estado, seus governantes e funcionários, deveriam, segundo Alberto Torres, imprimir uma direção ao país. Seriam esses governantes e funcionários quem buscariam as soluções para os problemas brasileiros, e elas não poderiam ser "importadas", mas instruídas

---

<sup>110</sup> PRADO, Maria Emília. "Alberto Torres e a responsabilidade do Estado na construção da Nação. In.: PRADO, Maria Emília (org.). Intelectuais e ação política. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p. 193-194.

<sup>111</sup> TORRES, Alberto. A organização nacional. Primeira parte: A Constituição. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Ed. da UnB, 1978, p.63.

<sup>112</sup> Idem, p. 143.

por um profundo conhecimento da terra e da gente do Brasil. A crítica, nesse ponto, passa a ser direcionada às elites intelectuais brasileiras, que teriam permanecido à margem dessas discussões, dedicando-se ao beletismo e ao estilo de vida característico da *Belle Époque* dos grandes centros urbanos.

Intelectuais, porém, e, em geral, homens de letras, estão longe de ocupar a posição que lhes compete na sociedade brasileira. Não formam, até hoje, uma força social. A intelectualidade brasileira levou ao último extremo essa atitude de impassibilidade perante a coisa pública que absorção do espírito em estudos especulativos e o desinteresse pela vida e pela realidade habituou filósofos e cultores da arte.<sup>113</sup>

A crítica ao artificialismo da intelectualidade brasileira e de seu fascínio pelos padrões europeus de produção e circulação do conhecimento se somou à denúncia dos jogos políticos que marcavam as repartições burocráticas do Estado, fazendo com que tarefas de cunho técnico passassem a responder a desígnios pessoais ou de grupos sociais específicos. Técnicos, intelectuais, homens de letras e ciências deveriam procurar as fileiras do Estado para modificá-lo por dentro, utilizando a capacidade adquirida a partir dos estudos nas instituições de ensino superior brasileiras. Alberto Torres faz um claro chamado às elites intelectuais brasileiras no sentido de colaborarem com o processo de organização nacional que daria origem à uma nacionalidade homogênea, cuja vitalidade emanaria da estreita ligação entre governantes, técnicos e a realidade brasileira composta por seus diferentes meios e populações.

As propostas de Alberto Torres são amplas e integram aspectos jurídicos, administrativos, econômicos, sociais, sanitários e educacionais. Assim, não nos dedicaremos a analisá-las em sua completude, limitando-nos a abordar sua defesa do papel do Estado e das técnicas e intelectuais, que aqui são de grande importância para o entendimento do posicionamento adotado por Teixeira de Freitas nos anos finais da década de 1920.<sup>114</sup> A centralidade dos temas associados à reformulação da estrutura político-administrativa do Estado na obra de Alberto Torres e sua defesa de uma orientação técnica para o exercício dos cargos burocráticos e políticos caminhava no mesmo sentido da visão compartilhada pelos técnicos em processo de ascensão na estrutura administrativa estatal na Primeira República. Segundo Sílvia Pinho, a obra torreana foi gradativamente incorporada por um grande número de intelectuais e burocratas, tendo essa recepção positiva acontecido desde sua publicação e, especialmente, após a morte de Torres em 1917. O engajamento dos intelectuais nas políticas públicas nas décadas seguintes alçou o nome de Alberto Torres a um patamar de destaque

---

<sup>113</sup> TORRES, Alberto. *A organização nacional. Primeira parte: A Constituição*. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Ed. da UnB, 1978, p. 105-106.

<sup>114</sup> A obra de Alberto Torres e sua influência na intelectualidade brasileira entre as décadas de 1920 e 1940 serão abordados de forma aprofundada no próximo capítulo.

entre os "patronos" da centralização político-administrativa e do nacionalismo que caracterizaram as décadas de 1930 e 1940. No que se refere ao período de atuação profissional de Teixeira de Freitas em Minas Gerais, podemos afirmar que nosso personagem central fazia parte das redes de trocas intelectuais existentes entre técnicos, políticos, literatos, jornalistas e outros grupos sociais que se dedicavam às tarefas referentes à elaboração de um discurso crítico sobre a realidade social. Assim, observamos a aproximação das posições de Teixeira de Freitas a respeito do funcionalismo público e do papel do Estado daquelas defendidas por Alberto Torres. No final da década de 1920, Teixeira de Freitas começou a deixar claras suas críticas às atividades da DEGP, em Minas Gerais, e da DEG em âmbito nacional, a partir de ideias que ecoam o pensamento do político e letrado fluminense. Após mais de uma década dedicada à atividade estatística e à estruturação dos serviços burocráticos nessa área de atuação em Minas Gerais, como representante do governo mineiro e da DGE, Teixeira de Freitas passou a utilizar sua experiência para tentar angariar adesões ao projeto de racionalização administrativa da burocracia estatal entre os altos escalões do governo mineiro e brasileiro. A partir dos contatos semeados em sua trajetória profissional, ele foi capaz de abrir espaços entre técnicos e políticos, buscando movimentar-se entre esses diferentes polos de agentes do Estado.

Em correspondências enviadas a políticos, secretários de governo e chefes de repartição, a defesa do Recenseamento de 1920 e da Carta Mineira do Centenário passou a dividir lugar com às críticas à inércia dos governos em regulamentarem as estatísticas gerais e ao funcionamento dos serviços públicos. Se nas publicações oficiais lançadas pela DEGP Teixeira de Freitas adota um tom mais laudatório sobre os resultados da atividade estatística, nas correspondências privadas suas queixas gravitavam em torno da demora em se garantir regulamentos oficiais estáveis para os serviços de estatística geral, da falta de integração entre os esforços federais, estaduais e municipais e à falta de critérios técnicos para a escolha de funcionários e diretores das repartições públicas.

Em correspondência enviada ao Presidente Washington Luiz, datada de julho de 1928, Teixeira de Freitas valeu-se do pretexto do envio de publicações editadas pelo SEGMG para solicitar a apreciação de suas propostas, apresentadas em conferência publicada no órgão oficial do governo mineiro, o jornal "Minas Gerais". Nesse artigo ele afirma discorrer sobre a qualidade dos serviços estatísticos e, mais especificamente, do funcionalismo público:

[...]Peço licença para vir oferecer à V. Exia., em continuação à anterior remessa, as últimas publicações do Serviço de Estatística de Minas Gerais, que me honro de ter organizado e estar dirigindo na qualidade de funcionário da Diretoria Geral de Estatística, para este fim posto à disposição do Governo Mineiro.

Permitindo V. Exia., desejaria ainda pedir sua esclarecida atenção para as conclusões assinaladas no incurso exemplar do "Minas Gerais", e aprovadas unanimemente pelo Congresso Comercial, Industrial e Agrícola realizado há pouco nesta capital, da tese intitulada "A estatística em Minas e no Brasil", que me foi dado apresentar àquela notável assembleia dos representantes das nossas classes produtoras. Dada a clarividência e energia que V. Exia. tem sabido encarar e resolver os maiores problemas da nossa atualidade administrativa - entre os quais se deve inscrever também o da definitiva criação de uma estatística geral brasileira-, fica-me a certeza de que as minhas singelas considerações, ditadas que foram por um vivo sentimento de patriotismo e pela experiência de um já longo e devotado tirocínio profissional, hão de conseguir despertar o interesse de V. Exia., logrando, assim, para as ideias ventiladas a força de realização de que elas carecem, ou - diria talvez melhor - que contingências vivas da vida nacional notória e insistentemente solicitam. Esperando que me seja relevada a ousadia deste gesto, antecipo meus agradecimentos, pedindo venia para subscrever-me, com os sentimentos do maior respeito e subido apreço. [...]<sup>115</sup>

É possível perceber acima como Teixeira de Freitas tentou se valer da posição de destaque que ocupava nos serviços estatísticos e cartográficos mineiros para se fazer ouvir nas principais instâncias políticas do país, apresentando seus projetos como fruto da experiência e da abnegação em favor do ideal patriótico, em uma mistura de modéstia e defesa de sua capacidade profissional. Suas contribuições, dizia ele, visavam imprimir uma nova organização à burocracia estatal com base na ideia de exercício racional das capacidades motivado pelo imperativo da nacionalidade, o que permite vislumbrar os ecos de Alberto Torres, para quem a esta última só seria consolidada através do esforço planejado do Estado para imprimir uma direção às iniciativas dispersas. A forma de atuação do Estado deveria, segundo Teixeira de Freitas, se pautar pelo exercício da técnica, que, em sua opinião, não se misturava à política. Somente uma administração racionalizada e garantida por legislação abrangente poderia suportar a carga de trabalho a se realizar para conhecer o Brasil e, com isso, buscar as suas formas próprias de modernização.

Teixeira de Freitas continuou sua campanha para a reforma dos serviços públicos federais, investindo novamente no diálogo com Washington Luis. Na correspondência anterior observa-se que o envio de remessas de publicações ao Presidente já havia se tornado uma prática regular da parte de Teixeira de Freitas. Esse trânsito foi aproveitado para a discussão de assuntos que estavam na pauta política do período e que interessavam diretamente à realização do projeto de racionalização administrativa. A questão dos salários dos servidores e dos planos de carreira, por exemplo, foi motivo de menção por parte de

---

<sup>115</sup> FREITAS, Mário agosto Teixeira de. Correspondência a Washington Luiz Pereira de Souza, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. 20 de julho de 1928. Fundo Mário agosto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. BR-AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_1, p. 25-26.

Teixeira de Freitas, que não deixou de associá-la à reorganização administrativa e racionalização dos quadros de servidores.

"Supondo, pelo que tenho lido, que seja pensamento de V. Excia. melhorar o sistema de remuneração do funcionalismo federal, e devendo essa iniciativa, provavelmente, harmonizar-se com o projeto, que vem ocupando a atenção do Legislativo, tendente à organização racional do quadro dos serventuários da União, inspira-me o meu patriotismo um caloroso apelo, que peço vênha para deixar formulado nessas linhas, à coragem cívica e ao descortino com que V. Excia. está procurando apreender e resolver, sem titubeios, os problemas mais prementes da atualidade brasileira, apelo este para que a ação governamental projetada ao nosso regime administrativo não se arreceie [sic] do radicalismo que se faz mister para tirar o país da desoladora situação em que, neste particular, vive mergulhado, e dar à função burocrática entre nós a nobreza, a dignidade, a disciplina e a eficiência de que se deve ela revestir.<sup>116</sup>

A intervenção de Teixeira de Freitas buscava chamar a atenção do chefe do Executivo brasileiro para a existência de discussões, no Legislativo, sobre a reorganização do quadro do funcionalismo público e da racionalização burocrática, com a devida regulamentação das carreiras técnicas dos órgãos federais. A estratégia retórica de Teixeira de Freitas, que incluiu uma introdução laudatória e um apelo emocional, mobiliza imagens recorrentes na caracterização das instâncias burocráticas brasileiras do período para denunciar as influências personalistas que impediam o avanço dos estudos valiosos para a ação do Estado frente aos problemas nacionais. Dizendo não querer se alongar demais, ele envereda numa descrição cheia de imagens emocionais sobre o que considerava serem os principais vícios do funcionalismo público.

Bastará que lembre que a dolorosa situação em que nos debatemos-e V. Exia. já o terá notado certamente, é a consequência lógica e fatal de uma causa única - o regime vicioso, anárquico, irracional e deprimente imposto ao corpo de funcionários do Estado. Digo isto porque, ao contrário do que exigem os mais rudimentares princípios lógicos e do que se pratica ou verifica em todos os demais ramos da atividade humana, sentimo-nos encurralados num círculo de ferro cujo ambiente, com as poucas exceções que o acaso gera[...], só pode produzir o sacrifício e a desídia, aquele sem horizontes, sem recompensas e sem estímulos, e esta sem freio, sem punição, antes muitas vezes estimulada e premiada. Quer dizer: a classe que nós outros funcionários da União Brasileira constituímos, agita-se sob o permanente império de móveis absolutamente negativos no sentido da harmonia, da solidariedade, da eficiência e da moralidade que lhe deveriam constituir o apanágio. A deficientíssima remuneração, mesmo quando a carreira é feliz; o advirem as oportunidades de acesso de uma loteria macabra e dolorosa - o acaso das vagas por morte de companheiros; o nenhum valor, por via de regra, para a conquista dessas vagas, da competência, da dedicação, da nobreza de conduta; a influência decisiva, ao contrário, em tais casos, das manobras indecorosas junto a superiores hierárquicos e a políticos, mesmo quando o candidato que as utiliza tem contra si todas as condições negativas do mérito. Tais, infelizmente, são os fatores que são causa de, poucas exceções, se faça no funcionalismo público brasileiro uma seleção invertida de valores técnicos e morais, dando a essa profissão, que deveria ser tão

---

<sup>116</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Correspondência a Washington Luiz Pereira de Souza, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Sem data (1928). Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. BR-AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_1,p.1.

nobre e de uma atuação decisiva nos destinos do país, a mais triste das reputações.<sup>117</sup>

Alguns pontos neste longo trecho da carta de Teixeira de Freitas a Washington Luiz chamam a atenção. Em primeiro lugar, ele advoga em favor do que chama de princípios lógicos utilizados na maioria dos ramos da atividade humana. Observa-se que Teixeira de Freitas concebe a ação humana como algo que poderia ser planejado com base na aplicação de preceitos técnico-científicos para a obtenção de rendimentos maximizados para a coletividade. A inobservância desses preceitos levaria a um segundo ponto importante da passagem acima, a referência às ideias de indolência e sacrifício. Para Teixeira de Freitas, a tarefa daqueles que realmente se dedicavam ao serviço público pensando na coletividade aumentava à medida que mais elementos se utilizavam dos postos na burocracia como trampolim político ou moeda de troca nas extensas redes familiares que constituíam as oligarquias regionais. A ideia de sacrifício, como mostram diversos estudiosos dos intelectuais brasileiros no início do século XX, é recorrente e faz parte de um sistema de valores que tendeu a identificar a atuação nas fileiras do Estado como uma "missão" a ser cumprida por esse segmento das elites brasileiras atentas aos problemas nacionais.<sup>118</sup> Teixeira de Freitas manifesta compartilhar dessa visão, associando exercício profissional e dever cívico-patriótico em uma mesma representação do homem público, dedicado aos assuntos do Estado e, por extensão, da coletividade. Em sua carta a Washington Luiz ele enfatiza sua experiência e revolta com a permanência de tal situação nos serviços públicos.

Por assim pensar e sentir, com uma experiência pessoal, do que estou dizendo, das mais dolorosas e desalentadoras, sou há muitos anos um revoltado contra o triste estado de coisas em que se debate a minha classe, e venho-me dedicando, com o exíguo cabedal de recursos que posso dispor, à propaganda de um ideal de reforma e reabilitação capaz de dar ao funcionalismo brasileiro a situação que lhe compete na organização social do país. E esse ideal não tem outra expressão senão unicamente esta - e singelíssima - Justiça! Deem-nos Justiça, isto é, permitam-nos, com a organização instituída para a nossa classe, que nos valhamos do jogo livre dos fatores morais e mentais que geram a nossa vitória em todos os outros ramos profissionais, que a obra de reabilitação estará feita com incalculáveis vantagens para a Nação.<sup>119</sup>

A crítica de Teixeira de Freitas adquire contornos mais exaltados, ainda que dentro de uma estratégia discursiva impregnada de maneirismos e artifícios retóricos. Não nos

---

<sup>117</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Correspondência a Washington Luiz Pereira de Souza, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Sem data (1928). Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. BR-AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_1, p. 1-2.

<sup>118</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1987, p. 3.

<sup>119</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Correspondência a Washington Luiz Pereira de Souza, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Sem data (1928). Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. BR-AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_1, p. 3.

esqueçamos de que ele estava se dirigindo ao Presidente da República! Em sua defesa da justiça no serviço público, ele advoga em favor do que ele chama de "minha classe". Utilizando a primeira pessoa do plural - o "nós do discurso" -, ele se refere a uma "classe" de agentes sociais cujas trajetórias se caracterizavam pela aquisição de *expertise* técnica (nas Faculdades ou, em casos como o das estatísticas, no próprio exercício da profissão) e sua utilização de forma profissional nos serviços especializados existentes na estrutura burocrática estatal. Os integrantes desse grupo de pessoas, segundo nos mostra Teixeira de Freitas, teria como fator unificador o compartilhamento desse sentido "público" de suas atividades, praticadas em benefício da coletividade nacional. Teixeira de Freitas se dedicou, a partir dos anos finais da década de 1920, à defesa de uma identidade que mobilizava ideias como "técnica", "mérito", "missão", "sacrifício" e "justiça" e buscava associá-las à consolidação do Estado e da nacionalidade. No continuar de sua carta, Teixeira de Freitas apresenta ainda mais imagens referentes a essa identidade, utilizando uma imagem muito difundida para designar a influência de fatores pessoais no ingresso de pessoas nos empregos públicos, a dos "pistolões".

Seja cada cargo público preenchido mediante provas severas de capacidade e idoneidade, e saiba cada serventuário que o seu esforço, a sua inteligência, a sua iniciativa, a sua dedicação lhe asseguram uma brilhante carreira e um futuro risonho para o lar que constituir, e isto apenas na dependência do único fator tempo, sem, portanto, temor de perseguições, sem que ninguém lhe faça desleal concorrência, e sem que a nenhum colega possa, por sua vez, tomar o passo, tudo independentemente de pistolões, independente da dolorosa ocorrência da morte de colegas, independentemente de intrigas e perfídias - e estará concluída, no dia em que tal acontecer, a obra de regeneração por que todos aspiramos, e com ela integrada a moralidade do corpo de funcionários do Estado e decuplicada a operosidade e eficiência dele.

Mas como conseguir tal objetivo? Esta, prevejo, a pergunta já formulada no espírito de V. Excia. Pois apresso-me em respondê-la: com a sistematização dos quadros; com a unificação das categorias executivas em cada quadro; com a progressão periódica dos vencimentos, numa escala estabelecida sem mesquinhez, mas com estrito espírito de justiça; com a subordinação da carreira do funcionário exclusivamente a estes dois fatores - tempo e merecimento provado. Nada mais do que isto, e nisto não vai novidade alguma.<sup>120</sup>

Continuando sua exposição de motivos ao Presidente, Teixeira de Freitas afirma que sua proposta, chamada por alguns de radical, até poderia ser assim caracterizada, uma vez que visava justamente atacar a raiz do problema, evitando a persistência da dinâmica imobilizadora dos esforços estatais. O radicalismo do plano de reorganização do funcionalismo público atrairia, segundo ele, diversos argumentos contrários que alegariam

---

<sup>120</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Correspondência a Washington Luiz Pereira de Souza, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Sem data (1928). Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. Referência: BR-AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_1,p. 3-4.

desde a falta de recursos até a acusação de anarquia administrativa por parte do governo. Teixeira de Freitas apela, então, para uma retórica laudatória, exaltando coragem cívica ao caráter do Presidente para, em seguida, oferecer um documento intitulado "Considerações a propósito da revisão dos quadros do funcionalismo público".

E por ter a certeza de que é assim; de que se V. Excia, se achar no meu projeto o caminho da regeneração que lhe há de ser desejável, não se temerá de realizá-lo, por mais radical que possa parecer; de que, ainda, V. Excia. tem olhos para ver a verdade do quadro que lhe expus e as consequências altamente moralizadoras do sistema que lhe venho submeter; é que me atrevi a tomar alguns momentos do seu precioso tempo afim de lhe pedir que leia e medite a sucinta exposição, junta por cópia, enviada por mim enviada ao Dr. Frontin quando, no começo do governo Wenceslau Braz, agitou a questão da reorganização do funcionalismo federal.<sup>121</sup>

As correspondências analisadas acima mostram como o trânsito de Teixeira de Freitas entre os altos escalões técnicos e políticos mineiros lhe franqueou acesso ao círculo mais estreito da elite política nacional, permitindo que ele pleiteasse pela apreciação de suas propostas de reorganização da estrutura administrativa do Estado. Nas "Considerações" enviadas a Arthur Bernardes e Washington Luiz, Teixeira de Freitas classifica todo o corpo de funcionários da União e dos estados de acordo com 4 categorias que representam diferentes níveis hierárquicos sobrepostos de acordo com a responsabilidade e a acuidade técnica das tarefas que lhes foram atribuídas. Os funcionários do quadro A, de oficiais 1ª categoria, seriam aqueles dedicados às tarefas de alta responsabilidade intelectual ou material, abrangendo os técnicos especializados nas diversas áreas do saber de interesse da ação estatal. Já o Quadro B seria composto pelos funcionários de menor responsabilidade, como copistas, escriturários, datilógrafos e oficiais de repartição. O terceiro nível hierárquico seria composto pelos contínuos e operários de 1ª categoria, além de motoristas, guardas, porteiros conservadores e outros postos de pequena complexidade. Por fim, o último nível de servidores seria aquele composto pelos funcionários de função subalterna na repartições, como serventes, ajudantes, auxiliares de escritório e faxineiros. Os níveis salariais foram estabelecidos em seus vencimentos básicos e nos valores das gratificações quinquenais, bem como os pré-requisitos para a investidura nos diferentes cargos do funcionalismo público.<sup>122</sup>

As "Considerações" estabelecem os critérios para a avaliação do trabalho dos funcionários, tendo como base os fatores defendidos por Teixeira de Freitas - tempo e

---

<sup>121</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Correspondência a Washington Luiz Pereira de Souza, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Sem data (1928). Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. Referência: BR-AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_1, p. 4-5.

<sup>122</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Considerações a propósito da revisão dos quadros do funcionalismo público. (Sem data - 1928). Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. Referência: BR-AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_1 ,p. 13-15.

merecimento. A partir desses dois eixos foram classificadas e estruturadas as punições e gratificações aplicadas pela qualidade e longevidade dos serviços prestados aos órgãos públicos. Teixeira de Freitas defende a criação de Conselhos Administrativos nas diferentes repartições e Conselhos Administrativos Superiores, um para cada Secretaria de Estado, cujo objetivo seria deliberar sobre as resoluções das repartições, evitando perseguições e injustiças. Sugere, no final do documento, a obrigatoriedade de inclusão no orçamento anual dos governos federal e estaduais a previsão de aumentos e gratificações, sanando as deficiências orçamentárias encontradas na gestão do Serviço de Estatística de Minas Gerais. O documento sugere, ainda, a especificação das garantias de estabilidade dos funcionários e os critérios de seleção e salários dos diretores, vice-diretores, chefes de seção secretários e secretários adjuntos.<sup>123</sup>

Em um esboço dessas "Considerações", guardado entre os documentos que formam o FMATF do Arquivo Nacional, consta a proposta um artigo introdutório do documento que autorizava o Poder Executivo a baixar, *ad referendum*, decreto regulamentando o "Estatuto do Funcionalismo Administrativo do Estado".<sup>124</sup> Tais disposições foram excluídas da redação final do documento enviado aos dois presidentes, mas acreditamos que elas ajudam a perceber a aproximação de Teixeira de Freitas com a corrente nacionalista que, no decorrer da década de 1920, flertou com concepções autoritárias de organização política no Brasil. Sua insatisfação com a dinâmica política e administrativa do regime republicano federalista existente no Brasil foi canalizada para a elaboração de um plano técnico de organização que estabelecesse uma divisão de cargos homogênea em todas as repartições públicas e critérios de avaliação que pudessem ser verificados por órgãos consultivos, acionados de acordo com o surgimento de inquéritos. A ação "radical" do Estado para acabar com a imobilidade dos serviços públicos era identificada por Teixeira de Freitas como a única maneira de vencer as influências pessoais e políticas que minavam as energias dos funcionários dotados de capacidades técnicas e de responsabilidade diante do tamanho e da importância dos trabalhos a realizar.

---

<sup>123</sup>I FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Considerações a propósito da revisão dos quadros do funcionalismo público. (Sem data - 1928). Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. Referência: BR-AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_1, p. 16-17.

<sup>124</sup>FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Esboço do Estatuto do Funcionalismo Público. Sem data (1928), p.1. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. Referência : BR-AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_1, p. 7.

A partir de 1929 Teixeira de Freitas se dedicou, na DEGP e também à serviço da DGE, aos preparativos para o Recenseamento de 1930, cuja obrigatoriedade era garantida pela Constituição de 1891. As etapas iniciais, em Minas e no Rio de Janeiro, onde a DEGP abriu um escritório no ano de 1929, seguiram a metodologia e a forma de organização adotadas na experiência da década anterior. inicialmente foram elaboradas os cadastros em cada um dos Estados, para nortear a divisão das Seções, a abrangência da cobertura dos agentes censitários e as políticas de propaganda. Em Minas Gerais, Teixeira de Freitas mobiliza novamente a rede de agentes locais com a qual já se habituara a tratar dos assuntos de teor estatístico e cartográfico durante sua trajetória de mais de uma década. As dotações orçamentárias para a execução dos serviços estiveram, mais uma vez, aquém do esperado. No entanto, além da crise econômica que afetava o país desde a queda dos preços do café, o panorama político apresentava novos impasses que tornavam o futuro incerto para técnicos dedicados aos assuntos relativos à organização do Estado.

A crise política envolvendo o processo de sucessão presidencial em 1930 acarretou uma cisão não só entre as oligarquias estaduais que compunham o arranjo da "Política dos Governadores", mas também na dinâmica interna das elites regionais. A fundação da Aliança Liberal, união de setores das elites políticas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba em torno da candidatura do ex-governador gaúcho Getúlio Vargas, contou com apoio de parte das elites estaduais dissidentes e de movimentos políticos como o Tenentismo, que misturavam as questões nacionais àquelas decorrentes especificamente da política da caserna. As disputas em torno do processo sucessório aprofundaram antigos "rachas" existentes entre as oligarquias estaduais, tornando os arranjos conciliatórios mais difíceis do que nas cisões anteriores, como na chamada "campanha civilista" (1909/1910) de Rui Barbosa e na sucessão de Epiácio Pessoa (1921/1922), em que o candidato situacionista, Arthur Bernardes, foi rejeitado por parte das oligarquias regionais, dando origem à Reação Republicana e à candidatura de Nilo Peçanha e J.J. Seabra. Segundo Marieta Moraes, se as tensões anteriores tiveram como estopim desavenças envolvendo oligarquias regionais de menor expressão, em 1929 as fraturas apareceram dentro da própria coalisão de forças do governo, dividindo oligarquias que coexistiram durante aproximadamente três décadas.<sup>125</sup> Além disso, a aglutinação das oligarquias dissidentes com o movimento Tenentista adicionou pólvora à contestação da

---

<sup>125</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 15. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1593.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1593.pdf). Acesso em: 19/08/2015.

Política dos Governadores. A retórica adotada pelos partidários de Getúlio Vargas pregava a eliminação dos regionalismos na política brasileira, a adoção de critérios objetivos para a administração pública, a defesa de um papel maior do Estado nas políticas de formação da nacionalidade e medidas que visavam minar o predomínio das antigas oligarquias no poder desde o início do século XX. Esse discurso arrebatou uma série de setores da sociedade que se dedicavam à análise dos problemas brasileiros a partir de suas especialidades técnicas, acadêmicas e literárias, formando um bloco heterogêneo de pressão política sobre as elites políticas estabelecidas no poder.

No caso mineiro, o então Presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, fazia parte da oposição ao candidato "oficial", o paulista Júlio Prestes. Arthur Bernardes, antigo governante estadual e liderança política do Partido Republicano Mineiro, apoiara a candidatura do paulista e empenhou-se em sua divulgação e viabilização entre suas redes de influência em Minas Gerais. As disputas envolvendo as eleições para o governo do Estado também apresentaram impasses. Os ex-governantes Mello Viana, Arthur Bernardes e Venceslau Braz eram possíveis candidatos ao governo mineiro, o que levou Antônio Carlos a buscar uma solução conciliatória indicando Olegário Maciel. Presidente do Senado Mineiro, Maciel era um político já idoso e mantinha relações próximas com dois dos concorrentes à candidatura oficial, Bernardes e Braz. A chegada a um consenso temporário beneficiava Antônio Carlos, que ganhava tempo para costurar novos acordos com as lideranças mineiras, e levou ao rompimento de Mello Viana com o PRM e causou sérias tensões entre as correntes "bernardistas" e "olegaristas" do partido.

Em outra frente política mineira, alguns dos expoentes do governo de Antônio Carlos em Minas Gerais se aproximaram das forças que compuseram a Aliança Liberal, defendendo a centralização política e, caso necessário, uma intervenção que retirasse Júlio Prestes do poder. Alguns desses homens, como Francisco Campos, se aproximaram das concepções nacionalistas simpatizantes do autoritarismo e participaram das articulações que consolidaram a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência. Segundo Aspásia Camargo, havia, entre os setores mais influentes da elite da época, uma nítida orientação no sentido de fortalecer o Estado e a organização nacional.<sup>126</sup> Observamos, a partir da análise das propostas de Teixeira de Freitas, que tais setores não eram formados apenas por políticos, mas também por

---

<sup>126</sup> CAMARGO, Aspásia [et.al]. O Golpe Silencioso: as origens da República corporativa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989, p. 23.

integrantes de órgãos da administração pública, técnicos com uma concepção de Estado racionalizado cujas políticas seriam conduzidas a partir do imperativo da nacionalidade.

Interlocutor de Francisco Campo durante o governo de Antônio Carlos, Teixeira de Freitas também participou, da sua maneira, desse clima de simpatia pela centralização política e do fortalecimento do papel do Estado na promoção da nacionalidade. Como vimos em sua correspondência com Washington Luiz, a defesa da racionalização dos serviços públicos o colocava em contato com uma série de interpretações que elegiam o Estado como o único promotor de políticas isentas de particularismos. Dentro de seus domínios de atuação profissional, as políticas estatísticas e cartográficas, Teixeira de Freitas atuou como um *statemaker*, "fazedor de Estado" ou, em uma tradução mais livre termo, um arquiteto institucional. Ele não apenas construiu instituições que, como analisaremos nos próximos capítulos, considerou parte importante de sua "obra", mas teorizou sobre seu modo de funcionamento e sua forma de colaboração com as aspirações do Estado.

Foi a partir desse ângulo de visão que Teixeira de Freitas acompanhou os desdobramentos do processo de Recenseamento de 1930, cujo início se anunciava, e da sucessão presidencial. A organização dos esforços em Minas Gerais, como dissemos acima, não apresentou mudanças significativas com relação às atividades de 1920, o que não quer dizer que tenha transcorrido sem problemas. Como vimos, as queixas de Teixeira de Freitas com a falta de recursos e a demora na regulamentação da DEGP se acentuaram em seus últimos anos em Minas Gerais. No âmbito federal, por sua vez, a DGE e Bulhões de Carvalho encontravam dificuldades para organizar os esforços estaduais para o recenseamento. A impossibilidade de criar novamente as Delegacias Regionais lhe tirou uma importante frente de coordenação da cooperação inter-administrativa. Para tentar driblar esse empecilho e estimular a troca de informações e o regime colaborativo de trabalho, Bulhões de Carvalho idealizou a realização da 1ª Conferência Nacional de Estatística em outubro de 1930, contando com representantes dos serviços estatísticos municipais, estaduais e federais, além de estudiosos de temas associados à estatística, à cartografia e à organização do Estado.

Teixeira de Freitas se dedicou, entre 1929 e 1930, à elaboração de suas contribuições para apresentação na Conferência liderada por Bulhões de Carvalho. Dividindo suas atenções entre os preparativos do Censo e a elaboração de suas "33 Teses Estatísticas", como nomeou o estudo, Teixeira de Freitas preparou o terreno para o processo de sucessão governamental,

quando ele deveria, ao menos, fazer um balanço de suas atividades. Como vimos anteriormente, o momento da troca dos governantes mobilizava a atenção de Teixeira de Freitas por alguns motivos. O primeiro deles era a especificidade de seu cargo, considerado de "confiança" e obtido mediante indicação do Presidente de Minas e de seu Secretário de Agricultura. O caráter "político" de seu cargo, que contrastava com sua defesa de uma estruturação técnica dos serviços públicos, tornava esta atitude uma espécie de "protocolo" de conduta a ser seguido pelos diretores de repartições como Teixeira de Freitas. A este imperativo, Teixeira de Freitas tinha a seu favor a alegação do mérito na realização das atividades relacionadas à Exposição do Centenário e na consolidação do SEG em Minas Gerais. Ao mesmo tempo, observamos como ele fez desses momentos de entrega do cargo oportunidades para defender suas propostas baseando-se nos resultados obtidos e na sua própria atividade profissional de coordenação dos esforços em Minas Gerais. Não se tratava, então, apenas de uma entrega de cargo, visto que, segundo o teor de seus comunicados, a porta estava sempre aberta para sua recondução ao cargo ocupado. Em 1926 foi exatamente isso o que aconteceu, com a regulamentação do SEG e o convite de Antônio Carlos a Teixeira de Freitas para continuar a dirigir os serviços estatísticos mineiros.

No entanto, em 1930 a situação política mineira e nacional, as perspectivas da recém criada DEGP e as turbulências políticas acrescentaram novas variáveis à sua tomada de decisão. Após mais de uma década de tentativas de organização das estatísticas mineiras, os avanços não eram suficientes para que se pudesse comemorar mais do que um quadro da estatística geral do Estado, ainda que incompleto. Assim, Teixeira de Freitas elaborou, mais uma vez, seu pedido de exoneração da DEGP, mas não o fez nos mesmos termos de 1926, adotando uma estratégia diferente e um discurso mais inflamado. Se em 1926 ele se dirigiu inicialmente ao então Secretário de Agricultura, Daniel de Carvalho, em 1930 ele preferiu começar sua aproximação informando suas intenções a Arthur Bernardes, então Senador e aquele que teria patrocinado seu ingresso nos serviços estatísticos mineiros.

Em correspondência datada de 30 de agosto de 1930, Teixeira de Freitas se reporta ao político mineiro como "eminente e prezado amigo" e afirma que se dirigia a ele em uma espécie de prestação de contas, visto que teria sido conduzido aos serviços estatísticos mineiros por suas mãos. Após as devidas reverências protocolares, ele é bastante direto em anunciar sua intenção de não continuar à frente dos serviços estatísticos mineiros caso não

desfrutasse de confiança do governo, recursos para um bom funcionamento e estrutura administrativa condizente com as atribuições das repartições técnicas sob seu comando.

E, assim, receberá como o cumprimento de um comezinho dever da minha parte o lhe vir dar conhecimento - como peço licença para fazê-lo nessas linhas - do meu propósito de deixar a 7 de setembro próximo o cargo de Diretor de Estatística de Minas Gerais, caso o novo governo, pelo modo por que julgue a minha pessoa e a minha obra, ou pelas diretrizes que adotar para fazer face às delicadas contingências do momento, não me possa previamente assegurar a sua plena confiança de que careceria para continuar a enfrentar as responsabilidades tão pesadas e cada vez mais vultuosas da minha missão e, ao mesmo tempo, certas condições essenciais ao êxito dos meus esforços e à completa eficiência dos serviços ao meu cargo.<sup>127</sup>

Teixeira de Freitas passou a exigir, em seu pedido de exoneração do cargo de Diretor de Estatística de Minas Gerais, garantias para o funcionamento da DEGP e para o aprofundamento do sistema de cooperação entre o Estado e os municípios, admitindo que o cenário de contingenciamento de recursos apontava para a incapacidade do governo de cumpri-las. Diante desse diagnóstico, ele procurou consultar Bernardes com o objetivo tanto de "mapear o terreno" quanto de não dar margem a mal entendidos com pessoas cuja proximidade e estima lhes eram caras. Em sua exposição de motivos para a decisão que anunciava ter tomado, Teixeira de Freitas investe mais uma vez na imagem do técnico abnegado que não foge à luta mas, diante de um sacrifício maior que suas forças permitem suportar, buscava cumprir um dever de consciência, uma obrigação moral.

Que não fujo do posto de luta e de sacrifícios a que V. Excia. me chamou a serviço de Minas - disto faço absoluta questão que V. Excia. se convença - demonstrar-lh'o-a o teor das cartas (vão juntas as respectivas cópias) que dirigirei, com data de 7 de setembro, ao Presidente e ao Secretário da Agricultura do novo governo. A minha modesta colaboração - como até aqui, levada ao maior grau de dedicação, zelo e entusiasmo - continuará inteiramente ao dispor do Estado de Minas. Mas, para que eu não me sinta mais tarde co-autor - e isto a própria Minas não m'o perdoaria - do desprestígio, senão do completo aniquilamento, da obra que tão penosamente erigimos, preciso exigir do novo governo que, não obstante as dificuldades com que ele vai lutar, me assegure os elementos de trabalho de que careço, a par da autonomia e do prestígio que devem amparar os esforços de quem assume uma responsabilidade como a que me tem cabido.<sup>128</sup>

Ainda que deixasse claro, mais uma vez, que as portas estariam sempre abertas para sua colaboração com as estatísticas mineiras, Teixeira de Freitas acrescentou novas condicionantes para sua permanência na DEGP, deixando claro que não se tratava de capricho ou melindre, mas simplesmente da necessidade de deter as condições financeiras, técnicas e administrativas para a realização das tarefas da repartição estatística com esmero e energia.

---

<sup>127</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Correspondência a Arthur Bernardes. 18 de agosto de 1930. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. Referência: BR\_AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_2, p. 15.

<sup>128</sup> Idem, p. 15-16.

Mais uma vez, Teixeira de Freitas fala de si com uma mistura de modéstia e defesa da qualidade de seu trabalho, mas a questão dos valores morais adquire uma posição central em sua argumentação, associando seu "sacrifício" e sua "missão" à confiança e, acima de tudo, o suporte material e político dos governos. Essa retórica se tornará, como veremos nos capítulos posteriores, uma marca de Teixeira de Freitas, que soube disseminar uma imagem de si que o associou diretamente à estruturação dos serviços estatísticos nacionais. Completando seu exercício de reverência para com o padrinho político, Teixeira de Freitas encaminhou as cópias das correspondências que enviaria dias depois a Olegário Maciel, Presidente eleito de Minas Gerais, e Alaor Prata Soares, novo Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas.

O comunicado a Alaor Prata Soares foi enviado em 7 de setembro de 1930, data da posse do novo governo mineiro, e seu teor é bastante diferente do observado na correspondência a Arthur Bernardes. Teixeira de Freitas inicia sua carta informando ao novo Secretário de Agricultura a entrega do cargo de Diretor de Estatística de Minas, considerado por ele como um cargo de confiança. Sem rodeios retóricos excessivos - para os seus padrões - ele se apresenta como um funcionário do governo em posição de tecer considerações sinceras a respeito do funcionamento dos serviços estatísticos sob sua responsabilidade, apresentando um cenário geral das políticas mineiras e apresentando condições para sua manutenção no cargo, que ele considerava serem essenciais para a manutenção e aperfeiçoamento de suas atividades.

Iniciando hoje o novo período governamental na administração do Estado, e havendo V. Excia. Assumido a gestão da pasta da Agricultura, da qual depende a repartição que tenho a honra de dirigir, venho passar às mãos de V. Excia. A inclusa carta, dirigida ao Exmo. Sr. Presidente do Estado, formulando o meu pedido de exoneração, a fim de colocar à disposição do Governo o cargo de Diretor do Serviço de Estatística, em cujo exercício estou, e que deve ser considerado de confiança.

É possível que o Exmo. Presidente, de acordo com a praxe, e principalmente se se preocupar com a conservação da continuidade administrativa, se disponha a me honrar com a sua confiança, inclinando-se a recusar o meu pedido de exoneração. Mas a minha situação especial, à testa da estatística mineira, em cujo prol trabalho há onze anos, preparando primeiro a sua criação, e organizando-lhe os serviços em seguida, bem assim o meu feitio de funcionário e os objetivos que me fixei ao assumir a responsabilidade de instituir a estatística geral em Minas, são outros tantos imperativos para que me coloque em face do novo governo em posição de uma franqueza e lealdade absolutas, pondo-o a par, desde logo, como peço licença para fazê-lo aqui, não só das condições em que me seria permitido continuar no posto que ocupo e a que me chamaram inicialmente a amizade e a confiança - de que muito me desvanço - do Exmo. Sr. Senador Dr. Arthur Bernardes, ao tempo Presidente do Estado, mas ainda da situação geral dos serviços a meu cargo.<sup>129</sup>

---

<sup>129</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Correspondência a Alaor Prata Soares, Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais. 7 de setembro de 1930. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. Referência: BR\_AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_2, p. 20.

Em seguida, Teixeira de Freitas traça um histórico das atividades estatísticas em Minas, excluindo as iniciativas da CGGMG e defendendo o caráter pioneiro de sua atividade no Estado durante o Recenseamento de 1920 e a Exposição Internacional do Centenário. Em seu relato ele destaca as tentativas de institucionalização das estatísticas mineiras, primeiro em 1922, após o recenseamento e a Exposição do Centenário, e depois no governo de Melo Viana, que sucedeu Raul Soares após seu falecimento. Ao mencionar as leis e decretos que regulamentaram o Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais, Teixeira de Freitas sempre ressalta que tais instrumentos legais não obtiveram êxito na consolidação da repartição estatística, ficando a mesma dependente da vontade política dos governantes e ameaçada a cada transmissão de mandato como a que ocorria naquele momento. Teixeira de Freitas destaca a figura de Arthur Bernardes, chamando-o de "admirável administrador e grande estadista", e é bastante sucinto com relação aos demais governantes mineiros. Ao se referir ao governo de Antônio Carlos, celebra o "decisivo apoio" recebido deste para a criação da Diretoria de Estatística Geral e Propaganda, subordinada à Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas, mas ressalta que, com a inclusão das atividades de divulgação de informações sobre o Estado, as tarefas da repartição estatísticas, já muito vultuosas, ficaram ainda mais abrangentes.

Se já no início fora mister ao novel departamento estatístico da administração mineira ocupar-se de estudos corográficos e de cartografia geográfica – geral e municipal – que não se enquadram necessariamente no seu objetivo fundamental – a estatística geral –, mais para diante acentuou-se esse desenvolvimento do respectivo programa além dos seus limites originários, sobrecarregando-o de estudos e trabalhos relacionados de alguma forma com a estatística, é verdade, mas que se não continham expressamente na finalidade do novo Serviço nem se compadeciam com os recursos normais de que este dispunha.<sup>130</sup>

Na sequência do seu relato destaca o envolvimento do SEG na questão de limites, que deveria ter ficado a cargo da CGGMG, responsável pela elaboração da Carta de Minas Gerais. Destaca, também, que a incorporação das atividades de propaganda do governo mineiro levou o SEG a participar da organização de diversas Exposições, Feiras e Congressos em que diferentes aspectos da economia mineira foram apresentados e discutidos. Grande espaço foi dedicado à apresentação da política editorial do Serviço, responsável pela edição dos Anuários Estatísticos, do Álbum e do Atlas Corográfico Municipal de Minas Gerais, de revistas, boletins, separatas e compêndios com importantes dados sobre as estatísticas mineiras em diversos setores da atividade humana. Em tais serviços e publicações,

---

<sup>130</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Correspondência a Alair Prata Soares, Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais. 7 de setembro de 1930. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. Referência: BR\_AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_2, p. 22.

considerados esforços "formidáveis" e que cumpriam satisfatoriamente o que fora proposto à repartição que conduzia, poderiam ter atingido um nível ainda maior de eficiência e difusão caso os investimentos governamentais tivessem correspondido às promessas feitas ao longo da trajetória do SEG. Teixeira de Freitas lamentou que as oficinas gráficas, anunciadas por Antônio Carlos e regulamentadas pelo Senado Mineiro, não tivessem adquirido a configuração necessária ao volume de publicações da DEGP, deixando o órgão estatístico a mercê das oficinas da Imprensa Oficial, gerando custos elevados e inúmeros atrasos.

Se o escopo das atividades então realizadas pela DEGP se mostrava maior do que o plano inicial apresentado por Teixeira de Freitas, o problema maior seriam as dotações orçamentárias disponíveis para sua realização. O argumento central de Teixeira de Freitas se concentra não na diminuição das atribuições, mas no aumento das verbas. Para a realização de uma política abrangente tal qual a demandada pelos governantes seria necessário garantir a disponibilidade de recursos para que atividades permanentes não sofressem com a interrupção causada pela indisponibilidade de elementos técnicos e administrativos para a coleta, análise e divulgação dos dados. A realização das atividades pelo SEG e, depois, pela DGEP teria logrado êxito, em sua opinião, devido ao caráter "heróico" do empenho de seus funcionários, não à adequação das condições de trabalho. Teixeira de Freitas aposta, neste ponto, em uma comparação com outros Estados brasileiros para mostrar a exiguidade dos recursos destinados aos serviços estatísticos mineiros.

Vai nisto, evidentemente, um programa que excede de muito o objetivo estrito da estatística geral do Estado. Mas a tudo fez e está fazendo frente satisfatoriamente a novel repartição, não obstante – e o fato merece especial registro – só lhe haverem sido atribuídos – salvo uma ou outra exceção – recursos já de si escassos ( o nosso orçamento foi inicialmente de 120 contos e é hoje de apenas 320:640) para a organização da estatística geral de um Estado que vale bem um país, e isto quando, para os fins restritos de estatística, São Paulo e Rio Grande do Sul já dispõem de recursos que atingem ou ultrapassam o limite de um milhar de contos anualmente. (Grifo do autor)<sup>131</sup>

Com base nessa exposição das atividades dos serviços estatísticos sob sua responsabilidade, Teixeira de Freitas concluiu que seus esforços só obtiveram o êxito observado devido à confiança dos governantes e técnicos da burocracia mineira e à integração dos esforços nas esferas municipal e estadual para a realização das grandes enquetes que marcaram o período de mais de uma década de sua atuação. Assim, ele parte para a exposição das condições que, em sua convicção, motivariam a sua permanência no comando das

---

<sup>131</sup> FREITAS, Mário agosto Teixeira de. Correspondência a Almor Prata Soares, Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais. 7 de setembro de 1930. Fundo Mário agosto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. Referência: BR\_AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_2, p.24.

estatísticas mineiras. Elas foram divididas em dois itens. O primeiro dizia respeito justamente à confiança do novo governo e do Secretário de Agricultura em sua pessoa, na estrutura administrativa que propusera para a DEGP e nas metodologias aplicadas para a apuração das estatísticas gerais do Estado. Tais condições seriam primordiais, em sua opinião, já que ele ocupava um cargo de confiança e a experiência de mais de uma década lhe mostrara a primazia desse apoio. No entanto, para Teixeira de Freitas essa condição primordial, por si só, não garantiria a realização completa da tarefa a ela destinada. Outros "imperativos" moviam, em seus dizeres, o seu processo de tomada de decisões. A partir desse ponto, Teixeira de Freitas inicia a apresentação de uma série de condições que se ligavam aos aspectos organizacionais, financeiros, administrativos e à autonomia do órgão estatístico mineiro, mostrando que as queixas endereçadas ao Presidente Washington Luiz pouco mais de um ano antes ainda continuavam frescas em sua análise sobre o cenário das estatísticas e do serviço público. As condições estabelecidas foram as seguintes:

1º. Não ser diminuída a nossa atual dotação orçamentária que, montando a 320 contos de réis apenas, é a menor possível, e serem fixados à parte os recursos para a manutenção da Tipografia do Serviço, os quais deverão ser de 150 contos, mas destinando-se a a tender em grande parte às necessidades tipográficas de toda a Secretaria; 2º. Ser-nos conservada a referida Oficina Tipográfica; 3º. Ser dada a repartição, o mais depressa possível, instalação condigna na parte nova do edifício da Secretaria, na conformidade do plano já presente ao Governo passado; 4º. Não se cogitar da mutilação da repartição, com o desmembramento de qualquer de seus atuais serviços, nem de lhe serem incorporados serviços técnicos ou burocráticos estranhos ao seu programa lógico, nem, enfim, de lhe ser tirada a autonomia no quadro dos departamentos da Secretaria; 5º. Ficar assentada a decretação, logo que se torne oportuna, da projetada e autorizada reforma da Diretoria, a fim de lhe completar a organização e normalizar os serviços, isto, porém, cumpre notar, sem aumento de despesa. 6º. Serem de minha indicação de fato, sem interferência do critério político, os agentes itinerantes que anualmente, por uns seis meses, percorrem os municípios efetuando a coleta estatística geral do Estado. 7º. Ser levada avante, como órgão indispensável principalmente ao novo "serviço de publicidade", a criação, dentro dos atuais recursos orçamentários e na conformidade das disposições que a autorizam, do escritório de estatística e informações no Rio de Janeiro, mais ou menos nos termos do projeto que organizei, para esse fim especialmente comissionado aqui no Rio, e submeti ao governo passado. (grifo do autor)<sup>132</sup>

Nas páginas restantes do comunicado a Alaor Prata Soares são apresentadas considerações sobre cada uma das condições, em que dados sobre dotações orçamentárias e projetos de lei em benefício da DEGP foram discutidos e questionados, visto que sua aplicabilidade não havia sido levada adiante pelos governos. É possível observar, como afirmamos algumas páginas atrás, que a atividade de Teixeira de Freitas no serviço público

---

<sup>132</sup> FREITAS, Mário agosto Teixeira de. Correspondência a Alaor Prata Soares, Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais. 7 de setembro de 1930. Fundo Mário agosto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. Referência: BR\_AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_2, p. 26-27.

mineiro o aproximou dos discursos que pregavam a necessidade de reforma do Estado a partir de pressupostos técnico-científicos, conferindo uma organização racional das atividades que as protegesse das influências personalistas e políticas. Ao mesmo tempo, após uma década convivendo com governos e legislaturas parlamentares, ele chegou à conclusão de que promessas eram apenas promessas e de que a realização da ampla obra estatística que considerava introduzir em Minas Gerais não aconteceria sem o aumento da atuação do governo, em termos econômicos e político-administrativos. Teixeira de Freitas cobrava um maior empenho do governo mineiro na regularização das estatísticas mineiras, e sua exposição, ao mesmo tempo minuciosa e incisiva, termina com o pedido de que sua iniciativa não fosse julgada como uma maledicência, mas como a manifestação da consciência da grandeza da tarefa a ser realizada por ele e sua equipe. Mais uma vez aparece a auto-imagem do técnico movido pelo patriotismo, comprometido com a causa pública e com os destinos da nacionalidade.

E nem V. Excia. Julgará mal da maneira por que coloco a questão, pois que na minha atitude só verá inspirações de patriotismo, de dedicação à causa pública e de entusiasmo profissional. De fato, em última análise, não encontrará V. Excia. em minhas palavras, além de um depoimento sincero, outra coisa mais do que a declaração de que me recuso a ocupar um posto - embora altamente honroso - sem a certeza de poder prestar nele os serviços que sinto dever prestar a Minas para bem corresponder à sua confiança, ao mesmo passo que a segurança de não ter de assistir impotente à paralisação da bela arrancada com que caminham os serviços mineiros de estatística e publicidade, senão lamentar o seu irremediável sacrifício.<sup>133</sup>

Destacamos, no trecho acima, a manifestação de um sentimento de impotência por parte de Teixeira de Freitas que, segundo suas palavras, o impeliam a negar a continuidade nos serviços estatísticos mineiros. Sua alegação não era a de ele não possuía competência para enfrentar os problemas políticos que contingenciavam a institucionalização das estatísticas mineiras, mas sim de que não era dotado dos poderes necessários. Essa constatação é de grande importância para nossa análise e será retomada nos capítulos posteriores. Acreditamos que sua carta de demissão não foi somente uma forma de pressão por mais recursos financeiros e condições materiais de funcionamento, mas constituiu, de fato, uma requisição de maiores poderes - para a DEGP e para ele próprio - dentro da organização estatal. A defesa dessa extensão dos poderes da repartição e de seu diretor foi fundamentada por Teixeira de Freitas, como vimos, na *expertise* técnica que caracterizava o saber estatístico e

---

<sup>133</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Correspondência a Alair Prata Soares, Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais. 7 de setembro de 1930. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. Referência: BR\_AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_2, p. 35.

em sua experiência administrativa adquirida desde seu ingresso na DGE em 1908 e, especialmente, em seu histórico de atividades em Minas Gerais.

O comunicado ao Presidente eleito de Minas Gerais, Olegário Maciel, é datado do mesmo dia 7 de setembro de 1930 e apresenta termos menos incisivos que os utilizados na longa correspondência destinada a Alaor Prata Soares. Ainda assim, Teixeira de Freitas argumentou em defesa das condições colocadas para a sua permanência na direção das estatísticas mineiras, sem as quais não lhe seria possível, aceitável e, porque não sugerir, conveniente continuar a se esforçar para organizar as estatísticas mineiras.

Parecendo-me que a situação econômica e financeira que atravessa o país talvez exija do governo de V. Excia. Medidas de compressão orçamentária e providências outras que poderão trazer uma certa diminuição da atividade em determinadas esferas de serviços públicos, entendi de apresentar ao Exmo. Sr. Secretário de Agricultura, de quem depende a Diretoria que tem estado a meu cargo, entre outras, algumas considerações tendentes a demonstrar a parcimônia com que até agora foi dotado o serviço de estatística estadual, bem assim a fecunda operosidade desse órgão da administração mineira, que tem sido e deverá continuar a ser um poderoso propulsor do progresso do Estado e um enérgico estimulante de suas forças produtivas, donde a conclusão de não convir serem entevados os trabalhos do aludido departamento – maximé naqueles pontos, que deixei enumerados, condicionantes, essencialmente, de eficiência da repartição. E assim, achando-me à disposição de Minas a pedido de seu governador e exatamente para conseguir dos seus serviços de estatística, por mim criados, o máximo de eficiência, é claro que me devo afastar do cargo que vinha exercendo desde que se verifique uma dessas duas hipóteses – ou não merecer a confiança de V. Excia e não lhe agradar a atuação que tenho procurado alcançar o objetivo a que aludi, ou não me poder o governo me assegurar aquelas condições que considero básicas para obter, à testa dos serviços estatísticos do Estado, a plenitude de resultados que eles devem proporcionar à coletividade mineira.<sup>134</sup>

As correspondências que envolvem o pedido de exoneração de Teixeira de Freitas da DEGP são importantes documentos para entendermos as características do modelo de organização administrativa que ele consolidou a partir de sua "década mineira" e também de seu estilo de liderança, desenvolvido a partir da experiência prática do trato com diferentes instâncias políticas e administrativas do Estado. Segundo seus argumentos apresentados a Washington Luiz, Alaor Prata Soares e, em menor medida, a Olegário Maciel, os órgãos estatísticos estaduais e federais (e, porque não afirmar, todo o serviço público nessas duas instâncias) deveriam ser garantidos por um aparato jurídico consistente, que regulamentasse por completo as atribuições, os recursos e o quadro de seus funcionários, tanto no que se refere às habilidades técnicas necessárias quanto ao regime de trabalho, gratificações e planos de

---

<sup>134</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Correspondência a Olegário Maciel, Presidente do Estado de Minas Gerais. 7 de setembro de 1930. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. Referência: BR\_AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_2, p. 18.

carreira. O estabelecimento claro dos objetivos dos órgãos estatísticos nas três esferas da federação faria parte integrante de um grande plano de organização das estatísticas nacionais que cujo pilar era a ideia de cooperação inter-administrativa. Com funções bem delimitadas e alinhamentos entre União, Estados e municípios, as repartições estatísticas e seus funcionários constituiriam, finalmente, um "sistema estatístico" coordenado pelo órgão máximo desse ramo de atividade no país, a DGE.

Além das determinações de teor administrativo, o modelo de funcionamento dessa proposta de estruturação de "sistema estatístico" incluía um alto grau de autonomia tanto ao órgão coordenador - à DGEP, em nível estadual, e à DGE no âmbito nacional - como aos oficiais dessas repartições, especialmente seus diretores, como o próprio Teixeira de Freitas. Utilizando o argumento de que o trabalho dos serviços públicos estaria sendo minado pelas influências pessoais dos "pistolões" que conseguiam indicações unicamente políticas de seus apadrinhados nas repartições, Teixeira de Freitas defendeu a extensão do poder dos Diretores de Estatística no que se referia à seleção e contratação dos quadros técnicos. Esse processo, segundo suas palavras, teria base em pressupostos técnicos e seria realizado mediante a aplicação de exames, como os que o próprio Teixeira de Freitas havia prestado, em 1908, para o ingresso na DGE sob o comando de Bulhões de Carvalho.

Façamos, no entanto, um exercício de crítica com base nas informações até aqui analisadas. Quando de seu ingresso na DGE, Teixeira de Freitas era aluno da Faculdade Livre de Direito e Ciências Sociais do Rio de Janeiro, onde lecionava um dos irmãos de Bulhões de Carvalho. Mesmo tendo procedido à aplicação de exames para a admissão desses novos quadros, teriam os mesmos sido realizados em regime de ampla concorrência? Além disso, seria possível afirmar que tais exames cobravam um conhecimento apurado dos conceitos e metodologias caros à prática estatística no período? Ou, em outros termos, teria o próprio saber estatístico adquirido grau suficiente de autonomização que permitisse uma regulamentação estritamente técnica dos requisitos cobrados dos quadros profissionais?

As respostas a tais perguntas são fundamentais para finalizarmos este capítulo. Em vista do que foi exposto até agora, acreditamos que Teixeira de Freitas, como vários dos membros dessa geração de construtores de uma cultura técnica na Primeira República, ingressou na administração pública federal utilizando-se das formas de sociabilidade características do "bacharelismo" brasileiro, pelas mãos do irmão de um de seus professores, a quem chamaria de

"mestre" anos mais tarde. Bulhões de Carvalho atuou como uma espécie de "caçador de talentos", promovendo o ingresso de jovens estudantes nas fileiras da DGE e promovendo sua formação prática a partir do estudo de manuais traduzidos e da realização dos inquéritos sob responsabilidade das seções técnicas da instituição. Teixeira de Freitas, a sua maneira, também se pretendia um "caçador de talentos" como Bulhões de Carvalho. Em sua consulta a Arthur Bernardes, já analisada nesta seção, ele solicitou a atenção e os esforços do "padrinho" e amigo para a indicação de seu sucessor na DEGP, Hildebrando Clark, engenheiro cuja formação estatística se deu nos serviços comandados por Teixeira de Freitas ao longo da década de 1920. Teixeira de Freitas, à semelhança de seu "mestre", também queria selecionar aqueles que considerava "trabalhadores abnegados" em prol das estatísticas nacionais.

Sigamos respondendo às perguntas colocadas acima. Na ausência de cursos superiores na área da estatística, os aspirantes aos postos técnicos procediam, como vimos, das Faculdades de Engenharia, Medicina e Direito, cujos currículos extrapolavam as especialidades e dialogavam com os grandes sistemas de pensamento e interpretações sobre a sociedade difundidos no Brasil e no exterior. Os postos de trabalho no Estado, por sua vez, eram não só a garantia do exercício trabalho e salários, mas também a oportunidade de formação técnica em diversas áreas do conhecimento que não haviam ainda se institucionalizado a ponto de constituírem núcleos acadêmicos de discussão dentro das Universidades, ainda raras no Brasil, e na iniciativa privada.

Neste ponto, acreditamos poder afirmar que a análise da trajetória de Teixeira de Freitas nos serviços estatísticos mineiros lança luz sobre importantes aspectos de uma "cultura técnica" compartilhada por setores das elites brasileiras ao final da Primeira República. Em primeiro lugar, a demanda por formação técnica especializada, ainda que de forma difusa e dentro das Faculdades de Direito, Engenharia e Medicina. Como vimos, estes saberes envolviam a discussão das teorias sociais em voga, que foram apropriadas de forma seletiva pelos técnicos brasileiros a partir das demandas por modernização que perpassavam grande parte das elites culturais nacionais. Essa elite modernizadora brasileira defendeu sua verdadeira aptidão para a gerência dos negócios públicos com base na *expertise* adquirida por essa formação técnica. A valorização dessa dimensão técnica, supostamente alheia aos particularismos políticos, emergiu nas discussões sobre a modernização nacional na passagem entre os séculos XIX e XX, tendo ganhado maior ímpeto a partir da década de 1910. A despeito dessa emergência, observava-se ainda, como no caso de Teixeira de Freitas, a

permanência de um regime "disciplinar" de recrutamento, baseado no conhecimento pessoal, no pertencimento às mesmas instituições (Faculdades, Associações, Institutos) e uma intensa sociabilização por meio de eventos organizados por tais agremiações. Essa sensibilidade compartilhada não raro caminhou para a afirmação de uma "identidade" que associava estas pessoas ao exercício dos cargos públicos e à defesa da centralização política como caminho para a ampliação da consciência nacional, o que contribuiu para a consolidação de uma "pedagogia da nacionalidade", um esforço de difusão dos diagnósticos sobre o Brasil e das formas de tratamento dos problemas que impediam a sua modernização visando a formação de cidadãos conscientes de suas responsabilidades.<sup>135</sup> Em nosso entendimento, Teixeira de Freitas foi um exemplo de técnico que se empenhou em construir o espaço de suas atuações e refletir em um cenário em que as fronteiras entre os saberes, e entre estes e as instâncias políticas, estavam sendo discutidas e estabelecidas, o que configurava um campo fértil para a atuação de indivíduos hábeis no estabelecimento de laços políticos, burocráticos e intelectuais. Dotado de tais habilidades e de uma retórica apurada, ele procurou, em larga medida, refletir sobre as formas de organização de sua área de atuação nos diversos estudos e projetos que apresentou durante a década de 1920, vinculando cada vez mais suas análises às interpretações sobre a sociedade e a política brasileiras da Primeira República.

Em setembro de 1930 Teixeira de Freitas se encontrava no Rio de Janeiro para tratar de um problema de saúde que, em suas palavras, vinha lhe afligindo há mais de 9 anos.<sup>136</sup> Na Capital Federal, ele aguardava os desdobramentos de seu pedido de exoneração em Minas Gerais e das agitações políticas causadas pela vitória de Júlio Prestes nas eleições presidenciais. Sua contribuição para a 1ª Conferência Nacional de Estatística foi finalizada neste período, tendo recebido o título e "33 Teses Estatísticas". Elas não chegariam a ser apresentadas - pelo menos não na ocasião planejada-, pois a Conferência foi adiada em face dos acontecimentos de outubro daquele ano, que redundaram na deposição de Washington Luiz e a nomeação de Getúlio Vargas para a chefia do Governo Provisório. Não restaram documentos sobre a resposta de Arthur Bernardes, Alaor Prata Soares e Olegário Maciel a Teixeira de Freitas, mas ele não voltaria a trabalhar nos serviços estatísticos mineiros, tendo, a partir de 1930, buscado espaço para a implementação de suas propostas de racionalização e

---

<sup>135</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Rebeldes Literários da República: História e Identidade nacional do Almanaque Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, p. 42-44.

<sup>136</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. *Correspondência a Alaor Prata Soares, Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais*. 7 de setembro de 1930. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. Referência: BR\_AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_2, p. 34-35.

cooperação inter-administrativa na burocracia federal, aonde começara na DGE. As "33 Teses Estatísticas", apresentadas no calor da "Revolução de 1930", foram o resultado de sua experiência mineira e de suas reflexões sobre a organização dos serviços públicos e a consolidação da nacionalidade. Apresentadas em um momento de ascensão do pensamento nacionalista que defendia o papel do Estado como promotor do progresso, as propostas de Teixeira de Freitas foram recebidas com interesse, abrindo-lhe um amplo campo de atuação que lhe levaria à projeção nacional como principal articulador da criação do Conselho Nacional de Estatística em 1936 e da fundação, no mesmo ano, do INE, que se tornaria o IBGE em 1938.

Antes de darmos prosseguimento à análise da trajetória de Teixeira de Freitas na burocracia federal, nos dedicaremos ao estudo de suas propostas, apresentadas inicialmente nas "33 Teses Estatísticas" e complementadas nos anos posteriores. Adotamos essa estratégia porque, em nossa opinião, todo seu esforço de estruturação administrativa dos serviços estatísticos ocorreu a partir das ideias que ele tinha a respeito do papel dos mesmos na formação da nacionalidade. Teixeira de Freitas apresentou, entre 1930 e 1934, anos de consolidação do governo de Getúlio Vargas, propostas que extrapolaram o âmbito da organização administrativa dos serviços estatísticos, passando a se debruçar sobre a divisão política do território brasileiro, a revisão do pacto federativo com a valorização do município e os consórcios intermunicipais, o povoamento dos vazios territoriais e as políticas educacionais. Defenderemos, no próximo capítulo, que Teixeira de Freitas elaborou mais do que um plano de reorganização técnica dos serviços estatísticos e do funcionalismo público, mas um projeto nacional que teve como objetivo solucionar os problemas existentes a partir do que ele chamava de "o postulado dos números": os dados objetivos fornecidos pelo estudo da estatística geral. Entre 1930 e 1945 Teixeira de Freitas se movimentou com desenvoltura entre políticos, intelectuais e burocratas para viabilizar a criação do INE, depois IBGE, sob o regime de cooperação interadministrativa que elaborou em sua década mineira. Nessas relações, em nosso entendimento, ele não teria defendido apenas a estruturação estatística, e sim todo seu amplo projeto que visava, em suas palavras, "reorganizar a nação".

## **2. O PROJETO DE "REORGANIZAÇÃO NACIONAL" DE MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS**

Em novembro de 1930, Teixeira de Freitas tratava de um problema de saúde no Rio de Janeiro, recém saído da Diretoria de Estatística Geral e Propaganda de Minas Gerais. Seus doze anos de atividade no estado lhe conferiram não só aprimoramento técnico nas pesquisas estatísticas mas, sobretudo, conhecimento sobre o funcionamento interno das instâncias burocráticas e a ligação das mesmas com a dinâmica política nacional e regional. Sua volta à Capital Federal, justamente no momento em que a crise política sinalizava para o rompimento entre as forças que compunham o arranjo oligárquico da Primeira República, lhe colocou no epicentro das discussões sobre a reorientação do papel do Estado na promoção da organização das iniciativas em prol da nacionalidade.

Como vimos no capítulo anterior, as críticas ao arranjo político republicano e à interpretação considerada "cosmopolita" do processo de modernização brasileiro surgiram ainda nos primeiros anos do século XX com Euclides da Cunha, tendo como inspiração os modelos teóricos estabelecidos ainda no Império pelos expoentes da "Geração de 1870". Calcados na retórica da cientificidade e na defesa intransigente de políticas de organização dos esforços para a maximização das potencialidades do meio, diversos letrados, cientistas, técnicos e políticos defenderam políticas de coordenação administrativa e planejamento estatal como a forma de driblar as influências dos particularismos que minavam o trabalho dos governos. Tornando uma espécie de "balcão de negócios políticos" na opinião desses críticos, o funcionalismo público vinha não cumprindo com o dever que lhe fora confiado - o de diminuir o atraso e impulsionar o progresso brasileiro. A partir da Primeira Guerra Mundial e, especialmente na década de 1920, essas críticas ganharam terreno na imprensa e entre os quadros do funcionalismo público que começavam a se consolidar nas discussões sobre a sociedade brasileira e entre as novas gerações de postulantes a tais cargos. Dentre estes, observamos o papel das elites técnicas que, cada vez mais, reivindicavam legitimidade para a formulação de propostas de estruturação administrativa estatal e regulamentação das carreiras do funcionalismo público.

Teixeira de Freitas integrou essa geração de técnicos que se formou durante a Primeira República e questionou sua forma de abordagem da questão nacional a partir do exercício de

atividades na burocracia federal e estadual. Analisamos no capítulo anterior o processo de sua ascensão nos serviços federais e estaduais dedicados ao estudo das estatísticas gerais e pudemos perceber como sua defesa de um regime de cooperação entre as três esferas federativas lhe rendeu trânsito político em Minas e no Brasil. Suas interlocuções não se restringiram àquelas pertencentes aos círculos de produtores e consumidores dos dados estatísticos, tendo adentrado o meio político durante toda a década de 1920. Esse espaço decorria das especificidades dos serviços estatísticos e de sua importância nas políticas de planejamento, mas também se devia à sua capacidade de produção de representações que davam visibilidade ao governo mineiro frente aos demais estados e dentro da órbita do governo federal. Ao final de sua "década mineira", Teixeira de Freitas possuía projeção significativa entre burocratas e políticos, acompanhando os debates sobre os destinos nacionais a partir de sua posição de Diretor de Estatística de Minas Gerais. Seu pedido de exoneração ao final do governo de Antônio Carlos, como vimos, expôs seu descontentamento com a forma dada à organização dos serviços estatísticos e, também, de sua intenção de alçar voos mais altos dentro da burocracia federal, onde poderia pleitear por uma ação mais abrangente dentro de seu plano de cooperação inter-administrativa.

Na década de 1920 a crítica ao modelo político da Primeira República adquiriu contornos mais nítidos e passou a congregiar grupos diversificados e com pautas bastante específicas que tocavam a temática da organização nacional e do papel do Estado na mediação das relações sociais no país. Além das fraturas existentes entre o bloco oligárquico e a ascensão de novas elites profissionais associadas às profissões intelectuais e técnicas, observou-se também a politização dos militares em torno da questão da nacionalidade, manifestada de forma marcante pelo "tenentismo", movimento militar de contestação da ordem republicana comandado não pela cúpula das Forças Armadas, mas por patentes intermediárias do Exército, majoritariamente os tenentes e capitães. Suas bandeiras misturavam a abolição do regime disciplinar imposto pelo Exército, a defesa da centralização política para a eliminação dos poderes locais/privados, o fortalecimento do Estado e, dentro deste, do papel dos militares e técnicos para a implementação de uma política racional de planejamento e execução das tarefas necessárias à promoção do progresso nacional. Dentro desses objetivos, os tenentes dirigiam suas críticas ao modelo federativo da Primeira República, à Política dos Governadores e à influência dos poderes regionais sobre os assuntos nacionais, ao bacharelismo que promovia a distribuição política de cargos técnicos e intelectuais e à incapacidade de grande parte da população brasileira de se ocupar dos

assuntos públicos, visto que estava mergulhada em profunda ignorância. Observou-se uma significativa recepção do movimento por alguns grupos sociais do país, dentre os quais destacaram-se, além dos segmentos oligárquicos dissidentes, as chamadas camadas médias e a classe operária das cidades.<sup>137</sup>

Boris Fausto, por sua vez, observa uma diferença entre suas primeiras manifestações, entre 1922 e 1926, predominantemente militares, e a participação dos tenentes na crise sucessória de Washington Luiz e na ascensão de Getúlio Vargas, marcada pela adesão de setores das "classes médias urbanas". Em sua opinião, não seria possível afirmar que o tenentismo se constituiu como um movimento de "classe média urbana", visto que tal grupo social era heterogêneo e não assumia uma posição política unificada diante de outros setores sociais. Analisando dados do Recenseamento de 1920, Fausto mostra como tal grupo social congregava uma série de segmentos urbanos: operários, comerciantes, empresários, profissionais liberais, militares, administradores técnicos especializados (em instituições públicas e privadas). Dessa maneira, ao falar em um apoio da "classe média" ao tenentismo, Boris Fausto identifica os principais segmentos profissionais simpáticos aos militares: operários, técnicos e funcionários públicos e profissionais liberais.<sup>138</sup>

A constatação de Boris Fausto nos interessa diretamente. De fato, à medida em que a formação técnica do Exército passou por aprimoramentos no início da República observou-se, também, um aumento na coesão entre seus membros e a aproximação destes de uma parcela das elites técnicas instaladas nas repartições estatais. A consolidação do que Celso Castro chama de *esprit de corps*<sup>139</sup> e essa aproximação com as instâncias técnicas da administração estatal foram importantes facilitadores do processo de institucionalização das Forças Armadas e impulsionaram estes novos agentes a buscar espaços de intervenção política na sociedade brasileira. O compartilhamento dessa identidade associada aos saberes técnicos foi um importante fator de aproximação de setores do funcionalismo público da causa tenentista, especialmente as ideias de racionalização administrativa e enfrentamento dos poderes locais em face de uma ação centralizada e efetiva do Estado.

---

<sup>137</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p.12.

<sup>138</sup> FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930: historiografia e história. 16ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p. 76-93.

<sup>139</sup> CASTRO, Celso. Os Militares e a República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 154. Sobre o assunto, ver também: CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Com a deposição de Washington Luiz, o impedimento da posse de Júlio Prestes e a condução de Getúlio Vargas à chefia do Governo Provisório, uma nova coalizão de forças políticas se instalou no poder. Além de setores das elites regionais dissidentes, como os mineiros, os gaúchos e os paraibanos, o movimento revolucionário contava com a colaboração decisiva dos tenentes, segmento militar que ascendeu às discussões políticas com as revoltas iniciadas em 1922. A reviravolta no cenário político abriu novas perspectivas esses grupos que, durante a Primeira República, buscaram os postos técnicos e militares para intervirem nas políticas públicas de promoção da nacionalidade. Tenentes como Juarez Távora foram os principais articuladores da formação do Governo Provisório, que assumiu adotando uma retórica que pregava o desmantelamento do arranjo político federalista vigente até então, a nacionalização da economia e a promoção de um saneamento dos serviços públicos, tidos como corruptos e ineficientes porque utilizados como moeda de troca no jogo de influências políticas. Vargas, em seu discurso de posse, anunciou a envergadura da tarefa que o novo governo se propunha a concretizar.

O trabalho de reconstrução, que nos espera, não admite medidas contemporizadoras. Implica o reajustamento social e econômico de todos os rumos até aqui seguidos. Não tenhamos medo á verdade. Precisamos, por atos e não por palavras, cimentar a confiança da opinião pública no regime que se inicia. Começemos por desmontar a maquina do filhotismo parasitário, com toda a sua descendência espúria. Para o exercício das funções públicas, não deve mais prevalecer o critério puramente político. Confiemo-las aos homens capazes e de reconhecida idoneidade moral. A vocação burocrática e a caça ao emprego público, em um país de imensas possibilidades — verdadeiro campo aberto a todas as iniciativas do trabalho — não se justificam. Esse, com o caciquismo eleitoral, são males que têm de ser combatidos, tenazmente.<sup>140</sup>

Os termos utilizados por Getúlio Vargas em seus primeiros discursos ecoavam as plataformas de expressivos segmentos da tecnocracia estatal que, como o próprio Teixeira de Freitas, buscavam a organização dos serviços públicos a partir de critérios unicamente técnico-científicos. Em seu discurso de posse, Vargas se referiu à necessidade de se promover a "consolidação das normas administrativas, com o intuito de simplificar a confusa e complicada legislação vigente, bem como de refundir os quadros do funcionalismo, que deverá ser reduzido ao indispensável, suprimindo-se os adidos e excedentes [...]"<sup>141</sup> A racionalização administrativa seria parte integrante de um esforço maior de reorientação da função do Estado para uma maior intervenção em todos os aspectos da nacionalidade. O

---

<sup>140</sup> Discurso pronunciado pelo Dr. Getúlio Vargas por ocasião de sua posse como chefe do Governo Provisório da República. 3 de novembro de 1930. Brasília: Coordenação Geral de Documentação e Informação da Presidência da República, p. 17-18. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1930/view>. Acesso em: 03/10/2015.

<sup>141</sup> Idem, p. 18.

exercício do governo passaria a se pautar, seguindo essa argumentação, não pelos desígnios políticos de um segmento das elites oligárquicas brasileiras, mas por um conjunto de corpos técnicos que passaria a planejar e executar os trabalhos para a solução dos problemas nacionais a partir de uma ótica dirigida pela racionalidade. O Estado passaria exercer o papel de "coordenador" dos esforços públicos e privados, tendo sempre em vista o ponto de vista nacional.

"Na época em que os fins sociais são preponderantemente econômicos, em que se organiza, de maneira científica, a produção e o pragmatismo industrial é elevado a limites extremos, assinala-se a função do Estado, antes e acima de tudo, como elemento coordenador desses múltiplos esforços, devendo sofrer, por isso, modificações decisivas."<sup>142</sup>

Essas modificações viriam ainda no final de 1930, com o afastamento dos governantes estaduais, a nomeação de interventores militares na maioria dos estados e a revogação da Constituição de 1891, oficializada em 11 de novembro, além da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (14 de novembro) e do Ministério do Trabalho (21 de novembro). Em 1931 os Interventores passaram a contar com uma espécie de regulamentação de suas atividades, que se deu a partir do Decreto-Lei 20.348, de agosto de 1931. Getúlio Vargas e o Governo Provisório davam mostras de que orientariam seus esforços para a extensão das prerrogativas da União sobre diversas áreas de atuação e sobre o âmbito de ação estadual, enquadrando a ação local aos objetivos federais.

Tais propostas confluíam com aquelas defendidas por Teixeira de Freitas nos últimos anos de sua atividade em Minas Gerais, especialmente a partir de 1928, como mostramos no capítulo anterior. É bem possível que ele tenha acompanhado o desfecho da crise sucessória de Washington Luiz com apreensão quanto à adoção de novas premissas na organização política brasileira. A DGE passava por sérias restrições orçamentárias, a despeito das atividades censitárias, e a irregularidade dos serviços estaduais prejudicava as atividades do órgão central das estatísticas brasileiras. Ao mesmo tempo, sua descrença com o cenário de clientelismo nas repartições também o colocava entre aqueles que desejavam uma mudança radical, como havia externado a Washington Luiz em 1928.

---

<sup>142</sup> Discurso pronunciado pelo Dr. Getúlio Vargas na instalação das Comissões Legislativas. 4 de maio de 1931. Brasília: Coordenação Geral de Documentação e Informação da Presidência da República, p. 17-18. Disponível em: [http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1931/03.pdf/at\\_download/file](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1931/03.pdf/at_download/file). Acesso em: 03/10/2015.

Ainda em 1931, Teixeira de Freitas ingressaria no processo de reestruturação administrativa que marcou o governo de Getúlio Vargas em suas diversas fases entre 1930 e 1945. O Ministério da Educação e Saúde Pública, entregue à direção do mineiro Francisco Campos, foi sua porta de entrada nas fileiras do governo de Getúlio Vargas. Nomeado para a Diretoria de Estatística e Propaganda do MESP, Teixeira de Freitas deu início, então, a divulgação de suas propostas para a organização dos esforços estatais e à articulação do Convênio Interadministrativo das Estatísticas Educacionais e Conexas, estabelecido em dezembro do mesmo ano. Suas atividades lhe abriram espaço em outros ministérios, como o da Agricultura, na gestão do tenente Juarez Távora, e o das Relações Exteriores, especialmente quando este esteve a cargo de José Carlos Macedo de Soares. A partir dessas novas frentes de trabalho e do aprofundamento na reflexão sobre o papel das estatísticas e do Estado na resolução dos problemas nacionais, ele ampliou de forma significativa o escopo de suas propostas, estendendo sua atenção para os aspectos territoriais do país, especialmente sua divisão político-administrativa e a ocupação das vastas regiões ainda à margem do processo de incorporação à nacionalidade.

Teixeira de Freitas alcançou, durante as diferentes fases do governo de Getúlio Vargas - Governo Provisório, entre 1930 e 1934, Governo Constitucional, entre 1934 e 1937, e Estado Novo, entre 1937 e 1945, grande projeção nos serviços estatísticos nacionais. A partir de sua atuação no MESP ele adentrou outros domínios da burocracia federal e manteve contatos com militares e membros da elite política nacional, sendo o principal responsável pela criação do CNE, do INE e do IBGE, entre os anos de 1935 e 1938. Seus esforços para a criação dos serviços estatísticos federais, no entanto, integravam um projeto muito maior que, como veremos, foi apresentado diversas vezes entre 1930 e 1953 com uma grande coerência ao longo dos diferentes momentos experimentados. É justamente sobre esse projeto nacional que moveu a atividade burocrática de Teixeira de Freitas que nos concentraremos neste capítulo.

Nosso objetivo principal será confirmar duas hipóteses. A primeira é a de que, a partir de 1930, Teixeira de Freitas foi responsável pela elaboração de um “projeto de nação” baseado na ênfase dada ao seu território, à sua população e ao papel do Estado como “organizador” do que chamava de as “forças vitais” do país. Este projeto articulava a redivisão político-territorial e administrativa do Brasil, a interiorização da Capital e a colonização dos vazios territoriais, o reordenamento do pacto federativo - com a valorização

dos municípios - sob a coordenação do Governo Federal, a educação na cidade e no campo voltada para o trabalho e a racionalização das estatísticas brasileiras, com a formação de um “sistema estatístico nacional”. Entre 1930 e 1953, quando se aposenta definitivamente, Teixeira de Freitas se dedicou à defesa de um projeto de organização das estatísticas como campo do saber, instância governamental e forma de mapeamento de todos os aspectos da nacionalidade e planejamento das políticas públicas. A defesa desse projeto nacional atravessou os diversos contextos que caracterizaram o longo espaço de tempo de sua atuação nos serviços estatísticos federais.

A segunda diz respeito ao "repertório" de autores e interpretações sobre a sociedade brasileira mobilizados por Teixeira de Freitas para construir um “lugar de fala” para si dentro do conjunto mais amplo de projetos de nação existentes no debate público no período estudado. Procuraremos mostrar como Teixeira de Freitas interpretou a “realidade nacional” a partir de várias referências que adquiriu ao longo de sua formação e trajetória profissional nos serviços estatísticos e de sua própria leitura dos dilemas enfrentados nos diferentes momentos que viveu nos quadros da burocracia estatal. Dentre suas principais referências, observamos as referências a Alberto Torres e Oliveira Vianna que explicitam seu diálogo com uma vertente do pensamento político autoritário que adquiriu visibilidade no mundo público brasileiro nas décadas em estudo. A linguagem centrada em termos como “organização”, “racionalização”, “realidade nacional”, “forças vitais” e “progresso” e as citações implícitas e explícitas, em nossa opinião, fornecem subsídios para a inclusão de Teixeira de Freitas no grupo de técnicos tributários do pensamento autoritário entre as décadas de 1930 e 1950. A menção a Alberto Torres por Teixeira de Freitas é constante em seus textos e documentos de trabalho, o que reforça a tese de que o estatístico teria se proposto a continuar a obra torreana. A "causa torreana" se somava a uma “fé no progresso” disseminada entre setores da elite política, burocrática e intelectual brasileira desde o início da República, centrada na ideia de um destino inexorável da nação à realização de suas virtualidades, da importância da racionalidade para a identificação dos caracteres da nacionalidade e a organização dos esforços, e da obrigação dos governos, com o auxílio dos intelectuais e cientistas, de observar a “realidade nacional” e coordenar o organismo nacional.

Para analisar o projeto nacional de Teixeira de Freitas nos dedicaremos à análise de seus escritos, que ganharam vulto na década de 1930 e obtiveram ampla difusão a partir da criação do IBGE e de sua política editorial. Também recorreremos a alguns relatórios

enviados a membros da elite política e militar brasileira em que Teixeira de Freitas aprofundou argumentos desenvolvidos em seus textos, consolidando uma rede de interlocutores no centro do poder político federal. Nas publicações analisadas - artigos, projetos, relatórios, compilações e livros - encontraremos não só os enunciados que nos permitirão apresentar e analisar o projeto nacional de Teixeira de Freitas, mas também os meios para inseri-lo nos debates sobre as medidas para a solução dos problemas da nacionalidade a partir de 1930.

Contudo, antes de mergulharmos na vasta produção de Teixeira de Freitas precisamos explicar melhor alguns pontos que sustentam nossa argumentação. Em primeiro lugar: porque chamar as propostas elaboradas por Teixeira de Freitas de um projeto nacional? Em seguida: Como defender a coerência interna de uma obra que se estendeu por mais de duas décadas, tendo atravessado diferentes contextos históricos que marcaram os anos 1930 e 1940? Por fim: Como caracterizar as fontes utilizadas para analisar esse projeto nacional de Teixeira de Freitas? Como elas constituíram formas específicas de intervenção no debate público nestes anos de efervescência intelectual e grande concorrência entre projetos nacionais?

## **2.1. Um projeto de nação?**

Sigamos a trilha das perguntas apresentadas acima. O que significa afirmar que Teixeira de Freitas foi autor de um "projeto nacional" no contexto da instalação e consolidação do governo de Getúlio Vargas? Como caracterizar esses sistemas de conceitos e interpretações que vinculam a felicidade dos homens à promoção da nacionalidade a partir de diversos nichos de intervenção política?

Os projetos nacionais fazem parte do processo de construção de identidades por sujeitos individuais ou coletivos frente à complexidade das sociedades modernas, depositando na nação a primazia da realização dos destinos humanos no mundo e valorizando os aspectos associados à sua história e ao seu futuro. A ascensão dos projetos nacionais é tributária da experiência compartilhada de transformação, cada vez mais rápida, dos padrões de vida tradicionais pelo avanço da modernização no século XIX. A elaboração de identidades

associadas a grandes unidades englobantes, sejam elas etnias, famílias, religiões ou nações, integram o processo de tomada de consciência de sujeitos sociais sobre suas próprias existências e o lugar que ocupam (ou pretendem ocupar) no jogo mais amplo da dinâmica social. Tais projetos antecipam no discurso um futuro que se pretende realizar e o fundamentam utilizando-se de recursos analíticos compartilhados por diferentes integrantes do corpo social.

[...] o *projeto* existe no mundo da intersubjetividade. Por mais velado ou secreto que possa ser, ele é expresso em conceitos, palavras, categorias que pressupõem a existência do Outro. Mas, sobretudo, o *projeto* é o instrumento básico de *negociação da realidade* com outros atores, indivíduos ou coletivos. Assim ele existe, fundamentalmente, como meio de comunicação, como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações *para o mundo*.<sup>143</sup>

A existência dos projetos nacionais pressupõe trocas e negociações discursivas e práticas, ou seja, a movimentação de seus elaboradores entre uma bagagem de interpretações e instituições historicamente construídas, consolidadas e modificadas por diferentes grupos sociais. Além disso, eles mobilizam a razão e a emoção, bem como a submissão do indivíduo a entidades agregadoras como as nações - objeto específico de nosso interesse -, sendo investidos de um aspecto holístico diferente daquele existente entre as sociedades tradicionais. Os projetos constituem sistemas de ideias e condutas que são organizados e defendidos para se atingir finalidades específicas, operando uma antecipação discursiva do futuro e, mais importante, estabelecendo meios e fins organizados para sua realização. Os projetos nacionais podem ser entendidos, então, como sistemas interpretativos das sociedades que colocam no centro da atenção a questão das raízes e dos destinos da nação, da identificação de seus problemas, do planejamento das medidas a serem executadas para sua resolução e, o mais importante, da ação prática para a execução desses planos. Os projetos nacionais são formas de intervenção social que defendem a ação prática, buscam dar coerência histórica às comunidades nacionais e elaborar diretrizes que, segundo defendem, garantam um futuro sem males e pleno de virtualidades à comunidade nacional. A partir da experiência dos acontecimentos vividos pelos indivíduos e comunidades nacionais e do histórico de interpretações sobre a nação, os grupos sociais que se dedicam às tarefas associadas ao pensamento e ao exercício da ciência, técnica, administração e política apresentam suas principais questões, conceitos, métodos e interpretações. Estes sujeitos, por sua vez, desenvolvem convicções e sensibilidades políticas que os associam ou os afastam,

---

<sup>143</sup> VELHO, Gilberto. "Memória, identidade e projeto". In.: VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 103.

configurando redes de filiações que atravessam as fronteiras espaço-temporais. Ligados a "tradição do pensamento" composta pelas interpretações herdadas do passado e, ao mesmo tempo, ao contexto mais imediato das intervenções de seus contemporâneos, os responsáveis por tais projetos debatem a questão nacional a partir da eleição de diversos pontos de partida que, segundo defendem, constituem a chave para a solução dos problemas identificados. Suas intervenções, temperadas pelos acontecimentos imediatos que marcam a vida política dos Estados Nacionais, são sempre "traduções criativas" da herança recebida da tradição, uma vez que suscitadas pelos contextos mais imediatos da ação política. Com o processo de consolidação dos saberes observado durante a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, as formas de abordagem do fenômeno nacional ganharam maiores nuances e ganharam um importante argumento em seu favor: a pretensa objetividade conferida pela adoção dos conceitos, métodos e práticas científicas.

Os projetos nacionais emergiram publicamente ao mesmo tempo em que se consolidavam os Estados Nacionais na Europa e na América, processos históricos que apresentaram inúmeras nuances e modificaram as experiências de vida das populações no mundo ocidental. Os projetos nacionais ganharam força em momentos nos quais as formas de organização das comunidades, seus sistemas políticos e a inserção delas no conjunto mais amplo das nações mundiais são colocadas em questão de maneira mais enfática. Ângela de Castro Gomes destaca, por sua vez, que os projetos de nação podem alcançar altas doses de complexidade em momentos nos quais ocorra a confluência entre poder e influência de seus autores/executores e a conjuntura nacional e internacional nas quais esses agentes - individuais e coletivos - desenvolvem suas atividades.

No Brasil do final da década de 1920, a experiência comum de grupos sociais como os intelectuais, os técnicos e setores das elites políticas dissidentes foi marcada por uma profunda descrença na viabilidade das instituições liberais brasileiras para a unificação da nação em torno de suas principais características e da solução de seus problemas. A crítica dessa geração à influência dos localismos políticos nas atividades estatais os aproximou das correntes políticas que valorizavam a centralização política como única forma de driblar os vícios decorrentes da formação histórica da sociedade. O fortalecimento do papel do governo federal permitiria a adoção de medidas radicais, vindas de diversas frentes, para a extirpação dos males nacionais "pela raiz".

A "Revolução de 1930" foi um momento em que o cenário político abriu ao grupo dos intelectuais ascendentes durante a Primeira República um imenso campo de possibilidades de intervenção prática, mobilizando a capacidade desses sujeitos na elaboração das medidas necessárias para reverter o quadro de atraso observado no país. A "Revolução de 1930", como vimos, foi recebida com entusiasmo por setores das elites culturais brasileiras - e aqui nos interessam mais diretamente os letrados, burocratas e técnicos que pretendiam imprimir uma maior organização racional aos esforços estatais - suscitando uma profusão de projetos nacionais a partir de diferentes ângulos de visão da sociedade e política brasileiras.

[...] Esse é um tempo de grandes transformações para o país, que altera de forma profunda e decisiva sua "vocação" e lhe dá nova face, desde muito almejada: uma face urbana, industrial, moderna e civilizada, não mais colonizada e atrasada, finalmente... Ao menos, era isso o que movia o pensamento e a ação de grande parte das elites políticas, econômicas e culturais do período que, mesmo estando em disputa - quanto ao como e em que ritmo e direção esse processo deveria seguir -, estavam de acordo em relação à tarefa de "organizar" o Brasil, acreditando que, para tanto, o Estado tinha um papel incontornável a cumprir. E, nesse trabalho de organização (palavra-chave do vocabulário da época), praticamente a maioria das características que tornavam, até então, o Brasil, Brasil, deveriam ser repensadas, podendo sofrer algum grau de intervenção de políticas públicas do Estado que, após 1930, havia centralizado seu poder, concentrando-o, principalmente após 1937, no Executivo federal, encarnado na figura de Getúlio Vargas.<sup>144</sup>

Nesse contexto de ascensão do pensamento nacionalista associado ao papel do Estado, observou-se a proliferação dos projetos nacionais no Brasil. Com a instalação do Governo Provisório de Getúlio Vargas, a resolução dos males nacionais se afirmou como pauta de diversos grupos sociais identificados com o discurso técnico científico e que buscaram o Estado como local de ação. Dentre os diversos exemplos existentes, podemos destacar iniciativas vindas da área da Biologia, como a atuação do botânico Alberto Sampaio, especialista em fitogeografia, ramo do saber relacionado ao estudo da distribuição das plantas pelo território. Integrante do corpo de profissionais do Museu Nacional, Sampaio articulou, em sua atividade científica, reflexões sobre a geografia, a botânica e a nação brasileira, analisando a adaptação do indivíduo ao meio e a influência dos aspectos naturais sobre a sociedade brasileira. A partir dos referenciais teóricos das ciências naturais, ele elaborou uma interpretação sobre o Brasil que conferiu um sentido para a realidade social e apontou estratégias para mudanças que promovessem a modernização do país. Baseado em uma argumentação que relacionava natureza e progresso, Alberto Sampaio defendeu a utilização racional dos recursos naturais, indo de encontro a uma das pautas de discussão entre os cientistas das primeiras décadas do século XX no Brasil - a crítica aos modos tradicionais de

---

<sup>144</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. "População e Sociedade". In.: GOMES, Ângela Maria de Castro (coord.). História do Brasil Nação. Vol 4: Olhando para Dentro (1930-1964). Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 42.

exploração da natureza no Brasil. Partindo de uma argumentação que defendia a criação de políticas de proteção à natureza, ele visou a modernização e o desenvolvimento econômico-social do país.

As reflexões de Sampaio sobre as influências do meio sobre o homem brasileiro e o papel dos recursos econômicos no progresso da nação o levaram a tratar o patrimônio natural brasileiro como grande fonte de riqueza e garantia dos grandes destinos da nação. Por esse motivo, o Estado deveria colocar em prática um programa de exploração racional aproveitasse de forma planejada com base na ciência o potencial de futuro reservado ao país. A resolução dos impasses à modernização não envolveria, no entanto, somente ações de proteção e racionalização do uso dos recursos naturais, abarcando também as populações, especialmente as rurais, identificadas com a realidade dos "sertões". Estes lugares do atraso seriam, na visão de Sampaio, os principais focos de promoção da prosperidade da nação. Reintegrar os sertões à civilização era a tarefa máxima do projeto de Alberto Sampaio para a superação dos entraves para o "progresso" brasileiro.

Alberto Sampaio teve atuação destacada nas áreas da biologia e da geografia no Brasil nas primeiras décadas do século XX a partir de sua atividade no Museu Nacional, que o projetou para outras iniciativas. Segundo Capanema, ele foi um dos organizadores I Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, realizada no Rio de Janeiro em abril de 1934, tendo também participado da fundação da Sociedade dos Amigos das Árvores, em 1931, e da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, em 1932. Sua atividade em iniciativas que reuniam expoentes das elites técnicas e intelectuais brasileiras do período fortaleceu sua posição no debate geográfico, tendo ele sido importante debatedor nas discussões que levaram à criação do Conselho Nacional de Geografia, depois associado ao congênere na área das estatísticas, no processo que culminou na fundação do IBGE. Sua participação nessas iniciativas institucionais contribuiu para a proliferação de seus escritos, que foram publicados em diversas revistas científicas então existentes, como o Boletim do Museu Nacional, os "Archivos do Museu Nacional", os "Annaes da Academia Brasileira de Sciencias" e a Revista Nacional de Educação.<sup>145</sup>

---

<sup>145</sup> CAPANEMA, Carolina Marotta. A natureza no projeto de construção de um Brasil Moderno e a obra de Alberto José de Sampaio. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006, p. 15-39.

Ainda na área da Biologia, Regina Horta Duarte analisou a emergência do discurso biológico como forma de intervenção no debate nacional nas primeiras décadas do século XX a partir das trajetórias do botânico Alberto Sampaio, aqui já apresentado, do antropólogo Edgar Roquette-Pinto e do aracnólogo Cândido de Mello Leitão. Integrantes do Museu Nacional, os três cientistas foram responsáveis pela difusão de interpretações que associaram a proteção aos recursos naturais à promoção do progresso nacional, conforme observado acima. Segundo a análise de Duarte, a articulação entre a produção dos três cientistas dentro do Museu Nacional participou da delimitação dos contornos do campo da biologia no Brasil no início do século XX, da difusão das interpretações sobre a nação que articulavam natureza, território e população e afirmou a instituição museológica localizada no Rio de Janeiro no panorama das instâncias produtoras de interpretações sobre a sociedade. Dentro desse contexto, a autora observa a existência, entre os cientistas, da expectativa de que o governo de Getúlio Vargas, dotado de meios para a realização de mudanças radicais na organização social brasileira, transformasse de fato o país em uma nação, promovendo a integração de seus elementos constituintes e a educação de sua população para a valorização das riquezas e tradições nacionais. Foi com essa expectativa que os cientistas defenderam, cada um à sua maneira, a perspectiva de construção de uma sociedade harmônica, sem conflitos, organizada através de uma estrutura corporativa e regida por um Estado forte e centralizado. Mello Leitão, por exemplo, negava a competição entre os seres vivos e afirmava comportamentos como a obediência, a bondade, a solidariedade e o respeito à hierarquia.<sup>146</sup>

Projetos nacionais como os de Alberto Sampaio e os demais pesquisadores do Museu Nacional são exemplos da intervenção de integrantes das elites técnicas na pauta de debates nacionais dos anos 1930 a partir das problemáticas, conceitos e metodologias de análise caras aos campos do saber em processo de delimitação no Brasil das primeiras décadas do século XX. Acreditamos ser possível afirmar que o projeto de "reorganização nacional" de Teixeira de Freitas integrou essa "pauta" maior de mobilização dos discursos técnico-científicos para a resolução dos problemas nacionais, encontrando sua "morada" não na biologia, mas nas estatísticas, outro ramo do conhecimento que se afirmava como base das políticas oficiais. Dentro do contexto da participação das elites técnicas no governo de Getúlio Vargas nas décadas de 1930 e 1940, marcado pela emergência de diversos projetos nacionais, Teixeira de

---

<sup>146</sup> DUARTE, Regina Horta. *A Biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil - 1926-1945*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

Freitas encontrou um "flanco" de ação que delimitou sua abordagem questão nacional e lhe imprimiu uma direção específica que o distinguiu dos demais integrantes do debate público.

Suas propostas, como veremos, identificavam no meio, no território e na população os fatores a serem organizados para a efetivação da nacionalidade. Seu foco de atuação foram as políticas de planejamento territorial amparadas pelo saber estatístico que, em sua opinião, seria o responsável pela elaboração dos "quadros vivos da nação". A articulação e a coerência entre as propostas apresentadas por Teixeira de Freitas a partir de 1930 também saltam aos olhos na caracterização de seu projeto nacional. Entre 1930 e 1934, anos de vigência do Governo Provisório, ele já havia apresentado todos os pontos dessa complexa rede de ações que visava redefinir todo o jogo de forças políticas e sociais que caracterizavam a sociedade brasileira. Entre 1935 e 1937, anos da vigência da Constituição de 1934, a apresentação e defesa de suas propostas se intensificou à medida em que ele foi obtendo sucesso na configuração do sistema de cooperação interadministrativa nas instâncias estatísticas, processo que deu origem ao Conselho Nacional de Estatística e ao INE, depois transformado no IBGE. Entre 1937 e 1945, anos do Estado Novo, em que exerceu uma liderança marcante dentro do IBGE, sua produção cresceu vertiginosamente, sempre articulando os diversos pontos de seu projeto nacional e defendendo sua adoção pelo governo de Getúlio Vargas. A partir de 1946, com seu progressivo afastamento do IBGE, suas propostas ainda mantiveram o grau de integração observado nos anos anteriores, ainda que já não se ocupassem a posição de destaque observada entre 1930 e 1945. Para melhor visualização da integração entre suas propostas e coerência delas ao longo de sua trajetória nos serviços estatísticos a partir de 1930, apresentamos abaixo uma tabela com a incidência dos temas em seus escritos.

**Tabela 01: Incidência de temas nos escritos de Mário Augusto Teixeira de Freitas entre 1930 e 1953.<sup>147</sup>**

Temas	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	%	
Cooperação Interadministrativa	■										■	■	■	■							■	■			■	25,8
redivisão territorial do Brasil			■									2			■	■	■	■	■	■	■	■	■			45,2
Educação					■				■		2	■			■		■	■								29,0
IBGE e as Estatísticas Nacionais											■	■	■	3	■	■	■	■				■	2	■	2	38,7
Recenseamento	■		■								2															12,9
Municipalismo					■						■	■		■										■		16,1

<sup>147</sup> Os dados utilizados para a elaboração desta tabela foram compilados a partir da leitura de todos os artigos, estudos monográficos e demais publicações lançadas por Teixeira de Freitas a partir da década de 1930.

Os dados da Tabela 01 são importantes para caracterizar de forma precisa o projeto nacional de Teixeira de Freitas. A articulação entre diferentes propostas - racionalização administrativa, cooperação entre os entes federativos, coordenação do governo federal, redivisão política do território, interiorização da capital, colonização dos vazios territoriais, valorização dos municípios, criação dos consórcios inter-municipais e promoção da educação rural - constitui, segundo o próprio Teixeira de Freitas, um "projeto de reorganização nacional" que tinha como o objetivo distribuir poderes, territórios e populações a partir de uma razão de estado pautada pelos preceitos técnico-científicos, conferindo grande importância às instâncias técnicas nas três esferas federativas. A partir da perspectiva da estatística, entendida como uma ciência "exata e social" a serviço do Estado, Teixeira de Freitas propôs "reorganizar" o país, o que incluía o reajustamento de sua divisão política, administrativa e demográfica, que resultariam, se adotadas em conjunto, em alterações profundas no pacto federativo brasileiro. Salta aos olhos a representatividade do tema da "redivisão territorial do Brasil", que congregava também as propostas de mudança da Capital e colonização do interior, seguido pela defesa das estatísticas e dos órgãos federais criados a partir de 1930 como instrumentos para o "ordenamento" das forças nacionais.

A tabela também mostra a articulação entre os diferentes pontos do projeto nacional de Teixeira de Freitas e a permanência deles entre suas preocupações até o final de sua trajetória nos serviços estatísticos federais no início da década de 1950. Defender a coerência e a coesão de seu projeto durante um período tão alargado de tempo não significa, no entanto, diminuir o peso dos acontecimentos imediatos na ênfase que foi dada na apresentação de seus diferentes aspectos. Teixeira de Freitas apresentou seu projeto nacional a diversos setores da administração pública e das elites políticas do governo de Getúlio Vargas, tendo feito dessas intervenções tentativas de mobilizar seus interlocutores para a urgência da realização daquilo que apresentava como prerrogativas para a salvação nacional. Nesse sentido, seu projeto adquire sentidos diferentes e ocupa posições variáveis de acordo com o curso dos processos políticos e dos acontecimentos que marcaram o curso do governo de Getúlio Vargas e seus anos imediatamente posteriores.

Uma análise mais apurada dessa produção textual de Teixeira de Freitas permite identificar uma característica marcante: seus textos foram elaborados para serem, em grande medida, lidos em público, como atesta a predominância dos discursos e relatórios. Esses textos, geralmente proferidos em eventos estatísticos e solenidades promovidas por diversas

instâncias públicas e privadas de produção cultural, procuraram mobilizar diferentes setores da sociedade brasileira em prol das propostas defendidas por Teixeira de Freitas em seu projeto nacional. Dentre os artigos analisados, foi possível estabelecer a seguinte divisão entre a finalidade original dos artigos e demais produções editoriais publicados por Teixeira de Freitas.

**Tabela 02: Origem dos escritos de Mário Augusto Teixeira de Freitas publicados entre 1930 e 1953.**

Finalidade original	Quantidade de artigos
Discursos	15
Relatórios	10
Entrevistas e Correspondências publicadas	6
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>

A atenção à forma de exposição dos conteúdos e análises por Teixeira de Freitas e a caracterização de seus escritos no contexto do estabelecimento do campo intelectual brasileiro nas décadas de 1930, 40 e 50 também nos interessam neste ponto. Seriam eles ensaios? Artigos de opinião? Tratados estatísticos? Acreditamos ser difícil estabelecer uma caracterização rígida à produção textual de Teixeira de Freitas. Seus artigos, teses, projetos, entrevistas e estudos monográficos não podem, em nossa opinião, ser enquadrados todos dentro de uma mesma categoria, misturando elementos de várias delas. São artigos de opinião, na medida em que neles Teixeira de Freitas se colocou como postulante a locais de fala voltados para a ação e participou dos debates públicos sobre a organização do Estado a partir da ascensão de Getúlio Vargas. Seus escritos não propuseram uma reflexão “teórica” sobre a realidade brasileira, foram afirmações sobre o que o Brasil deveria ser e as medidas que deveriam ser adotadas para os fins propostos. Ao mesmo tempo, em alguns de seus textos Teixeira de Freitas adotou uma narrativa que se aproximou da do ensaio social, que experimentava ampla difusão na época e se preocupava em passar uma visão de conjunto, uma interpretação sobre a sociedade brasileira, os diagnósticos sobre os problemas nacionais e as formas de saná-los. Em suma, uma reflexão, que caminha na fronteira entre saberes (no caso a estatística, a história, a análise social, a educação e a política) para a realização de uma crítica à estrutura política e territorial brasileira. Acreditamos poder definir, ainda que de modo fluido, a produção de Teixeira de Freitas a partir do conceito de "literatura de ideias"

cunhado por Carlos Altamirano. A despeito das particularidades das diferentes formas que engloba, este gênero discursivo apresentaria uma característica fundamental, comum a todas as suas variantes:

“O elemento comum a todas essas formas do discurso “doxológico” é que a palavra é enunciada a partir de uma posição de verdade, independentemente de quanta ficção se aloje nas linhas desses textos. Pode tratar-se de uma verdade política ou moral, de uma verdade que retire sua autoridade de uma doutrina, de uma ciência ou de uma intuição mais ou menos profética.”<sup>148</sup>

Essa posição de verdade ocupada pelo discurso de Teixeira de Freitas se associava à sua concepção do papel das estatísticas como ciência social e da intransigente defesa da ação do Estado no estabelecimento de uma política de coordenação dos esforços estatísticos em todos os níveis federativos. As estatísticas seriam responsáveis pela reunião dos dados que permitiriam identificar os fluxos mais profundos de riquezas e de populações espalhados pelo território nacional, sendo ferramenta indispensável para qualquer atuação do Estado com vistas à resolução dos problemas nacionais. Além de retirar grande parte de sua autoridade do discurso técnico científico, ressaltamos o papel da dimensão institucional da fala de Teixeira de Freitas. Seus discursos, relatórios, entrevistas e correspondências, depois transformados em artigos e publicações, foram a fala de um representante da elite da tecnocracia federal. Diretor dos serviços estatísticos do MESP e colaborador em outros ministérios até a criação do CNE, do INE e, finalmente, do IBGE, Teixeira de Freitas teve suas falas legitimadas pelo exercício de cargos de caráter técnico dentro da estrutura administrativa federal. Essa posição, afirmada em inúmeras ocasiões, seria uma espécie de atestado de idoneidade de sua figura pública e de afastamento dos particularismos políticos que o novo regime dizia combater.

O aspecto institucional da fala de Teixeira de Freitas também pode ser observado a partir da análise dos veículos de difusão de suas propostas. Ao analisarmos as formas de divulgação das propostas de Teixeira de Freitas, isto é, os objetos editoriais nos quais a produção de Teixeira de Freitas foi veiculada, observamos a publicação de seus textos em diferentes revistas e séries de publicações editadas por instituições dedicadas a atividades estatísticas e educacionais, como observado a tabela abaixo.

---

<sup>148</sup> ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de História Intelectual. Tempo Social, vol. 19, n.1. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007, p. 13-14.

**Tabela 03: Periódicos/Editoras nos responsáveis pela publicação dos textos de Teixeira de Freitas entre 1930 e 1953<sup>149</sup>**

	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	T	
Diretoria Geral de Estatística	■																									1
Revista do IHGB			■																							1
Revista Brasileira de Educação					■																					1
Ministério da Educação e Saúde					■						■															2
Revista Brasileira de Geografia											■	■														1
Revista Brasileira de Estatística											■	■	■	■	■	■	■	■								16
Revista Brasileira dos Municípios																					■	■				5
Boletim Geográfico (IBGE)														■												1
Revista do Servidor Público																									■	1
Publicações do IBGE																				■		■	■			6
Editora Melhoramentos									■																	1

É possível observar na tabela 03 que a produção de Teixeira de Freitas foi veiculada por publicações que podem ser descritas como revistas e outros tipos de impressos institucionais, destacando-se a centralidade da Diretoria Geral de Estatística, extinta em 1930, o Ministério da Educação e Saúde, onde Teixeira de Freitas iniciou sua trajetória no governo de Getúlio Vargas, e do IBGE. Entre as principais características das publicações nas quais os escritos de Teixeira de Freitas foram veiculados, destacamos a ligação a instâncias oficiais de controle e afirmação de práticas intelectuais e profissionais, "centros de cálculo" de caráter estatal ou privado. Também importa seu caráter especializado e dotado de legitimidade devido à avaliação pelos pares dentro de uma determinada área do pensamento. Assim, os artigos, estudos técnicos e monográficos, entrevistas e relatórios publicados, ainda que apresentem características distintas, se alinham à ascensão dos "centros de cálculo" após a Revolução de 30 e ao objetivo do novo governo de imprimir um aspecto "técnico" para as decisões a

<sup>149</sup> As informações que deram origem a esta tabela foram reunidas a partir da leitura dos escritos de Teixeira de Freitas, com especial atenção às indicações institucionais dessas publicações. Assim, a tabela reúne revistas associadas a instâncias político-administrativas do Estado, tais como ministérios e o IBGE, mas também publicações editadas por outras instituições que, se não se associavam diretamente ao Estado, compartilhavam do projeto de difusão da nacionalidade por meio da leitura. Nesse sentido, destacam-se a Revista do IGHB e da Associação Brasileira de Educação, bem como as publicações da Editora Melhoramentos, de São Paulo, comandada por um importante interlocutor de Teixeira de Freitas nos assuntos educacionais: Lourenço Filho.

respeito dos negócios nacionais, pautadas pela impessoalidade e pela ancoragem em referenciais científicos.

Além das diversas revistas fundadas pelos Conselhos, Diretorias e Institutos criados pelo governo Vargas, observou-se também o estímulo à publicação de títulos por iniciativas editoriais como o Instituto Nacional do Livro e editoras particulares, como a Companhia Editora Nacional, responsável pela Biblioteca Pedagógica Nacional, vultuoso esforço de publicação de obras sobre aspectos da nacionalidade. Essa proliferação de empreendimentos públicos e privados na área dos impressos sinalizava o aumento do público leitor, ainda que dentro dos limites da ainda baixa alfabetização dos brasileiros.<sup>150</sup> Assim, a inserção da produção textual de Teixeira de Freitas em publicações institucionais aponta para seu amplo trânsito nos núcleos burocráticos do governo de Getúlio Vargas e nas instâncias produtoras de discursos sobre a nacionalidade.

Figuram entre os veículos mais constantes de difusão das propostas de Teixeira de Freitas as publicações do Ministério da Educação e Saúde, do IBGE e da Associação Brasileira dos Municípios, justamente os lugares institucionais aos quais ele se ligou nas décadas de 1930, 40 e 50. Importa observar que, conforme é possível observar nas tabelas 01 e 02, a frequência de suas publicações aumentou consideravelmente a partir de 1940 após a fundação do IBGE, da inauguração de seu Serviço Gráfico e de sua política editorial, composta pela RBG e a Revista Brasileira de Estatística. Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística e do IBGE, diretor do Serviço Gráfico da instituição e da Revista Brasileira de Estatística, Teixeira de Freitas experimentou, durante os anos do Estado Novo, de ampla projeção entre aqueles que se dedicavam a implementar um novo projeto nacional associado à ação coordenadora do Estado. Acreditamos, então, que os escritos de Teixeira de Freitas acompanharam e participaram de seu processo de afirmação como homem público durante os anos do governo de Getúlio Vargas, tendo ocupado diferentes lugares de acordo com as conjunturas sociais e políticas do período.

Nesse sentido, os textos aqui analisados podem ser encarados a partir dessa dupla dimensão: a cerimonial, referente aos discursos lidos em público para plateias compostas pelas elites técnicas e políticas brasileiras com os recursos retóricos e cênicos que as solenidades oferecem aos conferencistas (e Teixeira de Freitas abusaria deles!), e a inserção,

---

<sup>150</sup> DE LUCA, Tânia Regina de. Leituras, projetos e (re)vistas(s) do Brasil (1916-1944). São Paulo: Ed. UNESP, 2011, 117-141.

no formato de texto, nos círculos mais estreitos das revistas especializadas que proliferaram a partir da década de 1930 com o crescimento da atuação do Estado e a estruturação de seus serviços burocráticos. Ambas as dimensões envolvem a mobilização de recursos performáticos por Teixeira de Freitas na elaboração de seus textos, na medida em que ajudam a dar forma a uma "realidade" da qual eles participam como intervenções no debate sobre a questão nacional.

Apresentadas essas considerações a respeito do projeto nacional de Teixeira de Freitas, passemos à apresentação de nossa estratégia para a abordagem de seus escritos. Procederemos à divisão de nossa exposição de acordo com os temas apresentados na tabela acima. Dentro dos recortes temáticos identificados, escolheremos, para isso, textos que tenham sido publicados em diferentes momentos da trajetória de Teixeira de Freitas, abarcando mudanças de ênfase que acompanharam o curso dos acontecimentos políticos do período de sua atuação na burocracia federal. Analisaremos 14 dos 31 escritos que compõem a "obra textual" de Teixeira de Freitas, atentando para a diferença entre os artigos publicados em periódicos institucionais, obras destinadas aos técnicos das instituições estatísticas e compilações de relatórios, correspondências e matérias de jornais. A opção por analisar obras de diferentes características teve como objetivo apreender as nuances do discurso de Teixeira de Freitas perante as elites técnicas e políticas durante sua atuação nos serviços estatísticos federais, as diferentes estratégias de mobilização das referências e dos argumentos em defesa de seu projeto de "reorganização nacional.

Referentes aos anos iniciais de Teixeira de Freitas nos serviços estatísticos do governo de Getúlio Vargas, analisaremos as "33 Teses Estatísticas", elaboradas para o Congresso Nacional de Estatística que seria realizado em 1930 e publicadas anos mais tarde, "O Reajustamento Territorial do Quadro Político do Brasil, conferência realizada no IHGB em 1932 na qual apresenta pela primeira vez de forma completa seu projeto de "reorganização nacional e "O problema do município no Brasil atual", publicado na Revista Brasileira de Educação em 1934 e fruto de uma conferência na Semana Ruralista promovida pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. A seleção destes artigos teve como objetivo evidenciar a forma como ele argumentou em favor das propostas de redivisão territorial, interiorização da capital, redistribuição populacional e educação rural nos anos iniciais do Governo Provisório, quando a "causa" da Revolução dava margem à defesa de medidas radicais que visassem atingir os particularismos políticos existentes no Brasil.

Representam os anos de instalação do IBGE e a consolidação de Teixeira de Freitas como articulador das políticas estatísticas brasileiras os artigos "O IBGE e a Segurança Nacional", "O IBGE e os governos regionais", "A Estatística e a Organização Nacional" e "A redivisão política do Brasil", publicados na Revista Brasileira de Estatística em 1940 e 1941. Estes artigos, frutos de conferências de Teixeira de Freitas a autoridades e membros dos órgãos técnicos e instâncias da administração estatal, mostram a defesa do sistema estatístico de cooperação interadministrativa e da criação de um órgão central para a coordenação dos esforços de elaboração das estatísticas brasileiras. Soma-se a esses artigos iniciais na RBE o estudo "Problemas de Base do Brasil" elaborado em 1941 e distribuído entre os técnicos do IBGE em 1942, com reedições em 1945, 1948 e 1950. A escolha desta obra se deu pelo fato de que ela apresenta de forma completa os pontos contidos, de forma esparsa, nos artigos publicados anteriormente, dando uma noção de conjunto ao projeto de reorganização nacional e sinalizando para sua adoção como elemento norteador das atividades dos técnicos do IBGE. Dois artigos complementam os textos referentes a este segundo período. "Os cinco últimos septênios da evolução estatística brasileira", publicado na RBE em 1943, foi selecionado por significar uma tentativa de delimitar uma interpretação sobre os resultados obtidos pelo IBGE em seus primeiros anos de existência, afirmando uma memória recente da instituição que trazia consigo, implícita, uma avaliação de Teixeira de Freitas sobre sua própria atuação. Por fim, "Ainda em prol da educação rural", publicado na RBE em 1944, ;

Por fim, integram os escritos de Teixeira de Freitas datados do período após seu desligamento do IBGE o livro "A Nova Capital da República e Socialização rural", compilação de relatórios, correspondências e entrevistas sobre a interiorização da Capital Federal publicada pelo IBGE em 1948 e os artigos "O revisionismo territorial brasileiro", publicado na Revista Brasileira dos Municípios em 1949, "A criação de novos territórios, publicado na RBM em 1950 e "A estatística e a reforma social", publicado na RBE em 1950.

A seleção dos artigos, estudos e seleção de relatórios, correspondências e matérias de jornais procurou a articulação entre os diversos pontos do projeto de "reorganização nacional" de Teixeira de Freitas, dando preferência aos estudos em que o estatístico detalhou suas propostas com maior profundidade. Figuram neste recorte tanto artigos que apresentam os conceitos centrais dos diagnósticos e análises de Teixeira de Freitas sobre a "realidade nacional" como aqueles que apresentam, em etapas e de forma minuciosa, o processo de redivisão territorial, interiorização da Capital Federal e povoamento dos vazios territoriais. Os

artigos sobre a questão da educação rural, que ocupam um lugar específico na obra de Teixeira de Freitas, complementam a análise das questões territoriais e populacionais, lançando luz para as articulações entre o projeto de racionalização administrativa, redivisão territorial, redistribuição populacional e a proposta de formação de um novo homem brasileiro identificado com o trabalho na terra e a geração de riquezas para o progresso nacional. São de grande importância os artigos que fazem referência ao IBGE, visto que tratam de um esforço de elaboração de uma memória, ainda que recente, do novo órgão. A afirmação da instituição durante a trajetória profissional de Teixeira de Freitas ganhou, com o passar dos anos, a dimensão de uma "causa" que ligava o estatístico ao Instituto de forma umbilical. A partir da escolha desse corpus documental e de sua análise defenderemos que Teixeira de Freitas foi autor de um projeto nacional que, a partir da aplicação dos conceitos, métodos e técnicas estatísticos, buscou a "reorganização" do Brasil a partir do planejamento de uma alteração no equilíbrio existente entre as diferentes unidades políticas federadas e o planejamento da ocupação e do uso do território como fator de progresso nacional.

## **2.2. A uniformização das estatísticas e a cooperação interadministrativa**

Teixeira de Freitas ingressou nos serviços estatísticos federais na década de 1910, ocupando cargos na Diretoria Geral de Estatística em Minas Gerais, onde coordenou as atividades do Recenseamento de 1920, a elaboração da Carta Mineira do Centenário e a estruturação da Diretoria de Estatística Geral do estado. A experiência de Teixeira de Freitas na burocracia mineira e as dificuldades encontradas na organização dos registros estatísticos para o Recenseamento de 1920 foram seus primeiros focos de atenção, tendo ele elaborado, em 1930, o primeiro de seus estudos aqui analisados, intitulado "Teses Estatísticas".

Inicialmente elaborado como uma comunicação para a Primeira Conferência Nacional de Estatística, ele não chegou a ser apresentado em público devido às mudanças políticas que levaram Getúlio Vargas à Presidência da República. Divulgado pela DGE entre técnicos e especialistas até o ano de 1939, quando foi publicado pelo Conselho Nacional de Estatística, o estudo sugeriu a cooperação interadministrativa entre os governos federal, estaduais e municipais (com o primeiro ocupando a função de centro organizador e propulsor dos

esforços), a racionalização burocrática, a uniformização das estatísticas em suas diversas áreas e a revisão do recenseamento de 1920.

No início das 33 Teses Estatísticas Teixeira de Freitas apresentou o que considerava ser o estado em que então se encontravam as estatísticas brasileiras. Os esforços para a reunião das informações sobre os aspectos nacionais sofria com a desorganização dos serviços de coleta de dados, que não forneciam informações seguras nem padronizada. Esse diagnóstico, como vimos, foi apresentado às autoridades mineiras nos anos finais de sua atividade no estado, o que indica que Teixeira de Freitas utilizaria de sua experiência em Minas Gerais para propor a readequação do sistema estatístico federal às premissas que ele mesmo havia implementado durante a década de 1920. Ao mesmo tempo, Teixeira de Freitas ressaltou o papel que a desinformação da população e seu baixo nível de instrução cumpria para a baixa adesão ao serviço dos órgãos estatísticos. A identificação de uma deficiência de valores nacionais entre o grosso da população o levava a enxergar no "meio social" as influências "mais desfavoráveis possíveis" para a nacionalidade:

“[...] quanto as condições do meio social, elas são sabidamente desfavoráveis, talvez as mais desfavoráveis possíveis, pois, se a ignorância, os preconceitos, a indisciplina social, o desinteresse pelas coisas da administração, e até a má-fé, são características mais ou menos frequentes dos informantes a que recorrem os serviços estatísticos, o que torna a tarefa difícil e de grande delicadeza entre nós o “pedir” informações estatísticas, por outro lado ocorre o rudimentarismo de nossa organização social e econômica, implicando quase sempre a inexistência de boa ordem nos registros públicos e particulares a que se tem de recorrer, quando não a inexistência dos próprios registros que se supõe mais encontrados, como sejam os da contabilidade nas administrações municipais e os respectivos movimentos nos estabelecimentos de ensino e assistência, para não falar de muitos outros casos, talvez ainda mais graves.”<sup>151</sup>

O Brasil ainda não conhecia a si mesmo devido ao desinteresse de sua população em cooperar com o fornecimento dos dados e à desorganização dos esforços empreendidos pelos governos. Com base nessa constatação, ele defende que as estatísticas brasileiras teriam de passar por uma fase de grande simplicidade para a composição de quadros gerais, só depois se debruçando sobre os detalhes da composição da nação. Em sua opinião, se as condições negativas se mostravam mais acentuadas do lado do ambiente social, este é que deveria “fornecer a bitola dos inquéritos que houvermos de formular.” Para caminhar de forma mais certa, o esforço teria que respeitar as peculiaridades do que considerava o “ainda baixo grau de civilização nacional”. A generalidade traria o benefício de concluir a composição de um

---

<sup>151</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Teses Estatísticas. In.: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Teixeira de Freitas: pensamento e ação. Rio de Janeiro: IBGE, 1990 (Série Memória Institucional, vol. 1), p. 23.

“quadro geral” da nação, cuja incompletude fora atribuída à desorganização dos serviços estatísticos e à ignorância do povo. Ao mesmo tempo, Teixeira de Freitas argumenta que o foco nos detalhes afastaria, num primeiro momento, o colaborador menos instruído, o que corroboraria para o fracasso das iniciativas estatísticas.<sup>152</sup>

Grande parte das 33 Teses Estatísticas abordaram o que Teixeira de Freitas denominou de “regime de cooperação interadministrativa” e defendeu, como vimos no segundo capítulo, desde sua atividade em Minas Gerais. Este sistema seria caracterizado pela convergência dos métodos, das medidas, e das políticas públicas por parte dos entes federativos, de tal forma que os estados e municípios

“limitem voluntariamente a autonomia de que à primeira vista deveriam desfrutar, procurando subordinar as respectivas atividades a um **modus vivendi** previamente assentado mediante acordos entre a União e os Estados e entre estes e os seus municípios, de tal sorte, por um lado, que as pesquisas estatísticas diretas porventura efetuadas pelos municípios satisfaçam os fins da estatística estadual e a esta dispense a repetição dos inquéritos já realizados e, por outro lado, que as coletas estaduais se revistam daquelas condições que as possam tornar satisfatórias igualmente para os fins da estatística nacional.”<sup>153</sup> (grifo do autor)

A proposta de Teixeira de Freitas visava pautar políticas públicas que regularizassem os serviços estatísticos e os moldassem à feição do Brasil. Esse arranjo uniria, segundo sua argumentação, autonomia e centralização de esforços. No entanto, se para o autor tal união se daria de forma solidária e coordenada, nas entrelinhas fica nítido que a “cabeça” do sistema - os órgãos federais - teria preeminência na elaboração das políticas territoriais e estatísticas de ordem geral, que deveriam ser acompanhadas pelos serviços estaduais e municipais. A legitimidade dessas propostas residia, por sua vez, na consolidação do saber estatístico e na sua valorização como “ciência social” por excelência, responsável pelo estudo do movimento do homem em relação com seu meio: “sendo a estatística, como já disse alguém, e com incontestável propriedade, o “biômetro das nações”, não se compreende que não se preste ela uma assistência muito especial aos trabalhos de elaboração legislativa.”<sup>154</sup>

A reorganização dos serviços estatísticos, portanto, deveria ter como objetivo fortalecer o sentido “nacional”, colocando seus serviços a disposição dos governos para a implantação de políticas que aumentassem o nível de civilização brasileira. Para isso, além da

---

<sup>152</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Teses Estatísticas. In.: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Teixeira de Freitas: pensamento e ação. Rio de Janeiro: IBGE, 1990 (Série Memória Institucional, vol. 1), p.24-25.

<sup>153</sup> Idem, p. 7.

<sup>154</sup> Idem, p. 26.

criação de serviços estatísticos em todos os estados do Brasil, Teixeira de Freitas também sugeriu a forma de organização dos mesmos, para que os esforços não fossem prejudicados por diretrizes conflitantes. A padronização dos esquemas de obtenção de informações dos serviços estaduais, segundo sua opinião, deveria seguir um formulado a partir das ideias de Angelo Massedaglia e Filippo Virgilli, autores que, como vimos, foram traduzidos para o português pela DGE a pedido de Bulhões de Carvalho. As novas repartições estatísticas estaduais deveriam dividir suas seções para reunir os dados estatísticos a partir do seguinte modelo:

- Situação Física: Estudo do território, compreendendo topografia, a orografia, a hidrografia e a climatologia;
- Situação Demográfica: Estudo da população, dos pontos de vista *estático e dinâmico*. Entre os fatores estáticos, destacam-se aqueles considerados absolutos (abarcados pelo recenseamento), relativos (aferição das densidades) e específicos (composição da população segundo critérios raciais, profissionais e outros). Os fatores dinâmicos deveriam ser divididos em seus aspectos intrínsecos (nascimentos, casamentos e óbitos), extrínsecos (imigração, emigração e migrações internas), "binômicos" e "biométricos" (mortalidade e sobrevivência, vida média e vida provável).
- Situação Econômica: Estudo da vida econômica em seus diversos aspectos- produção, circulação, distribuição e consumo;
- Situação social: Dividida entre o estudo da vida intelectual (escolas públicas e particulares, bibliotecas, museus, belas-artes, corporações literárias, artísticas e científicas, além da imprensa) e da vida moral (manifestações culturais e religiosas, as obras de beneficência e previdência, estatísticas policiais e judiciários).
- Situação Administrativa e política: Estudo da vida política cujo interesse deveria se centrar, por um lado, em tudo que se relacionasse às finanças públicas, à administração do Estado e à justiça civil e comercial e, por outro, sobre as formas de organização política e aos direitos e deveres dos cidadãos frente às tarefas governamentais.<sup>155</sup>

Divididas nestas 5 seções, os serviços estaduais deveriam ser organizados como

---

<sup>155</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Teses Estatísticas. In.: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Teixeira de Freitas: pensamento e ação. Rio de Janeiro: IBGE, 1990 (Série Memória Institucional, vol. 1), p. 26-27.

Delegacias de Estatística e Escritórios de Informações, com sedes fixas, bibliotecas abertas ao público contendo volumes sobre as estatísticas estaduais, exposições permanentes e temporárias com amostras dos principais produtos agrícolas e industriais do Estado, coleções de fotografias, filmes e cinematógrafos sobre as belezas e riquezas naturais, aspectos urbanísticos demais fatores do progresso social e econômico. Fica clara a intenção de consolidar uma estrutura que possibilitasse a reunião de informações, a organização das mesmas a partir de objetivos estratégicos do Estado e dotar-lhes de inteligibilidade, o que caracterizaria os "centros de cálculo" apresentados por Bruno Latour. Além de possibilitar uma ação de pesquisa melhor estruturada, tais iniciativas teriam ainda o objetivo de fazer a propaganda do Estado, fosse mediante a colaboração em eventos e inquéritos promovidos no país ou dos quais, fosse pela exibição direta a visitantes brasileiros e estrangeiros, representantes de empresas comerciais e demais pessoas interessadas.<sup>156</sup>

As Delegacias e Serviços de Informações deveriam realizar suas pesquisas adotando a coleta direta a indireta dos dados, ou seja, a mistura entre as pesquisas de campo e o recebimento de questionários respondidos. Além do recolhimento de material nas repartições estaduais e municipais para a elaboração das séries estatísticas e mapas, o trabalho dos agentes estatísticos seria de grande importância para a complementação e correção das informações obtidas indiretamente. Teixeira de Freitas aponta a falência do método de coleta de dados por correspondência postal e telegráfica. Segundo seu diagnóstico, essa forma de obtenção de informações teria gerado um número irrisório de respostas, mesmo com a insistência dos serviços estatísticos então existentes. Além disso, a falta de critério nas respostas impossibilitava a totalização dos dados em séries homogêneas. Teixeira de Freitas defende que a escolha e contratação dos agentes estatísticos deveria ser feita através de critérios técnicos, o que garantiria o afastamento do perigo das influências políticas e do clientelismo dentro das repartições. Recuperando sua atividade em Minas Gerais, ele sugere a criação dos cargos de Agentes Municipais e Agentes Itinerantes nas cidades ou em grupos de municípios. Esses agentes seriam contratados por tempo determinado, evitando a acomodação dos mesmos e a criação de vínculos políticos e assistencialistas nas localidades.<sup>157</sup> Os agentes estatísticos seriam, em sua opinião, como difusores de educação do meio social, adotando uma posição ativa de apontar os problemas e sugerir as melhorias aos municípios. Essa tarefa

---

<sup>156</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Teses Estatísticas. In.: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Teixeira de Freitas: pensamento e ação. Rio de Janeiro: IBGE, 1990 (Série Memória Institucional, vol. 1), 27-28.

<sup>157</sup> Idem, p.28

seria complementada pela fundação de diversos equipamentos culturais que tornariam a fruição cultural mais disseminada nos municípios, ajudando na elevação do nível moral de suas populações.

As Delegacias Regionais e a DGE deveriam prestar assistência estatística aos órgãos legislativos e federais. Essa ajuda não se limitaria ao fornecimento dos dados necessários à ação legislativa e administrativa, se estendendo para o próprio campo consultivo. Teixeira de Freitas defende a criação de um gabinete consultivo de estatística anexo a cada ramo do poder legislativo da União, destinado a oferecer aos deputados e senadores assistência em matéria de informações sistematizadas. A integração entre a DGE e os órgãos estaduais, por sua vez, deveria ser facilitada com a criação de agências dos Serviços Estaduais de Estatística na Capital, consideradas "verdadeiros consulados dos Estados no maior centro social, político e econômico do país". Essas agências seriam responsáveis pelo duplo trânsito de informações entre Estado e União, reunindo as informações interessantes ao Estado que estivessem disponíveis na DGE e, ao mesmo tempo, fornecendo informações para a organização da estatística nacional.

Teixeira de Freitas deixava claro o aspecto globalizante que pretendia conferir aos serviços estatísticos, compreendendo não só a produção de séries temporais, mas também se dedicando à análise das questões territoriais importantes para o progresso nacional. Segundo seu diagnóstico, a despeito da importância dos levantamentos cartográficos estaduais, com a exceção do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal, nenhum outro Estado havia ainda realizado trabalho de levantamento cartográfico sistemático e rigoroso. Assim, todas as repartições estaduais deveriam se preocupar em realizar estudos cartográficos que aprofundassem a delimitação do quadro das circunscrições municipais e distritais. Tal tarefa seria importante não somente devido aos aspectos políticos mas, principalmente, devido à padronização administrativa que resultaria da definição dos quadros territoriais com o auxílio dos serviços estatísticos:

Os estudos para a elaboração de novas cartas geográficas e corográficas dos municípios deveria ser complementado, segundo Teixeira de Freitas, pelo trabalho de revisão do censo de 1920, possibilitando uma visão panorâmica da atualidade brasileira. Esta proposta foi atendida, como veremos no próximo capítulo, com o Recenseamento de 1940. A metodologia mais adequada, segundo sua proposta, consistiria na realização de pesquisas

diretas nas sedes municipais por meio dos agentes itinerantes, de acordo com o modelo que adotara em Minas Gerais. No entanto, o esforço de revisão e interpretação dos dados do recenseamento não teriam o êxito pretendido se os registros jurídicos e administrativos não fossem ajustados, evitando confusões e a multiplicidade de categorias conflitantes. As deficiências observadas no Registro Civil colocava em dúvida a validade dos dados referentes a nascimentos, casamentos e óbitos, gerando alto grau de incerteza às apurações. A padronização defendida para o Registro Civil por Teixeira de Freitas se estendia para as divisões administrativas e judiciárias ao quadro territorial brasileiro e à instituição de um regime único de medidas, sem os quais seria impossível elaborar os quadros gerais da vida brasileira.

A implementação de tais medidas não se daria sem dificuldades, tamanha a vastidão territorial brasileira e a falta de compreensão da população a respeito da importância das pesquisas estatísticas. Ao mesmo tempo, o caráter voluntário da adesão de estados e municípios ao pacto de cooperação poderia gerar resistências e mesmo a não participação de alguns deles. Para enfrentar tais obstáculos, Teixeira de Freitas propôs a adoção de uma frente dupla de iniciativas. A primeira dizia respeito ao estabelecimento de convênios entre a União e os estados, entre os órgãos estatísticos da administração federal e entre as instâncias dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Através desses acordos seria possível, na opinião de Teixeira de Freitas, implementar a padronização dos registros e instaurar um regime de cooperação que possibilitasse a todas as instâncias participantes o acesso aos dados essenciais para a composição das estatísticas. A colaboração também contribuiria para o aprofundamento da atividade dos agentes itinerantes na obra de educação defendida por Teixeira de Freitas, vencendo resistências locais à ação do governo federal e promovendo a participação como a melhor forma de formação da consciência nacional. Complementavam essas medidas a criação e manutenção de políticas editoriais que vulgarizassem os dados estatísticos e estudos monográficos elaborados a partir deles.

As 33 Teses Estatísticas de Teixeira de Freitas propuseram um rearranjo nas relações entre as três instâncias federativas, pleiteando para a esfera federal a função coordenadora das demais que, dentro de suas atribuições, teriam um relativo grau de autonomia. A tarefa desse novo sistema não seria realizada de forma adequada se não fossem enfrentados os obstáculos oferecidos pela falta de regulamentação dos processos seletivos e das atribuições dos corpos técnicos. Ao mesmo tempo, estruturados os novos serviços, de nada adiantaria a produção

exaustiva de dados sobre as estatísticas gerais se os mesmos não fossem divulgados, funcionando como ferramentas de educação e cultura para a população inculta e como propaganda dos municípios, estados e da nação como um todo frente aos países estrangeiros.

As propostas de Teixeira de Freitas encontraram acolhida no âmbito governamental após a vitória da “Revolução de 1930”, tendo sido encampadas e disseminadas nas diferentes esferas administrativas. O projeto possuía pontos de contato com um dos principais objetivos do governo de Getúlio Vargas, disciplinar os poderes locais e elevar a participação do Estado na economia e no controle social, garantindo a autonomia da nação.<sup>158</sup> A partir de 1931 ocorreu, no bojo da criação dos ministérios do governo Vargas, a proliferação de "centros de cálculo" - órgãos como Conselhos, Institutos, Diretorias responsáveis pelo fornecimento de informações consideradas estratégicas para o bom encaminhamento das tarefas governamentais. Tal ação baseava-se na premissa de que as decisões de Estado deveriam ser investidas de um aspecto técnico, e para isso deveriam existir agências especializadas nos diversos assuntos ligados ao progresso nacional. Tais agências deveriam funcionar em regime de cooperação, com papel central das instâncias superiores - Conselhos e Institutos Nacionais – que deveriam ser a *cabeça pensante* da mudança que se pretendia implantar no Brasil<sup>159</sup>. As políticas de reforma administrativa empreendidas após 1930 valorizaram a consonância com as ações das outras nações do mundo, não a pura e simples “cópia” de modelos administrativos externos. As reformas estatais empreendidas no governo Vargas buscavam forjar uma relação de identidade entre o Estado e a sociedade, desenvolvendo órgãos que tivessem padrões de eficiência técnica internacionais e buscando a promoção de uma elite técnica que pudesse reiterar o papel e a importância de Getúlio Vargas e de órgãos estatais nas reformas essenciais do serviço público.<sup>160</sup> Essa atitude do governo de Getúlio Vargas contribuiu para o aprofundamento e a difusão da "cultura técnica" compartilhada por importantes segmentos das elites brasileiras, conforme observado no capítulo anterior e para o estreitamento dos laços destes com o Estado.

---

<sup>158</sup> D'ALESSIO, Márcia Mansor. Estado-Nação e construções identitárias. Uma leitura do período Vargas. In.: BREPOHL, M.; BRESCIANI, M.S.; SEIXAS, J.A. Razão e paixão na política. Brasília: Ed. UnB, 2002, p. 165-174.

<sup>159</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930. In.: FONSECA, P.C.D.; BASTOS, P.P.Z (orgs.). A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Ed. UNESP, 2012, p. 178. Na mesma obra, destacamos artigo sobre o mesmo assunto e com argumentos semelhantes: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. "Ascensão do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas."

<sup>160</sup> RABELO, Fernanda Lima. O DASP e o combate à ineficiência nos serviços públicos: a atuação de uma elite técnica na formação do funcionalismo público no Estado Novo (1937-1945). Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. Vol.3, n.6, dez/2011, p. 79-80.

A confirmação dessa proximidade entre as propostas de Teixeira de Freitas e a construção da burocracia estatal pelo governo de Getúlio Vargas pode ser percebida com clareza a partir de 1935, quando foi criado o INE. A projeção da figura de Teixeira de Freitas a partir da circulação de suas 33 Teses Estatísticas o credenciou a participar da articulação para a fundação de um novo órgão estatístico federal em substituição à antiga DGE, desativada em 1931. A partir de sua atuação na DEGP do Ministério da Educação e Saúde, dirigido pelos mineiros Francisco Campos e Gustavo Capanema, Teixeira de Freitas logrou êxito em articular os esforços em torno de um órgão estatístico de amplo alcance, como o projetado na conferência de 1930. O processo de institucionalização das estatísticas na burocracia federal e estadual foi coordenado por Teixeira de Freitas, que assumiu a posição de Secretário Geral no novo INE. Em 1936, com a criação do Conselho Nacional de Estatística, ele também passou a ocupar sua Secretaria-Geral. Com a incorporação do Conselho Nacional de Geografia, fundado em 1938, a instituição passaria a adotar a denominação de IBGE, tendo na Secretaria Geral, mais uma vez, Teixeira de Freitas.

Com a criação do IBGE a defesa do regime de cooperação interadministrativa ganhou ainda mais força. A amplificação das propostas de Teixeira de Freitas foi beneficiada pelo poder de difusão de ideias do novo órgão, dotado de um Serviço Gráfico e uma política editorial ativa, e também pelo processo de aprofundamento da crise política que levou à instalação do Estado Novo em 1937. Durante todo o processo de instalação do Estado Novo e, paralelamente, de consolidação do IBGE, Teixeira de Freitas continuou sua defesa do regime de cooperação inter-administrativa e defendeu a instituição do Estado Novo por Getúlio Vargas, identificando nessa medida uma chance de se realizar intervenções de alcance amplo com relação à população e ao território brasileiros. Essa associação pode ser observada em "O IBGE e os governos regionais", datado de 1940.

Publicado no segundo volume da Revista Brasileira de Estatística, o artigo foi originalmente proferido como discurso em solenidade do IBGE dedicada aos Interventores Estaduais em novembro de 1939. Por esse motivo, trata-se de um texto recheado de floreios retóricos, aos quais se misturam a afirmação do que Teixeira de Freitas considerava uma oportunidade única na história brasileira de resolver os problemas relativos à concretização do ideal nacional.

A nenhum Governo em nossa história foi dada a soma de poder e autoridade que exerce o Presidente Getúlio Vargas. Em nenhuma fase do nosso passado se tentou tão pacífica e tranquilamente como agora, nem tão profunda e desdobradamente, um

esforço de renovação igual ou semelhante a este que estamos assistindo. Em tempo algum, nas fases climatéricas da vida brasileira, se harmonizaram melhor as tendências inovadoras com os imperativos de continuidade e equilíbrio nos ritmos da existência nacional. Precedente não há de uma conciliação tão perfeita entre o senso de disciplina social e o livre surto de energias, - que são apanágio da nossa raça.<sup>161</sup>

Teixeira de Freitas afirmava ter consciência da situação “privilegiada” vivenciada pelo país para a realização da obra de reordenamento de suas estruturas administrativas: um Estado centralizado e, após 1937, sem a presença do Parlamento e dos partidos, uma organização administrativa que permitia o trânsito entre as instâncias governamentais, um órgão dotado de centralidade na administração pública, estreito contato com a chefia do governo e recursos financeiros e técnicos para a difusão de um projeto nacional. Teixeira de Freitas que as condições do final dos anos 1930 seriam as mais propícias à organização nacional em toda a história brasileira, havendo por isso uma missão a cumprir por parte da geração que ascendeu aos postos no Estado.

A configuração desse cenário profícuo se deveria a três conjuntos de fatores. O primeiro seria o que Teixeira de Freitas considerava uma "compreensão exata e totalitária da realidade nacional" pelo chefe do governo brasileiro. Essa visão nacional do Presidente teria garantido agilidade às medidas de reconfiguração política, harmonizando vontades, substituindo os "clássicos moldes políticos" e operando transformações com suavidade, naturalidade e segurança. Essa compreensão levava a uma segunda ordem de fatores, associados à ascensão do ideal de união nacional que estimulava o conagraçamento e a alegria entre os homens, permitindo o aproveitamento das capacidades e inspirando a concórdia entre todas as forças sociais. Por fim, destacava-se a vontade de Vargas de realizar a grandeza nacional, considerada inquebrantável e, por isso, estimuladora dos cidadãos e classes sociais. Teixeira de Freitas liga a criação do IBGE ao reconhecimento, por parte do governo de Getúlio Vargas, da necessidade de reordenar e coordenar os particularismos locais em torno da ideia de Unidade Nacional, caracterizada pelo amplo aproveitamento das virtualidades da nação. O IBGE seria o ponto de partida e o centro de articulação de um “sistema harmônico” que colocaria em contato todas essas qualidades e lhes dotariam de vitalidade para contribuir para o progresso nacional. O projeto de “reorganização nacional” estaria, para Teixeira de Freitas, “em marcha” a partir da articulação de serviços estatísticos operada pelo Instituto. Esta articulação

---

<sup>161</sup>FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. "O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e os governos regionais." In.: Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, abr./jun. 1940, p. 270.

[...] reconcilia a autonomia federativa com a Unidade Nacional, a descentralização executiva com a centralização de orientação técnica e de resultados. Virtualiza ao máximo as atividades das três órbitas de governo, para integrá-las num todo mais expressivo, mais rico, mais harmônico. Oferece às iniciativas do poder público a colaboração leal e bem ordenada da iniciativa particular. Dando-lhes mútua compreensão e interpenetração, aproxima os interesses de todas as regiões, de todas as classes e de todos os grupos. E com ela colaboram estreitamente as forças que criam a riqueza – a agricultura, a indústria e o comércio; e as que elevam, cultivam e sublimam o espírito – a educação, a cultura e a religião. No seu seio articulam com justeza seus interesses, auxiliando-se mutuamente, a administração civil e militar – a gestão e a defesa do Estado. Numa palavra, - o Instituto utiliza, estimula e virtualiza todas as pluralidades; nelas se apoia, racionaliza-lhes a diversificação, e com elas constrói a unidade orgânica da sua estrutura e a unidade lógica do conhecimento exato da realidade viva da Pátria, que só assim orientará conscientemente os seus destinos. E com isso está apresentando a Nação uma larga e magnífica avenida por onde seus esforços construtivos podem penetrar o Brasil a dentro, na verdadeira “marcha para o oeste”, levando-lhe, eficazmente, a assistência que lhe é devida em matéria de fomento econômico, de estradas, de recursos sanitários e de educação, e despertando, afinal, o “gigante adormecido” para a caminhada vitoriosa a que o conclamam os signos históricos.”<sup>162</sup>

O triunfo de um plano de cooperação vasto como o observado nas atividades estatísticas brasileiras seria um indício da capacidade do governo de Getúlio Vargas e da possibilidade de se organizar as instâncias administrativas estatais para a realização dos ideais nacionais. Teixeira de Freitas considerava a criação do IBGE "uma página inédita na nossa vida política, uma tentativa sem símile em nossa história administrativa, um capítulo recém-aberto do nosso direito público."<sup>163</sup> Assim, a partir de 1938 a defesa do regime de cooperação interadministrativa passou a ser a afirmação do próprio IBGE, considerado a concretização do grande sistema proposto por Teixeira de Freitas em suas 33 Teses Estatísticas. No artigo aqui analisado, percebe-se a tentativa de dar a tarefa de construção do sistema estatístico como concluída, ainda que ajustes permanentes fossem necessários para seu aprimoramento ao longo do tempo.

“Eis aí a realidade esplêndida. Todos os óbices foram superados. O grande organismo está virtualmente completo, - sem embargo, é claro, dos desenvolvimentos que trará seu imenso poder de expansão. O vastíssimo labor prefigurado está iniciado sob os melhores auspícios. Todas as iniciativas necessárias já foram tomadas. Disposições normativas uniformes prevalecem em nossos vários setores de atividade. Reajustamentos sucessivos, e consequentes a cada fase de trabalho, aproveitam em benefício de todos as experiência de cada qual. A cooperação expande-se, as sugestões acorrem, e toda ideia feliz é aproveitada. O entusiasmo e a confiança movem a cada um e a todos, no sadio ambiente de trabalho que é o nosso. As realizações multiplicam-se e já vão constituindo acervo preciosíssimo.”<sup>164</sup> (273)

Em seu discurso publicado na forma de artigo pela Revista Brasileira de Estatística,

<sup>162</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. "O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e os governos regionais." In.: Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, abr./jun. 1940, p. 274-275.

<sup>163</sup> Idem, p. 274-275.

<sup>164</sup> Idem, p. 273.

Teixeira de Freitas manifestou contentamento com a concretização dos planos de organização das estatísticas brasileiras, deixando claro que este seria um trabalho de contínuo aperfeiçoamento que deveria ser estimulado pela ação dos governantes estaduais e das Delegacias Regionais. Ao mesmo tempo, ao ressaltar o clima de entusiasmo, concórdia e valorização das capacidades, Teixeira de Freitas procura dotar o funcionamento do IBGE de um caráter orgânico garantido pela adoção do regime de cooperação interadministrativa. Essa associação entre o regime de cooperação interadministrativa seria uma espécie de microcosmos do regime político brasileiro, em que a autonomia administrativa coexistia com a centralização política justificada pela defesa do papel coordenador do governo federal. Percebe-se um tom de profundo otimismo nas avaliações de Teixeira de Freitas, que celebra a conclusão de um "vastíssimo labor". Ainda que houvesse espaço para aprimoramentos, o grande impulso já estava dado e nada poderia deter o avanço dessa força dotada de significado histórico para a nação.

Esse é o mesmo tom adotado por Teixeira de Freitas no artigo "Os cinco últimos septênios das atividades estatísticas no Brasil", publicado em 1943, originalmente como uma entrevista ao jornal "A Manhã" e, posteriormente, na Revista Brasileira de Estatística. É possível observar, nesse artigo, que a consolidação do regime de cooperação interadministrativa passou a ser defendida como a culminância do que ele considerava um processo histórico de tentativas de organização das estatísticas no Brasil "desde tempos remotos de sua história". Teixeira de Freitas dedicou grande parte de sua entrevista à exposição de algumas dessas iniciativas, fazendo uma espécie de genealogia das estatísticas brasileiras desde o final do período colonial. Ao terminar sua exposição ele procura estabelecer as fases históricas das estatísticas brasileiras e, com isso, associar o IBGE a um grande número de iniciativas que, no passado, teriam, em sua opinião, procurado os mesmos fins que a instituição fundada durante o governo de Getúlio Vargas.

A nossa "pré-história", no que diz respeito aos serviços estatísticos, pode ser considerada a época anterior a 1808. Daí, até 1871, o ano áureo em que foi criada a Diretoria Geral de Estatística, corre o período da "história antiga". A "história média" vai de 1871 a 1907. Ao período decorrido de 1907 a 1936 (fase em que se foram fixando as diretrizes ora vigentes), poderemos chamar a nossa "idade moderna". De sorte que a "história contemporânea", anunciada em 1934, abriu-se em 1936, ano da instalação do Instituto, inaugurando a "era normal" da estatística brasileira, cujas etapas anuais se vão enumerando no fecho das Resoluções baixadas pelos nossos Conselhos dirigentes "Era normal" - dizemos bem -, porque, na verdade, a partir de então o seu desenvolvimento ficou condicionado, de modo definitivo, por princípios orgânicos, que atendem plenamente às peculiaridades do

país, à sua forma de governo e aos requisitos sugeridos pela experiência universal.<sup>165</sup>

Teixeira de Freitas reserva lugar de destaque a Bulhões de Carvalho, seu principal mentor, falecido em 1940. Responsável pela modernização das estatísticas brasileiras a partir de 1907, ano de seu ingresso na DGE, Bulhões de Carvalho teria conseguido imprimir regularidade à DGE, ainda que prejudicada pela instabilidade administrativa. Não obstante tais problemas, teria sido durante a gestão de Bulhões de Carvalho, afirmava Teixeira de Freitas, que os princípios que passaram a nortear o IBGE foram idealizados e praticados pela primeira vez no Brasil, o que justificaria a adoção do ano de 1907 como o marco da "Era Moderna" no campo das estatísticas.

Houve um acontecimento que exerceu influência decisiva. Naquele ano [1907], ainda início do governo AFONSO PENA, a Diretoria Geral de Estatística. Órgão estatístico central na administração federal, foi reformada, por iniciativa do Ministro MIGUEL CALMON, e entregue à enérgica e competente direção de BULHÕES CARVALHO. Daí a vigorosa ação propulsora e realizadora, que nunca mais faltou ao progresso da estatística brasileira. A referida repartição teve sucessivos regulamentos, mudou de nome várias vezes, e as suas atividades enchem todo o período decorrido entre aquele ano memorável e o advento do Instituto Nacional de Estatística, hoje Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.<sup>166</sup>

Observa-se, nas afirmações de Teixeira de Freitas e na periodização por ele construída, uma tentativa de conferir profundidade histórica ao esforço de regularização dos serviços estatísticos brasileiros. Essa operação ocupa um lugar importante em seu discurso em prol da ampliação do sistema estatístico em fase de consolidação com o IBGE. Na opinião de Teixeira de Freitas, 1930 teria sido o verdadeiro marco das estatísticas brasileiras por representar o momento em que ocorreu a confluência entre as propostas oriundas da experiência histórica brasileira com a vontade política de se orientar as políticas governamentais pelo imperativo da nacionalidade. A história das estatísticas brasileiras seria a trajetória da própria nação em busca de consciência de si própria, atravessando diferentes contextos políticos que permitiram resultados graduais. A realização da obra estatística pelo governo de Getúlio Vargas teria sido responsável pela transformação da "Era Contemporânea" em "Era Normal", aquela em que se teria finalmente adotado princípios orgânicos, isto é, baseados nas peculiaridades da formação histórica, do meio, da população e da forma de governo brasileiros para imprimir uma direção firme à configuração dos serviços estatais e à implantação do regime de cooperação interadministrativa. Segundo Teixeira de Freitas, essa visão orgânica estaria expressa na própria forma de estruturação do IBGE, separado entre as "alas" estatísticas, geográficas e

---

<sup>165</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Os cinco últimos septênios da evolução estatística brasileira. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 4, n.15, jul./set. 1943, p. 519-520.

<sup>166</sup>Idem. p. 516.

censitárias. Esta última se dedicou, como veremos no próximo capítulo, ao Recenseamento de 1940, um dos grandes objetivos do IBGE quando de sua fundação.

Esse período, que é, como disse, o primeiro da "era normal" da estatística brasileira, desenvolveu-se rigorosamente segundo os rumos fixados pelo Presidente GETÚLIO VARGAS. O lúcido pensamento político que orienta toda a sua obra de governo, apreendeu perfeitamente a gravidade e o alcance do problema que o Brasil precisava resolver, sob pena de se ver privado dos elementos informativos em que pudesse apoiar as grandes realizações da fase revolucionária iniciada em 1930. E daí as sábias e seguras diretivas apontadas à obra do Instituto. Era preciso o conhecimento da terra e do homem do Brasil: a ideia matriz do Instituto continha essa dupla aptidão, cujo desenvolvimento deu lugar à diferenciação do sistema nas suas duas alas - a geográfica e a estatística -, presididas, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Geografia e pelo Conselho Nacional de Estatística. Os grandes inquéritos censitários, que todos os países modernos costumam realizar periodicamente, constituem um objeto de alguma forma distinto, em relação às finalidades normais da estatística e da geografia; mas, se devem - é certo - ficar a cargo de órgãos especiais, de existência temporária e dotados de recursos especiais, não podem prescindir do auxílio e da cooperação dos aparelhos prepostos aos levantamentos estatísticos e geográficos. Donde a instituição da ala censitária do Instituto, presidida pela Comissão Censitária Nacional, da qual participam os dirigentes das duas alas permanentes e mais os elementos representativos dos interesses culturais e econômicos a que os censos devem atender.<sup>167</sup>

O processo de consolidação das estatísticas brasileiras teria adquirido contornos mais definidos após o apoio do governo de Getúlio Vargas, mas Teixeira de Freitas defende que a fundação do IBGE e sua estruturação teriam sido apenas os esteios de uma ação maior, que necessitava de um processo de constante aprimoramento, que significava, na verdade uma expansão de suas atividades que ocorreria em três âmbitos: a partir do crescimento de seus quadros e divisões internas, do aprimoramento técnico e da integração de suas seções e de sua influência em diversas instâncias governamentais nos municípios, estados e União.

Há, em primeiro lugar, uma expansão ininterrupta, da qual resulta a criação de novos órgãos especializados e o alargamento dos quadros das repartições de estatística geral, afim de que o Instituto possa ajustar-se às exigências crescentes da civilização moderna no terreno da geografia e da estatística. Depois, a racionalização, cada vez mais rigorosa, dos seus serviços. E por fim, a melhor articulação entre eles. Esta começou com a simples subordinação técnica aos Colégios dirigentes; mas a experiência já demonstrou que precisa evoluir no sentido da subordinação administrativa a uma direção comum, sem a qual a unidade do sistema será sempre precária e periclitante.<sup>168</sup>

Essa influência exercida sobre os órgãos da administração estatal nas três esferas federativas era uma prerrogativa considerada essencial para a execução das atividades do IBGE, visto que garantiria, dentro de um regime de distribuição de tarefas, a unidade de orientações técnicas e administrativas adequadas ao funcionamento do sistema. Essas medidas não eram consideradas centralizadoras por Teixeira de Freitas, que argumentava que a

<sup>167</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Os cinco últimos septênios da evolução estatística brasileira. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 4, n.15, jul./set. 1943, p.520-521.

<sup>168</sup> Idem, p. 522.

autonomia de estados e municípios seria respeitada, observando-se apenas a padronização da organização administrativa, dos inquéritos e o alinhamento das pesquisas aos objetivos das estatísticas gerais brasileiras. Percebe-se, novamente, a defesa de uma autonomia relativa, em que os entes federativos abririam mão de parte de suas prerrogativas em prol da coletividade nacional, representada pelos serviços estatísticos federais.

A unidade de direção e de regime, quanto à organização do trabalho, das vantagens e da carreira para o pessoal, a par da uniformidade e suficiência de equipamento, - isto não constitui centralização. O trabalho continuará sempre distribuído, como não podia deixar de ser, por órgãos municipais, regionais e ministeriais. Essa unidade de direção e organização administrativa, que completa e virtualiza a unidade de orientação técnica, longe de se contrapor ao princípio federativo, que informa o sistema, é o seu justo e lógico corolário. Não se trata de colocar absurdamente nas mãos de uma das três órbitas de governo a responsabilidade e o encargo exclusivos da estatística geral brasileira, - o que de fato subverteria a própria conceituação do regime federativo. Pelo contrário, o que ocorre é a consequência natural de toda associação. Os associados - no caso os governos cointeressados nos levantamentos estatísticos e geográficos - conjugam os seus recursos, unificam a sua coletiva atuação por meio de um mandato, e assim realizam nas melhores condições possíveis o seu comum objetivo. Os serviços executados continuam a ser - mas a um só tempo e em todos os sentidos (quanto a objetivos, recursos, origem de autoridade) - federais, estaduais e municipais. Por isso mesmo, graças a essa larga compreensão das órbitas de autoridade e de todos os objetivos particulares, que lhes dá sentido nacional ficam por assim dizer, nacionalizados, pois que exercidos para os fins todos da Nação, em matéria de geografia e estatística, e utilizando todos os seus recursos e toda a autoridade, a cargo de uma entidade para cuja instituição concorrem, no uso das suas autonomias, prerrogativas e competências, e na forma de um mandato político solenemente convencionado, todos os governos cointeressados.<sup>169</sup>

A confluência entre os esforços dos serviços estatísticos das três esferas federativas era entendida por Teixeira de Freitas como uma decorrência natural da própria dinâmica da nacionalidade, marcada pela abdicação de uma série de prerrogativas regionais em favor da coletividade. Em seu entendimento, não se poderia falar em submissão à esfera federal, mas em uma associação voluntária baseada no desejo de contribuir e ter melhores resultados devido à adoção de um padrão nacional. Daí a especificidade da definição adotada para o termo "nacionalização": ao invés de significar a incorporação das atribuições das outras esferas pela União, o termo se referia à adoção de parâmetros nacionais para a elaboração das estatísticas regionais e locais.

A argumentação de Teixeira de Freitas deu grande ênfase à necessidade de se adotarem parâmetros nacionais para a organização das estatísticas no Brasil. Em seus dois artigos analisados logo acima percebemos que, durante o processo de instalação e consolidação do IBGE, suas análises apresentavam um panorama animador, marcado pelo

---

<sup>169</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Os cinco últimos septênios da evolução estatística brasileira. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 4, n.15, jul./set. 1943, p.522.

estabelecimento de convênios para a implementação do regime de cooperação interadministrativa. Entre 1938 e 1945, Teixeira de Freitas desfrutaria de ampla legitimidade nos serviços estatísticos brasileiros, transitando com habilidade entre os círculos políticos e burocráticos nas três esferas federativas. A conjuntura nacional contribuía para a projeção do IBGE dentro da estrutura administrativa federal e alguns resultados importantes foram apresentados, como a organização e realização do Recenseamento de 1940, exposições cartográficas e uma vultuosa política editorial. No entanto, os ventos começaram a mudar a partir de 1945, com a deposição de Getúlio Vargas e a retomada da democracia no Brasil. A partir de então Teixeira de Freitas se afastou gradativamente dos cargos que ocupava no CNE e no IBGE, preservando seu posto na DEGP. O último artigo analisado nesta seção, publicado já nesse período de afastamento de Teixeira de Freitas do IBGE, apresenta uma visão bastante distinta do otimismo dos discursos publicados em 1940 e 1943. "A estatística e a reforma social" foi elaborado como uma conferência, lida no curso de informações do CNE em 11 de setembro de 1950 e publicada no mesmo ano na Revista Brasileira de Estatística. Nesse artigo, Teixeira de Freitas procurou assinalar as contribuições que o saber estatístico e o IBGE poderiam fornecer ao plano de reforma social do Brasil, que previa a assistência a diversas categorias de cidadãos. Essa reforma social deveria ser complementada, com alto grau de urgência, pelo reajustamento do quadro administrativo segundo o regime de cooperação e pelo planejamento da ocupação do território brasileiro.

Em "As estatísticas e a Reforma Social", Teixeira de Freitas apresentou, pela primeira vez com clareza, os problemas encontrados na implementação do regime de cooperação interadministrativa, adotando um tom de preocupação frente ao que considerava uma ameaça de demolição da obra estatística representada pelo IBGE. Sua estratégia retórica foi a de propor um questionamento a respeito da eficácia dos serviços estatísticos brasileiros como forma de exposição de suas mazelas. Inicialmente sua argumentação caminha no sentido de afirmar a capacidade do IBGE e do regime de cooperação interadministrativa de prover o Brasil de informações importantes sobre sua dinâmica interna, como atestariam os acordos firmados entre as esferas federativas ao longo de sua trajetória na Secretaria-Geral da instituição.

O Brasil dispõe, hoje, de um vasto sistema de serviços estatístico-geográficos. Será, porém, que esse aparelho, ora colocado sob a égide do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, está realmente capacitado para realizar as investigações e proceder aos levantamentos de que venha a carecer a transformação do Estado Brasileiro? Já possuirá o Brasil o instrumento de que precisa para empreender a realização dos seus destinos históricos segundo os caminhos que a Sociopolítica lhe

deve indicar? Evidentemente, sim. Uma vez que a ação investigadora da Estatística deve ser "una", mas sem que deixe de estar presente em todo o território nacional; se é mister que essa tarefa se execute em condições de servir a todas as estruturas governativas, - então forçoso é que aquela unidade e aquele desdobramento resultem de um entendimento entre as esferas governamentais que, independentes mas harmônicas entre si, se diferenciam na contextura política da Federação. Ora, eis aí, precisamente, o que está feito por intermédio da Convenção Nacional de Estatística, de 1936, e pelos Convênios de Estatística Municipal, de 1942<sup>170</sup>

No entanto, para que se alcançasse o êxito apontado na tarefa de estruturação do sistema estatístico nacional teria sido preciso transigir em alguns aspectos, e esses desvios de curso acabavam por minar o poder de atuação do IBGE, acarretando em rachaduras no edifício construído a partir das propostas de Teixeira de Freitas. Uma das suas maiores preocupações seria a regulamentação do regime de colaboração dos estados e municípios, que teria sido protelado durante o governo de Getúlio Vargas.

Daí que, embora enfrentando grandes riscos e através de dificuldades sem conta que bem poderiam ter sido evitadas se outra fosse a nossa cultura política, tornou-se preciso admitir que a cooperação entre a União, as Unidades Federadas e os Municípios não devesse ser originariamente "determinada" por disposição constitucional, visto como o procedimento em contrário seria suspeitado, ainda que sem fundamento algum, de atentatório à autonomia dos Estados e dos Municípios.<sup>171</sup>

Sua queixa de se referia à falta de um repertório de leis e disposições administrativas que obrigassem estados e municípios a aderirem ao regime de cooperação administrativa. Na falta de instrumentos que pressionassem essas instâncias a colaborarem com os serviços federais, restava aos coordenadores das estatísticas nacionais contarem com a adesão voluntária, que ainda era escassa. Em sua opinião, a falta de rigor nas leis teria permitido que as influências particularistas permanecessem presentes, como que incubadas, prontas a se manifestarem quando a oportunidade aparecesse. A hesitação em estabelecer normas claras sobre o regime de cooperação interadministrativa teria criado esse campo fértil para a evasão e a indiferença frente às atividades essenciais para todos os membros da Federação.

Num pressuposto quase absurdo - tão liberal era ele - admitiu-se que Estados e Municípios não pudessem obrigar-se, a não ser voluntariamente, a um efetivo esforço de cooperação entre os vários planos administrativos. Ainda mesmo quando se tratasse, como de fato se tratava, de uma necessidade vital da própria Federação, a saber, a necessidade, comum às três órbitas de governo, de garantir-se eficiência e unidade quanto às pesquisas geográficas e estatísticas.<sup>172</sup>

Avançando em seu raciocínio, Teixeira de Freitas sugere que o sucesso da criação do IBGE deveria ser creditado tanto a uma confluência excepcional de sensibilidades atentas ao

---

<sup>170</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. A estatística e a reforma social. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 11, n. 44, out./dez. 1950, p.533.

<sup>171</sup> Idem, p. 534.

<sup>172</sup> Idem, p. 534.

ideal nacional quanto a um momento político específico da história brasileira em que governantes e técnicos detiveram em suas mãos poderes excepcionais que lhes permitiram dar encaminhamento rápido às demandas do área estatística. No entanto, esse fator seria extremamente preocupante, uma vez que o sucesso da tarefa de organizar os quadros da vida brasileira dependeria sempre da atenção dos governos e das configurações políticas. A instabilidade do apoio governamental e a falta de regulamentação do regime de cooperação interadministrativa seriam responsáveis por gerar em muitos estados e municípios um sentimento de desobrigação frente às diretrizes formuladas pelo IBGE. Vinte anos após iniciar sua defesa da estruturação das estatísticas brasileiras, Teixeira de Freitas manifestava o receio de ver o fruto de seu trabalho e de muitos outros colegas se esvaindo devido à má compreensão das características do regime de cooperação interadministrativa.

Infelizmente, não demoraram a interferir os interesses pessoais. Não se conformaram com as limitações estabelecidas, nem o arbítrio mal compreendido, nem as irrefletidas pretensões da política partidária. Essa política esquece facilmente os imperativos superiores da vida nacional, para assumir surpreendentes atitudes que não encontram explicação na lógica dos fatos. Aquelas influências já provocaram o desatendimento dos compromissos convencionais. E esses tristes casos - embora sejam frutos, antes da irreflexão, do que do propósito de descumprir solene pacto, de perenidade garantida pela sua própria natureza, - tais casos, se não forem hábilmente resolvidos, podem provocar as mais desatinadas consequências. Bem o avaliará quem puder ver, em todas as suas repercussões, o alcance da obra do Instituto.<sup>173</sup>

Portanto, o dever dos responsáveis pelo IBGE seria o de manter intacto o legado dos seus primeiros anos de atividade (e, porque não, o legado do próprio Teixeira de Freitas) e agir junto às elites governamentais para garantir mais recursos materiais e infraestrutura para a instituição. Além disso, seria primordial conseguir, junto às autoridades políticas, a elaboração de leis que obrigassem os estados a integrarem o sistema implementado e coordenado pelo IBGE.

Mantenham-se intangíveis as autonomias, cuja cooperação constitui hoje a normalidade institucional dos serviços geográficos e estatísticos brasileiros. Isto é um postulado inafastável. Mas a participação dos Estados e Municípios, nesse sistema, já se comprovou ser a condição *sine qua non* para que o Brasil pudesse enfrentar as dificuldades tremendas que se antepunham, tanto ao conhecimento geográfico do seu território, quanto à visão e mensuração perfeita das suas atividades socioeconômicas. Causas são essas, uma e outra, sem as quais o progresso do país estaria bloqueado irremediavelmente. Tal participação, portanto, de tão alto relevo político e social se reveste, que não pode mais permanecer facultativa, como o foi até agora. É hoje, provavelmente, condição de normalidade para a vida do Estado Brasileiro; logo, deve ser obrigatória, quer para a União quer para os Estados e Municípios. O Governo Federal - ele próprio - não mais poderia

---

<sup>173</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. A estatística e a reforma social. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 11, n. 44, out./dez. 1950, p. 535.

reivindicar a liberdade de agir isoladamente, ou com exclusividade, no terreno da Estatística e da Geografia, à revelia dos Estados e dos Municípios. Não pode desconhecer àqueles e a estes as necessidades e o direito, tanto de participarem de tais pesquisas, quanto de disporem prontamente dos resultados delas, como cousa também sua. Mas, por igual, aos Estados e Municípios não será lícito, sob pena de estarem negando a Federação e o sentido verdadeiro da autonomia estadual e municipal, sonegarem à União, naquela forma que se verificou ser a mais conveniente, o concurso que ora lhe asseguram, já em virtude da Convenção Nacional de Estatística, já por força dos Convênios de Estatística Municipal.<sup>174</sup>

Segundo Teixeira de Freitas, não estaria sendo observada uma equidade nas obrigações dos entes federativos, sobrecarregando a esfera federal de atividades que poderiam ser melhor desenvolvidas se distribuídas entre a União, os estados e municípios. A tergiversação dos governos diante da regulamentação do regime de cooperação interadministrativa teria sobrecarregado o IBGE de atividades e estimulado a manutenção dos interesses locais, minando o alcance do esquema proposto pela instituição. A falta de colaboração de alguns estará prejudicando a elaboração de estudos que, em sua opinião, seriam do interesse de toda a coletividade, pois permitiriam ao governo adotar medidas de alcance nacional que beneficiariam a todos, inclusive estados e municípios. O desconhecimento da realidade nacional decorrente dessa situação impediria a conclusão do trabalho de reorganização nacional iniciado em 1930, ainda que, em suas palavras, ele estivesse em curso, tendo já apresentado resultados vultuosos. Assim, Teixeira de Freitas conclui seu artigo exortando os membros do CNE a continuarem a trilha iniciada por sua gestão, defendendo que a mesma teria se pautado apenas no ideal de progresso nacional que deveria ser a realização de um destino reservado ao Brasil devido às características de seu território e sua população. Somente a partir da organização dos serviços estatísticos seria possível conhecer a verdade sobre o país e, com isso, dar prosseguimento à obra de promoção da felicidade de nossa população.

Observamos que suas propostas para a organização dos serviços estatísticos brasileiros não sofreram modificações ao longo de sua longa trajetória intelectual, tendo, inclusive, se aprimorado a partir de sua ascensão na administração federal observada entre 1930 e 1938, quando foi criado o IBGE. Inicialmente apresentadas no formato de sugestões, apresentadas em um contexto de reorientação das políticas públicas e de fortalecimento do papel do Estado, elas adquiriram concretude a partir das atividades coordenadas por Teixeira de Freitas na Secretaria-Geral do Instituto. Suas principais características - o foco nas estatísticas gerais em

---

<sup>174</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. A estatística e a reforma social. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 11, n. 44, out./dez. 1950, p. 536.

detrimento dos estudos particularizados, a restrição à autonomia dos serviços estaduais e municipais dentro de um regime de cooperação interadministrativa, a adoção de critérios técnicos para a seleção e manutenção dos quadros profissionais, a regularização dos quadros territoriais jurídico-administrativos e a padronização dos dados do registro civil e dos pesos e medidas - deram forma, ainda que de maneira incompleta, a uma instituição dotada de um amplo raio de ação. Essa abrangência possibilitou a difusão das propostas de Teixeira de Freitas, que não se furtou a defendê-las em diversas instâncias político-administrativas à frente da Secretaria-Geral do IBGE. Seus textos desse período representam, nesse sentido, a afirmação de um modelo de organização administrativa, da instituição e também de sua atividade, apresentada como o cumprimento de um dever de cidadão perante a identificação dos males nacionais e das medidas necessárias a saná-los.

A ideia de organização dos esforços e dos recursos defendida por Teixeira de Freitas não se restringiu apenas aos serviços estatísticos ou ao funcionalismo público em geral. Como pudemos observar, o conhecimento racional das características do território e da população ocupava lugar central em seus argumentos, mas ele deveria ser orientado para a ação. A adoção de critérios racionais de distribuição de deveres e direitos entre as repartições públicas nos três níveis seria um primeiro passo para o estabelecimento de um regime de produção de informações, mas somente isso não modificaria a situação em que o país se encontrava. Seriam necessárias medidas radicais que colocassem em pé de igualdade as entidades federativas, promovendo um equilíbrio de forças que possibilitasse uma ação conjunta, coordenada pelo governo federal e baseada no ideal de felicidade do povo e da promoção do progresso nacional. Tais medidas consistiriam, como veremos a seguir, na redivisão territorial do Brasil, na mudança da Capital Federal, o povoamento do interior, a valorização do município e a criação de departamentos.

### **3.3 Rumo ao "Brasil intramuros"**

As propostas de Teixeira de Freitas para a organização das estatísticas brasileiras tinham como objetivo dotar o Estado de meios eficazes de superação do atraso nacional através de ações ao mesmo tempo radicais e certeiras que imprimissem um novo rumo ao

país, ainda marcado pela dispersão de esforços e preponderância dos impulsos particularistas decorrentes de sua formação social. Apresentados no contexto da instalação do Governo Provisório de Getúlio Vargas, suas propostas compartilhavam de um clima de "abertura para o novo" propiciado pelo discurso defendido pelos revolucionários, que pregavam o rompimento com as amarras regionais que teriam marcado a Primeira República. Dentre aqueles que compartilhavam dessa sensibilidade comum, destacamos anteriormente a atuação de técnicos e cientistas que se preocuparam em analisar os aspectos territoriais e populacionais brasileiros como fatores de desagregação, defendendo novas divisões entre as unidades federativas e uma política de promoção da integração entre as diferentes regiões do país. Predominava entre esses homens a convicção de que somente a integração dos "sertões" poderia resolver os entraves ao processo de modernização brasileiro, conferindo-lhe especificidades relativas à identidade nacional.

Participante desse ambiente de ideias, Teixeira de Freitas também enxergava o momento experimentado pelo país como uma grande oportunidade para modificar drasticamente a forma de organização política brasileira. As estatísticas forneceriam, em sua opinião, as informações necessárias para a identificação da distribuição das riquezas pelo território e dos fluxos populacionais, devendo, por isso, servir como ferramenta de planejamento para que o governo empreendesse sua obra de reajustamento nacional. No entanto, as resistências à instalação do novo governo foram muitas, o que foi observado na oposição à nomeação de diversos Interventores nos estados. Em São Paulo, reduto do governo deposto, as elites políticas se reuniram em torno da contestação do novo regime, exigindo a elaboração de uma nova Constituição. Os desdobramentos das tensões entre o governo paulista e as lideranças revolucionárias levaram à radicalização e ao conflito armado em 1932. A Revolução Constitucionalista, rebelião paulista contra o poder central, foi debelada pelo governo, mas não sem deixar suas marcas. Ela representou, na visão de muitos integrantes dos meios políticos e intelectuais, a constatação de que a obra revolucionária ainda não havia sido terminada, sendo necessárias medidas mais radicais para diminuir o poder dos estados.

Teixeira de Freitas era um desses integrantes desse grupo de técnicos que viam a necessidade de um aprofundamento da reorganização do país. A partir de sua defesa da importância das estatísticas para a promoção do progresso e da eleição do território e da população como fatores preponderantes para se alcançar a plenitude das capacidades, ele procurou também pensar em como seria possível equilibrar o jogo de poderes entre os entes

federativos e imprimir-lhes uma direção segura, ditada pelo imperativo da nacionalidade. Após seu ingresso no Ministério da Educação e Saúde, já desfrutando de trânsito em diversas outras instâncias governamentais, Teixeira de Freitas deu início então à divulgação de seu plano maior, que completaria e potencializaria o já apresentado projeto de cooperação inter-administrativa. Em 1932, em conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de título “O reajustamento territorial do quadro político do Brasil”, Teixeira de Freitas apresentou a proposta de revisão da divisão dos estados brasileiro. Publicada ainda em 1932 na Revista do IHGB, a proposta aprofundava as críticas à falta de um “senso nacional” na organização estatística dando conotações políticas ao impasse. O fruto dos males que impediam a organização nacional seria, na sua ótica, o desconhecimento dos recursos nacionais e a falta de coordenação dos esforços :

“Qual é a situação do Brasil neste momento da sua história? Como podemos caracterizá-la? Assim:

O Brasil defronta-se agora com a necessidade indeclinável, sob pena de ser banido da história pela desagregação, de um esforço de reajustamento da sua estrutura econômica, social e política, como jamais o tentou e como nunca supôs que fosse preciso fazê-lo.

O Brasil vê-se em quase estado de colapso econômico, não por falta de riquezas ou de crédito, de ação dirigente, de braços ou de capital, mas unicamente pela desarticulação e falta de racionalização desses elementos, sem a visão clara nem das suas possibilidades, nem das necessidades dos mercados mundiais que lhe possam condicionar vantajosamente a diferenciação e a identificação da sua capacidade produtora.”<sup>175</sup>

A divisão territorial do Brasil, segundo Teixeira de Freitas, não respeitaria a nenhuma “sagrada e intangível tradição” ditada por fatos históricos que tenham se mantido inviolados desde a colonização. Seria, antes disso, um “desdobramento progressivo, ao sabor das influências ocasionais e do senso oportunista, da arbitrária divisão primitiva das capitanias, através de uma evolução em que ocorrem sucessivos desmembramentos e algumas fusões.”<sup>176</sup> A falta de um critério na divisão territorial do Brasil teria levado à disparidade entre as unidades federativas que teria consequências negativas para a unidade nacional ao permitir a supremacia de alguns estados em detrimento de outros. Esta anomalia, resultante de dinâmicas políticas, requereria medidas radicais para a solução dos problemas que causava. O momento político pelo qual passava o Brasil dava, em sua opinião, mostras dos perigos que a falta de um “senso nacional” de coordenação dos esforços poderia trazer para o país. A ameaça separatista paulista de 1932 evocava os fantasmas da desagregação que haviam sido conjurados durante o Império e deixavam clara a necessidade de garantir a unidade territorial

---

<sup>175</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O reajustamento territorial do quadro político do Brasil. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 166, 1932, p. 799.

<sup>176</sup> Idem, p. 767.

por meio de uma ação política eficaz que reordenasse o quadro de forças políticas locais. Caso medidas não fossem tomadas pelo Governo Provisório o Brasil poderia ser “riscado do Grande Livro das Nações” devido à desagregação de suas forças sociais.

As “vozes oraculares” dos homens de letras, cientistas, educadores, políticos, geógrafos e estatísticos do passado e do presente deveriam ser levadas em consideração e motivar o Governo Provisório a adotar uma atitude pioneira na redivisão de poderes entre as unidades da Federação. A identificação de um histórico de políticos, letrados e intelectuais dedicados à redivisão territorial do Brasil cumpre um papel legitimador da proposta de Teixeira de Freitas, associando-a não a interesses pessoais, mas a uma corrente de pensamento dotada de historicidade e dedicada à construção da nacionalidade. De forma semelhante à observada na seção anterior, ao inserir suas propostas no conjunto mais amplo de intelectuais e personagens históricos, Teixeira de Freitas construía um lugar para si dentro do grupo de reformadores da sociedade brasileira. Mas quem Teixeira de Freitas recupera quando cita um histórico de propostas sobre a redivisão territorial do Brasil? Recuperemos suas próprias palavras em um trecho em que ele faz uma espécie de "genealogia" da defesa da redivisão territorial brasileira.

"Em 1823, o primeiro Antônio Carlos já propunha a redivisão territorial. E através de todo o período imperial, vozes várias se fizeram ouvir, entre elas, além das de Bernardo da Veiga e Pimenta Bueno, já referidas, as de Varnhagen, Fausto de Souza, Vergueiro, Cândido Mendes, Quintino Bocaiúva. Ao organizar-se a República, como partidários mais decididos da redivisão, costumam ser citados Magalhães Castro, Rangel Pestana, Pinheiro Guedes, Amaro Cavalcanti, Costa Machado e Felisberto Freire. A seguir, até os dias que passam, toda uma extensa teoria de brasileiros ilustres a reclamar a medida salvadora, entre cujos nomes me ocorrem: anteriormente à Revolução, além de Melo Viana, Carlos Maximiliano, Sílvio Romero, Teodoro Figueira de Almeida, Alberto Torres e, posteriormente, ainda Segadas Viana, Oscar Martins Gomes, João Ribeiro, Afonso Celso, Assis Cintra, Augusto de Lima, Sud Menucci, Bernardino de Souza, Oliveira Viana, Agenor de Roure, Hélio Gomes, Figueira de Almeida, Luiz Barbosa Baiana, Max Fleiuss."<sup>177</sup>

Dentre os partidários da redivisão territorial do Brasil ao longo de sua história, Teixeira de Freitas destaca um grupo heterogêneo de personagens que permitem entrever as diferentes filiações de suas propostas. Em primeiro lugar figuram os políticos imperiais que pensaram a unidade territorial do Império e interpretaram as crises internas pela chave dos desequilíbrios territoriais e populacionais. Dentre estes, se destacam Antônio Carlos de Andrada, Bernardo da Veiga e, acima de tudo, João Adolfo de Varnhagen. O diplomata e

---

<sup>177</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O reajustamento territorial do quadro político do Brasil. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 166, 1932, p. 769.

membro do IHGB apresentou e defendeu, na década de 1840, um documento denominado "Memorial Orgânico", que propunha a redivisão territorial das províncias do Império em 22 novas unidades. Segundo Varnhagen, a divisão territorial herdada das antigas capitanias não promovia a integração das distantes regiões do Império, contribuindo para a manutenção de vazios populacionais que colocavam em risco a integridade territorial brasileira. Ainda que as discussões tenham evoluído no sentido de identificar os riscos da má distribuição da ocupação do território nacional, pouco foi efetivamente feito para a adoção das propostas de Varnhagen que voltaram a ser apresentadas ainda durante o Império.



Imagem 01: Proposta de divisão territorial em 22 províncias apresentada por Varnhagen (1849).<sup>178</sup>

Durante sua atividade no IHGB e em diversas missões de pesquisa documental financiadas por D. Pedro II, ele reiterou a necessidade de transferência da capital para o interior do país, medida que contribuiria para disseminar focos de civilização em todo o território, eliminando os grandes vazios e as diferenças observadas entre o sul/sudeste e o norte/nordeste. Em 1877, após uma expedição que descreveu como "penosa viagem a cavalo em busca de centros onde se pudesse estabelecer a colonização europeia no Brasil, ele publicou os resultados de suas análises em um texto intitulado "A questão da Capital: marítima ou no interior?". Nessa publicação editada em Viena, Varnhagen apresentou motivos pelos quais defendia a mudança da capital para a região que apelidava de o "coração

<sup>178</sup> GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Ignez Amélia L. Teixeira. Subsídios para uma nova divisão política do Brasil. In.: Boletim Geográfico, nº 178, ano XXII, jan-fev/1964. Rio de Janeiro: IBGE, p.5.

do Brasil", em metáfora que se tornaria recorrente nas argumentações que defenderam a construção da nova cidade federal.

A recuperação das propostas de Varnhagen é uma importante referência legitimadora do projeto de redivisão territorial do Brasil de Teixeira de Freitas. Associado à memória do IHGB e à constituição da prática de escrita da História do Brasil, o diplomata do período imperial conjugou o esforço em defender a redivisão territorial e a interiorização da capital promovendo o encontro de argumentos relacionados à segurança interna frente aos riscos de desagregação e a perspectiva de combate ao atraso e promoção da "civilização" no Brasil. Como veremos, estes pontos terão ressonância no projeto de Teixeira de Freitas, que mobilizará o perigo separatista de 1932 como argumento para a adoção de medidas drásticas de reajustamento do quadro político do Brasil.

Teixeira de Freitas também cita em seu breve histórico as propostas de técnicos do final do século XIX que, na esteira das interpretações da chamada "Geração de 1870", propuseram medidas "racionais" para a resolução dos problemas que constituíam entraves à modernização brasileira. Dentre estes técnicos, destaca-se a figura do militar Antônio Fausto de Souza. Sua proposta de redivisão territorial do Império, defendida em monografia publicada em 1880, partia do diagnóstico de que as diferenças territoriais e populacionais entre as províncias levavam a uma série de distorções, dentre elas a má distribuição da riqueza entre a população, da representação das províncias no Legislativo e da ação estatal no auxílio dos territórios mais remotos. Assim, Souza defendeu a transformação das então 20 províncias existentes em 40 novas unidades, sem a observação dos limites estabelecidos.

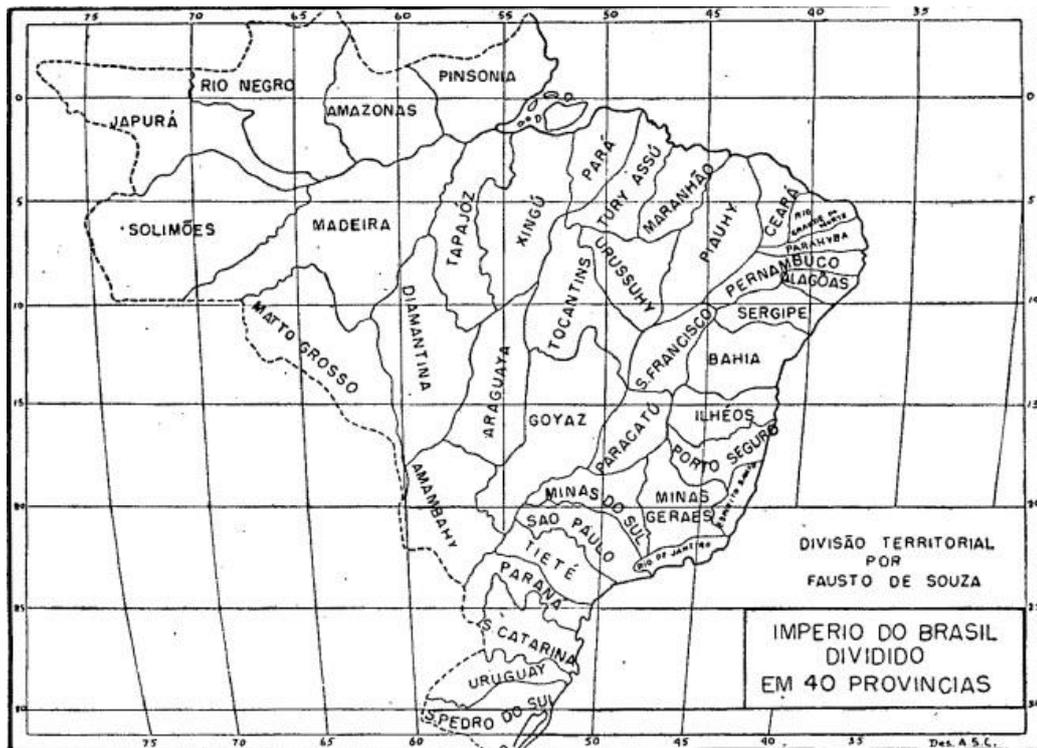


Imagem 02: Projeto de redivisão territorial do Império do Cel. Antônio Fausto de Souza. (1880)<sup>179</sup>

A proposta de Fausto de Souza partia do princípio de que era necessário criar uma nova estrutura territorial, não reformar a existente, já viciada devido ao desenvolvimento das forças políticas e tradições regionais. Com a nova divisão seria possível, em sua opinião, produzir e escoar mais riquezas, controlar melhor a arrecadação tributária, explorar, colonizar e incorporar os indígenas que ainda apresentavam ameaças ao processo de civilização, além de, mais uma vez, as questões de segurança contra invasores. A proposta do Coronel Augusto Fausto de Souza foi discutida e, assim como as demais apresentadas durante o Império, não rendeu maiores efeitos práticos.

Teixeira de Freitas continua seu histórico dos defensores da redivisão territorial do Brasil apontando figuras como as do governador mineiro Melo Viana, com quem havia trabalhado na década de 1920, de Sílvio Romero, importante representante do pensamento das décadas finais do Império e defensor, como vimos, da interiorização da capital partindo da retórica de modernização dos sertões e de valorização do interior do país, e de Afonso Celso, ícone do ufanismo do início do século. Destes três, os dois últimos haviam sido seus professores na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Também figuram personalidades importantes do meio militar, como o major Segadas Viana, e os expoentes do

<sup>179</sup> GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Ignez Amélia L. Teixeira. Subsídios para uma nova divisão política do Brasil. In.: Boletim Geográfico, nº 178, ano XXII, jan-fev/1964. Rio de Janeiro: IBGE, p.6.

pensamento nacionalista e autoritário da década e 1910, Alberto Torres e Oliveira Vianna. Estes dois últimos serão referenciais constantes na obra de Teixeira de Freitas, ainda que, em muitos casos, de forma implícita. As menções a Oliveira Viana são escassas nos artigos e demais estudos de Teixeira de Freitas, ao passo que a figura de Alberto Torres aparece envolta em um véu de sacralidade que adota, por vezes, um tom discipular. A menção a estes políticos, técnicos e analistas sociais brasileiros, muitos deles já apresentados neste estudo, dá a dimensão da integração das propostas de Teixeira de Freitas em uma "cultura do território" já compartilhada no Brasil desde as décadas finais do Império e que, nas décadas iniciais do século XX, foi interpretada à luz da emergência do pensamento autoritário.

A redivisão do território brasileiro deveria seguir, na concepção de Teixeira de Freitas, os princípios de equivalência territorial e equipotência demográfica entre as unidades federativas. Em sua opinião, o quadro estadual só deixaria de ser uma ameaça ao Brasil quando as unidades tivessem área e representação política equivalentes. Desequilíbrios, despovoamento, estados grandes e com muito poder tenderiam à desagregação.<sup>180</sup> No seu plano, nenhum estado cederia território a outro do quadro existente e nenhum seria suprimido. Os estados pequenos se associariam, transformando-se em departamentos autônomos, sub-federados num estado maior. Tais departamentos seriam associações de municípios com funções específicas. As novas divisões, quando adotadas em regiões pouco povoadas, dariam origem a províncias ou territórios, igualmente divididos em departamentos. Para cada estado ou território seria criado o município metropolitano, com a função de capital. Segundo Teixeira de Freitas, com esta medida as unidades federativas teriam suas responsabilidades redistribuídas, retirando dos Estados o controle sobre os municípios que, a partir da associação em departamentos, poderiam construir pautas de reivindicações locais e implantar políticas públicas de alcance abrangente<sup>181</sup>.

---

<sup>180</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O reajustamento territorial do quadro político do Brasil. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 166, 1932, p. 789.

<sup>181</sup> Idem, p. 791-792.

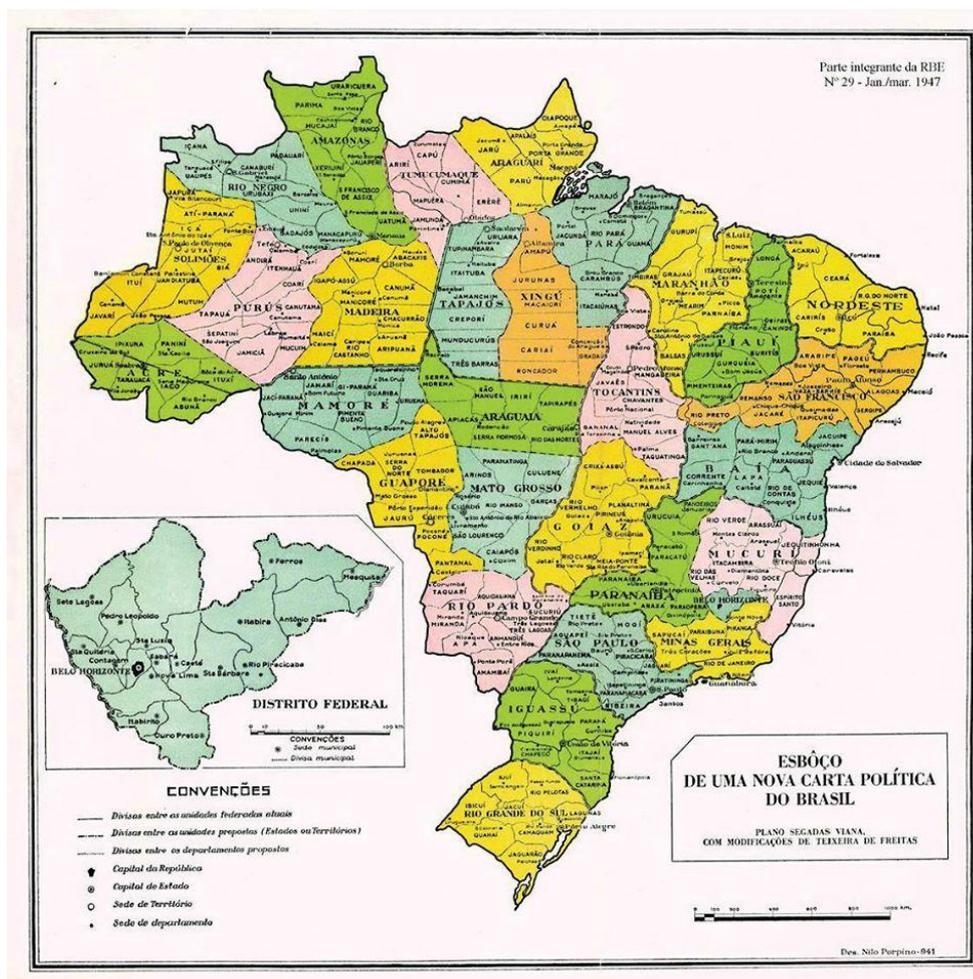


Imagem 3: Esboço de uma nova carta política do Brasil (Plano Segadas Viana com Modificações).<sup>182</sup>

Essa proposta originaria 16 estados, 14 territórios, 213 departamentos e 30 municípios metropolitanos devidamente nomeados segundo cada estado. O plano previa a transferência da Capital Federal para o interior do Brasil. Argumentando ser difícil a transferência imediata de todos os serviços da administração pública para uma nova cidade que ainda deveria ser construída, Teixeira de Freitas sugere uma mudança gradativa da capital. Assim, ela seria primeiramente transferida para Belo Horizonte, chamada de a “cidade sanatório”, dotada de perfeitas condições sanitárias, de prédios públicos novos e satisfatórios, próxima do Rio de Janeiro e dos principais portos, ligada aos mesmos por estradas de ferro, para depois adentrar ainda mais o território brasileiro, ocupando o lugar escolhido desde os primeiros tempos após a Independência. Belo Horizonte, capital provisória da República, integraria o Distrito Federal de Luzitânia, que contaria com as cidades Ouro Preto, Itabirito, Mariana, Itabira, Ferros, Caeté, Nova Lima, Sabará, entre outras que se destacavam pela produção siderúrgica desde a

<sup>182</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O reajustamento territorial do quadro político do Brasil. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 166, 1932, p. 541

década de 1920. (Figura 4) O novo Distrito Federal seria, segundo Teixeira de Freitas, o “coração de ferro nação”, ao mesmo tempo o centro político e o centro econômico, com as indústrias pesadas que impulsionavam o país. Com a construção da nova Capital no Planalto de Formosa, local apontado por José Bonifácio de Andrade e Silva em 1823 e onde a Comissão Epiácio Pessoa fixou a pedra fundamental da nova capital em 1922, Belo Horizonte e as cidades vizinhas passariam a integrar um “Distrito Industrial Federal” que garantiria a autossuficiência brasileira na produção siderúrgica.

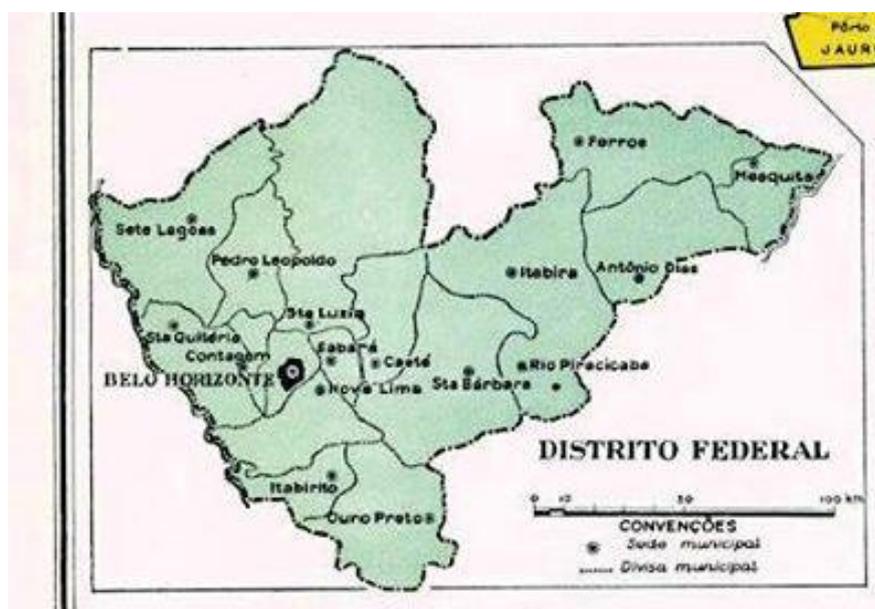


Imagem 4: Carta do Distrito Federal de Luzitânia. Detalhe do Esboço de uma nova carta política do Brasil ( Plano Segadas Viana com Modificações).<sup>183</sup>

Minas Gerais seria dividida e daria origem a três novos estados: um deles unido ao Rio de Janeiro, de nome Mantiqueira, com capital na antiga Capital Federal; outro, unido ao Espírito Santo e compreendendo a região de Teófilo Otoni, se chamaria Mucuri; o terceiro, que manteria o nome de Minas Gerais, compreenderia a região do Triângulo Mineiro, o sudoeste e o noroeste mineiro, fazendo divisa com Goiás, Bahia e São Paulo. A Bahia cederia sua porção norte ao novo estado de São Francisco, que compreenderia os pequenos estados de Sergipe e Pernambuco. Além disso, perderia área a oeste para o novo estado de Carinhanha, que também receberia pequena área proveniente do Piauí. Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará constituiriam, juntos, o novo estado de Borborema. O Maranhão cederia pequena porção de terra ao novo estado de Tocantins que, por sua vez, seria fruto da divisão de Goiás.

<sup>183</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. A redivisão política do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, v.3, n. 3, jul-set/1941, p. 541.

No Sul, Paraná e Santa Catarina dariam origem ao novo estado de Iguassú. Na região amazônica, além dos antigos estados do Amazonas e Pará, drasticamente reduzidos, seriam criados os territórios de Tapajós, Tumucumaque, Araguari, Madeira, Mamoré, Purús, Rio Negro, Solimões e o Território do Acre, existente desde o início do século XX. (Figura 3) A maioria dos demais estados seriam divididos ou incorporados em novas unidades federativas. De acordo com seu critério de equivalência territorial, os únicos estados a permanecerem “íntegros” seriam São Paulo, Rio Grande do Sul, Maranhão e Piauí. Segundo o Teixeira de Freitas, estes estados apresentariam área compatível com a proposta – entre 250.000 km<sup>2</sup> e 350.000 km<sup>2</sup> – além de apresentarem notável desenvolvimento dos aspectos econômicos e sociais.

A proposta de redivisão territorial do Brasil de Teixeira de Freitas foi apresentada em um momento político do Brasil em que se colocava em questão a ocupação dos “vazios territoriais” brasileiros e a integração de suas diferentes regiões para a exploração dos recursos naturais. Segundo Lenharo na década de 1930 tomaram corpo no Brasil uma série de interpretações e políticas estatais que, a partir das ideias de corpo da nação, objetivaram a reestruturação territorial e populacional brasileira.<sup>184</sup> Entre os projetos de redivisão territorial existentes na década de 1930 importa destacar os de Segadas Viana (1939/1933), Sud Menucci (1933) e Everardo Backheuser (1933).

Segundo referências encontradas no artigo publicado na Revista do IHGB, a proposta de José de Segadas Viana, antigo tenente integrante do movimento revolucionário que levou Getúlio Vargas ao poder, serviu de base para Teixeira de Freitas na elaboração de seu projeto de redivisão territorial do Brasil. Na proposta de Segadas Vianna, os limites estaduais deveriam ser redefinidos a partir do critério de equivalência territorial, devendo as 28 novas unidades federativas possuírem área entre 150.000 e 400.000 km<sup>2</sup>, com a manutenção da Capital no Rio de Janeiro e o estabelecimento de territórios que deveriam ser administrados como o Território do Acre, incorporado ao Brasil em 1903. Tempo depois, em 1933, ele reformularia sua proposta, em um novo esquema composto de 67 unidades federadas, divididas entre estados e territórios. Em ambas propostas a questão da Capital Federal permaneceria inalterada, com sua manutenção no Rio de Janeiro. Essa medida era defendida pela importância econômica do porto da cidade e da facilidade de acesso marítimo a outros

---

<sup>184</sup> LENHARO, Alcir. A sacralização da política. 2ª Ed. Campinas: Papyrus, 1986, p. 53-75.

países. Além disso, Segadas Viana via na operação de transferência da capital uma fonte de gastos exorbitantes, com os quais o governo brasileiro não tinha condições de arcar.



Imagem 5: Plano Segadas Viana (1933)<sup>185</sup>

As modificações operadas por Teixeira de Freitas na proposta de Segadas Vianna teriam, segundo suas palavras, o objetivo “aprofundar a tarefa de reordenamento do quadro territorial” com o estabelecimento da nova Capital primeiramente em Belo Horizonte, depois no Planalto de Formosa, conforme analisaremos na próxima seção. Segundo Teixeira de Freitas, a manutenção da Capital no Rio de Janeiro prejudicaria o equilíbrio de forças entre as novas unidades da Federação e manteria o principal centro decisório da nação distante da nova frente de colonização do território brasileiro. Acreditamos ser possível fazer outras indagações a respeito dos critérios adotados por Teixeira de Freitas, procurando ir além de sua defesa da racionalidade como critério de divisão do território brasileiro.

<sup>185</sup> VIANNA, Maj. João Segadas. "Divisão Territorial do Brasil. In.: Revista Brasileira de Geografia. Vol. 2, n. 3, juç/1940, p. 375.

Já as propostas de Sud Mennucci baseavam-se em variáveis demográficas, territoriais e econômicas para redividir as unidades federativas e organizá-las. Os dois principais critérios adotados em seu plano de redivisão territorial do Brasil foram a renda e a população. Para Sud Mennucci a zona que já se encontrava efetivamente povoada deveria sofrer modificações com base no critério populacional, dando origem a estados e províncias, enquanto a área de baixíssima densidade demográfica deveria ser convertida em diversos territórios visando a colonização e preservação de reservas naturais. Os estados teriam direito a autonomia política, elegendo governadores, assembleias estaduais, prefeitos e câmaras municipais, enquanto os territórios seriam administrados pela União, sem eleição de governantes, porém com representatividade através de deputados federais eleitos pelo proporcionalmente à suas populações. Cada uma dessas categorias respeitaria a um limite populacional e uma faixa de renda, de forma que a condição política das unidades federativas não seria fixa.<sup>186</sup>

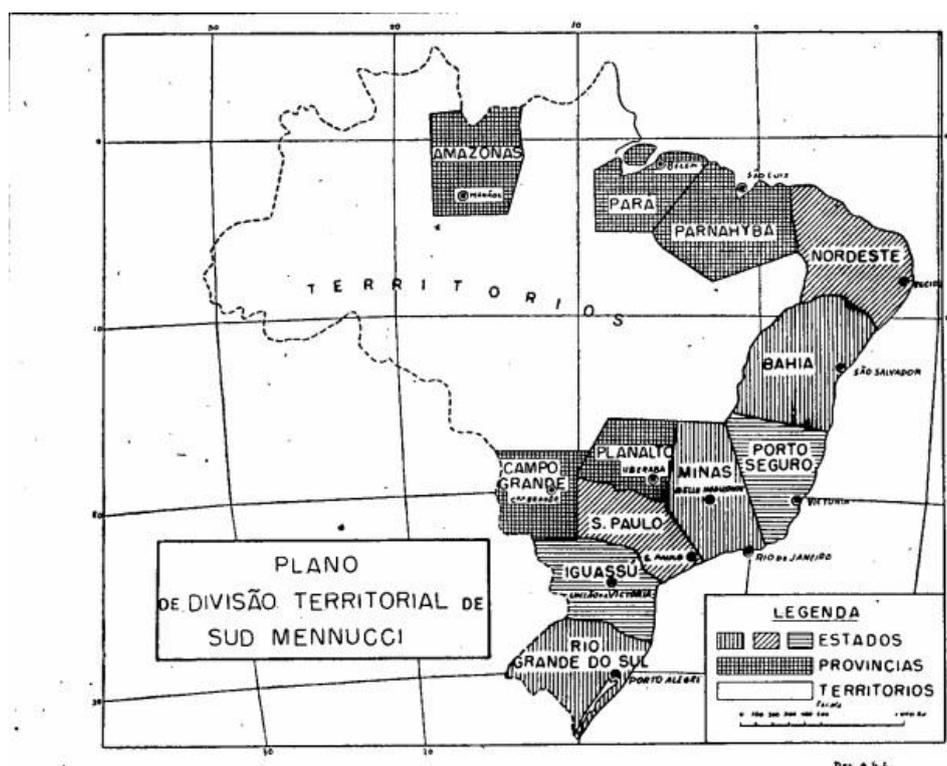


Imagem 06: Plano de Divisão Territorial de Sud Mennucci (1933).<sup>187</sup>

Everardo Backheuser, por sua vez, propunha uma solução radical para a questão territorial brasileira. Segundo sua proposta, não haveria nenhum motivo para se repetir os limites territoriais até então observados no Brasil, sendo necessária uma reformulação total

<sup>186</sup> PIRES, Warley Pereira. A Indivisibilidade dos territórios estaduais no Brasil: os projetos de desmembramento, subdivisão e incorporação de Unidades Federativas brasileiras. Tese de Doutorado (Universidade de São Paulo). São Paulo, 2013, p. 207.

<sup>187</sup> Idem, p. 207.

das unidades federativas a partir de critérios geométricos, a partir dos paralelos e meridianos, com uma área média de 100.000 km<sup>2</sup>. Segundo sua fórmula, o território brasileiro seria dividido em 64 unidades fundamentais, que seriam agrupadas em 16 estados e 6 territórios .

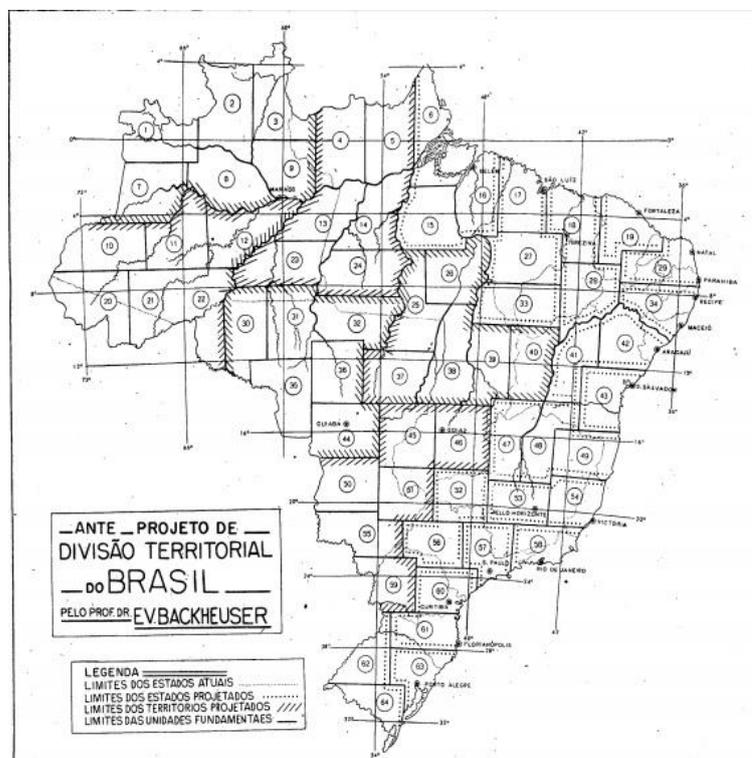


Imagem 07: Anteprojeto de Divisão Territorial do Brasil pelo Prof. Dr. Ev. Backheuser (1933).<sup>188</sup>

Teixeira de Freitas refutava de forma enfática as teses que defendiam a equivalência populacional e de potencial de riqueza. Em sua opinião elas não garantiriam, a longo prazo, a equivalência de possibilidades entre as novas unidades da população uma vez que não as dotariam de iguais condições desde seu início. A redivisão territorial do Brasil teria o objetivo de evitar as disparidades de possibilidades, sendo o primeiro passo para a busca pelo equilíbrio entre os membros da federação.

“As populações se desenvolvem desigualmente: o equilíbrio demográfico que se conseguisse hoje, sabe Deus a custo de que dificuldades, já não existiria cinco, dez anos depois. A riqueza potencial também varia na razão da sua oscilante valorização ocasional, e também em função das novas descobertas; além de que o seu cômputo só difícil e precariamente se poderia realizar. A riqueza distribuída e mobilizada resulta de circunstâncias mutáveis – posição geográfica, população, situação dos mercados, condições naturais que se esgotam (a riqueza das terras roxas de São Paulo, por exemplo).

<sup>188</sup> PIRES, Warley Pereira. A Indivisibilidade dos territórios estaduais no Brasil: os projetos de desmembramento, subdivisão e incorporação de Unidades Federativas brasileiras. Tese de Doutorado (Universidade de São Paulo). São Paulo, 2013, p. 209.

O único elemento permanente, por conseguinte, que possa satisfatoriamente fundamentar o equilíbrio da estrutura política nacional é, sem dúvida alguma, o da extensão territorial. Sendo ele perdurável – e é o essencial – e desde que se não aplique sob um critério muito restrito, a lei das compensações e dos grandes números estabelece-se à virtualidade da proporcional e aproximada equivalência de possibilidades econômicas a todas as unidades do novo sistema. Não haverá igualdade de situação, é certo; nem seria isso desejável. Mas existirá, por segura, equilíbrio nas possibilidades - o que é o mais alto ideal da justiça social.”<sup>189</sup>

O território, único elemento permanente dentre os observados pelos estudiosos, seria aquele que poderia garantir uma igualdade de possibilidades entre os diferentes estados, não permitindo que uns se sobrepusessem a outros. Somente ele permitiria a aplicação das "leis dos números" a uma base fixa para racionalizar a distribuição das riquezas e da população, dotando o planejamento estatal de um caráter orgânico porque baseado nas características essenciais do meio nacional. Assim, os demais critérios deveriam ficar relegados a um segundo plano, em que seriam calculados os desvios do equilíbrio para a aplicação de medidas de compensação. O governo federal teria papel central nessa forma de articulação das autonomias políticas no território brasileiro, coordenando os esforços e monitorando os resultados para agir de forma justa e com o objetivo de promover a concórdia e o progresso nacional. Para justificar a radicalidade do plano, Teixeira de Freitas mobiliza o pensamento de Oliveira Viana, autor de grande destaque no momento da realização da conferência no IHGB e uma das principais referências ideológicas do projeto nacional empreendido pelo governo de Getúlio Vargas nas décadas de 1930 e 1940.

"[...] ao apresentar-vos os meus cordiais agradecimentos pela vossa honrosa e benevolente atenção, só desejo formular esta afirmativa, que encerra - estou certo - o clamoroso apelo de 40 milhões de brasileiros, todas as vozes do nosso passado e todos os clamores do nosso futuro: para termos o Brasil de nossos sonhos, o Brasil maior de que nos fala Oliveira Viana, só uma coisa é necessária - atender aos anseios de verdade e justiça, de ordem, trabalho e reorganização do Brasil menor a que dedicamos nossas vigílias.”<sup>190</sup>

A radicalidade do projeto de Teixeira de Freitas nos suscita questionamentos sobre sua recepção por diversos grupos políticos e sociais que participavam do debate público sobre as políticas territoriais. A proposta de redivisão territorial do Brasil gerou reações, até certo ponto previsíveis, dos poderes locais afetados pelas mudanças. A manutenção da integridade dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, estrategicamente, preservava dois focos de separatismo ocorridos na história recente da República no Brasil. O caso mineiro, por sua vez, exemplifica bem a gama de interesses com os quais Teixeira de Freitas lidava ao propor tão

---

<sup>189</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O reajustamento territorial do quadro político do Brasil. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 166, 1932, p. 771-772.

<sup>190</sup> Idem, p. 805.

ambiciosa mudança. Em 1935, às vésperas de uma das diversas visitas de Getúlio Vargas a Belo Horizonte, o jornal Estado de Minas publicou uma matéria, de autoria de Ernesto Santiago, Inspetor Regional de Educação de Minas Gerais, com duras críticas ao “boato da transferência da capital da União” para Belo Horizonte:

“De longe em longe, quando o governo da República não se julgava firmemente garantido no Rio, falava-se na mudança da capital da Nação para Belo Horizonte. Esgarçada a nuvem borrascosa do horizonte político, cessava o boato. As montanhas de Minas, naqueles dias de intranquilidade, eram tabernáculo de refúgio salvador. Fala-se e comenta-se que a visita do Presidente da República a Minas relaciona-se também com a transferência de seu governo para esta grande e moderna Capital, que dentro de 40 anos nasceu, cresceu e se tornou a mais bela e confortável metrópole sul-americana.

Sou mineiro e aqui estou domiciliado e aqui me prendem parcos interesses de homem pobre. Se, por em paradoxo, de mim dependesse a mudança da Capital da República para o interior do país, ela iria para o Planalto Central de Goiás, ou continuaria por mais um século onde tem estado. Convicção profunda de velho mineiro, que estuda o problema há mais de vinte anos, e aspiração de nove décimos dos brasileiros. A Capital da União não deverá permanecer no Rio, ou em qualquer outro sítio no litoral e por motivos óbvios de ordem moral, política e econômica. Não deverá transferir-se para Minas, que não é o planalto central do território; que não a quer no seu território, porque dela não precisa para continuar a progredir lentamente e firmemente, mesmo nos alcantis de suas montanhas bloqueadas por seis estados confinantes, longe do mar e, há séculos, curtindo a nostalgia do mar.

Que lucrariam os mineiros com a transferência da Capital Federal para esta cidade ou para qualquer outro ponto de nosso território? Nada a ganhar e muito a perder. Em que se beneficiou o estado do Rio, tendo encravado em seu território o Distrito Federal? [...] A Capital da República em Belo Horizonte tiraria à Minas 16 mil quilômetros quadrados de subsolo riquíssimo de ferro, ouro e de outros minerais de grande valor e procura na indústria mundial. Belo Horizonte é um patrimônio de ufania para o povo mineiro, uma documentação palpável e concreta da vontade construtora desses montanheseos modestos e estoicos: esta metrópole foi construída para ser sede perpétua do governo mineiro. Não deve ser alugada e muito menos alienada.

Minas é o centro de gravidade da democracia brasileira, politicamente. O “senso grave” do mineiro, como dizia o redivivo João Pinheiro, nunca o abandona.”<sup>191</sup>

A contestação do “boato” por parte de Ernesto Santiago foi fundamentada em argumentos que gravitam em torno do tema da mineiridade, do sentimento de amor às montanhas, do “senso grave do mineiro”, e que por sua vez estavam associados a aspectos políticos e econômicos decorrentes da reorganização territorial a ser efetuada em Minas Gerais. A crítica de Santiago é dotada de forte repulsa à Capital Federal em território mineiro, o que também não se tratava de sentimento generalizado, conforme observável em réplica a sua matéria por parte de Amaral Júnior, “um leigo no assunto”, publicada dias depois no mesmo jornal Estado de Minas.

“O referido senhor, depois de diversas considerações sobre o sempre falado

---

<sup>191</sup> SANTIAGO, Ernesto. "A Mudança da Capital Federal". O Estado de Minas, Belo Horizonte, 03 de setembro de 1935, p. 4.

propósito da mudança da Capital Federal, dá a sua opinião pessoal “contrária” à transferência da mesma para Belo Horizonte, que ele julga dever ser perpetuamente a Capital de Minas Gerais. Nisto o signatário da presente está de pleno acordo com ele, pois como mineiro não desejo que vindo os nossos governos há cerca de 40 anos construindo uma cidade que agora está quase inteiramente aparelhada para o fim a que se destinou: ser a nossa Capital, depois de tantos sacrifícios e um esforço perseverante para criar uma grande cidade que seja o modelo das outras e sirva de ponto de irradiação da civilização e do Progresso de nosso estado, não devemos agora entregá-la ao Governo Federal e “irmos começar de novo” a construção de uma nova Capital. Não desejo isso, mesmo que nos ofereçam as melhores recompensas. [...]

Agora existe um ponto do artigo do Dr. Santiago em que, apesar de leigo no assunto, eu discordo e apresentarei minhas razões. É quando ele diz que a Capital Federal deve ser instalada no planalto central de Goiás, conforme queriam os primeiros idealistas da nossa Constituinte. Discordo porque penso que este empreendimento será impraticável ainda talvez por mais de 50 anos. Pois assim ficaria a Capital Federal inteiramente isolada no sertão do país e o Governo não poderá exercer a vigilância que deve aos seus diversos ramos da administração.

Porém penso que talvez fosse possível instalar-se a Capital Federal entre o sul e o oeste de Minas, por exemplo, na afamada “Várzea do Marçal”, perto de São João Del Rei, ou então naquela região em que está situada a cidade de Lavras, visto que assim situada a Capital Federal teriam pela frente o Rio de Janeiro e pelos lados São Paulo e as cidades de Juiz de Fora e Belo Horizonte, o que quer dizer que em caso de qualquer agitação política, greves, enfim, em caso de qualquer perturbação da ordem pública o Governo Federal para qualquer dos lados que se dirigisse encontraria recursos para agir.

E não se diga que Minas não teria nada a lucrar com isso. Até pelo contrário, o seu desenvolvimento tomaria culto, pois é lógico que com a edificação de uma grande cidade que teria todos os recursos como teria a nova Capital, comente poderia beneficiar e muito o nosso território.<sup>192</sup>

Nota-se, pelos trechos transcritos acima, que eram muitos os interesses em jogo quando os assuntos eram a divisão territorial brasileira e a localização da Capital Federal. A transferência da capital era encarada de diversas formas, desde a repulsa ufanista até o pragmatismo que via na capital uma forma de dinamismo econômico e social. Teixeira de Freitas preferia adotar um tom mais pragmático. Em "Problemas de Base do Brasil", estudo elaborado em 1941 e publicado, em diversas edições, a partir de 1942, Teixeira de Freitas aprofundou sua defesa de Belo Horizonte como Capital Federal. Segundo sua proposta, a transferência da sede do governo federal para o interior deveria ser realizada imediatamente, motivo pelo qual seria preferível a escolha de uma cidade já preparada para receber os órgãos da administração federal durante o processo de mudança. Além disso, Belo Horizonte estaria localizada a apenas 600 quilômetros do Rio de Janeiro, possuindo boas vias de comunicação terrestres e ferroviárias com a antiga capital. Sua localização na região central de Minas Gerais não inviabilizaria a transferência definitiva da nova capital para o planalto de Formosa, visto que ela se encontrava a meio caminho do local planejado, não interferindo na redivisão territorial do Brasil. Por fim, Teixeira de Freitas defende que Minas Gerais, tendo um

---

<sup>192</sup> JÚNIOR, Amaral. [Sem título]. O Estado de Minas, Belo Horizonte, 06 de setembro de 1935, p. 6.

histórico de lutas em favor da causa nacional, não abdicaria do posto a que fora chamado na tarefa de reorganização nacional, colaborando de forma fraterna e pacífica para o enriquecimento do patrimônio territorial brasileiro.<sup>193</sup>

Se as matérias acima se referem apenas aos “boatos” da transferência da Capital Federal para Belo Horizonte, é interessante nos questionarmos pelas discussões envolvendo a cessão de territórios a novas unidades federativas. Teixeira de Freitas reconhecia que eram muitos os interesses em jogo quando os assuntos eram a divisão territorial brasileira e a localização da Capital Federal. A transferência da sede do governo era encarada pelos representantes dos estados e municípios de diversas formas, desde a repulsa ufanista até o pragmatismo que via na capital uma forma de dinamismo econômico e social. Como negociar politicamente, por exemplo, o confinamento de Minas Gerais a somente sua porção oeste, com a perda das jazidas minerais, da Zona da Mata e do vale do Rio São Francisco? O Rio São Francisco também se apresentaria como problema para a Bahia, que cederia sua porção das margens do rio ao novo estado de São Francisco. No sul, como solucionar impasses históricos entre paranaenses e catarinenses? Na opinião de Teixeira de Freitas esta não deveria ser uma decisão negociada, mas o cumprimento, pela ação forte do Governo Provisório, de um imperativo nacional que completaria a obra de construção nacional ao garantir eu crescimento, sua expansão por seu amplo território:

“A medida é *preconstitucional* por excelência; é das que a “espada vitoriosa” dos erros do passado, guiada pela insopitável consciência de representar as mais lídimas aspirações do sentimento nacional, deve impor-se sem tergiversações, sob pena de trair a sua nobre missão. Porque a vontade da Nação, neste particular, já está cristalina, insofismavelmente manifestada. Ela quer justiça e verdade na organização da nova República, e clamoroso arbítrio, iniquidade inqualificável, mentira vergonhosa e acovardamento degradante representaria a atitude desta geração permitindo que o segundo período republicano, que se pretende abrir sob as mais altas inspirações e com os mais nobres propósitos, se instaurasse, afinal, mantido o mais feio vício talvez original de todos os males da Primeira República, a monstruosa desigualdade territorial, causa permanente da adulteração dos próprios fundamentos do regime, que é por definição, por natureza e por finalidade, o da colaboração harmônica de entidades irmãs num sistema de justiça, verdade, equilíbrio e adequação.

E mandato suficiente para a execução dessa vontade tem-no de sobra o chefe do Governo Provisório, como autoridade suprema revestida de poderes discricionários para reorganizar o país e extirpar pelo golpe de decisões rápidas, incontestáveis, irrecorríveis, as grandes deformações, os grandes vícios – e este é o maior de todos – que estavam destruindo visceralmente a República.”<sup>194</sup>

---

<sup>193</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Problemas de Base do Brasil. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1948, p. 19-20.

<sup>194</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O reajustamento territorial do quadro político do Brasil. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 166, 1932, p. 770.

Seus argumentos, como observamos no trecho acima, se baseiam no senso de urgência, na identificação de um cenário propício a ações firmes do governo federal e na ideia de mobilização da solidariedade decorrente do senso de nacionalidade por parte dos poderes regionais. No entanto, os interlocutores de Teixeira de Freitas - tenham sido eles os espectadores do discurso proferido no IHGB em 1932, os leitores da Revista do IHGB ou aqueles a quem ele enviou seu texto para considerações - expuseram diferentes percepções sobre a aplicabilidade das medidas sugeridas. Dois relatórios com a exposição de suas réplicas, enviados a Juarez Távora e ao Almirante Américo Silvano mostram o aprofundamento da argumentação de Teixeira de Freitas para a afirmação de sua proposta. A Américo Silvano, que criticara o clamor pelo exercício da força pelo Governo Provisório, Teixeira de Freitas expõe de forma clara o que fundamentaria o exercício da força:

Considera V. Excia. “um ato criminoso” o apelo a um golpe de força para vencerem “certas oposições à redistribuição política do patrimônio territorial da República. Mas eu o formulei exatamente em nome da “sã política, filha da Moral e da Razão”, para a qual V. Excia. por sua vez apela. Porque se a Moral e a Razão condenam uma associação de unidades irmãs em que umas se acham espoliadas, oprimidas e irremediavelmente prejudicadas pelas demais (e falo assim como filho de um dos Estados que deveriam sofrer o desmembramento), é justo, é de “sã política” que o Poder Público, isto é, a força ao serviço da justiça e da ordem social, intervenha para restabelecer o equilíbrio e a equidade no seio da nossa federação. “Se é incontestável – no justo conceito de V. Excia. - que a divisão territorial do Brasil está “erradíssima”, e se neste erro vai – todos o reconhecemos – um grave atentado à Moral e à Razão, não me parece (perdoe-me V. Excia a emissão desse conceito) não me parece que o fato da República a ter reconhecido, lhe dê foros de intangibilidade. Contra a moral e a razão não há direitos adquiridos nem fatos consumados, pois neste terreno o irreparável só sobrevém à morte e direitos não são nunca de alegrar-se, só subsistindo deveres. Toda a legislação imperial reconhecia a escravidão, e nem por isso ela deixou de ser a nódoa mais execrável de nossa história. E só a “força bruta”, expressa no Poder Público, opondo-se inflexivelmente a correntes volumosas de opiniões e de interesses, foi capaz de extirpar aquela abominável instituição, ainda assim com gravíssimas “perturbações”. [...] Pressupondo a redivisão aceita em princípio por uma quasi unanimidade, e ainda não realizada tão somente em virtude da displicência e inércia dos nossos dirigentes, apelei para o prestígio material e moral do Governo Provisório, que é sem dúvida uma lédima expressão da vontade nacional, afim de restabelecer, por uma rápida decisão, a justiça e a equidade nos fundamentos mesmos do nosso regime político, desconhecendo o direito de prevailecimento não só das opiniões de pequenos grupos de população sem fundamento razoável e contrapostos ao interesse nacional, quanto ainda às resistências de políticas baseadas em meros motivos eleitorais.(Grifos do autor)<sup>195</sup>

O exercício da força, portanto, não seria um fim, mas um meio para a realização de um ideal baseado na justiça e na moral, uma forma de, com uma ação radical, garantir a igualdade de possibilidades que vinha sendo, na opinião de Teixeira de Freitas, alvo da ganância e da

<sup>195</sup> Relatório enviado por Teixeira de Freitas ao Almirante Américo Silvano sobre a redivisão territorial do Brasil, 28 de março de 1933. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO 0 IBGE REL, VOL1, p. 39-55.

busca por projeção política de grupos locais não afinados com o “senso nacional”. Teixeira de Freitas ressaltou a prevalência dos deveres sobre os direitos no caso da necessidade de correções no sistema federativo. A ação dos governos para a concretização da felicidade da nação seria um dever, não devendo os responsáveis pelos destinos do país transigir quanto a essa responsabilidade. A noção de responsabilidade é central na argumentação de Teixeira de Freitas, servindo de esteio para a refutação da maioria dos problemas alegados por seus interlocutores em suas propostas.

Neste ponto da argumentação de Teixeira de Freitas, percebemos sua proximidade com várias das ideias que se consolidaram no debate entre os ideólogos do governo de Getúlio Vargas. O processo de consolidação das ideias autoritárias, ocorrido entre 1930 e 1937 e composto por diferentes momentos que caracterizaram o Governo Provisório (1930-1934) e o Governo Constitucional (1934-37), foi acompanhado atentamente por Teixeira de Freitas, que lia os eventos do presente com as lentes de um técnico que depositava suas esperanças de saneamento radical das mazelas nacionais por meio de um esforço coordenado pelo Estado. É perceptível sua adesão à tese de que a República Liberal havia fracassado em equacionar as tensões entre os diferentes grupos sociais brasileiros, notadamente entre capital e trabalho e entre a sociedade urbana e os "sertões". Segundo essa linha de pensamento, cujos principais expoentes foram Alberto Torres e Oliveira Viana, a falta de sincronia entre o "Brasil legal" e o "Brasil Real" teria levado a um quadro de isolamento dos diferentes núcleos de povoamento no território brasileiro, que não mantinham relação alguma entre si nem constituíam um todo orgânico que sintetizasse a nação. Esse "insularismo" da sociedade brasileira impediria a tomada de consciência da nacionalidade por parte da população desinformada e perpetuaria o domínio dos interesses particulares sobre os comunitários. A ascensão de Getúlio Vargas foi acompanhado por uma grande ressonância dessas ideias, que levaram à redefinição da própria noção de democracia, que adquiriu tonalidades mais sociais e menos políticas. A "verdadeira democracia", no entender dos ideólogos autoritários do governo Vargas, seria aquela que mediará adequadamente as tensões entre as classes através do Estado que, dotado de amplos poderes, cumpriria o papel de coordenador dos esforços da população em utilizar os recursos naturais contidos no território para a promoção do progresso nacional.<sup>196</sup>

---

<sup>196</sup> GOMES, Ângela de Castro. O Redescobrimento do Brasil . In.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (orgs.). Estado Novo: ideologia poder. Rio Janeiro: Jorge Zahar , 1982, p. 119-122.

O senso de urgência e a defesa do papel de um Estado forte na redefinição da dinâmica entre os entes federativos que caracterizaram a ascensão do pensamento autoritário na década de 1930 sob o governo de Getúlio Vargas aparecem de forma nítida no diálogo entre Teixeira de Freitas e Juarez Távora, Ministro da Agricultura e também autor de uma proposta de redivisão territorial do Brasil. Em diversas correspondências ao militar, Teixeira de Freitas ressaltou o senso de responsabilidade do governo com relação à criação dos Departamentos, entendidos como entidades associativas entre municípios para a valorização dos mesmos. Juarez Távora, conforme observa-se na réplica de Teixeira de Freitas, sugere a adoção de medidas que valorizassem de imediato os municípios ao invés da criação dos Departamentos. A réplica de Teixeira de Freitas apresenta um diagnóstico sobre a situação dos municípios brasileiros frente a tarefa de reorganização do quadro territorial brasileiro:

Diz o senhor: “Dar força ao município, em detrimento do Estado, deve ser o lema político dos que desejam manter o Brasil unido, com ou sem o reajustamento da divisão territorial”;

O objetivo político que esse ponto de vista encerra contém um alto pensamento, não há dúvida. Mas se fosse aplicado literalmente ao caso do Brasil, creio que não daria os resultados esperados.

A rarefação demográfica brasileira, a nossa deficiente organização social e econômica, e o estado de atraso e letargo em que vive o hinterland nacional em virtude de serem periféricos, isto é, marítimos, todos os centros de propulsão civilizadora que são as capitais, constituem fatores que dão à esmagadora maioria dos municípios do país a situação de verdadeiros simulacros de municipalidades, meras expressões geográficas sem quase nenhum sentido social e administrativo. Apesar de enormes, por via de regra, são-lhes escassos os recursos. E os meios financeiros de que podem dispor, ou são mal aplicados, ou escoam-se nas desonestidades mais deslavadas e inteiramente impunes, das camarilhas de homens obtusos, quase analfabetos e totalmente despidos de escrúpulos que empolgam frequentemente a administração, sem nenhuma possibilidade de controle ou repressão por parte da opinião pública, tal a ambiência social dos nossos míseros burgos pomposamente rotulados como cidades e vilas.

Por via de regra (e falo com fundamento em longa experiência), os municípios não têm praticamente organização administrativa, e nem existe regime de responsabilidade para os seus dirigentes. Estes, resguardados pelo “tabú” da autonomia municipal, são verdadeiros déspotas em miniatura, e não são incomodados se o Governo do Estado os apoia, o que é fácil de conseguir pela submissão eleitoral a mais completa. E daí esta situação aberrante: no terreno das indecentes manobras políticas, a autonomia não existe, porque os governos municipais são em pouco tempo desmontados se rebeldes à política do centro, e para evitá-lo eles se submetem a tudo e primam no servilismo mais abjeto.

[...]

Queremos que aos nossos municípios caiba o papel que eles têm nos países adiantados, porque isto corresponde aos mais altos ideais políticos. Está muito bem. Mas esperemos que as nossas comunas atinjam a sua maioria. Enquanto isso, cumpre dar-lhes tutores idôneos, que zelem pelos seus interesses, as eduquem e as preparem para o exercício dos seus direitos e o desempenho da sua missão social.

Fora disso será como se legislássemos entregando às crianças o direito de administrar os bens das famílias e de decidir-lhes os destinos.<sup>197</sup>

Esta preocupação com a situação dos municípios teria, para Teixeira de Freitas, dois motivos principais. Em primeiro lugar, a falta de coordenação entre as autonomias municipal, estadual e federal levaria a um total desconhecimento da “base da vida nacional”, que se dava justamente nos municípios. A falta de informações não decorria somente da falta de órgãos oficiais, mas principalmente da ação dos governos locais, considerados por Teixeira de Freitas mesquinhos, tirânicos, avessos ao sentido da nacionalidade. Se a mudança na divisão territorial dos estados seria fator de equilíbrio entre as esferas regionais, no âmbito local a situação se apresentava como o maior empecilho à civilização nacional.

Em "O problema do município no Brasil atual", conferência apresentada na Semana Ruralista promovida pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres em 1934 e publicada em 1935 e 1943, Teixeira de Freitas traçou um longo percurso histórico para defender que os municípios brasileiros, criados no período colonial tendo como centro as suas sedes, não contribuíam para a irradiação da civilização, tendendo a concentrar os recursos e as populações, especialmente as rurais. Em sua opinião, as grandes metrópoles seriam exceções à regra observada no Brasil entre os municípios, onde a falta de assistência se misturava à incapacidade de administrar os próprios negócios e a impossibilidade de exploração dos recursos naturais para romper com a situação de atraso. Assim, com a consolidação dessa forma de ocupação do território observou-se a concentração dos poderes políticos e econômicos nos grandes centros, especialmente os do litoral brasileiro, focando as demais regiões desassistidas e à margem do processo de modernização. A grande maioria dos municípios brasileiros sofria com a submissão política aos detentores dos poderes estaduais, a falta de capacidade de um corpo administrativo caracterizado pelas sinecuras e apadrinhamentos e a completa ausência de um senso de união que motivasse o trabalho em favor da coletividade. Tais características seriam resultado da ineficiência da Primeira República em promover um regime de justiça e planejamento técnico das atividades nas três esferas federativas, esvaziando os poderes tanto dos municípios quanto da União. Além disso, a inexistência de políticas de assistência às populações nas áreas da saúde, educação, lazer e trabalho gerariam uma massa amorfa de pessoas preocupadas apenas em garantir sua sobrevivência individual, sem senso de direção comum característico das nacionalidades.

---

<sup>197</sup> Relatório enviado por Teixeira de Freitas a Juarez Távora sobre a redivisão territorial do Brasil, 25 de agosto de 1933. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO 0 IBGE REL, VOL1, p. 86.

O corpo social, em vez da composição orgânica que deveria ter, em vez das equilibradas correntes de forças vitais que lhe deveriam assegurar a normalidade, a euforia e as condições de florescimento e ascensão na escala dos verdadeiros valores de civilização, é, ao contrário, um conglomerado anômalo - social, econômica e politicamente falando.<sup>198</sup>

O problema a ser resolvido, então, apresentava múltiplas facetas. Diversos eram os fatores que contribuíam para a sua manutenção: uma história marcada pela afirmação dos poderes particulares frente aos interesses públicos, a ignorância, atraso e pobreza dos meios rurais, falta de recursos, corpos técnico-administrativos e políticas de assistência social, submissão aos poderes regionais e federal e falta de prestígio político, grande extensão do território nacional e divisão federativa com instâncias poucas e distantes entre si. Teixeira de Freitas advogava por uma política de coordenação dos esforços municipais e de regularização de seus quadros, visto que eles apresentariam grandes diferenças com relação às suas áreas, populações e riquezas. Somente a partir da atenção aos municípios seria possível interferir no curso da vida brasileira observado até então. Os municípios, unidades básicas da vida nacional, seriam uma espécie de microcosmos da nação e deveriam passar por um processo de revitalização que os dotasse de poderes para resolverem seus próprios problemas a partir do caminho lhes parecesse mais frutífero.

Portanto, senhores, em última análise a complexa morbidez do corpo social brasileiro, os apavorantes desequilíbrios patológicos que ele nos apresenta, as crises, os colapsos que o intranquilizam constantemente e o desvitalizam em alarmante escala, tem a sua razão de ser primordial, na doença, na atrofia, na atonia, no departamento do município. O problema do município, eis pois, o problema por excelência, o maior problema do Brasil, o problema-síntese de todos os nossos problemas.<sup>199</sup>

Frente a um cenário de apatia dos poderes municipais, Teixeira de Freitas propôs uma série de medidas que, em sua opinião revigorariam o quadro das forças locais mantidas adormecidas por anos de negligência. A redivisão territorial dos estados deveria ser acompanhada do estabelecimento dos departamentos, "consórcios inter-municipais" que ocupariam uma posição intermediária entre os municípios e os governos estaduais. Esses consórcios seriam a expressão máxima da confluência dos interesses locais, devendo surgir da associação voluntária entre municípios limítrofes. Essa conjugação de esforços municipais daria origem a uma nova entidade política dotada de uma "sede departamental" que congregaria os principais serviços da administração localista.

---

<sup>198</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O problema do município no Brasil atual. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 4, n. 16, out-dez/1943, p. 701

<sup>199</sup> Idem, p. 704.

a renovação de que o Brasil carece há de se conseguir-se essencialmente por duas únicas medidas - o agrupamento das comunas constituindo os departamentos, como entidades intermediárias entre a organização estadual e a municipal, e o estabelecimento por meio de uma ou mais convenções inter-administrativas entre a União, estados e municípios, dos grandes sistemas nacionais que, respeitado o princípio fundamental da recíproca autonomia instituem com base na colaboração harmônica e contratualmente firmada, a necessária unidade, virtualidade e compreensividade dos serviços públicos de assistência econômica, médico-social à comunhão pátria.<sup>200</sup>

Os novos departamentos não substituiriam os governos municipais nem antagonizariam com eles. Da mesma forma observada em seu tratamento das questões relativas à organização dos serviços estatísticos e da redivisão territorial dos estados, Teixeira de Freitas defende a abdicação voluntária de parte da autonomia municipal em benefício dos departamentos como forma de equilibrar as responsabilidades e tornar mais eficaz as ações de todas as instâncias federativas. Os municípios deixariam de ser responsáveis pelas obras públicas e melhoramentos infraestruturais, que passariam a ser realizadas pelas instâncias departamentais. Assim, os municípios poderiam se dedicar apenas à tarefa de prestar serviços de assistência às populações e à conservação das instalações urbanas já existentes.

Em textos publicados posteriormente, Teixeira de Freitas apresentou mais detalhes sobre suas propostas de valorização dos municípios através de sua associação voluntária na figura dos departamentos. Em "A redivisão política do Brasil", estudo lido a "um grupo de brasileiros de elevadas responsabilidades na direção dos negócios públicos em 1º de dezembro de 1937" - dias após o decreto que instituiu o Estado Novo - e publicado anos depois na Revista Brasileira de Estatística, sua defesa da redivisão territorial do Brasil e da criação dos departamentos foi investida de grande senso de urgência, na esteira dos acontecimentos que movimentaram a vida política brasileira. Teixeira de Freitas inicia sua comunicação deixando clara a sua confiança na capacidade de ação do novo governo e a convicção de que tratava-se do momento mais oportuno para a realização da obra de reorganização nacional. Em sua opinião, a instituição do Estado Novo teria sido uma consequência lógica do processo revolucionário iniciado em 1930 e prejudicado pela instabilidade que havia marcado os anos em que vigorou a Constituição de 1934. Os constrangimentos ao poder central teriam adiado a tarefa, já apresentada, de reorganização dos quadros territoriais brasileiros e dos quadros municipais, com a criação dos departamentos. Nesse cenário, Teixeira de Freitas dedica sua atenção à estruturação dos novos

---

<sup>200</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O problema do município no Brasil atual. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 4, n. 16, out-dez/1943, p. 711.

municípios e departamentos a serem criados imediatamente, aproveitando-se do reforço de autoridade concedido ao Presidente da República.

As atribuições municipais seriam divididas entre aquelas dotadas de um caráter estático e dinâmico. As primeiras, sob responsabilidade dos departamentos, estados ou da União, seriam aquelas relacionadas ao planejamento e execução de obras infraestruturais e de todos os melhoramentos que tivessem caráter permanente, contribuindo para o aparelhamento dos municípios e de sua expansão de acordo com seus fluxos econômicos e populacionais. Já as segundas, a cargo das administrações municipais, seriam aquelas que englobariam os serviços de conservação das cidades, de assistência às populações rurais, os quadros profissionais da área da saúde e educação, bem como os responsáveis pelas finanças e pela economia do município. Os municípios ainda poderiam ser divididos em distritos, que não teriam autonomia política. Os municípios continuariam sendo as entidades principais desse novo arranjo, delegando sua representação política aos departamentos para melhor exercer suas funções administrativas. Observa-se que Teixeira de Freitas defende que os municípios deveriam abdicar de uma representação direta frente aos poderes estaduais, visto que estes acabariam os atraindo para sua órbita de interesses políticos através dos jogos de influência visando recursos para a manutenção local. Assim, os departamentos seriam instâncias políticas mais fortes diante os governos estaduais, visto que nascidas da confluência de interesses comuns das instâncias locais.

Os departamentos também deveriam ser elementos propulsores da civilização, a partir de suas sedes, chamadas também de Capitais. Essas novas cidades concentrariam os serviços públicos e entrepostos comerciais, escritórios de regionalização administrativa estadual e federal, instituições culturais e de assistência social. Teixeira de Freitas defendia a criação de uma rede das metrópoles departamentais, "centros economicamente poderosos e capazes de, por consequência, reter elites em condições de incrementar a vida brasileira em todos os seus aspectos e em todos os seus setores geográficos."<sup>201</sup>

Expostas em pleno clima de instalação do Estado Novo, as diretrizes do projeto de Teixeira de Freitas eram, ao mesmo tempo, ambiciosas e de complexa execução. As mudanças a serem realizadas nas divisões político-administrativas do território brasileiro pretendiam desarticular as redes políticas já existentes entre as instâncias regionais e locais

---

<sup>201</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. A redivisão política do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 3, n.3, jul./set. 1941, p. 541-542.

brasileiras. Em sua exposição ele argumentou que a efetivação desse plano requeria um esforço político que o novo regime poderia realizar, visto que não encontrava mais os empecilhos da antiga ordem constitucional e contava com a colaboração das "forças vivas da nação. Assim, em sua opinião, bastaria uma Lei Constitucional que determinasse a revisão do quadro territorial brasileiro, restando apenas decretos posteriores para a definição dos detalhes de sua organização definitiva. Clamando pelo senso de responsabilidade de seus interlocutores - espectadores ou leitores -, Teixeira de Freitas ainda destacou que as medidas necessárias não seriam financeiramente impossíveis para a União em face dos benefícios deles originados. A União também poderia se beneficiar futuramente das obras realizadas, visto que vastas áreas desocupadas seriam reservadas ao seu patrimônio e, uma vez dinamizadas pela atividade dos centros urbanos propulsores, teriam um valor de mercado maior para negociações, garantindo o retorno, com lucro, dos investimentos.

“Se o Brasil pôde gastar um milhão e meio de contos de réis a título de reajustamento econômico, salvando da falência organizações econômicas privadas, que muito seria ter que gastar 500.000 anualmente para a execução de um plano decenal com o objetivo muito mais alto, de evitar a falência histórica da pátria Brasileira? Tal recurso se destinaria exclusivamente para a construção das novas capitais, o crédito obtido seria revertido para a atividade de empresas nacionais, com a formação de novas cidades produtores de riquezas ainda maiores. “Lastro suficiente já lhe seria o estuar [sic] de atividades fecundas, mobilizadas em todo o país, a criar riqueza, a provocar comércio, a reerguer a Nação.”<sup>202</sup>

Como podemos perceber, a redivisão territorial do Brasil, a mudança de sua Capital para Belo Horizonte e, posteriormente, para o Planalto de Formosa, a criação dos departamentos e a valorização do município integraram uma rede de ações cuja finalidade foi reorientar a dinâmica populacional e territorial brasileira, marcada pelo isolamento entre as áreas modernizadas e as vastas regiões atrasadas. Reorganizar o território brasileiro seria, em última instância, promover a própria reeducação de seu povo para que este cumprisse com uma tarefa que Teixeira de Freitas considerava inevitável: construir o Brasil de acordo com as potencialidades que lhes foram destinadas pela Providência e que lhe reservavam um futuro grandioso. Teixeira de Freitas defendia uma nova mentalidade frente ao horizonte que ele acreditava estar aberto à ação daqueles que se dedicavam aos destinos do país. O diagnóstico e as propostas referentes aos municípios seriam, em sua opinião, uma espécie de microcosmo nacional. Daí que, a partir da revitalização das instâncias federativas locais seria possível projetar uma efetiva ocupação do território nacional por sua população.

---

<sup>202</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. A redivisão política do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 3, n.3, jul./set. 1941, p. 543.

Portanto, a bandeira, o lema que aquela nova mentalidade deve invocar há de ser este - que alguém já levantou: "rumo a oeste", o que vale dizer, ao Brasil interior, ao Brasil esquecido, ao Brasil combalido, ao Brasil espoliado, numa palavra, ao "Brasil-município"<sup>203</sup>

A redivisão territorial do Brasil, a interiorização de sua capital, a valorização dos municípios e a criação dos departamentos teriam como objetivo comum, segundo Teixeira de Freitas, a efetiva ocupação do território brasileiro em caráter permanente e dinâmico a partir de uma comunhão de esforços de todas as esferas federativas sob a égide do ideal nacional. Sua defesa da ocupação do *hinterland* brasileiro foi formulada a partir da ideia de “Segurança Nacional”, entendida como não apenas a defesa contra os inimigos externos no contexto da Segunda Guerra Mundial mas, primordialmente, o conhecimento e aproveitamento das características internas, ao combate aos fatores de desagregação das forças sociais brasileiras e à promoção do bem-estar social. Essas premissas ficam claras, por exemplo, em seu artigo "O IBGE e a Segurança Nacional", publicado na Revista Brasileira de Estatística em 1940

“A segurança nacional – é certo – está fundamentalmente condicionada pelo conhecimento geográfico e estatístico do país. A ambientação, no que diz respeito ao homem, considerado coletivamente dentro no meio das agremiações políticas ou Estados – a forma mais perfeita da solidariedade humana – é um fenômeno de grande complexidade. Porque já não se trata apenas da adaptação biológica dos elementos constitutivos do grupo às determinantes do meio telúrico, e sim da utilização integral deste pela atuação convergente e solidária dos indivíduos segundo o máximo da sua capacidade, tendo em vista as necessidades de subsistência, de bem-estar, de harmonia de interesses e de progresso do agregado social considerado no seu conjunto e nas suas necessárias diferenciações. Isto quer dizer que a segurança de um Estado é, antes de tudo, uma função do grau de conhecimento que o mesmo Estado tenha, de um lado, do seu “espaço vital” ou “ambiente telúrico”, e de outro lado, da composição e estruturação, bem como das necessidades e possibilidades do grupo social a que der expressão política.

O conhecimento da dimensão geográfica e demográfica, de seu potencial e condições favoráveis ou desfavoráveis à vida dos habitantes, implica em ação consciente: “[...] a Nação corporificada nesse organismo político tem o seu destino nas próprias mãos, determina com precisão os seus rumos históricos, adquire consciência de sua missão, precave-se a tempo dos perigos que a ameaçarem, dirige com segurança sua política demográfica, sua economia, suas realizações sociais e culturais, reajusta sabiamente a própria estrutura à exigência de sua vida interna e das relações internacionais que as circunstâncias lhe impuserem.”<sup>204</sup>

A ocupação do território, a distribuição equilibrada de sua população e das riquezas produzidas, a educação moral de seus habitantes e a valorização do trabalho como forma de se promover a nacionalidade também aparecem como pilares do reordenamento nacional no

---

<sup>203</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O problema do município no Brasil atual. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 4, n. 16, out-dez/1943, p. 704.

<sup>204</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O Instituto Brasileiro de Geografia e estatística e a Segurança Nacional. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, jan./mar. 1940, p. 100.

artigo “A Estatística e a Organização Nacional, de 1941. Neste texto Teixeira de Freitas sugeriu novamente uma articulação entre diversos setores sociais - elites civis, intelectuais, técnicos e militares –, com argumentos que utilizavam conceitos como os de “segurança nacional”, “organização nacional”, “planejamento racional” e “forças vitais”. O mote de seu discurso foi a argumentação de que o Estado teria um papel primordial para a organização das forças sociais brasileiras visando a ocupação ordenada do território com e o aproveitamento das riquezas internas e defesa contra os inimigos externos. A instrução das “massas incultas” era articulada aos planos de redivisão territorial, com a organização do “Exército do Trabalho”, “vasto e eficiente organismo que recolheria em seus quadros, voluntária ou compulsoriamente, todos os desamparados ou desajustados sociais de quem ainda se pudesse esperar regeneração, adaptando-se ou se readaptando ao trabalho”.<sup>205</sup> Essa frente colonizadora seria formada por vadios, desajustados sociais, subversivos, analfabetos e voluntários coordenados pelo Exército na tarefa de empreender a “Marcha para o Oeste” brasileira. Segundo Teixeira de Freitas, a mobilização de um Exército do Trabalho seria

“o recurso mais eficaz para equilibrar a composição das classes, para melhorar a ordem pública, para sanear socialmente as cidades e sertões, para valorizar o homem brasileiro, e com isto, ocupar e colonizar racionalmente o deserto *hinterland*, incrementar a produção, explorar riquezas em potencial, realizar intensivamente o reflorestamento nas áreas completamente desnudas, fundar os núcleos urbanísticos que nos faltam no interior, rasgar as estradas necessárias, abrir por toda parte campos de aviação, sanear as áreas insalubres já habitadas, reorganizar os nossos quadros de trabalho, desviar do parasitismo, do vício, da vadiagem, do crime e da moléstia milhares e milhares de brasileiros e – *last but not least* – organizar amplas e valiosas reservas para a defesa nacional.”<sup>206</sup>

Tratava-se de uma proposta radical mesmo no contexto do autoritarismo que marcou o Estado Novo, e para sua realização seria de suma importância um Estado forte e centralizado que possuísse autonomia de ação e liberdade frente aos poderes locais para empreender uma ação de tamanha abrangência, dificilmente exequível, segundo o mesmo, no calor das discussões partidárias. A mobilização das Forças Armadas, por sua vez, tinha como objetivo a implantação de um regime de trabalho que valorizasse a reeducação das populações, dando a elas oportunidade de letramento e socialização nos valores caros à nacionalidade. Essa medida, associada à criação dos territórios militares e departamentos, com suas respectivas sedes, contribuiria para a gradativa ocupação do território por populações capazes de aproveitar as riquezas da terra e fundar núcleos civilizacionais. É possível observar que o

---

<sup>205</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. A Estatística e a organização nacional. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, jan./mar. 1941, p.97-98.

<sup>206</sup> Idem, p. 99-100.

projeto de Teixeira de Freitas extrapolava a defesa do planejamento racional das estatísticas, do quadro territorial e do sistema político federativo vigente no Brasil, buscando a regeneração do país a partir de um "mergulho dentro de si mesmo" e através da reeducação de sua população pelo trabalho nas novas frentes territoriais a serem abertas. O povoamento do *hinterland* brasileiro não seria, portanto o fim, mas o meio para se atingir o propósito de refundação da nação a partir de suas especificidades.

As propostas de Teixeira de Freitas, apresentadas em seus diversos aspectos entre 1930 e 1941 foram reunidas em uma obra que passou a ser divulgada entre o corpo técnico do IBGE e de suas repartições estaduais e municipais, bem como entre os principais círculos políticos e burocráticos brasileiros: *Problemas de Base do Brasil*. Este estudo foi elaborado em 1941 e publicado pelo Conselho Nacional de Estatística pela primeira vez em no ano seguinte, com tiragem limitada e circulação restrita à órbita governamental, tendo recebido novas tiragens até 1950. A apresentação do diagnóstico dos males da nação brasileira, a identificação dos aspectos territoriais e populacionais como pilares da reorganização das "forças vitais" da nação, a expansão da colonização dos "vazios territoriais" e a formação dos "Exércitos do Trabalho" voltam a ser apresentados, com argumentação bastante semelhante à utilizada em seus textos anteriores. No entanto, em "Problemas de Base do Brasil" Teixeira de Freitas ressalta a principal característica de suas propostas: a interdependência delas, a impossibilidade de se adotar uma solução parcial frente a situação do país:

"Se os problemas são conexos, as soluções também o devem ser. Enfrentados simultaneamente, os mesmos recursos que se estiverem na aparência dirigindo apenas a um deles, estarão de fato operando em benefício de todas as soluções procuradas. Por outro lado, visionando-se cada problema em seu conjunto, também não se duplicam ou triplicam sem proveito nem os centros de ação nem os recursos mobilizados. Os mesmos esforços e os mesmos recursos, agindo sinérgica e sincronizadamente, atendem a um só tempo a todos os aspectos de cada problema considerado de per si, e num tal encadeamento lógico, que não deixam margem para os hiatos de ação nem para a desconexão de resultados a que dá lugar o método oposto."<sup>207</sup>

Os "problemas de base" do Brasil identificados por Teixeira de Freitas seriam os seguintes: equilíbrio e equidade na divisão territorial política; interiorização da metrópole federal; rede de centros propulsores; distribuição das forças construtivas; ocupação efetiva do território; valorização do homem rural; virtualização do aparelho administrativo; gabinete técnico da presidência e reorganização do quadro ministerial; autonomia e articulação das

---

<sup>207</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. *Problemas de Base do Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1948, p. 08.

diferentes órbitas governamentais; unidade nacional pela unidade da língua. Entre os problemas de base elencados por Teixeira de Freitas aparece um tema que ainda não havia sido tratado de forma particularizada pelo autor, o das populações rurais. Seu projeto visava o aproveitamento dos recursos nacionais pelos cidadãos-trabalhadores, mas como seria formado o grupo de pessoas que já vivia no campo, sendo responsável pelo quadro de exploração da terra então observado? Para Teixeira de Freitas, essas populações rurais se encontravam ainda mais submetidas aos mais diversos fatores de degradação decorrentes da falta de assistência dos governos que os desajustados sociais das cidades. Elas não deveriam ser incluídas nos Exércitos do Trabalho, mas passar por processo de “socialização” dentro de seu próprio meio:

“A população rural, entretanto, não deve ser deslocada do seu “habitat”. Contudo, também não deve permanecer abandonada. Que uma organização especial a procure no seu próprio meio para lhe oferecer bons contratos de trabalho. E submetendo-a a atividades apropriadas ao fim em vista, com finalidade de educação e reajustamento social, faça dela as reservas de agricultores e o proletariado agrícola de que o Brasil tanto precisa.

Nessas fazendas-educandário – as Colônias Escola – trabalhadores e alunos seriam as “famílias rurais” que na região servida pelo estabelecimento se encontrassem em precária situação social e econômica. Internadas, mediante um vantajoso contrato de trabalho, com a concomitante obrigação de aceitar a sua disciplina social, sanitária e educativa, essas famílias seriam “socializadas” convenientemente, conjugando-se em regime adequado a vida de família e a vida em comunidade, de maneira que todos se educassem, todos melhorassem sua saúde, todos trabalhassem aprendendo as várias atividades necessárias à vida rural, todos se recreassem, todos possuíssem ambiente doméstico de bem-estar, todos tivessem convivência social e participassem de equipes para variados fins. E assim tudo fizessem, sob esclarecida e segura orientação, no sentido de defender a saúde, manter um lar confortável, cooperar, participar da vida social, trabalhar com elevado rendimento e conduzir-se, numa palavra, em termos de vida econômica, social e cívica, como é necessário que aconteça a cada membro da comunidade nacional.”<sup>208</sup>

Em Problemas de Base do Brasil Teixeira de Freitas aprofundou uma tese apresentada pela primeira vez em 1934, no Primeiro Congresso de Ensino Rural promovido pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres: a da necessidade de fortalecimento das formas de socialização da população rural brasileira e de educá-la pelo trabalho a partir do processo de ocupação dos vazios territoriais brasileiros. Segundo Alexandre de Paiva Rio Camargo, Teixeira de Freitas enveredou pelas discussões sobre o papel da educação rural no Brasil a partir de seu ingresso no Ministério da Educação e Saúde em 1931, na gestão de Francisco Campos. Anos depois, participaria da fundação da Associação dos Amigos de Alberto Torres, tomando a dianteira de suas atividades. Em suas atividades no MES e na SAAT, Teixeira de Freitas iniciou frutíferos debates com educadores como Anísio Teixeira, Fernando de

---

<sup>208</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Problemas de Base do Brasil. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1948, p. 49-50.

Azevedo e Lourenço Filho, defendendo a tese de que a dispersão demográfica brasileira e a desorganização de seu quadro territorial seriam os motivos da má educação no país.<sup>209</sup> O ensino rural, mais que o urbano, seria o meio de realizar um esforço educativo que tivesse como base as características da terra brasileira e de seus ciclos naturais, marcados pelo clima, pelo relevo e pela vegetação. Assim, o papel da criação das "colônias-escola" seria o de promover um novo modo de vida das populações rurais a partir de seu contato com os valores da nacionalidades, instruídos por mãos militares para o aprendizado a partir do trabalho, um aprendizado considerado criador porque, ao mesmo tempo, produtor de riquezas e de consciência sobre a realidade da terra.

As propostas de Teixeira de Freitas incluíram, em 1934, a criação da "Colônia-Escola Alberto Torres", homenagem que o país e a SAAT fariam ao intelectual fluminense que, como veremos na última seção do capítulo, foi uma das principais influências - mas não a única - no pensamento de Teixeira de Freitas. Ela seria formada por aproximadamente 50 famílias, admitidas como assalariadas em um regime de assistência que incluía o fornecimento de moradia, vestimentas, alimentação, educação, saúde e lazer. Enquanto a assistência nas áreas do trabalho, educação e saúde forneceriam a base para o desenvolvimento moral do novo cidadão, as atividades de lazer formariam a cultura cívica dessas populações através da veneração aos símbolos nacionais e ícones da história do país. Ao mesmo tempo, aprenderiam a celebrar a figura do líder Getúlio Vargas, responsável pela obra de reorganização social, territorial, política e econômica em curso no Brasil.<sup>210</sup>

As disposições a respeito dessas colônias-escolas foram aprofundadas em "Problemas de Base do Brasil". Segundo consta nessa obra, os habitantes dessas colônias escolas seriam escolhidos entre os elementos já existentes das populações rurais de cada um dos departamentos dos novos estados da federação, permanecendo nelas por períodos de um, dois ou três anos, tempo considerado adequado para o "reajustamento" das famílias "internadas". Segundo Teixeira de Freitas, vivendo em sociedade, trabalhando para a comunidade e por ela assistidos, esses elementos se transformariam em cidadãos perfeitos", pois compreenderiam de fato os benefícios da disciplina pelo trabalho, da cooperação solidária orientada por

---

<sup>209</sup> CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. "Povoar o *Hinterland*: o ensino rural como fronteira entre as estatísticas e a educação na trajetória de Teixeira de Freitas. Revista Brasileira de História da Educação, n° 23, maio- ago/2010, p. 105-107.

<sup>210</sup> Idem, p. 115-116.

preceitos educacionais e sanitários.<sup>211</sup> Tratava-se, como é possível observar, de uma proposta que defendia o estrito controle das condutas por parte do Estado, mediante um processo de reenquadramento da vida das populações a preceitos tidos como científicos e, por isso, capazes não só de sanear moralmente essas pessoas, mas canalizar seus esforços para a produção de riquezas em proveito da comunidade nacional. A defesa das políticas de educação rural associadas ao povoamento do interior e à redivisão territorial do Brasil teriam como objetivo fundamental o que Teixeira de Freitas chamou, em 1948, de "organização da vida rural brasileira".<sup>212</sup> Segundo essa premissa, o meio rural brasileiro não deveria ser administrado a partir das cidades capitais, mas sim a partir de suas especificidades locais, somente apreensíveis por serviços instalados nas sedes departamentais e municipais em todo o país. A conjugação entre os esforços nas cidades e no campo seria responsável por conferir ao processo de consolidação da civilização brasileira um grau de organicidade que seria a marca distintiva de seu sucesso.

"O Brasil rural não é um feudo do Brasil urbano. Não lhe é tampouco uma espécie de colônia, de possessão, a ser amparada e administrada o *quantum satis* para que a sua exploração seja possível mais facilmente. Brasil urbano e Brasil rural devem integrar-se estrutural e organicamente, numa simbiose ou, melhor, monobiose perfeita, em que as funções respectivas se diferenciem harmonicamente, mas em dependência recíproca, para formar o grande e verdadeiro organismo nacional, que se não poderá restringir a uma congêrie de urbanizações insuladas ("urbs"), mas há de consistir na harmoniosa estruturação dos Municípios-cidades ("civitates"), no sentido sociológico do termo, superior solidarização político-social dos dois planos - o urbanístico e o rural, que polarizam necessariamente a comunhão pátria - a "Civitas Magna" da República."<sup>213</sup>

Essa "simbiose de esforços" seria a marca do projeto de reorganização nacional de Teixeira de Freitas. Ele apresentava múltiplas frentes de ação cujo elo seria a reeducação das populações a partir de seu contato estreito com a terra brasileira, local onde se dariam as mediações entre homem e meio e, com isso, a manifestação da nacionalidade. Essa interpretação da "realidade nacional" a partir de uma visão científica associada ao saber estatístico marcou toda a produção textual de Teixeira de Freitas e, como veremos, sua atuação entre técnicos, intelectuais e políticos entre as décadas de 1930 e 1950. "Problemas de Base do Brasil" foi editado em um momento as propostas de Teixeira de Freitas encontravam acolhida entre as políticas públicas de colonização. A chamada "Marcha para o Oeste",

---

<sup>211</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Problemas de Base do Brasil. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1948, p. 40-42.

<sup>212</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Socialização rural. Revista Brasileira dos Municípios, Rio de Janeiro, v.1, n. 3-4, jul./dez.1948, p. 292.

<sup>213</sup> Idem, p. 297.

iniciada logo após a ascensão de Vargas à Presidência da República, representou o anseio do novo governo de adotar uma postura ativa frente aos desequilíbrios que assolavam o país. A criação do Departamento Nacional de Povoamento em 1930 foi seguida de ações como a fundação de Goiânia em 1932, o estímulo à fundação de novas cidades na fronteira oeste, a criação da Fundação Brasil Central em 1941 e dos territórios do Amapá, Guaporé, Rio Branco, Iguaçu e Ponta Porã.<sup>214</sup> Tais atitudes configuravam um cenário propício para a reivindicação do aprofundamento dessas medidas por parte do Estado. A ideia de um “imperialismo para dentro”, que levasse o Brasil a conhecer suas “entranhas” a partir de uma “marcha” em busca de si foi, segundo Lenharo, uma das imagens recorrentemente mobilizadas pelos partidários das políticas de colonização e povoamento do território brasileiro durante o Estado Novo.<sup>215</sup> Teixeira de Freitas compartilhava dessa sensibilidade com um grande número de intelectuais brasileiros do período, como Cassiano Ricardo que, em 1940, publicou o livro "A Marcha para o Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil", em que associava o bandeirismo paulista dos séculos XVI e XVII ao esforço renovador dos quadros territoriais nacionais defendido a partir de 1930. O "Oeste", os vazios territoriais ou o *hinterland* atualizariam os sertões apresentados ao Brasil pela geração de homens como Sílvio Romero e Euclides da Cunha, dotando-os de uma imagem e potência associadas ao Estado Nacional e, mais especificamente, ao Estado Novo de Getúlio Vargas.<sup>216</sup> Nesse sentido, Cassiano Ricardo se somava a uma grande quantidade de técnicos e intelectuais que propuseram, como Teixeira de Freitas, a redivisão política do Brasil, alguns deles analisados neste capítulo. Constituir o “corpo da nação” seria tarefa urgente a ser capitaneada por esses intelectuais, técnicos, políticos e pelo conjunto dos cidadãos instruídos para garantir a felicidade de todos os cidadãos.

Apresentado nesse contexto de grande profusão de projetos nacionais e ações do governo para a interiorização do povoamento do território, “Problemas de Base do Brasil” pode ser considerado uma síntese das propostas que Teixeira de Freitas apresentou durante sua atuação nos serviços estatísticos federais. Publicado pelo Serviço Gráfico do IBGE, fundado em 1939 e em pleno funcionamento em 1942, este estudo de Teixeira de Freitas foi divulgado entre as redes de sociabilidades estabelecidas pela instituição em seus primeiros

---

<sup>214</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. *Política&Sociedade*, vol.7, n.12, 2008, p. 19.

<sup>215</sup> LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. 2ª Ed. Campinas: Papyrus, 1986, p. 53-75.

<sup>216</sup> CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em Cena. Propaganda política no Varguismo e no Peronismo*. 2ª Ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p. 227-229.

anos de vida, compostas por técnicos, intelectuais, políticos, burocratas, bibliotecas e diversas instituições científicas. Com essa ampla difusão, a obra alcançou várias edições até 1950. O interesse pela publicação da obra, em nosso entendimento, pode ser associado tanto à política institucional do IBGE de dar ampla divulgação às suas atividades, como veremos no próximo capítulo, quanto à centralidade que as políticas de planejamento estatal adquiriram com a eminência da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.<sup>217</sup> Dessa forma, acreditamos que esse estudo traça um panorama completo das propostas de Teixeira de Freitas, organizando-as a partir de eixos temáticos intercomunicantes. Os artigos publicados por Teixeira de Freitas entre os anos de 1943 e 1953 ressaltam a importância da obra entre seus escritos. Diversas são as referências aos argumentos contidos no estudo para reforçar o chamado à obra de reorganização nacional. Entre 1942 e 1945 é possível perceber a consolidação de Teixeira de Freitas como autor de um projeto nacional a partir da publicação de “Problemas de Base do Brasil” que foi amplamente comentado na Revista Brasileira de Estatística. O IBGE, por sua vez, cuidou da ampla divulgação da obra nas repartições estatísticas de todo o país e entre importantes integrantes da elite política do Estado Novo.

Já em 1948, quando o artigo "socialização rural" foi publicado na Revista Brasileira dos Municípios, o cenário era bastante diferente do observado em 1942. Os rumos políticos observados no chamado “segundo tempo do Estado Novo” desagradavam a Teixeira de Freitas. A “Marcha para o Oeste” não teria apresentado, em sua opinião, a coordenação de esforços e medidas que as estatísticas teriam evidenciado como urgentes. Ao mesmo tempo, as políticas de assistência social e promoção da educação, saneamento e trabalho na cidade e no campo não teriam adquirido a abrangência sugerida em seu projeto. Os entraves políticos foram recebidos por Teixeira de Freitas como falta de iniciativa por parte do governo brasileiro, e seus artigos publicados a partir de 1946 indicam essa indisposição com a demora na implementação de um projeto de “reorganização das forças nacionais”. Em "socialização rural", Teixeira de Freitas lamenta a timidez das mudanças observadas desde a criação do INE, depois transformado em IBGE:

Ter-se-ia aquele quadro, porém, modificado sensivelmente de 1935 para cá? Medidas esparsas não faltaram. Mas o esforço de conjunto e de grande envergadura que se fazia mister não sobreveio infelizmente. Apenas um dos grandes óbices apontados viu-se enfrentado decisivamente - o desconhecimento das nossas condições geográficas e sociais. Foi criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que aplicou, pela primeira vez entre nós, em termos totais, o princípio de

---

<sup>217</sup> IANNI, Octavio. Estado e Planejamento econômico no Brasil. 4ª edição. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1986, p. 98.

cooperação interadministrativa, graças ao qual um grande sistema nacional de órgãos de geografia e de estatística se estendeu pelo Brasil inteiro, cobrindo a totalidade dos Municípios. A sua obra está ainda em começo.<sup>218</sup>

A criação do IBGE, considerada um bom começo para o conhecimento das características do povo e do meio brasileiros, deveria servir de base para os estudos que fundamentassem a reorganização dos quadros políticos, sociais e econômicos do Brasil, valorizando as populações locais e a ocupação dos interiores para, com isso, promover a educação para a nacionalidade pela via do trabalho. A lentidão das políticas territoriais iniciadas pelo governo Vargas e, após o fim do Estado Novo, o reestabelecimento do regime democrático passaram a apresentar novos empecilhos para a realização das demais medidas do projeto nacional de Teixeira de Freitas. Em relatório enviado em 1946 a José Carlos Macedo Soares, Presidente do IBGE, e publicado em 1948 em obra intitulada “A Nova Capital da República”, Teixeira de Freitas manifestou este descontentamento:

“É preciso adotar as medidas que apresento – é necessário frisar-, desde 1932, quando no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro debati, com membros do mais alto conhecimento e das mais altas responsabilidades pelos rumos e destinos do Brasil, a reorganização do quadro territorial e político, bem como a mudança da Capital. Muito meditei no assunto e transigi na opinião de transferi-la para Belo Horizonte, concordando com a escolha do Planalto de Formosa como local mais apropriado para a construção desse novo centro de propulsão de nosso progresso. Mas a real prevenção dos males que nos assolam e enfraquecem, essa prevenção se resume em fortalecer a situação geopolítica da Nação, pelo aumento da riqueza humana e pela homogeneização política do Estado, acabando-se com as áreas “favorecidas” e as áreas “desprezadas” e ocupando principalmente a área central do território brasileiro.”<sup>219</sup>

Durante todo o período estudado as propostas de Teixeira de Freitas mantiveram grande grau de coesão, tendo variado pouco de acordo com as críticas que recebia. Uma das principais modificações, no caso do plano de redivisão territorial do Brasil, seria a transferência da capital para Belo Horizonte. Em face das críticas vindas de políticos e militares, o plano foi modificado com a delimitação do Planalto Central de Formosa como local da futura capital. Esta modificação não influenciava no teor principal do projeto de Teixeira de Freitas, a homogeneização da ocupação e da exploração do território nacional para a garantia da segurança e do bem-estar nacionais a partir de políticas públicas que disciplinassem a dinâmica entre os grupos sociais. Em 1949, no artigo “O Redivisionismo Territorial Brasileiro” Teixeira de Freitas voltou a defender as mesmas propostas, ressaltando

---

<sup>218</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Socialização rural. Revista Brasileira dos Municípios, Rio de Janeiro, v.1, n. 3-4, jul./dez.1948, p. 294.

<sup>219</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. A localização da nova capital da República. Rio de Janeiro: IBGE, 1948, p. 16.

o fato de que os governos brasileiros estavam perdendo sucessivas oportunidades de concretização do ideal de segurança, unidade e bem-estar social da Nação:

“Muita coisa foi tentada e experimentada, não é dúvida. E inúmeras tentativas, ainda que incompletas, hesitantes ou desconstruídas, foram lançadas. Eram, porém, medidas avulsas, providências unilaterais. As vezes, mesmo, sem nexos, sem lógica. Ou que não tiveram a amplitude ou o ímpeto precisos. Realizaram-se, ora freneticamente, ora sem continuidade. Quase sempre destituídas de virtualidades intrínsecas e sempre executadas sem a compreensão total dos problemas que tentaram resolver. Não eram as realizações básicas, essenciais, primárias, capazes de substituir a desordem originária que herdamos da conquista e da colonização “*a la diable*”. [...]

Infelizmente, não chegaram a ser os “talismãs” que pensamos haver conquistado, porque não foram compreendidas e praticadas, a fundo, as grandes transformações, empresas ou reformas que o país chegou a depositar suas maiores esperanças. Não o foi a própria “independência”. Nem a “monarquia liberal”; nem o “abolicionismo”; nem a república”. Não o foi a “política ferroviária; nem a construção da “rede ferroviária”; nem a “navegação aérea”. Também não o “saneamento rural”, a “higienização e o saneamento das metrópoles”, as invocações “tributárias”. Ainda não, a superficial “racionalização administrativa”, o fragmentário “trabalhismo”, o imperfeito “seguro social”. Bem estamos vendo o quão pouco já nos deram as grandes cruzadas do “serviço social”, as campanhas de “alfabetização”, as “reformas de ensino”<sup>220</sup>.

Os artigos publicados por Teixeira de Freitas nos últimos anos de sua atividade profissional nos serviços estatísticos federais apresentam uma mudança no foco de sua análise, que passa a recair cada vez mais no municipalismo. A partir de 1947 observa-se a interrupção da publicação de artigos por Teixeira de Freitas na Revista Brasileira de Estatística e o início de sua contribuição na Revista Brasileira dos Municípios. Esta publicação foi editada pela Associação Brasileira dos Municípios, criada em 1945 pelo estatístico Rafael Xavier e apoiada de Teixeira de Freitas em sua consolidação. A Associação Brasileira dos Municípios foi responsável pela afirmação da “causa municipalista”, que instituiu o “Dia do Município” e pleiteou recursos públicos e privados, segundo sugestão de Teixeira de Freitas, para a elaboração de uma política de assistência aos municípios brasileiros. A atividade de Teixeira de Freitas na Associação Brasileira dos Municípios e a publicação de seus artigos no periódico da instituição podem ser analisados como uma busca por novos canais de interlocução que proporcionassem meios de intervenção nas políticas territoriais e administrativas brasileiras. O Municipalismo não afastava a demanda pela redivisão territorial do Brasil, mas a apresentava a partir de outro prisma considerado mais viável - a valorização do município, identificado como local onde as “forças vitais” se

---

<sup>220</sup>FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O revisionismo territorial brasileiro. Revista Brasileira dos Municípios, Rio de Janeiro, v. 2, n. 8, p. 793-808, out./dez. 1949, p. 795.

encontrariam localizadas e, por isso, unidade elementar da federação. A defesa do municipalismo continha certa dose de frustração com o que Teixeira de Freitas considerava uma sequência de insucessos na concretização do reordenamento territorial. As propostas de criação de uma Fundação de Assistência aos Municípios, que mobilizasse recursos governamentais e provados para o reaparelhamento do quadro municipal brasileiro, apoiadas por Teixeira de Freitas, não encontraram acolhida por parte dos governos que sucederam o Estado Novo.

O projeto de Teixeira de Freitas foi alvo de severas críticas dos poderes locais e dos círculos militares a partir de 1946, perdendo espaço entre os responsáveis pelas políticas territoriais brasileiras a partir do final do Estado Novo. Seu desligamento da Secretaria Geral do CNE e do IBGE em 1946 mostram bem esse processo de distanciamento, como veremos no próximo capítulo. O Instituto passou por grandes mudanças em seus quadros no período entre 1946 e 1952. A redemocratização e a reestruturação administrativa realizada em 1947 criaram conflitos com a forma de organização do IBGE, em que a tutela federal se estendia aos serviços estatísticos estaduais e municipais. A Constituição de 1946 reafirmava a independência dos estados em matéria administrativa, mantendo o caráter precário de manutenção da maioria dos municípios, o que colocava em cheque o modelo “orgânico” de Teixeira de Freitas e do IBGE. Os territórios criados durante o governo de Vargas foram suprimidos e a Fundação Brasil Central desativada e substituída por diversas comissões militares.

Ao mesmo tempo, discussões entre vertentes estatísticas colocavam em polos opostos a vertente até então instalada no IBGE, caracterizada por uma união entre apuração dos dados e sua análise, e outra, que frisava que a coleta e sistematização dos dados deveriam ser separadas de sua análise. As divisões internas dentro do IBGE e a mudança política em 1945 resultaram em uma grave crise institucional no início da década de 1950, quando o substituto de José Carlos Macedo de Soares na presidência do IBGE, o General Poli Coelho, teceu ríspidos ataque à vertente ligada a Teixeira de Freitas, com acusações, inclusive, de desvios de conduta, como a apropriação de recursos e compadrio político. Nos anos que marcaram o seu "ocaso" nos serviços estatísticos, o legado de suas propostas foi defendido por alguns dos técnicos que ele ajudara a formar durante seus anos de atividade no IBGE. Seus textos passariam a ser publicados em seções dedicadas a obras históricas, marcando uma espécie de "era" das estatísticas brasileiras. Assim, mesmo já distante dos núcleos decisórios

governamentais, as propostas de Teixeira de Freitas permaneceram com seu alto grau de coesão que garantia a potência de seus argumentos.

Nas páginas a seguir abordaremos os diversos trânsitos discursivos entre a obra de Teixeira de Freitas e outros autores que integravam o círculo de analistas da realidade e das políticas territoriais nacionais. Assim, acreditamos poder cumprir com o objetivo de analisar não apenas os nexos internos entre os artigos, estudos e relatórios elaborados por Teixeira de Freitas, mas inseri-los em uma rede discursiva que atravessou diferentes contextos históricos, chegando aos intérpretes brasileiros da década de 1930 como uma espécie de "legado" intelectual.

### **3.4. Ecos do pensamento nacional brasileiro na obra e ação de Teixeira de Freitas**

A análise dos escritos de Teixeira de Freitas mostrou constantes menções, diretas e indiretas a estatísticos e demais autores que integraram o conjunto daqueles que se dedicaram, desde o século XIX, a pensar o Brasil a partir de seus aspectos físicos, de seu território e de sua população, entendidos como os fatores essenciais da nacionalidade. Analisar suas filiações teóricas e os autores recuperados em sua obra nos permitirá precisar de forma mais clara sua inserção no campo intelectual brasileiro ainda em processo de consolidação. Além das referências encontradas nos textos, é possível realizar cruzamentos com os dados de sua trajetória profissional e intelectual, com suas correspondências e, acima de tudo, comparar suas propostas com aquelas formuladas anteriormente e no mesmo contexto de sua produção. Esse procedimento nos será especialmente importante para mostrar como, além de um técnico que refletiu sobre as formas de organização de sua profissão, Teixeira de Freitas se pretendeu e construiu para si o lugar de um analista da sociedade e um solucionador de problemas referentes à nacionalidade. Seus diálogos com a tradição das representações territoriais sobre o Brasil conferem um posicionamento multifacetado à sua ação e produção intelectuais, marcado pelo trânsito entre a técnica e o rigor estatísticos e a fluidez e erudição das interpretações sobre a nação.

Como essas referências aparecem na obra de Teixeira de Freitas? Já adiantamos, páginas atrás, que sua produção textual pode ser caracterizada como uma "literatura de ideias" de amplo escopo, geralmente de extensão mediana (7 a 30 páginas), sem notas de rodapé e citações longas. Nos textos de Teixeira de Freitas quem fala é sempre ele, mesmo quando outras pessoas são trazidas para o diálogo. Sua recuperação das ideias de outros autores se manifesta de maneira pontual, com frases destacadas por aspas ou a menção ao nome do autor, eventualmente em letra maiúscula. Não foi observada a discussão aprofundada das ideias dos autores citados. Tais citações, em nosso julgamento, possuem uma função legitimadora das propostas defendidas por Teixeira de Freitas. Essa legitimação advém da identificação de personagens vinculados às estatísticas, à política e às instâncias culturais letradas que formaram os redutos intelectuais durante a história brasileira. Um exemplo, dentre vários existentes nos textos de Teixeira de Freitas, pode ser observado em "O Reajustamento Territorial do Quadro Político do Brasil", em que ele apresenta as propostas de redivisão territorial, interiorização da Capital, povoamento do interior e educação rural pela primeira vez:

“Se nenhuma voz se levantou até agora, nem se poderá levantar, contra a redivisão em si, obra de justiça, de equidade, de verdade e de equilíbrio, que ela deve consubstanciar, vozes sem conta se erguem – de sociólogos, políticos, administradores, governantes, geógrafos, historiadores – reclamando com a maior energia e insistência essa súbita e urgente medida política e maldizendo os erros funestos dos homens da Monarquia e dos homens da República no consentirem, por displicência e inércia, aparentemente inexplicáveis, numa situação que tem entravado inavaliavelmente o progresso da nacionalidade e introduzindo na sua estruturação política germes perigosíssimos de desagregação.”<sup>221</sup>

Teixeira de Freitas frequentemente recorre à citação, ainda que sem profundidade teórica, como forma de apontar "correligionários de causa". Movido pelo senso de urgência que caracterizou o discurso de sua geração, ele defendeu calorosamente a ideia de que o momento vivido pelo Brasil permitia, enfim, a realização dos planos elaborados durante mais de um século por homens dedicados aos destinos do Brasil, fossem eles políticos, letrados, administradores públicos ou intelectuais. Não podemos nos esquecer, nesse ponto, que seus textos foram lidos em ocasiões especiais e solenes e envolveram não só a articulação dos conteúdos no texto mas, sobretudo, as habilidades retóricas do orador, detentor de um lugar privilegiado de fala nas tribunas de instituições culturais de relevo no país, no caso da citação acima, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, importante centro produtor de discursos sobre a nação. Esse mesmo motivo, em nossa opinião, limitou a incidência de citações mais

---

<sup>221</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O reajustamento territorial do quadro político do Brasil. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 166, 1932, p. 781.

longas nos textos de Teixeira de Freitas. Seu objetivo, como o de muitos de seus contemporâneos intelectuais e técnicos, foi atingir o coração e as mentes de seus interlocutores, daí o recurso a uma retórica mais rica em imagens e correligionários e menos atenta a transcrições de trechos de outros autores.

A análise dos 31 textos publicados por Teixeira de Freitas entre 1930 e 1953 levam à identificação de 108 menções a políticos, estatísticos e intelectuais brasileiros e estrangeiros que viveram nos séculos XIX e XX. A grande maioria deles mereceu apenas uma menção, no entanto alguns deles apareceram com maior frequência, chamando a atenção. Dentre aqueles que apareceram mais de duas vezes, podemos destacar:

**Tabela 04: Autores e figuras públicas mais citados na produção textual de Teixeira de Freitas.**

Nome	Nº de Referências	Assunto
Alberto Torres	12 (+ 8 indiretas: "torreano/a")	Organização Nacional, municipalismo, educação rural
José Bonifácio de Andrada	6	Interiorização da Capital
Getúlio Dornelles Vargas	5	Organização das Estatísticas, redivisão territorial do Brasil, interiorização da Capital, povoamento do interior, educação rural.
José Carlos Macedo de Soares	5	Organização das Estatísticas, IBGE, interiorização da Capital.
Oliveira Viana	4	Redivisão territorial do Brasil, importância das estatísticas para o Estado.
João Adolfo de Varnhagen	3	Redivisão territorial do Brasil, interiorização da Capital, povoamento do interior.
Major Segadas Vianna	3	Redivisão territorial do Brasil, interiorização da Capital, povoamento do interior.
Rafael Xavier	3	Municipalismo
General Djalma Poli Coelho	3	IBGE, interiorização da Capital.
Francisco Campos	3	Organização das Estatísticas
Juarez Távora	3	Organização das Estatísticas, redivisão territorial do Brasil, municipalismo.

Dentre os autores identificados na produção textual de Teixeira de Freitas, observamos dois Presidentes do IBGE (José Carlos Macedo de Soares e Gen. Djalma Poli Coelho), um político e letrado do período da Independência (José Bonifácio de Andrada e Silva, defensor da interiorização da Capital) um letrado e diplomata do Império (Varnhagen), um intelectual nacionalista da República (Alberto Torres), um militar defensor da redivisão territorial do

Brasil na República (Segadas Vianna), um estatístico municipalista das décadas de 1930 e 1940 (Rafael Xavier), dois Ministros de Getúlio Vargas (Francisco Campos e Juarez Távora), além do próprio chefe do governo entre 1930 e 1945. No entanto é notável o destaque dado por Teixeira de Freitas a Alberto Torres (1865-1917), político e intelectual fluminense que se afirmou como um dos principais propagadores de propostas nacionalistas e de centralização política a partir da década de 1910, tendo sido amplamente lido em seu tempo e recuperado nas décadas posteriores a sua morte em 1917. Autor de farta contribuição na imprensa periódica carioca, Alberto Torres teve publicados, em 1914, seus dois principais livros, “O Problema Nacional Brasileiro” e “A Organização Nacional”. Nestas obras Torres procurou diagnosticar os males causadores do atraso brasileiro e propôs um conjunto de medidas que, segundo sua opinião, modificariam a forma como o governo atuaria sobre sociedade.

Concordamos com Alexandre de Paiva Rio Camargo, para quem “Freitas se torna um personagem histórico mais definido e bem apreendido quando o enxergamos através de suas muitas afinidades eletivas com Alberto Torres”. Teixeira de Freitas foi membro ativo da Sociedade Amigos de Alberto Torres, agremiação civil dedicada à memória do intelectual fluminense, tendo proferido discursos em diversos eventos organizados pela agremiação em parceria com outras instituições.<sup>222</sup> Além das referências a Alberto Torres em diversos momentos de seus textos, como forma de chamar para si uma espécie de “herança”, Teixeira de Freitas também fortaleceu o vínculo com a memória do intelectual fluminense em homenagens a ele prestadas na Revista Brasileira de Estatística, das quais a mais significativa foi a publicação de capítulo inédito do segundo volume de “A Organização Nacional”. Essa espécie de culto à memória do intelectual fluminense foi acompanhada, como veremos, da assimilação de suas propostas dentre os objetivos dos intelectuais e técnicos que, como Teixeira de Freitas, procuraram imprimir novos rumos à política brasileira após a Revolução de 1930. Dentre os diversos aspectos da obra de Alberto Torres, destacamos aqueles que foram recuperados com mais ênfase na obra de Teixeira de Freitas: a necessidade de centralização política, de conhecimento da "realidade nacional" e da "socialização" da população brasileira através da educação pelo trabalho que, no Brasil, deveria ser predominantemente rural.

---

<sup>222</sup> CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. "Povoar o *hinterland*": o ensino rural como fronteira entre a estatística e a educação na trajetória de Teixeira de Freitas. Revista Brasileira de História da Educação, n° 23, maio/ago. 2010, p. 97-132. Do mesmo autor, ver também: \_\_\_\_\_. "Organizar a nação, 'missão de nossa geração': concepção e política de população em Alberto Torres e Teixeira de Freitas. In.: SENRA, Nelson de Castro (org.). Organizando a Coordenação Nacional: Estatística, educação e ação pública na Era Vargas. Rio de Janeiro: IBGE, 2014, p.

Em sua obra Alberto Torres empreende uma dura crítica à supremacia dos poderes locais frente a nacionalidade e à adoção de soluções baseadas em fórmulas alheias às características históricas e físicas brasileiras. Segundo o mesmo, a ação dos governantes, pela astúcia ou pela omissão, pelo acerto ou pelo erro, seriam preponderantes para o progresso ou o atraso da vida nacional. A utilização da força, se direcionada corretamente e baseada no conhecimento do pensamento nacional, teria a função de promover o progresso. A República, na opinião de Alberto Torres, teria rompido com a tradição de inércia do Império, e suas formas de intervenção “procura(va) valorizar os produtos por meio de medidas reguladoras das relações entre mercados e do valor da moeda.”<sup>223</sup> No entanto, a ação reguladora, assim como a utilização da força pelo Estado, estariam envolvidas em jogos pessoais, em confrontos de facções que marcavam a vida política, uma vez que ainda não havia se formado uma comunidade de opinião, uma massa de cidadãos conscientes a formar o povo:

“Somos um país sem direção política e sem orientação social e econômica. Este é o espírito que cumpre criar. O patriotismo sem bússola, a ciência sem síntese, as letras sem ideal, a economia sem solidariedade, as finanças sem continuidade, a educação sem sistema, o trabalho e a produção sem harmonia e sem apoio, atuam como elementos contrários e desconexos, destroem-se reciprocamente, e os egoísmos e interesses ilegítimos florescem, sobre a ruína da vida comum. O país é, entretanto, um dos países que apresentam mais sólidos elementos de prosperidades e mostram condições para um mais nobre e distante destino.”<sup>224</sup>

Alberto Torres postulava que o Brasil, uma “nação nova” surgida a partir da colonização estrangeira, não teria passado pelo mesmo processo de desenvolvimento de sua sociedade com o observado nas “nações antigas. Por esta razão, necessitava de governantes orientados pelo conhecimento dos principais caracteres nacionais - o território e o povo - e pudesse imprimir uma direção ao país, formando, entre os habitantes do país, o ainda inexistente senso de nacionalidade. Essa “organização” das forças nacionais teria a finalidade de consolidar um sistema de relações de mutualidade entre os integrantes da comunidade brasileira.

“A razão de um povo só se forma com o conhecimento de seus interesses; sua energia só se educa com a prática firme de um programa de soluções: aquela depende de estudo, como esta de hábito; estão as duas subordinadas à consciência da realidade objetiva da terra habitada, de suas faculdades produtivas, de seus problemas, de seus destinos. A mais elementar condição desta consciência é a existência, não de um simples nexos afetivo ou político, mas de uma comunidade de relações e de interesses morais, sociais e econômicos. Um país só possui integridade e união quando recobre sua terra e envolve seus habitantes um forte tecido de relações e de interesses práticos; se esses interesses e essas relações não resultam

---

<sup>223</sup>TORRES, Alberto. A organização nacional. Primeira parte: A Constituição. 4 ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Ed. da UnB, 1978, p.142-143.

<sup>224</sup> Idem, p. 69-70.

espontaneamente da natureza da terra e do caráter do povo, é indispensável criá-los.<sup>225</sup>

Segundo Alberto Torres, a vida das nações respeitaria a um ritmo diferente do ditado pelos governos. Sua “vida profunda” residiria na dinâmica apresentada pelos movimentos da população nos diversos pontos do território, que, dotados de especificidades, gerariam formas de vida diversas. Não seria, por sua vez, um regime constitucional que moldaria a feição da nacionalidade no que diz respeito aos imperativos de sua organização. Como vimos no primeiro capítulo, ele identificava a existência de um “regime constitucional ostensivo” e outro “verdadeiro, mas subterrâneo”.<sup>226</sup> A não identificação entre estes dois regimes levaria a uma situação de inércia e fraqueza frente aos perigos internos e externos.

Segundo Maria Stella Bresciani, a ideia de “descompasso” foi uma espécie de “lugar-comum” no discurso que criticou as instituições liberais no Brasil a partir do início do século XX. Para a autora, a essa percepção compartilhada do insucesso da política republicana deu força aos argumentos que pleitearam a condução “técnica” e “racional” do Estado por parte de grupos dotados de conhecimento da “realidade nacional”, dissimulando a dimensão política dos projetos de governo:

No fluxo discursivo nacionalista, fartamente alimentado por falas de várias tonalidades e proveniências diversas, o componente ressentido configura sempre a imagem de um país desencontrado consigo mesmo, e desloca do plano político para o sociológico a disputa entre projetos integradores, situa-os no estudo das dimensões social e cultural; usos e costumes detalhadamente anotados. O projeto político seria a decorrência necessária desse estudo preliminar, o que, de certa forma, sugeria a possibilidade de uma organização administrativa liberada da ingerência dos partidos políticos e de suas plataformas eleitorais, um projeto político orientado pela sociologia histórica e fundamentado na “realidade nacional”.<sup>227</sup>

Os argumentos utilizados por Teixeira de Freitas para fundamentar a necessidade de reordenamento do quadro territorial brasileiro também partiriam dessa ideia de “descompasso” que esteve presente na obra de Alberto Torres e diversos de seus contemporâneos e intérpretes. Para Teixeira de Freitas, o Brasil, consolidado politicamente durante o Império, estaria sendo ameaçado pela supremacia dos poderes locais frente ao senso nacional que deveria gerir os assuntos de interesse da Nação:

---

<sup>225</sup> TORRES, Alberto. A organização nacional. Primeira parte: A Constituição. 4 ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Ed. da UnB, 1978, p. 69-70.

<sup>226</sup> Idem, p. 88.

<sup>227</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2005, p. 159.

Todas as condições negativas eram impostas à revelação e ao império da Alma Nacional, tudo e todos como que conspirando contra ela, provocando o surto das pequeninas almas regionais, antagônicas e hostis entre si, mas fortemente solidárias no se procurarem assegurar o predomínio, com a debilitação e o menoscabo da grande Pátria comum, talvez já em franco caminho de dissolução.

A Grande Pátria, a quem a monarquia assegurara “todo o poder” e “todo o patrimônio”, viu-se despojada na República de quase todo o patrimônio e de quase todo o poder. Deixou-se vegetar uma pequena, uma pobre fraca Pátria Brasileira, ao lado de autoritárias, absorventes e orgulhosas pequenas pátrias regionais.<sup>228</sup>

Este diagnóstico, segundo Teixeira de Freitas, se devia justamente ao motivo apontado por Alberto Torres: a falta de um governo regido pelo conhecimento da “realidade nacional”, identificada como uma dimensão “preconstitucional”. A elaboração das leis que regulamentariam a forma de intervenção do Estado na sociedade deveria ser resultado do conhecimento da “realidade nacional”, e não de interesses particularistas e desagregadores:

O conhecimento da dimensão geográfica e demográfica, de seu potencial e condições favoráveis ou desfavoráveis à vida dos habitantes, implica em ação consciente: “[...] a Nação corporificada nesse organismo político tem o seu destino nas próprias mãos, determina com precisão os seus rumos históricos, adquire consciência de sua missão, precave-se a tempo dos perigos que a ameaçarem, dirige com segurança sua política demográfica, suas economias, suas realizações sociais e culturais, reajusta sabiamente a própria estrutura à exigência de sua vida interna e das relações internacionais que as circunstâncias lhe impuserem.”<sup>229</sup>

Teixeira de Freitas estrutura o discurso que fundamenta seu projeto neste espaço aberto por Alberto Torres ao estudo dos “movimentos íntimos” da nação. As Estatísticas, assim como a História e a Sociologia, poderiam ser uma forma de se identificar essas características “subterrâneas”, compostas por variáveis que escapam à ação política dos regimes constitucionais. Uma vez estendidas a todos os setores da vida nacional, as estatísticas poderiam contribuir como uma ciência a serviço da nacionalidade. A “organização”, termo que remete à obra de Alberto Torres, seria a principal contribuição das Estatísticas para o cumprimento de uma “vocação:

Organizar uma nação não seria justapor pedaços sem planejamento. Seria, antes disso, “dar-lhe organicidade de estrutura, o que quer dizer – equilíbrio, simetria, sistematização, mecanismos de compensação, faculdade de ajustamento automático às circunstâncias emergentes. [...] Por outro lado, organizar a Nação seria também “insuflar-lhe uma alma, mas uma alma que compreenda e sinta os seus destinos e acuda aos imperativos da sua vocação histórica com a plenitude de energias de que for capaz.”<sup>230</sup>

<sup>228</sup>FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. A Estatística e a organização nacional. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, jan-mar/1941, p. 105.

<sup>229</sup>FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a segurança nacional. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, jan-mar/1940, p.100.

<sup>230</sup>FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. A Estatística e a organização nacional. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, jan-mar/1941, p. 112.

A conciliação entre os imperativos ditados pelas características do território e da população e os interesses dos grupos sociais dependeria da habilidade e da força das quais os governantes fossem dotados para a realização de suas prerrogativas. Neste ponto Teixeira de Freitas explicita a filiação ao pensamento torreano de forma mais explícita, enfatizando o aspecto “político” da obra a se fazer: construir o senso de nacionalidade e organizar suas forças vitais. Recuperando o intelectual fluminense, Teixeira de Freitas afirmou, em “A redivisão política do Brasil”, discurso de 1937 publicado em 1941:

Mas a reorganização nacional não consiste, não pode consistir em demolir *de fond en comble*, para reconstruir depois. Toda “Revolução” que se queira ver perpetuada em seus efeitos, tem que promover uma sábia “evolução”. O passado e o presente impõem condições que o futuro há de aceitar. Como queria Alberto Torres, a reorganização brasileira tem de ser uma obra de “arte política”. E se a política é a arte do possível, a obra-prima que o novo regime há de realizar, se não quiser ser efêmero e mais tarde objeto de anátema, tem que transigir com as “possibilidades” para atender melhor às “necessidades.”<sup>231</sup>

Teixeira de Freitas assumiu a postura “torreana” de defesa do papel do Estado na sistematização das informações referentes aos aspectos físicos e sociais do país. A criação de um sistema de apuração de dados forneceria a matéria-prima para a construção da nacionalidade a partir da promoção do bem-estar da população a partir da ocupação efetiva do território, da redivisão política e da educação do povo. Estas medidas seguiriam “o postulado dos números”, na visão de Teixeira de Freitas. Se a obra de organização nacional se tratava de do exercício de uma “arte política”, esta política estava, no discurso torreano e de Teixeira de Freitas, submetida às características profundas da nação apreensíveis a partir da análise estatística de seus componentes. No caso aqui analisado ele incorpora essa identidade torreana, propondo-se um continuador de sua obra.

“Criados os grandes Sistemas Nacionais correspondentes às Convenções enumeradas, ter-se-ia dado ao país um instrumento – e às demais Nações americanas um padrão e um exemplo notáveis – capaz de erguer o Brasil ( e com ele a América), dentro das mais liberais formas políticas, a tão altos níveis de progresso, riqueza e cultura como atualmente poucos espíritos terão elementos para prefigurar. O que quer dizer que também quanto a este capítulo se oferece ao país um imperativo categórico de cuja aceitação resultará, em magnífica certeza, uma transcendente “obra prima política”, na conceituação de Alberto Torres.”

Este “sistema” não teria como objetivo somente a organização dos esforços governamentais para a consecução da obra de construção da nacionalidade. Para isso seria necessária também a “revalorização dos brasileiros e do resguardo de sua normal

---

<sup>231</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. A redivisão política do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 3, n.3, jul-set/1941, p. 536.

multiplicação, utilizando para tanto os três instrumentos que devem agir de forma conjugada e sincronizada – assistência sanitária, assistência educativa e assistência ao trabalho.”<sup>232</sup>. Como observado por Alexandre de Paiva Rio Camargo, essa concepção de formação dos indivíduos a partir de políticas de controle das condutas por agentes estatais considerava as grandes metrópoles e mesmo as cidades médias como responsáveis pelo centripetismo de recursos e populações no país, caracterizando uma política de ocupação territorial chamada de "mancha de óleo". A concentração das populações em cidades de médio e grande porte acabaria por enfraquecer os laços de solidariedade e acentuar os particularismos marcantes na sociedade brasileira. A atenção dada por Teixeira de Freitas à redivisão territorial do Brasil, à valorização dos municípios e à educação rural partiu da percepção, também mostrada por Alberto Torres, de que era preciso modificar um estado de “apatia” das populações rurais brasileiras, educá-las para o trabalho, formá-las moralmente para o exercício da cidadania, fazer com que elas cumprissem uma vocação brasileira que seria a da exploração da terra, da vida no campo. No caso das populações rurais e dos vazios territoriais, como vimos, Teixeira de Freitas defendia a ação do Exército para a organização de frentes de trabalho compulsório, ainda que assalariado e voltado para o futuro estabelecimento dos novos cidadãos.

Nesse ponto, a recuperação de Alberto Torres por Teixeira de Freitas o coloca em contato com os postulados de Friedrich Ratzel, para quem os elementos do meio exerciam diferentes influências sobre o homem, sendo necessária uma ação planejada do Estado para o controle tanto dos recursos naturais como do exercício das capacidades pela população. Essa administração territorial racionalizada pelo Estado com finalidades estratégicas tinha como base a ideia de que as nações necessitavam de um "espaço vital" no qual os corpos sociais desenvolveriam suas aptidões e, com isso, contribuiriam para o progresso comum. A utilização da expressão "forças vitais" e "espaço vital", caras ao pensamento ratzeliano, por Teixeira de Freitas demonstra, em nossa opinião, a existência dessa "afinidade de segunda mão" em suas propostas. A redivisão territorial e a valorização dos municípios seriam os pontos principais dessa busca por uma organização política que respeitasse a “realidade nacional”, fundamentando-se nas informações referentes à vida local, onde se desenvolveriam as atividades de cultivo da terra. A criação dos departamentos, no projeto de Teixeira de Freitas, tinha o objetivo de otimizar o desempenho dos trabalhadores rurais a partir da união dos municípios em unidades políticas sub-federadas, nas quais seriam construídos centros

---

<sup>232</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Problemas de Base do Brasil. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1948, p. 48.

urbanos de pequeno e médio porte, que servissem como catalisadores das riquezas mas não exercessem força de atração que sobre as populações do campo.

É possível perceber, portanto, que Teixeira de Freitas procurou nitidamente associar seu projeto à memória de Alberto Torres. As indicações nesse sentido se encontram não somente no teor dos textos, mas também na identificação de sua participação na Associação dos Amigos de Alberto Torres, como membro e divulgador ou como conferencista em eventos realizados pela entidade em parceria com a Associação Brasileira de Educação. A educação rural, o municipalismo e a busca pela divisão equitativa do território nacional foram tratadas por Teixeira de Freitas como ações integrantes de uma “causa torreana” compartilhada por diversos de seus interlocutores. A ideia de uma “causa” remete à existência, entre grupos sociais como os técnicos e intelectuais, de uma mentalidade compartilhada que defendia a existência de uma missão por parte daqueles que desempenhavam profissões associadas ao mundo letrado e científico. A ideia de que aqueles que possuíam formação técnica e universitária tinham maiores responsabilidades pelos destinos do país é constante nos argumentos de Teixeira de Freitas, e a defesa dessa atuação para a promoção da justiça e do progresso nacionais são associados à memória de Alberto Torres:

“A violenta “perda de substância” a que está submetido o Brasil, o desequilíbrio, a desorganização, a debilitação crescente, que se notam em todos os setores da vida nacional, encontram uma síntese felicíssima na conferência que Rafael Xavier pronunciou na Escola de Estado-Maior do Exército, quando, com sua coragem “torreana” e “municipalista”, explicou o ambiente e o estado de alma em que vivemos, invocando o símile daquele sentimento de pecado, de fraqueza e penitência, que a todos empolga numa “quarta feira de cinzas”...”<sup>233</sup>

A “coragem” e a “causa torreana” afirmados por Teixeira de Freitas no trecho acima - e em diversos outros momentos de sua trajetória nos serviços estatísticos federais a partir de 1930 - dividiu espaço, por sua vez, com outros “ecos” encontrados em suas palavras. Se é possível compreender melhor as propostas de Teixeira de Freitas à luz das de Alberto Torres, como acertadamente sugere Camargo, acreditamos ser possível ampliar a análise dessas apropriações criativas para, pelo menos, três outros autores que integravam o conjunto de intérpretes do Brasil no início do século XX: Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Afonso Celso. Tais referências não se apresentam de forma explícita como no caso de Alberto Torres. Sílvio Romero foi citado por duas vezes, Afonso Celso foi citado em apenas uma ocasião e

---

<sup>233</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O revisionismo territorial brasileiro. Revista Brasileira dos Municípios, Rio de Janeiro, v. 2, n. 8, out-dez/1949, p. 794.

Euclides da Cunha, por sua vez, não chega a ser mencionado. No entanto, alguns de seus argumentos, quando comparados com as ideias de Teixeira de Freitas, mostram inúmeras afinidades que, por vezes, são reforçadas pela identificação de vínculos pessoais. Afonso Celso e Sílvio Romero, por exemplo, lecionaram na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, onde Teixeira de Freitas realizou seus estudos em Direito. Afonso Celso, por sua vez, era o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro quando Teixeira de Freitas apresentou publicamente pela primeira vez, em sessão ordinária da instituição, seu projeto de reorganização nacional em 1932, que resultou no artigo "O reajustamento Territorial do Quadro Político do Brasil".

Começamos por Sílvio Romero. Exponente da "Geração de 1870" que se dedicou à análise da cultura brasileira, Romero foi um daqueles que, no final do século XIX, defenderam a tese de que a modernidade brasileira deveria partir de um olhar para dentro, para o interior do Brasil, onde residiriam os elementos que fariam parte da identidade nacional. Romero também foi responsável, antes mesmo de Alberto Torres, pela afirmação de uma retórica marcada pela ideia de "descompasso" entre as características do "Brasil real" e aquele idealizado pelos centros urbanos modernizadores, tidos como afetados, cosmopolitas e desagregadores. Como vimos no primeiro capítulo, Sílvio Romero dedicou muitas de suas páginas à identificação dos desequilíbrios populacionais no território brasileiro, apontando a centralidade desse problema para a formação da nacionalidade. Em sua opinião, o desequilíbrio entre os elementos raciais e a distribuição dos recursos naturais entre as regiões do Brasil - especialmente entre litoral e interior - criariam uma modernização pontual e ilusória. Conforme observamos na seção anterior deste capítulo, essa constatação - com a exceção da distinção racial apontada por Romero - também integra os argumentos de Teixeira de Freitas, que considerava que o projeto de reorganização nacional deveriam passar por um reajustamento completo das divisões políticas, administrativas e da ocupação do solo. Sílvio Romero também foi lembrado por Teixeira de Freitas como um dos primeiros a proporem a criação de um território federal, o de Iguassú, a partir da junção dos estados do Paraná e Santa Catarina. Em nossa opinião, a recuperação de Sílvio Romero por Teixeira de Freitas se deu menos por afinidades com o diagnóstico desse autor - o pessimismo de Romero contrasta com o otimismo e o incentivo à ação de Teixeira de Freitas - e mais pela defesa da interiorização do povoamento do país. Sílvio Romero é inserido por Teixeira de Freitas entre os precursores das propostas de reordenamento do quadro territorial e populacional brasileiro, posição que compartilha com José Bonifácio de Andrade e Silva e seu irmão Antônio Carlos, com João

Adolfo de Varnhagen, Teodoro Sampaio, Tavares Bastos e Fausto de Souza, todos durante o Império.

Com relação a Euclides da Cunha, acreditamos que as afinidades entre suas ideias e as de Teixeira de Freitas podem ser divididas em dois pontos. O primeiro se refere à valorização simbólica do "sertão", oposto ao "litoral", como lugar de busca da modernidade, destino inexorável do país ainda em consolidação e em busca de si mesmo. Como vimos neste capítulo, muitos dos textos em que Teixeira de Freitas divulgou seu projeto de reorganização nacional foram marcados por uma retórica que enfatizava a atração exercida pelo interior, o "ponto de gravidade" ou o "coração do país" e local de onde poderiam ser coordenados todos os esforços para que se atingisse o progresso em todo o território. A ideia de "povoar o *hinterland*", como já observamos, foi responsável pela atualização da problemática dos "sertões" no discurso de Teixeira de Freitas, que direcionou grande parte de seus esforços para a modificação das divisões políticas entre os estados e a criação de formas de governo localistas que fortalecessem os municípios em detrimento dos poderes regionais. O segundo ponto de contato entre as ideias dos dois autores reside, por sua vez, no que Luciana Murari, a partir das palavras do próprio Euclides da Cunha, denominou de "fé na ciência".<sup>234</sup> Ainda que ligeiramente diversas, essas duas interpretações possuem em comum a defesa de uma mistura entre aspectos racionais e subjetivos na defesa de um destino para as nações com base em suas características naturais, sua população e o aprimoramento decorrente do avanço científico em nível mundial.

Acreditamos que Teixeira de Freitas compartilhou dessa "fé na ciência" e na afirmação do uso da técnica, supostamente isenta de paixões políticas, também existente em Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Alberto Torres e Oliveira Vianna. Seu projeto se fundamentava na ideia de que o avanço científico tendia sempre ao aprimoramento das ações humanas com vistas à realização dos destinos do Brasil. Teixeira de Freitas chama essa posição de "idealismo", uma busca incessante pela perfectibilidade decorrente da adaptação do homem ao meio.

O progresso nacional seria, para Teixeira de Freitas, o resultado de uma ação consciente e direcionada, que imprimisse um rumo ao país com base em suas características mais profundas. Esta ação teria de se basear na racionalidade humana para que as decisões

---

<sup>234</sup> MURARI, Luciana. Brasil, ficção geográfica. Ciência e nacionalidade no país d'Os sertões. Belo Horizonte: Fapemig, São Paulo: Annablumme, 2007. p. 29.

respeitassem as peculiaridades brasileiras. Teixeira de Freitas, recuperando o pensamento de Comte, afirma a centralidade da razão para a solução dos males nacionais:

“conhecer para prever, prever para prover” - se são axiomas condicionantes de toda atividade humana – já para as Nações assumem o caráter de “imperativos categóricos”, de cuja desobediência resultarão, inevitavelmente, mais cedo ou mais tarde, as mais penosas consequências.<sup>235</sup>

Teixeira de Freitas compartilhava da ideia de que a ciência forneceria dados planificáveis, analisáveis racionalmente com o objetivo de garantir os melhoramentos necessários ao bem-viver das populações brasileiras. Este “passo adiante” seria condicionado à adaptação do homem às condições de seu meio, possível somente com o recurso à ciência – no caso as estatísticas. O conhecimento seria a chave para a fuga dos vícios que teriam afastado o homem do ideal de justiça e fraternidade, proporcionando uma análise isenta das paixões políticas que sacudiam o mundo no início do século XX. A “marcha” rumo ao cumprimento dos “destinos” da Nação e da Humanidade seria um “movimento para o alto” em contraposição às “oscilações do pêndulo da História”:

“A felicidade humana, fundada no trabalho fecundo, na paz e na justiça – todos os corações bem formados sempre a desejaram. E por todos os modos ela tem sido procurada. Pelo apostolado e pela violência. Pela educação e pelo direito. Pela ciência e pela fé. Pela fantasia dos utopistas e pelas experiências dos homens de ação. Mas, aí de nós! Tudo tem falhado... E de tantos esforços e sacrifícios, de tantas e tão dolorosas tentativas frustradas, o que resultou até hoje foi esse exasperante movimento pendular da civilização humana. Para a direita e para a esquerda, para lá e para cá. Numa ascensão tão lenta que desencanta, num aparentemente eterno “fazer e desfazer”, “subir e descer”, “andar e desandar” - que não acaba nunca. Porque tantos desenganos? Porque tanto heroísmo, tanta fé, tanta ciência, tanta pertinácia, tanta imaginação, tanto sofrimento – inteiramente perdidos?! Será isto, esta obra de Sísifo para todo o sempre, essa “cacofonia inacabada”, o dolente fadário do homem sobre a Terra? Não haverá como romper essa cadeia? Como transformar o oscilar do pêndulo da História, no seu trágico – e quase sempre violento – subir e descer, à direita e depois à esquerda, à esquerda e depois novamente à direita? ! ...

[...] É preciso achar a mola maldita que escraviza o sublime e generoso impulso da inteligência, do coração e da vontade do homem ao ritmo extenuante do ir e vir, desse retorno aparentemente sem fim que não nos satisfaz, não pode satisfazer os anseios d'alma, o sublime anseio dos corações por uma ordem social melhor, sem injustiça, sem sofrimentos inúteis – fundada na liberdade harmoniosamente exercida, e sustentada pelo bálsamo de uma assistência carinhosa e de uma caridade perfeita, em face da dor de que não puder libertar-se a condição humana. Não pode ser verdade que a criatura superior que é o homem, seja um eterno Prometeu acorrentado. Ele há de libertar-se. Há de vencer, há de superar essa dolorosa “ordem do lobo”, para construir a sua ordem – a ordem do homem, que será a *ordem do espírito*. Aquela ordem constantemente mutável, perpetuamente em movimento, progredindo, melhorando, sublimando-se indefinidamente. Mas fundada irrevogavelmente na paz, na justiça e na solidariedade, tendendo sempre para o alto,

<sup>235</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. "A Estatística e a organização nacional." Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, jan-mar/1941, p. 101.

percorrendo uma espiral intermínima, ritmadamente, harmoniosamente, na procura infatigável e serena dos seus ignorados, sim, mas por certo sublimes destinos.”<sup>236</sup>

A libertação do Brasil e do homem brasileiro, uma obra de reorganização nacional a partir do reencontro consigo mesmo, seria o objetivo máximo do projeto de Teixeira de Freitas. A partir da recuperação da “herança torreana”, dos ecos de José Bonifácio e Antônio Carlos de Andrada, de Varnhagen, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e da “fé no progresso”, ele procurou intervir no debate público sobre a construção da nacionalidade, a partir da defesa das estatísticas como forma de planejar a divisão e ocupação do território brasileiro e da assistência educacional, sanitária e laboral do povo, na cidade e, especialmente, no campo. Esta libertação estaria inscrita no curso da história brasileira, completaria a obra de consolidação nacional ao garantir a “expansão para dentro” com base no conhecimento efetivo das características profundas da nação:

Mas não! Não é mais crível, não é mais aceitável, não é mais possível que o país se quede indiferente ao maior de seus imperativos históricos e se deixe ficar nessa apatia, que será fraqueza, que será inépcia, que será um atentado aos seus fulgurantes destinos. Sim, porque o ato ditatorial que fixar a redivisão política do Brasil virá a um só tempo acrescentar o quarto termo a duas séries fundamentais das conquistas da nossa civilização. Com ele dar-nos-á a Segunda República a *liberdade de expansão* – econômica, social e política, como a Primeira República nos garantiu a *liberdade de consciência*, a Monarquia nos legou a *liberdade de trabalho* e a Colônia nos assegurou a *liberdade de comércio*. E com ele ainda consolidará o Brasil, agora a sua estrutura política, depois de haver consolidado a estrutura econômica na Primeira República, a estrutura social na Monarquia e a sua estrutura territorial, ainda com a assistência enérgica e carinhosa da Metrópole.<sup>237</sup>

A causa da derrocada dos homens residiria nos seus impulsos egoístas e particularistas. Para superar tal estado de coisas, somente os “melhores homens” seriam capazes de realizar a “melhor ordem” na sociedade humana. Os dirigentes, líderes das iniciativas até então tentadas, raramente teriam sido os melhores. O “milagre” de colocar os melhores no comando da sociedade seria possível com a retirada dos postos de comando de toda e qualquer perspectiva de lucro, de privilégio decorrentes de seus exercícios. Os verdadeiros valores morais e humanos apareceriam sem constrangimento, e sem concorrência, como que predestinados, oferecendo-se a tal sacrifício para o bem comum. Para Teixeira de Freitas, progresso se liga à racionalidade e uma suposta “despolitização” do exercício do governo, entendido como a coordenação harmoniosa das forças vitais da nacionalidade:

---

<sup>236</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. "A Estatística e a organização nacional." Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, jan-mar/1941, p. 99-100.

<sup>237</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O reajustamento territorial do quadro político do Brasil. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 166, 1932, p. 770.

“Então, não de improviso, mas por uma evolução harmoniosa e de transcendente beleza, esplenderiam na sociedade as virtudes humanas, os seus superiores ideais de justiça, de ordem, de altruísmo, de cooperação, de paz, de caridade. As desigualdades sociais ir-se-iam atenuando como por encanto, por força de sábias medidas evolutivas.”<sup>238</sup>

O progresso nacional, portanto, seria uma espécie de destino por cumprir, que se apresentava diante dos olhos a partir dos números fornecidos pelas Estatísticas. Analisamos como Teixeira de Freitas recuperou elementos difundidos entre os analistas sociais brasileiros do início da República para fundamentar seu projeto de “reorganização nacional” apresentado e defendido por diversas vezes durante as décadas de 1930, 1940 e nos primeiros anos da década de 1950. A busca pelo progresso, no entanto, revestia-se de certo caráter "místico" em determinados pontos da narrativa de Teixeira de Freitas. E aqui a ideia de uma "fé na ciência" ganha ainda mais nuances. Teixeira de Freitas manifestou, por diversas vezes, a ideia de que o Brasil possuía um destino garantido pela Providência a partir das riquezas naturais que lhes foram reservadas em todo o seu território. É nesse ponto que ele se aproxima da retórica ufanista consolidada por Afonso Celso em "Por que me ufano de meu país", publicado em 1902. Essa afinidade na identificação de um destino glorioso para a nação brasileira foi exposta de forma exemplar em 1932 na citada conferência no IHGB que apresentou pela primeira vez seu projeto de reorganização nacional, lembremos, em sessão presidida pelo próprio Afonso Celso. As palavras de Teixeira de Freitas, publicadas na Revista do IHGB no mesmo ano, parecem ter sido tomadas de empréstimo do próprio livro de Afonso Celso, tamanha a semelhança dos termos utilizados:

“A terra brasileira contém riquezas por toda a parte; seu potencial econômico é imprevisível e enorme em qualquer longitude e em todas as latitudes. Não temos nenhum “sahara”(sic). As zonas sujeitas às secas são fertilíssimas. E aquela contingência pode ser contida e anulada em seus efeitos, nisso podendo e devendo empenhar-se não apenas o governo regional, mas a própria União. As grandes áreas florestais, se são difíceis de povoar e hostis ao homem nos primeiros tempos, encerram preciosos cabedais e oferecem à agricultura uma enorme exuberância. Nas zonas de campo, aliás sempre proximamente alternadas com extensos rincões de distinta caracterização econômica, haverá as riquezas pastoris. As zonas pouco férteis, impróprias mesmo para a indústria pecuária, são em regra zonas de mineração, onde aflorarão outros cabedais.”<sup>239</sup>

Contudo, o ufanismo de Teixeira de Freitas, ainda que tributário do de Afonso Celso, atribuiu o destino glorioso da nação brasileira a um triplo "imperativo categórico": o

---

<sup>238</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. "A Estatística e a organização nacional." Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, jan-mar/1941, p. 100-101.

<sup>239</sup> FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O reajustamento territorial do quadro político do Brasil. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 166, 1932, p. 771.

providencial, o histórico e o científico. Para Teixeira de Freitas, a Providência havia garantido ao Brasil um destino de grandes realizações pela Providência através das grandes reservas de riquezas e da ausência de intempéries climáticas que dificultassem a vida humana. Ao mesmo tempo, seu cenário incluía um histórico de esforços para a redivisão territorial e a interiorização da capital e do povoamento, empreendidos, ainda que sem sucesso, durante os mais de 100 anos de Independência política. Sobre essa "base" se constituiria o processo de aperfeiçoamento da exploração dos recursos, assegurado pelo avanço do conhecimento científico e de sua aplicação aos assuntos sociais pelos Estados e seus corpos técnicos. A partir da identificação dessas características com o processo histórico de consolidação da nacionalidade, Teixeira de Freitas elaborou uma argumentação ampla, eclética em termos de filiações a autores, e voltada para a ação, seguindo as premissas e a herança de seu grande "mestre" intelectual: Alberto Torres.

Conforme observamos no decorrer de nossa análise, o que temperou essa ampla e eclética sensibilidade de Teixeira de Freitas foi sua formação e seus estudos em Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, de suas leituras, sua trajetória nos serviços estatísticos na DGE e em Minas Gerais entre 1908 e 1930 e, os diferentes contextos que caracterizaram o governo de Getúlio Vargas entre 1930 e 1945. Dentro do esforço de análise do pensamento e ação de Mário Augusto Teixeira de Freitas pretendido neste capítulo, nos dedicamos àquilo que foi tornado público por Teixeira de Freitas através da publicação na forma de discursos transformados em artigos, relatórios, estudos monográficos, projetos técnicos e entrevistas. No próximo capítulo passaremos à análise da documentação integrante sua documentação pessoal disponível no FMATF do Arquivo Nacional. A partir dessa documentação, procuraremos observar seus trânsitos entre a elite política e administrativa brasileira nas décadas aqui estudadas. No capítulo que se segue, procuraremos mostrar como Teixeira de Freitas construiu e defendeu um lugar de intervenção no debate público a partir da prática estatística, movimentando-se nos diferentes momentos políticos pelos quais o Brasil passou entre as 1930, quando de seu ingresso nos serviços estatísticos federais, e 1953, ano de sua aposentadoria definitiva.

### **3. O HOMEM PÚBLICO E O “INTELECTUAL DOS BASTIDORES”**

No segundo capítulo nos descolamos um pouco da trajetória de Teixeira de Freitas nos serviços estatísticos para mergulharmos em sua produção textual entre 1930 e 1953 e, com isso, analisarmos as diferentes propostas que, articuladas, formavam seu projeto de "reorganização nacional". Como vimos, ele defendia a institucionalização das estatísticas como saber de Estado (dedicada tanto aos diagnósticos quanto ao planejamento das ações de governo) e a defesa do reordenamento político-territorial do Brasil, a criação de novos estados, territórios e departamentos, o povoamento do interior e a mudança da Capital. Em seus discursos e conferências transformados em artigos, assim como em suas teses, estudos monográficos e entrevistas, Teixeira de Freitas apresentou um complexo projeto que tinha como fundamento a ideia de que o saber estatístico, visto como uma ciência social aplicada aos grandes fluxos populacionais e à mensuração das riquezas contidas no território, deveria ser o critério básico para colocar fim ao predomínio dos particularismos em detrimento da nacionalidade.

Ao analisarmos os diversos artigos e estudos monográficos, chegamos à conclusão de que Teixeira de Freitas não estava sozinho neles, tendo interagido com políticos, burocratas, letrados e intelectuais que faziam parte de uma espécie de "histórico" das atividades estatísticas e das reflexões acerca da redivisão territorial e do povoamento equilibrado daquilo que consideravam a "base física da nação". Ao elaborar seu projeto de "reorganização nacional", Teixeira de Freitas também dialogou com os diagnósticos sobre o Brasil e as diferentes formas de sanar as deficiências nacionais apontadas por seus contemporâneos e, assim, colaborou para o esforço dos intelectuais em cumprir com o que consideravam uma "missão" - promover ações planejadas de valorização da nacionalidade e conscientizar a população brasileira de sua importância. Essa tarefa não seria concretizada apenas com palavras, tendo levado muitos intelectuais, como Teixeira de Freitas, a se empenharem na reestruturação do quadro administrativo dos serviços públicos. Esse esforço, como vimos no segundo capítulo, já era percebido, em alguns setores, antes mesmo da ascensão de Getúlio Vargas .

Neste terceiro e último capítulo temos dois objetivos principais. O primeiro é mostrar a participação ativa de Teixeira de Freitas na estruturação e institucionalização das estatísticas

brasileiras por meio da criação do INE e sua instalação, em 1936, e do IBGE, em 1938. Para isso, analisaremos fontes selecionadas em sua documentação de trabalho - correspondências, rascunhos de projetos, relatórios - para identificar as frentes de atuação e as interlocuções que culminaram na criação do IBGE e na consolidação de suas atividades durante o Estado Novo. As correspondências são fontes essenciais para o estudo dos intelectuais por fornecerem dados sobre aquilo que Jean-Françoise Sirinelli chama de as “redes de sociabilidades” que, como já frisamos, são caracterizadas pelas relações de afinidade e repulsa, coleguismo e amizade, chefia e subordinação, autoridade ou submissão travadas entre os integrantes desse grupo heterogêneo de pessoas. No caso aqui estudado, as correspondências fornecem, como mostraremos, subsídios para afirmar que Teixeira de Freitas foi mais do que o autor de um projeto de nação, mas também participante ativo da estruturação e institucionalização das estatísticas brasileiras, bem como das políticas de racionalização administrativa e planejamento estatal. No nosso entendimento, essa atuação foi, também, decisiva para a afirmação de Teixeira de Freitas no mundo público e, mais especificamente, na burocracia federal, tendo contribuído para a defesa de seu projeto nacional e sua divulgação entre políticos, técnicos e intelectuais.

Esta hipótese nos afasta de análises como a de Miceli, para quem a ação dos intelectuais durante as décadas de 1930 e 1940 teria partido da abertura de postos de trabalho a uma parcela da elite em processo de descenso social, que teria sido “cooptada” pelo governo de Getúlio Vargas. Como vimos no primeiro capítulo, Miceli identifica um cenário de expansão dos lugares de produção de discursos culturais - Universidades, órgãos públicos, editoras, revistas e jornais - ainda na Primeira República, argumentando as elites culturais possuíam, ainda assim, pouca estabilidade em suas carreiras. Após a "Revolução de 1930", com o crescimento do papel do Estado na organização da sociedade e a construção de uma rede capilarizada de órgãos burocráticos associados aos novos ministérios - Educação e Saúde Pública, Ministério da Agricultura, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930) -, parte expressiva desse grupo social procurou os postos de trabalho abertos aos "talentos". A associação entre intelectuais e Estado no Brasil dos anos 1930 e 1940, então, teria sido uma espécie de "pacto" através do qual os primeiros teriam assegurados os meios de sobrevivência e de manutenção de certo grau de influência política e social e o segundo afirmaria a sua ideologia, através de uma série de órgãos administrativos e consultivos que cumpriam função legitimadora de seu discurso. Através dessa relação, os funcionários públicos, intelectuais e

técnicos, passaram a ocupar lugar importante entre as bases de sustentação do novo regime.<sup>240</sup> Ainda que concordemos com Miceli no que se refere à expansão dos postos de trabalho a partir do crescimento da atividade intelectual e da atuação do Estado, acreditamos ser questionável a afirmação de que os novos funcionários se moviam apenas por cálculos pessoais a partir de suas trajetórias de vida. Se por um lado essa análise apresenta importantes horizontes quando chama a atenção para as estratégias adotadas pelos intelectuais frente à abertura de cargos no Estado durante as décadas de 1930 e 1940, ela acaba carregando nas tintas quando destaca o recorte classista como o eixo de sua argumentação e quando caracteriza as instituições oficiais apenas como formas de legitimação da ação e do discurso governamental.

Nos aproximamos, nesse ponto, das análises de Daniel Pécaut, para quem a ação deste grupo social nas décadas de 1930 e 1940 teria expressado a conversão destes a determinadas políticas num quadro de desilusão com a República e indignação frente ao desleixo para com a “organização da nação”. Suas ações não teriam sido somente pretextos ou estratégias de colocação social, bem como suas convicções políticas não teriam sido meramente ditadas pelas conveniências de acesso a cargos e prestígio. Ao invés da cooptação e do usufruto das benesses do Estado, homens como Teixeira de Freitas teriam manifestado uma vocação de outro tipo. Sua geração “não teria solicitado a mão promotora do Estado, mas se mostrado disposta a auxiliá-la na construção da sociedade em bases racionais. Participando das funções públicas ou não, manteve uma linguagem que é a do poder. Ela proclamou, em alto e bom som, a sua vocação para elite dirigente”.<sup>241</sup> Assim, os postos abertos na administração pública representavam diferentes lugares de fala, a partir dos quais os intelectuais poderiam divulgar seus projetos e buscar a sua realização.

Teixeira de Freitas ingressou na vida pública, como visto acima, pelas mãos de um dos principais estimuladores das estatísticas brasileiras durante a Primeira República, Bulhões de Carvalho. Sua atividade em Minas Gerais na realização do Recenseamento de 1920, do Mapa Mineiro do Centenário e na organização de uma rede de colaboradores para a apuração das estatísticas estaduais o alçou a uma posição de destaque em um período político conturbado, que resultaria no rompimento institucional da “Revolução de 30”. Com os acontecimentos políticos ele encontrou terreno sólido para apresentar suas propostas e insistir na apreciação

---

<sup>240</sup> MICELI, Sergio. *Intelectuais a Brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 195-199.

<sup>241</sup> PÉCAULT, Daniel. *Os Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática, 1990. p. 20-22.

das mesmas pelos integrantes do Governo Provisório. A partir de sua posse na Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde em 1930, Teixeira de Freitas movimentou-se por entre diversos ministérios, órgãos técnicos e associações civis, aumentando suas interlocuções com aqueles que, como ele, buscavam uma saída para os problemas nacionais dentro do Estado. O espaço criado para o debate em torno da organização estatística e administrativa brasileira levou Teixeira de Freitas a acumular funções na administração federal, especialmente depois da criação do INE (1935) e, depois, do IBGE (1938).

As noções de "espaços" e "movimento", em nossa opinião, permitem vislumbrar as múltiplas vias de acesso ao mundo público no Brasil das décadas de 1930 e 1940 e defenderemos, neste capítulo, que Teixeira de Freitas se movimentou pelos "flancos" abertos pela crítica à organização e à distribuição de funções do pacto federativo da Primeira República e a ascensão da ideia de coordenação e racionalização administrativa para a afirmação de um projeto que era, ao mesmo tempo, pessoal e nacional. As correspondências mostrarão como ele foi um enfático defensor das estatísticas como forma de analisar a sociedade brasileira com base naquilo que chamava de "sua realidade": seus caracteres mais estáticos, o território, as riquezas naturais e sua população. Veremos também que, ao defender a isenção e a exatidão das estatísticas, Teixeira de Freitas não deixou de afirmar seu próprio lugar dentro da estrutura administrativa do Estado e a legitimidade de seu projeto de "reorganização nacional".

Nossa segunda hipótese é a de que a atividade de Teixeira de Freitas na construção de um "sistema" estatístico coordenado pelo IBGE e na defesa de seu projeto de "reorganização nacional" atravessou diferentes temporalidades que suscitaram acolhidas e rejeições, afirmações e contestações entre 1930 e 1953. Nesses diferentes cenários, Teixeira de Freitas procurou, em sua incansável atividade, consolidar um lugar de fala autorizado para fazer frente aos discursos concorrentes dentro da burocracia estatal e aos diferentes projetos nacionais em debate entre as décadas de 1930 e 1950. Esta hipótese já foi parcialmente explorada no capítulo anterior a partir da identificação de mudanças no tom de sua narrativa nos artigos e demais publicações. No entanto, como frisamos, essa produção textual não aconteceu no vazio, mas ao longo de diferentes processos - políticos, sociais e específicos do saber estatístico - que não só abriram horizontes, como também apresentaram limites, mudanças de rumo. Assim, mesmo que suas propostas tenham sido pouco modificadas ao

longo do tempo, acreditamos que a "sobrevivência" delas em meio a tantas turbulências fez com que elas ocupassem diferentes posições no debate nacional, sendo melhor ou pior acolhidas por seus interlocutores. Defenderemos a possibilidade de se realizar três recortes temporais no período aqui analisado (1930-53): O primeiro entre os anos de 1930 e 1937, o segundo entre 1938 e 1945 e o terceiro entre 1946 e 1953.

Com relação ao primeiro período, veremos que, durante o Governo Provisório e a vigência da Constituição de 1934, Teixeira de Freitas integrou o corpo técnico do Ministério da Educação e Saúde Pública, no qual ingressou logo no final de 1930, em pleno processo de instalação do Governo Provisório. Sua atividade no MES foi marcada pela ampliação de seus contatos intelectuais e políticos, a partir dos quais ele procurou defender a criação do sistema estatístico nacional, a redivisão territorial do Brasil, a mudança da Capital Federal e o povoamento do interior. Seu trânsito entre ministros, técnicos e intelectuais foi acompanhado pela apresentação de suas propostas, que deram fruto ao INE, criado em 1935 e presidido pelo diplomata paulista e Ministro das Relações Exteriores José Carlos Macedo de Soares. Teixeira de Freitas coordenou os debates que deram origem à Convenção Nacional de Estatística, aprovada pelo Decreto nº 1.022, de 11 de agosto de 1936, da qual resultou a criação do Conselho Nacional de Estatística pelo Decreto nº 1.200, de 17 de novembro de 1936.<sup>242</sup> A configuração do INE e do CNE colocavam em contato diferentes diretorias estatísticas, acarretando em discussões associadas a conflitos de competência. Essas disputas em busca do “crédito justo” pelas atividades realizadas mostram como a interação entre as instâncias de produção estatística que passaram a integrar o novo “sistema” foi marcada por divergências e entraves que prejudicaram a concretização dos planos traçados por Teixeira de Freitas. Frente a tais dificuldades, sua atuação se pautou pela defesa dos poderes discricionários da Revolução, na crítica à morosidade do regime constitucional e na afirmação de sua abnegação e imparcialidade decorrentes do exercício do saber estatístico.

O segundo período, entre 1937 e 1945, compreende os anos de vigência do Estado Novo no Brasil e de instalação do IBGE, fundado poucos meses após o decreto que instaurou o redime ditatorial de Getúlio Vargas. Os dois eventos contribuíram para a projeção das atividades estatísticas dentro da administração estatal e, com isso, facilitaram os trânsitos de Teixeira de Freitas em diversas instâncias burocráticas - conselhos, institutos, diretorias - nas

---

<sup>242</sup> SENRA, Nelson de Castro. (org.). História das Estatísticas Brasileiras, Vol III - Estatísticas Organizadas (1937-1972). Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008, p.190-204.

três esferas federativas. Com a fundação do IBGE, órgão originado do INE e presidido por José Carlos Macedo de Soares, Teixeira de Freitas se tornou Secretário-Geral da instituição e a defesa de seu projeto nacional ganhou fôlego. Sua produção textual aumentou significativamente após a criação do IBGE, motivada pelo surgimento dos periódicos e estudos publicados regularmente pela instituição. Seus artigos na Revista Brasileira de Estatística, periódico trimestral do Conselho Nacional de Estatística fundado em 1940, passaram a ser o principal meio de veiculação de suas ideias (e de muitos de seus discursos e conferências realizadas entre 1932 e 1939) no debate público sobre as políticas territoriais e administrativas brasileiras. Durante esse período é possível observar a construção de uma extensa rede de contatos pessoais que apresentava diversas nuances. Formadas por delegados estatísticos estaduais e municipais, membros da Comissão Censitária, intelectuais e políticos, baseada na proximidade técnica, no trabalho colaborativo, em indicações para cargos e posições, em eventos, cursos e festividades que contribuíram para a formação de um *ethos* ibegeano, estas redes apresentavam dinâmicas próprias, se aproximando e repelindo, com concordâncias, críticas, relutâncias, intrigas, boatos e declarações públicas.

A partir de 1945, com a queda de Getúlio Vargas, as condições de trabalho no IBGE passaram por mudanças, levando a atrasos ainda maiores na apuração e divulgação dos resultados de suas pesquisas. As atividades de Teixeira de Freitas no IBGE diminuíram a partir de 1946, culminando no seu pedido de afastamento da instituição em 1947. Ainda secretário-geral do Conselho Nacional de Estatística, ele continuou a se dedicar às atividades no Ministério da Educação e Saúde e apoiou iniciativas como a Associação Brasileira dos Municípios e a Sociedade Brasileira de Estatística. No início da década de 1950, com a saída de Macedo de Soares da presidência do IBGE, o “sistema” foi alvo de críticas que levaram a uma grande crise, cujo resultado foi o seu afastamento em definitivo dos serviços estatísticos e sua aposentadoria. Na última seção, nos concentraremos na análise da chamada “grande crise do IBGE de 1952”, que contou com críticas vindas dos militares e intensa contra-argumentação de Teixeira de Freitas, suscitando adesões e críticas publicadas na imprensa e grande número de correspondências trocadas.

Estes diferentes momentos, como veremos, marcaram a experiência de Teixeira de Freitas na construção do sistema estatístico brasileiro e na defesa de seu projeto de "reorganização nacional". Sua atividade na administração federal se deu em um período de tempo que abarcou a ascensão e contestação do pensamento autoritário e das concepções

estatísticas “orgânicas”, ligadas à intervenção do Estado na organização social do país. Em nossa opinião, Teixeira de Freitas “construiu” um lugar de intervenção e uma forma de articular o sistema estatístico que entrou em crise a partir da queda de Getúlio Vargas. Idealizado como um órgão de amplo alcance e intervenção em todas as esferas de governo, o INE, depois IBGE, se pretendia um órgão de visão panorâmica sobre a sociedade e de planejamento estatal, concepções que foram questionadas a partir de 1945.

A partir da documentação de trabalho de Teixeira de Freitas analisaremos o processo de construção de sua figura pública, da afirmação de valores associados ao seu trabalho, em suma, aquilo que Ângela de Castro Gomes chama de "escrita de si" e que remete à afirmação de uma auto-imagem e de uma memória sobre si por figuras como Teixeira de Freitas, que transitaram nos círculos burocráticos, políticos, técnicos e científicos. Esses espaços de sociabilidade eram diferentes e confluentes em muitos pontos e as formas de auto-representação, o ato de "dar-se a ver" teve papel importante em sua afirmação dentro da estrutura administrativa federal. Os termos nos quais descrevia a si mesmo ou as atividades que realizava apontam para valores como abnegação, ofuscamento da personalidade perante dados considerados objetivos, desprendimento com relação às honrarias e bajulações. Tal descrição contrasta com uma intensa participação institucional e em instâncias deliberativas, bem como pelo trânsito entre intelectuais, militares, políticos e outras autoridades. A participação nesse círculo de relações requeria a observância de uma série de protocolos que se expressavam, não somente mas de forma nítida, na forma como Teixeira de Freitas interpelava seus interlocutores, ressaltando ora a reverência, ora a admiração intelectual, ora a amizade, ora a autoridade. As correspondências e, principalmente, as intervenções em jornais permitiram observar com nitidez que Teixeira de Freitas foi uma espécie de “homem-instituição”<sup>243</sup>, que carregou o nome de instituições como a Associação Brasileira de Educação, o Conselho Nacional de Estatística e o IBGE, colhendo os frutos que advinham dessas vinculações. Como vimos anteriormente, a estruturação desses órgãos, que Teixeira de Freitas chamava de "sistemas", era considerada por ele uma parte importante de sua "obra". É sobre essa segunda parte de sua "obra" que nos dedicaremos a partir de agora. Os recortes de jornais, analisados em conjunto com os artigos em que Teixeira de Freitas defendeu as estatísticas nacionais, o CNE e o IBGE, nos permitirão identificar esta característica. Veremos

---

<sup>243</sup> ARAÚJO, Valdei; GUIMARÃES, Maria Lúcia Paschoal. O sistema intelectual brasileiro na correspondência passiva de John Casper Banner. In.: GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). Escrita de si, escrita da História. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 101-102.

a seguir que sua longa e insistente defesa foi, ao mesmo tempo, a de uma forma de “interpretar” o Brasil e a de um lugar de fala no debate público que mobilizava relações de submissão e tutela, de amizade, cordialidade e intriga.

### **3.1. - De "solicitante" a "solicitado": o Convênio Interadministrativo de Estatísticas Educacionais e Conexas, a criação do INE e do IBGE.**

O início da trajetória de Teixeira de Freitas nos serviços estatísticos federais ocorreu, como vimos no capítulo anterior, a partir da elaboração de suas “33 Teses Estatísticas” que, não apresentadas a público devido aos acontecimentos da Revolução de 30, foram divulgadas entre estatísticos e políticos. Nomeado em 1931 para a chefia da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública por intermédio de Francisco Campos, Teixeira de Freitas deu início à organização dos serviços estatísticos educacionais. A tarefa de articular as instâncias estaduais e municipais responsáveis pela apuração dos dados referentes ao ensino primário, secundário e superior foi apoiada pelo ministro Francisco Campos, que avalizou a iniciativa de Teixeira de Freitas e enviou ao Presidente Getúlio Vargas a solicitação de que ele interviesse junto aos interventores estaduais pedindo a apuração dos dados educacionais de suas jurisdições. O atendimento do pedido presidencial por grande parte dos serviços estaduais de estatística levou a apuração dos dados educacionais referentes ao período 1925-1930, publicados pelo Ministério da Educação e Saúde no ano de 1931. Nesse mesmo ano o MES concretizou, com participação decisiva de Teixeira de Freitas, o Convênio Interadministrativo das Estatísticas Educacionais e Conexas, primeira experiência prática de suas propostas.

O Convênio foi resultado de um encontro realizado no Rio de Janeiro em 20 de dezembro de 1931 como encerramento da IV Conferência Nacional de Educação, presidida pelo então Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, e que contou com a participação do Governo Provisório, representado por Mário Augusto Teixeira de Freitas, e de delegados de todos os estados da Federação, do Distrito Federal e do então Território do Acre. O Convênio tinha como objetivo o saneamento graves empecilhos ao planejamento das ações nessa área pelos governos: a falta de uniformidade dos dados obtidos de municípios e

governos estaduais, assim como a incompletude dos mesmos, visto que a vastidão territorial brasileira tornava a coleta extremamente difícil e deficitária. Em seus 27 artigos, o Convênio dispunha sobre a adesão voluntária dos entes federativos a uma série de normas de organização, apuração e transmissão dos dados estatísticos sobre os órgãos educacionais ao governo federal, que ficaria responsável pela consolidação dos resultados. Municípios e estados seriam os responsáveis pela coleta das informações sobre o ensino Pré-Primário e Primário, enquanto a União se dedicaria à apuração dos dados referentes ao ensino geral (exceto Pré-Primário e Primário), ensino profissional e superior nas esferas pública e privada. Segundo Natália de Lacerda Gil, o Convênio foi responsável pela adoção de procedimentos e categorias que organizaram as informações de forma a prover um quadro sobre a abrangência dos serviços educacionais, suas finalidades e seus promotores em todo o território nacional.

"O Convênio estabelecia que as coletas focalizassem três aspectos de interesse: 1) a organização administrativa do sistema educacional; 2) o efetivo dos estabelecimentos de ensino e o respectivo aparelhamento; 3) o movimento didático. Definia, em seguida, detalhadamente, os itens que deveriam ser pesquisados para cada um desses títulos. A elaboração e a publicação das estatísticas educacionais deveriam seguir a classificação do ensino a ser estabelecida pela Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação. Da taxionomia básica assumida - que correspondia à divisão do ensino em "comum, supletivo e emendativo" e, ainda, em "geral, semi-especializado e especializado - decorriam diversas ramificações no intuito de permitir uma melhor descrição da situação do ensino no país como, por exemplo, a especificação das categorias sobre a dependência administrativa (federal, estadual, municipal ou particular), o destino do ensino (civil ou militar), a localização das escolas (urbanas, distritais ou rurais), etc."<sup>244</sup>

Com isso, pretendia-se apurar o conjunto das leis existentes a respeito da organização educacional, as políticas de apuração de informações nessa área, as condições materiais, organizacionais e salariais dos diferentes tipos de escolas espalhados pelo território, o movimento de matrículas, da progressão dos alunos, da evasão e conclusão de cursos nos diversos níveis. O texto do Convênio reconhece, em sua cláusula quinta, a impossibilidade de aplicação imediata de suas disposições e por isso, além de definir os critérios de classificação das instâncias de ensino adotados na coleta de informações e a divisão das atribuições dos entes federados e da União, estabelece a obrigatoriedade da atualização do cadastro das instituições de ensino nos órgãos oficiais competentes, visto que a criação e o fechamento de escolas eram praticamente desconhecidos devido à vastidão do território nacional.<sup>245</sup>

---

<sup>244</sup> GIL, Natália de Lacerda. "O Convênio, as Estatísticas Escolares e o Discurso Político Educacional. In.: SENRA, Nelson de Castro (org.). Organizando a Coordenação Nacional: Estatística, educação e ação pública na Era Vargas. Rio de Janeiro: IBGE, 2014, p. 242-3.

<sup>245</sup> DECRETO Nº 20.826, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1931. Aprova e ratifica o Convênio entre a União e as unidades políticas da Federação para o Desenvolvimento e uniformização das estatísticas educacionais e

Segundo Marcos Rangel de Lima, a defesa de reformas educacionais e da promoção de políticas de regularização das informações sobre os estabelecimentos de ensino ganhou força na década de 1920, capitaneada pela Associação Brasileira de Educação, fundada em 1924 e responsável pela promoção dos debates que levaram a reformas educacionais como a de 1925, que modificou o ensino secundário e superior, e pela criação do Ministério da Educação e Saúde.<sup>246</sup> Além da ABE, a Diretoria Geral Estatística foi responsável, como vimos no segundo capítulo, pela primeira experiência de estruturação da elaboração das estatísticas educacionais para a concretização do Recenseamento de 1920. O Convênio Interadministrativo das Estatísticas Educacionais, serviria, assim, como forma de dar prosseguimento a estas duas iniciativas, mas incluiu uma série de disposições que, associadas ao ensino, apontavam para uma ação mais ampla de apuração de informações, ligada ao movimento cultural do país. Este direcionamento foi formalizado na cláusula décima quinta, que estabelecia a cooperação entre o Governo Provisório, representado pela Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do MES, e as demais partes signatárias do Convênio para a elaboração de estatísticas referentes a estabelecimentos científicos, museus, bibliotecas, arquivos, monumentos históricos e artísticos, publicações, concertos, apresentações teatrais, exposições e conferências, cinema e rádio, associações literárias, missões e invenções científicas.<sup>247</sup> Tais disposições se alinhavam com os objetivos do MES de realizar uma política integrada que incluísse tanto a área educacional como as diversas instâncias produtoras de discursos culturais sobre a nação.

As disposições contidas nas 27 cláusulas do Convênio, confrontadas com as disposições referentes à organização das estatísticas mineiras e as 33 Teses Estatísticas apresentadas nos capítulos anteriores permitem, em nossa opinião, afirmar que Teixeira de Freitas pretendeu implantar seu regime de cooperação à área educacional, adotando a grande maioria de suas disposições, como as que se referiam às políticas de publicações, à franquia postal e telegráfica, à cessão de serventúrios dos órgãos dos entes federados para os

---

conexas. In.: SENRA, Nelson de Castro (org.). Organizando a Coordenação Nacional: Estatística, educação e ação pública na Era Vargas. Rio de Janeiro: IBGE, 2014, p. 392.

<sup>246</sup> LIMA, Marcos Rangel de. O Convênio Estatístico no contexto da produção estatística anterior e dos debates educacionais em torno da IV Conferência Nacional de Educação. In.: SENRA, Nelson de Castro. (org.) Organizando a Coordenação Nacional: Estatística, educação e ação pública na Era Vargas. Rio de Janeiro: IBGE, 2014, p.

<sup>247</sup> DECRETO Nº 20.826, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1931. Aprova e ratifica o Convênio entre a União e as unidades políticas da Federação para o Desenvolvimento e uniformização das estatísticas educacionais e conexas. In.: SENRA, Nelson de Castro (org.). Organizando a Coordenação Nacional: Estatística, educação e ação pública na Era Vargas. Rio de Janeiro: IBGE, 2014, p. 397

inquéritos e a edição de decretos que garantissem aos órgãos estatísticos locais instalações, recursos e pessoal para suas atividades. A participação dos delegados estaduais, do Distrito Federal e do Território do Acre foi caracterizada como um "pacto de cooperação" voluntária mas, é preciso observar, influenciada pelo clima político do início do Governo Provisório, marcado pela adoção de medidas centralizadoras e pela rearticulação das forças políticas estaduais frente à ascensão de Getúlio Vargas.

Como observa Dulce Pandolfi, os anos iniciais do Governo Provisório foram marcados por intensas disputas devido à heterogeneidade da coligação que deu origem à Aliança Liberal. Formada por setores dissidentes das oligarquias regionais, críticos da República Liberal e militares, o movimento que levou à ascensão de Getúlio Vargas foi articulado pelo grupo formado por tenentes como Juarez Távora, Siqueira Campos, Miguel Costa, João Alberto e Cordeiro de Farias e pelos chamados "tenentes civis", especialmente os gaúchos Oswaldo Aranha e João Neves de Fontoura, o pernambucano Pedro Ernesto e os mineiros Virgílio de Mello Franco e Francisco Campos. Os embates se deram tão logo o movimento foi vitorioso, e incluiu diversos temas: a duração do Governo Provisório, a atuação do poder central frente aos estados, o aproveitamento e a utilização dos recursos existentes nos estados pelas políticas nacionais.<sup>248</sup> No mesmo sentido, Ângela de Castro Gomes argumenta que a heterogeneidade da coligação que deu origem ao governo de Getúlio Vargas fez emergir tensões que já eram percebidas durante a década de 1930 e que, com a vitória da Aliança Liberal, ganharam o primeiro plano do debate político.

"ultrapassada a fase da tomada do poder e instalado o Governo Provisório, esta composição começa a diluir-se em um processo cada vez mais nítido de disputa pela direção política do país, quer a nível federal, quer estadual. Este processo de luta está presente tanto no debate ideológico - e, portanto, no campo intelectual da época - quanto na esfera da prática política, ou seja, nas contínuas tentativas de arranjos e de conspirações que dominam o período. A conjuntura de crise do pós-30 acentua e clarifica uma situação de indeterminação política, dinamizando a riqueza e complexidade dos debates e dos encaminhamentos que o processo político experimenta."<sup>249</sup>

Tendo em vista este panorama, é possível imaginar que o principal desafio para o sucesso do Convênio seria a negociação da adesão dos entes federados ao pacto de cooperação, especialmente no contexto de instalação do Governo Provisório e das intensas

---

<sup>248</sup> PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.) O Brasil Republicano - Vol.II: O tempo do Nacional-Estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 6a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 16-18.

<sup>249</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro [et. ali.] (orgs.). Regionalismo e Centralização Política: partidos e Constituinte nos Anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 26-7.

disputas por espaços abertos com a ruptura institucional do movimento de Outubro. No entanto, o que ocorreu foi que o sucesso observado com a participação de delegados de todos os estados e territórios brasileiros na IV Conferência Nacional de Educação e a assinatura do Convênio, conseguida por intermédio do chefe do Governo Provisório e do Ministro Francisco Campos, não foi acompanhado de investimentos oficiais na implantação de um serviço central de estatísticas educacionais. A composição de um quadro de representantes estaduais, obtido com a assinatura do Convênio, passou a contrastar com a falta de pessoal para a realização das atividades na Capital Federal, especialmente após a saída de Campos do MES, em novembro de 1932, que foi acompanhada da diminuição da atenção dada pelo chefe da pasta governamental às atividades de Teixeira de Freitas. Assim, passou a recorrer a representantes de instituições de ensino, como a Universidade do Brasil, para tentar montar um quadro de "notáveis" que pudesse impulsionar a ação do Governo Provisório diante da tarefa de elaboração das estatísticas educacionais. Um dos procurados foi o então reitor da Universidade do Brasil, Fernando Magalhães, a quem Teixeira de Freitas se dirigiu como um humilde solicitante, um abnegado chefe de repartição pública a serviço de uma causa maior, a educação brasileira. Para isso, afirmava necessitar do apoio e prestígio de instituições e figuras de renome, como afirmava ser o então reitor, para sensibilizar o Ministério da centralidade das atividades em questão:

"O que eu desejo é apoiar a minha proposta ao ministro em resultados práticos. E estes, queria consegui-los graças a uma iniciativa da Reitoria da universidade, porque, então, poderia eu propor, firmado no prestígio da autoridade de V. Excia., fosse tal iniciativa generalizada a todo o ministério, daí decorrendo a colaboração efetiva, como a imagino, de todos os departamentos ministeriais com a minha diretorial."<sup>250</sup>

Segundo a proposta de Teixeira de Freitas, o Convênio teria como resultado a composição de um corpo de profissionais formado especificamente por técnicos estatísticos, que ficaram responsáveis pela elaboração de projetos para a melhoria das políticas de produção de informações sobre o ensino brasileiro. Além de advogar em favor de sua experiência como Delegado Regional da DGE no Recenseamento de 1920, Teixeira de Freitas, ciente de sua posição entre os técnicos e burocratas dedicados aos assuntos educacionais, investiu na obtenção de filiações dotadas de legitimidade entre os pares para impulsionar seu projeto. Sua aproximação com a Associação Brasileira de Educação, por

---

<sup>250</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a Fernando Magalhães, sem data [1932]. *In.*: SENRA, Nelson de Castro. (org.) Teixeira de Freitas: Correspondência de um homem singular e plural. CD-ROM. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (Diálogos com Estadistas, carta01.pdf).

intermédio de educadores como Anísio Teixeira e Lourenço Filho, então chefe de Gabinete do Ministério da Educação e Saúde, seguiu a trilha exposta na correspondência a Fernando de Magalhães. É possível entrever, na missiva de Teixeira de Freitas, a mobilização da humildade e da reverência como forma de angariar apoios a seu projeto de organização administrativa, que previa a separação entre as instâncias técnicas e administrativas como forma de não "contaminar" o ambiente científico com tarefas burocráticas que acabariam por tomar o primeiro plano das atividades do novo órgão criado pelo Convênio. Ao mesmo tempo, seguindo as diretrizes já traçadas nas "33 Teses Estatísticas", este órgão central de elaboração de políticas de estatística educacional deveria ter "liberdade de movimento" e autonomia para confrontar os poderes estaduais e locais que se opusessem à coordenação nacional.

Esta posição de Teixeira de Freitas também foi motivo de desavenças, tendo suscitado reações de educadores e estatísticos. Dentre estes, é possível destacar a figura de Gustavo Lessa, médico sanitário integrante da Associação Brasileira de Educação e ativo participante dos debates educacionais nas décadas de 1930 e 1940. Em correspondência não encontrada, possivelmente datada de meados de novembro de 1932, Gustavo Lessa enviou a Teixeira de Freitas um livro de sua autoria intitulado "O Governo e a Educação" e uma série de críticas às propostas aprovadas no Convênio de 1931. Ainda que não tenha sido possível consultar essa correspondência, a resposta de Teixeira de Freitas a Lessa permite afirmar que as deste último críticas centravam fogo na valorização dos estatísticos em detrimento dos técnicos em educação e a separação entre as instâncias técnicas e administrativas previstas na Convenção. Em uma época em que os campos de atuação tanto de educadores quanto de estatísticos estavam ainda em processo de consolidação, tais disputas ganham contornos específicos e apontam para a busca de espaços de intervenção para a aquisição tanto de legitimidade como de *expertise* técnica capaz de garantir maior autonomia dessas áreas do saber no Brasil. Este ponto será explorado de forma mais aprofundada mais a frente, quando analisaremos a defesa de Teixeira de Freitas do papel dos estatísticos no planejamento das políticas públicas em amplos setores de atuação, dentro do panorama de afirmação de seu projeto de "reorganização nacional".

Dentro do que nos interessa neste ponto, na réplica a Gustavo Lessa, Teixeira de Freitas argumentou que a divisão entre as tarefas técnicas e administrativas eram importantes por promover maior "facilidade de utilizar diretamente a autoridade do Ministro" e que o foco

nas estatísticas seria plenamente justificável pelo fato de que, entre os promotores do Convênio se encontravam justamente estatísticos, e não educadores. É possível perceber, aqui, a existência de embates envolvendo educadores, que se consideravam responsáveis pela elaboração das políticas na área, inclusive as estatísticas, e estatísticos como Teixeira de Freitas que, no trabalho de estruturação de um sistema estatístico de abrangência nacional, enveredaram-se pelos assuntos educacionais, adquirindo expertise a partir da prática estatística. Sua atividade em Minas Gerais na década de 1920, como vimos, o aproximou de expoentes da renovação educacional observada no Brasil a partir de meados dessa década denominado "Escola Nova" a partir das reformas educacionais implementadas por Francisco Campos no estado em 1925. No Ministério da Educação e Saúde, quando este foi comandado pelo mesmo Francisco Campos, seu leque de possibilidades de intervenção nas políticas públicas apresentava nítida ampliação, que foi contestada por outros integrantes do campo educacional.

Na opinião de Gustavo Lessa, as medidas resultantes do Convênio teriam um impacto negativo na educação brasileira, uma vez que os inquéritos seriam estruturados a partir do interesse dos estatísticos e não dos educadores. Ao mesmo tempo, Lessa argumenta a respeito da perda de autonomia do corpo técnico resultante do afastamento das tarefas burocráticas, como em correspondência datada de 22 de dezembro de 1932:

"A minha franqueza não será estranhada, porque os homens leais como o Sr a estimam. Se entendi bem o seu plano, julgo-o uma fonte de resultados funestos para os serviços públicos. Separar em repartições diferentes a parte administrativa da parte técnica de um mesmo serviço redundaria em peiar as mãos e os pés dos técnicos. O expediente administrativo, burocrático, é uma concomitante lógica de todo serviço, desde o de um gerente em uma fábrica, de um empreiteiro numa estrada de ferro, até o fazer de um Oswaldo Cruz numa campanha contra a febre amarela. Fazer o expediente longe dos técnicos é uma ideia, pois absurda, que não encontraria apoio em nenhum dos especialistas em ciência da administração existentes no mundo. Faça o Sr. uma consulta e verá.

Quanto à sugestão que fiz no folheto "O Governo e a Educação" de ser incorporada a Diretoria de Estatística do Ministério da Educação, a sua carta retruca que os Srs. não são técnicos em educação. Mais uma razão, Dr. Teixeira de Freitas, para que façam as suas estatísticas sobre o ensino junto aos técnicos respectivos (quando lá os houver), e não a quilômetros de distância."<sup>251</sup>

Em resposta a Gustavo Lessa datada de 26 de dezembro do mesmo ano, Teixeira de Freitas contra-argumentou alegando que a forma de organização mais adequada às condições

---

<sup>251</sup> Correspondência de Gustavo Lessa a Teixeira de Freitas, 22 de dezembro de 1932. *In.*: SENRA, Nelson de Castro. (org.) Teixeira de Freitas: Correspondência de um homem singular e plural. CD-ROM. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (Diálogo com Estadistas, carta04.pdf)

brasileiras não deveriam se espelhar em ações pautadas em condições outras, de outros países. E, mesmo se isso ocorresse, seria possível identificar experiências similares em países como os Estados Unidos, onde, segundo ele, havia uma separação entre as instâncias técnicas e burocráticas. Aprofundando a sustentação de seu argumento, ele apontou o exemplo experiências anteriores, como a do Departamento Nacional de Ensino, idealizado pelos educadores Anísio Teixeira e Assis Ribeiro e malograda devido a imbróglis administrativos acarretados pelas questões burocráticas. Somente dessa maneira o novo órgão "controlaria e orientaria, harmonizando a experiência dos outros povos e os conselhos dos doutrinadores com as condições do meio nacional, todas as nossas iniciativas e práticas que visassem fins educacionais."<sup>252</sup> O tom da troca de correspondências entre Teixeira de Freitas e Lessa, ainda que apresente formalidade no tratamento, não deixa dúvidas quanto a certa animosidade entre os correspondentes. Teixeira de Freitas convida reiteradamente Lessa a travar uma conversa pessoal nas dependências do Serviço de Estatística, Divulgação e Propaganda do MES, recebendo negativas como resposta. Na correspondência de 22 de dezembro de 1932, cujo trecho apresentamos acima, Lessa apresenta sua contrariedade de forma bastante clara ao afirmar que "entre nós as discussões por escrito são mais profícuas do que em conversa, por isso preferi lhe enviar esta. Em todo o caso, se o Sr. julgar indispensável, aí aparecerei".<sup>253</sup> Teixeira de Freitas não deixa por menos ao contestar seu interlocutor, reiterando o convite para uma conversa pessoal que pusesse fim às divergências entre os dois.

"se quiser conhecer melhor, meu caro Dr. Lessa, o meu pensamento, venha ler aqui comigo o texto em que traduzo em forma articulada. o Sr. É muito difícil de convencer. Suponho, ainda assim, que o meu trabalho lhe causará impressão, tal a sua concordância com os imperativos do momento brasileiro."<sup>254</sup>

As correspondências consultadas sugerem que, para além da discussão de suas propostas com seus pares - estatísticos e educadores em busca de afirmação de suas atividades no cenário de ampliação das políticas públicas nessas áreas - Teixeira de Freitas, ao ingressar no Ministério da Educação, fez valer sua experiência em Minas Gerais na década de 1920 para argumentar em favor de sua proposta de racionalização administrativa apresentada nas

---

<sup>252</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a Gustavo Lessa 26 de dezembro de 1932. *In.*: SENRA, Nelson de Castro. (org.) Teixeira de Freitas: Correspondência de um homem singular e plural. CD-ROM. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (Diálogo com Estadistas, carta005.pdf)

<sup>253</sup> Correspondência de Gustavo Lessa a Teixeira de Freitas, 22 de dezembro de 1932. *In.*: SENRA, Nelson de Castro. (org.) Teixeira de Freitas: Correspondência de um homem singular e plural. CD-ROM. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (Diálogo com Estadistas, carta04.pdf)

<sup>254</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a Gustavo Lessa 26 de dezembro de 1932. *In.*: SENRA, Nelson de Castro. (org.) Teixeira de Freitas: Correspondência de um homem singular e plural. CD-ROM. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (Diálogo com Estadistas, carta005.pdf)

“Teses Estatísticas” e esboçada no Convênio Interadministrativo de Estatísticas Educacionais e Conexas. A proximidade com Francisco Campos, não somente enquanto este foi Ministro da Educação e Saúde, foi traço marcante nos primeiros anos de sua atividade nos serviços estatísticos. Desde o início de sua colaboração no ministério pleiteou a criação de um Instituto que centralizasse os serviços estatísticos brasileiros, proposta que ganhou fôlego com a proposta de edição de uma "Lei Estatística" que regularizasse os serviços estaduais nesta área. A atividade de argumentação em prol dessa proposta de regularização das estatísticas brasileiras por meio da criação de uma instituição central e coordenadora pode ser observada em correspondência de dezembro de 1931:

Prezado Ministro,

Gostaria de pedir a permissão de V. Excia para apresentar-lhe um projeto sobre o qual venho meditando há muitos anos, e que julgo ser conveniente neste momento em que o Brasil dá mostras de que quer finalmente concretizar a sua definitiva organização. Estas ideias, fruto do mais abnegado sentimento de patriotismo, me acossa desde que trabalhei na organização do Recenseamento Geral de 1920 como Delegado em Minas Gerais, como é de vosso conhecimento. Trata-se do projeto de criação de um Instituto que tome as rédeas das estatísticas nacionais, pondo por terra esta confusão que impera entre os órgãos responsáveis pelas nossas principais informações. Como verá, não há dificuldade em levá-lo a efeito, vide o trabalho de racionalização que empreendemos em nosso próprio ministério. Exemplos não nos faltam em países como México, Estados Unidos e Chile, para que tomemos desde já para nós esta tarefa que se impõe à Nação para e conheçamos a nós mesmos definitivamente.<sup>255</sup>

A realização da IV Conferência Nacional de Educação e a formalização de suas propostas com o Convênio de 1931, bem como os desdobramentos de sua aplicação foram determinantes para a afirmação de Teixeira de Freitas entre os articuladores das políticas públicas no início do Governo Provisório. Essa visibilidade junto a Ministros se estendeu a outras instâncias - imprensa, instituições científicas e associações civis -, o que nos permite afirmar que sua movimentação, neste primeiro momento de sua contribuição junto ao MES, buscou a chancela de atores importantes no campo intelectual brasileiro do início dos anos 1930. Foi neste momento de visibilidade que Teixeira de Freitas realizou a conferência "O reajustamento territorial do quadro político do Brasil" no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A conferência, analisada no capítulo anterior dentro dos objetivos de identificação das linhas-mestras do projeto nacional de Teixeira de Freitas, pode ser, aqui analisada de outra forma, tendo em vista seu aspecto "cerimonial". A apresentação de Teixeira de Freitas

---

<sup>255</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a José Carlos Macedo de Soares, 15 de dezembro de 1931. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência:BR AN RIO 0 IBGE COR1 VOL 2, p. 21-22.

em um círculo de eruditos e estudiosos dos aspectos históricos e geográficos do Brasil legitimado por sua longa trajetória, que remontava à primeira metade do século XIX, pode ser encarada como uma busca pela ocupação de espaços de interlocução dotados de potência de ressonância suficiente para alçar seu projeto de reorganização nacional, de forma completa, à agenda política do Governo Provisório. Nesse sentido, aqui nos interessa analisar a forma como Teixeira de Freitas foi apresentado por seu "padrinho", Afonso Celso, seu antigo professor na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. A saudação de Afonso Celso a Teixeira de Freitas foi publicada no volume 166 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de 1932:

"Para assinalar o valor do conferencista, bastava lembrar que em tudo digno portador de um dos nomes mais eminentes do patriciado intelectual do Brasil, nome glorificado no bronze de uma estátua, e que tem outros ilustres continuadores, como o General Augusto Limpo Teixeira de Freitas. Tendo feito o curso de estudos superiores com excepcional realce, o dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas especializou-se em matérias econômicas, financeiras, administrativas e estatísticas, nas quais é hoje verdadeira autoridade.

Prestou relevantíssimos serviços ao estado de Minas Gerais e os continua prestando à União no Ministério da Educação e Saúde Pública.

O assunto de que tratará é de notável importância e oportunidade: uma redivisão territorial do Brasil, que ainda conserva a feita por D. João III, há quatrocentos anos, quase com a simples alteração de se haverem criado as províncias do Amazonas e do Paraná e de se ter adquirido o Território do Acre.

Para não prostrar a audição da voz erudita e patriótica do dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, dá-lhe a palavra, agradecendo-lhe antes o ter trazido ao Instituto um dos frutos da sua capacidade e labor. (Palmas)"<sup>256</sup>

A apresentação do antigo aluno feita por Afonso Celso permite observar alguns dos elementos mobilizados por Teixeira de Freitas, enquanto "solicitante" de atenção ao seu projeto de reforma administrativa e reorganização nacional, para ingressar em importantes instâncias produtoras de discursos sobre a nacionalidade no início da década de 1930 no Brasil. A apresentação da conferência no IHGB em 28 de outubro de 1932, em pleno desenrolar da Revolução Constitucionalista de 1932, foi investida de grande sentido de urgência e procurou argumentar pela conveniência do "momento nacional" para uma ação de reordenamento profundo da ordem político-territorial brasileira, tendo em vista o contexto de agitações políticas decorrentes de divergências regionais frente ao projeto centralizados do Governo Provisório. Em primeiro lugar, destacamos o recurso aos laços familiares do conferencista, uma forma de traçar uma espécie de "linhagem" de expoentes nacionais e advogar sua integração a uma tradição de pensamento caracterizada pela valorização da nacionalidade. Somente após tais considerações Afonso Celso adentra o terreno da especialização de Teixeira de Freitas dentro da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e

---

<sup>256</sup> Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. 166, N° 2. Rio de Janeiro, 1935, p. 764-5.

sua experiência mineira, novamente lembrada para legitimar sua fala na tribuna do Instituto. Com isto queremos apontar para a mistura de fatores envolvidos na aquisição de distinção e visibilidade no âmbito das instituições produtoras de discursos sobre a nacionalidade no Brasil dos anos 1930 e que foram recuperados por Teixeira de Freitas para buscar maior espaço dentro da estrutura estatal.

Os resultados não tardaram a aparecer. O sucesso no estabelecimento do Convênio Interadministrativo e a visibilidade alcançada com a ressonância da conferência no IHGB, além dos diversos contatos travados a partir das atividades de instalação da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do MES, levaram Teixeira de Freitas a estreitar contatos com Juarez Távora, militar diretamente envolvido na instalação do Governo Provisório e que, em 1933, ocupava o Ministério da Agricultura. A proposta de redivisão territorial, ocupação do interior, valorização do município e adoção do ensino rural apresentada por Teixeira de Freitas no IHGB gerou rica discussão envolvendo técnicos e militares, entre os quais teve destaque, nesse momento, justamente Juarez Távora, autor ele mesmo de um projeto de redivisão política do país. Em correspondência de dezembro de 1932 Teixeira de Freitas acusa o recebimento de considerações a respeito do plano de redivisão territorial por parte do ministro:

É imensa a minha satisfação por sabê-lo partidário da redivisão. E a discordância em que o Senhor está do meu ponto de vista, talvez desapareça depois que melhor examinar à luz dos esclarecimentos e ponderações que vou expender, pois que o sistema que ideei, com fundamento no plano Segadas Viana, tem condições para satisfazê-lo cabalmente. E para que melhor acompanhe a minha argumentação, tenho o prazer de oferecer-lhe um texto mais legível, do meu trabalho, onde mais facilmente reexaminará o desenvolvimento de certos aspectos da questão. Queira armar-se de um pouco de paciência – é o Brasil quem lh'o pede – e permita que aborde, sem preocupação de brevidade, os pontos que a sua carta focaliza.<sup>257</sup>

Nesta longa correspondência a Juarez Távora, uma das primeiras de dezenas que foram encontradas no FMATF, é possível identificar duas das principais características da ação de Teixeira de Freitas nos primeiros anos de sua colaboração no Ministério da Educação e Saúde: a deferência e a ênfase na urgência e no caráter patriótico das medidas que pleiteava. Não se trataria, em sua argumentação, na solicitação de criação de novos órgãos para a satisfação de interesses particularistas, mas em um imperativo apresentado pela voz dos números, pela necessidade de efetivar a obra de construção da nação.

---

<sup>257</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a Juarez Távora, 14 de dezembro de 1932. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO 0 IBGE COR1, VOL2, p. 109 - 110.

Os termos de tratamento, por sua vez, mostram bem a posição de “solicitante” ocupada por Teixeira de Freitas nos seus primeiros anos de atividade. As formas de tratamento utilizadas para interpelar seus interlocutores, com distinções como “compatriota”, “Exmo. Sr. Ministro” e “Distinto Chefe” mostram a forma como Teixeira de Freitas se coloca como um “funcionário” e caracteriza seu projeto não como algo pessoal, mas fruto das atividades desempenhadas pelos serviços estatísticos dos quais fazia parte. Ao apagar-se como autor das propostas e ressaltar a autoridade de seus interlocutores Teixeira de Freitas, em nossa opinião, evidencia a busca pela adesão de figuras dotadas de autoridade e influência nas decisões do Governo Provisório a suas propostas. Nos primeiros anos de sua atividade no Ministério da Educação e Saúde Teixeira de Freitas buscou pela ampliação do seu leque de interlocutores, apresentando suas propostas a ministros, diretores de órgãos estatísticos e educacionais, estatísticos e militares que se interessavam pelos assuntos referentes à organização administrativa e a divisão territorial do Brasil. São exemplos dessa procura correspondências enviadas a Segadas Viana, Sud Menucci, Everardo Backheuser e ao Almirante Américo Silvado, engenheiro militar responsável pelo serviço estatístico da Marinha.

Teixeira de Freitas procurou demonstrar a pertinência de sua proposta de redivisão territorial do Brasil, argumentando que ela seria uma forma de solucionar o problema da racionalização administrativa, uma vez que redistribuiria as atribuições das unidades federativas. A defesa da interiorização da capital também aparece nessas correspondências, sempre associada à “marcha” de colonização do território brasileiro. O Major Segadas Vianna, autor do plano que serviu de base para a proposta de Teixeira de Freitas, foi um importante interlocutor. Em novembro de 1930, antes mesmo da tomada do poder pelos partidários da Aliança Liberal, ele procurou mobilizar a adesão de Segadas Vianna a suas propostas, ligeiramente diferentes da apresentada pelo militar. A estratégia utilizada por Teixeira de Freitas foi, mais uma vez, a da mobilização dos exemplos históricos que sinalizaram para a redivisão territorial e a interiorização da capital.

Que o problema posto pela sua adestrada pena de estudioso das coisas brasileiras, tem de fato uma relevância ímpar, creio que não haverá quem o negue. Há coisa de vinte anos, quando pela primeira vez meditei a sério sobre a divisão territorial do Brasil, o meu distinto colega, Dr. Heitor Eloy Alvim Pessoa, fez-me ler um interessante trabalho, publicado logo nos começos da República e de cujo autor não me recorde de momento o nome, trabalho esse em que se debatia superiormente o problema e se justificava uma solução que, nas suas bases e no seu espírito, não estava longe do que por sua vez o prezado concidadão propõe agora. Daí para cá, muitos espíritos, e dos mais lúcidos, insistiram pela necessidade de rever-se a divisão territorial do Brasil. Para só citar um, ao qual precisamente o sr. aludiu, aí

temos o inolvidável Sylvio Romero, que mais de uma vez bateu na tecla em apreço, destacando-se o seu trabalho publicado na “Epocha” e divulgado depois em opúsculo por iniciativa minha com o auxílio de alguns amigos daquele benemérito brasileiro. Sylvio Romero, porém, descrevera de que o futuro viesse a dar ensanchas a um esforço decisivo e sistemático no sentido da remodelação dos quadros das unidades políticas brasileiras, limitando-se a propugnar uma medida parcial – a fusão do Paraná e Santa Catarina, formando o estado do Iguassú. Mas a ideia marchou.<sup>258</sup>

Essa "marcha", segundo Teixeira de Freitas, teria encontrado inúmeros percalços durante a Primeira República, dos quais ele mesmo teria sido vítima quando dirigiu os serviços estatísticos em Minas Gerais. O argumento explora a interpretação de que a constatação e a convicção que o moviam há duas décadas o incluíam entre aqueles que, mesmo antes da questão tornar-se clara para administradores públicos, postulavam saídas radicais para a solução dos problemas sociais brasileiros. Teixeira de Freitas, em forma de interpelação muito praticada junto a seus interlocutores, também inclui Segadas Vianna neste grupo, valorizando a pertinência e o patriotismo das propostas do militar: "quero, principalmente, felicitá-lo – o que faço muito cordialmente – pelo extraordinário alcance patriótico das suas ideias e pelo indiscutível valor científico e político da solução que propugna."<sup>259</sup> Teixeira de Freitas celebra ainda mais a contribuição de Viana por acreditar que o país passava por um momento decisivo de sua trajetória histórica, no qual os problemas de sua organização estariam claros para aqueles que se dedicassem a estudar a realidade nacional.

"E a roda da fortuna, que também dirige o destino dos povos, depara-se-nos agora, de improviso, um Brasil que se dispõe a uma obra radical de auto-renovação, e já desligado de quasi todas as peias que lhe poderiam tolher os esforços pelo reajustamento de sua estrutura política. E tudo indica que esse reajustamento é – como deve ser – uma das grandes preocupações do momento."<sup>260</sup>

A correspondência segue, no entanto, como uma tentativa de Teixeira de Freitas de demover Segadas Vianna de sua insistência em manter a Capital Federal no Rio de Janeiro. Seguindo o argumento apresentado na conferência do IHGB, ele defende a transferência inicial da Capital para Belo Horizonte, cidade construída de forma planejada, a meio caminho do destino final e localizada em região cercada por importantes reservas de minério que poderiam ser utilizadas, posteriormente, para a instalação da indústria de base nacional. Apenas quando as condições para uma transferência efetiva para o Planalto de Formosa estivessem garantidas seria prudente patrocinar uma ação tão vultuosa. Teixeira de Freitas

---

<sup>258</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas ao Major Segadas Vianna, 30 de novembro de 1930. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO 0 IBGE COR1, VOL2/6, p. 37.

<sup>259</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>260</sup> Idem, p.39.

manifesta uma crença no senso de patriotismo dos mineiros e apresenta possíveis pontos positivos das medidas pleiteadas.

"Talvez se suponha que Minas não se conformaria facilmente com o sacrifício de sua unidade. E até certo ponto a sua resistência seria histórica e politicamente justificável. Mas confio tanto no patriotismo e no senso político dos mineiros, que não acredito viesse a preponderar este espírito de impugnação a *outrance*, ante os imperativos superiores dos destinos da Pátria, os ditames da justiça e as solicitações mesmas do imediato interesse das suas populações. Tais imperativos e ditames são evidentes, e estas últimas – as solicitações do próprio interesse não são difíceis de salientar. Basta considerar que o Estado mais populoso e dos mais ricos da União, no quadro que o artigo comentado apresenta, seria exatamente a parte mais importante de Minas dagora, e lembrar também que, das três unidades formadas pelo grande estado centra de hoje (cuja indestrutível cooperação futura seria uma contingência histórica das mais gratas aos destinos da Pátria, que assim continuaria a ter um poderoso centro de unidade e de coordenação política), duas delas superiormente enriquecidas com a incorporação, respectivamente, do Rio de Janeiro e Espírito Santo, passariam a dispor de extenso e excelente litoral, já ligado, aliás, ao hinterland mineiro; acrescendo a isto que a terceira unidade destacada (a parte do "oeste" como o "triângulo" viria a dar corpo a aspirações regionais que de algum tempo a esta parte se vinham fazendo sentir com insistência."<sup>261</sup>

A defesa da mudança da Capital para Belo Horizonte era, segundo Teixeira de Freitas, sustentada pelo senso de urgência das medidas que poderiam sanear os males sociais do Brasil e tornar a exploração das riquezas contidas no território nacional. Mesmo advogando em favor de uma saída "intermediária" para o problema, ele admitia que a ação não seria fácil de ser realizada. De toda forma, ele se apegou ao exemplo da mudança da capital mineira de Ouro Preto para Belo Horizonte, defendendo que seria perfeitamente possível negociar a medida que geraria benefícios para todos os envolvidos. Teixeira de Freitas procurou apresentar sua proposta de transferência da Capital Federal para Belo Horizonte como um desdobramento lógico do Plano Segadas Viana. Se por um lado essa caracterização estabelecia laços de afinidade entre os dois, por outro ela convidava o interlocutor a refletir sobre seus postulados e aceitar as sugestões apresentadas. A correspondência de Teixeira de Freitas termina justamente com o convite à "reflexão com intenção patriótica" de Segadas Viana.

Estou convencido de que o ilustre compatriota não tardará a aceitar o alvitre da transferência da capital da República, como complemento lógico do plano que propugna. Bastará que medite um pouco mais sobre as necessidades e os destinos desta nossa grande Pátria.

Lembre-se que os mais exaltados adversários da mudança da Capital mineira de Ouro Preto para Belo Horizonte, renderam-se à evidência dos estupendos resultados que para o Estado, sob todos os pontos de vista, advieram daquela medida. Reflita com o seu percuciente espírito de análise, nas consequências demográficas, econômicas, sociais, administrativas e políticas que decorreriam do surto de um grande e modelar núcleo urbano no coração do Brasil, a funcionar como dínamo

---

<sup>261</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas ao Major Segadas Vianna, 30 de novembro de 1930. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO 0 IBGE COR1, VOL2/6, p. 41.

propulsor de saudáveis energias para todos os quadrantes do território pátrio, e difusor dos mais altos padrões de vida, exatamente colocado no centro de gravidade geográfico e político do Brasil, isto é, segundo a nova divisão territorial proposta, no ponto de convergência dos territórios dos quatro Estados - Paranaíba, Goiás, Tocantins e Carinhanha. Pondere que o centripetismo demográfico em torno desse núcleo viria auxiliar de alguma sorte a solução dessa outra gravíssima anomalia da estrutura social brasileira, a dispersão excessiva, a dinamização infinitesimal – permita-se-me a expressão – do elemento humano nos remotos setores ocidentais do solo pátrio, onde o que existe quase não é mais do que uma “nebulosa social”.<sup>262</sup>

Já em sua correspondência com Sud Menucci, também autor de um projeto de redivisão territorial do Brasil e Delegado de São na oficialização do Convênio de 1931, Teixeira de Freitas demonstrou satisfação ao tomar conhecimento de suas ideias, considerando-o um "companheiro" na causa do reajustamento territorial da nação. Observa-se que, neste momento inicial do governo de Getúlio Vargas, diversos eram os projetos em disputa para a realização de mudanças profundas na organização política e administrativa do país. Seus defensores participavam de uma rede de trocas de informações, publicações e impressões sobre a produção alheia que estava entremeada com o processo de ascensão dessas pessoas a instâncias governamentais como instituições, Conselhos, Comissões e outros núcleos de elaboração e difusão de políticas públicas. Assim, os contatos entre Teixeira de Freitas e seus interlocutores, fosse para tratar da redivisão territorial do Brasil ou da organização do sistema estatístico nacional, tinham sempre como pano de fundo a definição dos papéis a serem desempenhados por estes sujeitos do processo político brasileiro. No caso da relação entre Teixeira de Freitas e Menucci, é interessante observar a sempre presente modéstia apresentada em seu "dar-se a ver" e a iniciativa de enviar documentos sobre o Convênio, solicitando do interlocutor o apoio e o esforço para a difusão das demandas do pacto realizado em 1931.

"Nos primeiros capítulos do “Brasil Desunido” encontrei afinal os seus estudos – de que já tive vaga notícia por uma conferência do Dr. Oscar Gomes e que desejava muito conhecer – sobre a redivisão do Brasil. Uma das suas ideias, que conhecia por alto, foi por mim citada na Conferência que realizei a 28 de outubro último (vai com esta um exemplar), sendo mesmo aproveitada no plano que me atrevi a propor. Aliás, se tivesse conhecido antes o seu trabalho, talvez nem tivesse feito aquela conferência, tão completamente já estudara o prezado amigo a questão. E confesso-lhe que não teria dúvida nenhuma em abandonar o meu plano pelo seu, se isto viabilizasse a redivisão equitativa do patrimônio territorial brasileiro, a qual eu também tenho por absolutamente fundamental para a nova ordem política que se vai implantar no Brasil.

Para seu conhecimento pessoal, e uma vez que tanto o empolga o assunto, envio-lhe junto a esta uma coleção de formulários organizados para a execução do nosso “Convênio”. O plano das tabelas de apuração para a parte da estatística a cargo dos Estados, também já está pronta e aparecerá por estes dias no “Diário Oficial”, acompanhado de todos os modelos.

---

<sup>262</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas ao Major Segadas Vianna, 30 de novembro de 1930. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO 0 IBGE COR1, VOL2/6, p.41.

Não tenho notícia de como vai sendo executado o Convênio em São Paulo. Não se poderia fazer sentir a sua prestigiosa interferência junto à Diretoria de Instrução no sentido de serem encaminhados com o necessário interesse e devotamento os trabalhos da estatística escolar?"<sup>263</sup>

A referência à citação das ideias de Menucci em seu discurso no IHGB e a revelação da disposição de abrir mão de suas ideias em detrimento das do educador paulista integram um esforço de cortesia que marcou a postura de Teixeira de Freitas junto a seus interlocutores, desde os mais próximos até os mais eventuais. Essa cortesia, caracterizada por "afagos" e pelo tom por vezes grandiloquente para valorizar a capacidade alheia, além de demonstrar a proximidade entre os interlocutores, jogava com a vaidade alheia. O companheirismo, é importante perceber aqui, era elemento significativo na atividade destes homens que adentravam a estrutura estatal e procuravam "cavar espaços" para intervirem nas políticas públicas. Afinal de contas, não seria possível obter o andamento de um trabalho tão complexo como o pleiteado por Teixeira de Freitas sem a colaboração dos profissionais localizados nos serviços estatísticos estaduais. Teixeira de Freitas se empenhou em cativar a simpatia desses funcionários que, mais do que os políticos, poderiam lhe franquear acesso aos dados produzidos nos estados. Em alguns casos, como o de Minas Gerais, sua atividade de mais de uma década garantiu a continuidade das políticas adotadas, com a indicação de Hildebrando Clark para a chefia do Departamento de Estatísticas. Em São Paulo, Sud Menucci experimentava dificuldades para colocar em funcionamento o plano de coleta de informações estatísticas previsto pelo Convênio de 1931, como fica claro na resposta que dá à carta de Teixeira de Freitas.

Recebendo o segundo telegrama, apressei-me em fazê-lo chegar às mãos do Azzi, mas não pude saber até agora que providências tomou. A boa vontade do chefe esbarra, como lhe disse, na indiferença dos auxiliares. E o chefe não pode tomar a si a tarefa porque o ensino paulista tem para mais de 15 mil funcionários e o expediente é uma coisa alucinante.

[...]

Não sei o que o meu amigo vai pensar disso tudo, mas posso garantir que só as circunstâncias especiais em que me encontrei fizeram com que o meu auxílio ao sei inerente e formidável trabalho não pudesse ser maior. Infelizmente não conseguimos ainda, nesta terra adorável, fazer nascer "uma consciência estatística" nem mesmo nos que se dizem e se inculcam elementos de elite. Não admira. A "consciência agrícola" que a devera ter precedido, ainda está para surgir. E daí o fato de ninguém querer ajudar a colaborar nas questões estatísticas. Para que? Literatura de mau gosto. Se fosse para decidir qual a melhor artista de cinema, quem deve ser a rainha da beleza do Bráz ou de Jacarepaguá, qual o mais forte *boxeur* do mundo, ou mais ágil ponteiro do foot-ball, aí o caso era diferente. Todo o interesse seria pouco. Que havemos de fazer? O Brasil ainda está verde, como a sua bandeira, nessas cousas de cultura. Vamos continuar a trabalhar e a teimar, a ver se logramos melhorar esse doloroso estado de cousas?

---

<sup>263</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a Sud Menucci, 14 de dezembro de 1932. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO 0 IBGE COR1, VOL2, p. 121.

Os mesmos motivos que me impediram de corresponder-me consigo, fizeram-me perder o contato com a questão da redivisão territorial. Como andam os trabalhos dessa grande Comissão? Resolveu algo de novo ou permanece no seu critério de manter o "status-quo"?<sup>264</sup>

A correspondência trocada entre Teixeira de Freitas e Sud Menucci mostra que os unia o lamento pela falta de compreensão, por parte dos políticos e funcionários das administrações estaduais e municipais, da amplitude das medidas propostas e a alegação de uma suposta falta de maturidade do Brasil para a importância da valorização da nacionalidade. Esse diagnóstico suscitava, nos dois, a convicção de que somente as medidas de redistribuição territorial, somadas à organização estatística, poderiam salvar o Brasil do estado de letargia que se encontrava. Tais medidas, no entanto, deveriam ser tomadas de acordo com as circunstâncias, justamente devido às diversas "amarras" que prendiam o Brasil a seu passado. É interessante perceber, neste caso, como Teixeira de Freitas consegue mobilizar a simpatia e a adesão de outros autores de projetos de redivisão territorial para sua rede de sociabilidades, não raro ocupando posição marcada por características como amizade e companheirismo.

A outro importante interlocutor, o engenheiro e geógrafo Everardo Backheuser, Teixeira de Freitas também fez questão de enviar a publicação contendo sua conferência proferida no IHGB, em prática muito comum entre literatos, técnicos, cientistas e intelectuais do período. A troca de escritos entre estes técnicos, já observada neste capítulo anteriormente, no contexto de discussão do Convênio de 1931, traz consigo um importante componente de afirmação no campo intelectual das primeiras décadas do século XX no Brasil: as disputas pela visibilidade e pela ocupação dos espaços institucionais que estavam sendo criados com a ascensão do pensamento que pregava a centralização política e a adoção de medidas de planejamento das ações estatais. Assim, a publicação de livros, artigos, folhetos, entrevistas e conferências contava para a afirmação pública desses ingressantes dos novos órgãos governamentais, no caso em que nos debruçamos, sobre as políticas estatísticas e de planejamento territorial brasileiros. Everardo Backheuser, desfrutava de grande reconhecimento por sua atividade na Capital Federal durante as Reformas Pereira Passos, tendo já publicado "A estrutura política do Brasil: notas prévias" em 1926 e "Problemas do Brasil: Estrutura Geopolítica - O espaço" em 1933. Neste livro, Backheuser apresenta a proposta de redivisão territorial do Brasil que consta no capítulo anterior, marcada pela

---

<sup>264</sup> Correspondência de Sud Menucci a Teixeira de Freitas, 23 de setembro de 1933. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO 0 IBGE COR1, VOL2, p. 123.

utilização de meridianos e paralelos para conformar as unidades federativas e, com isso, apagar qualquer reminiscência das antigas divisões herdadas do período colonial. Essa proposta foi amplamente divulgada e defendida pela Sociedade Brasileira de Geografia do Rio de Janeiro, instituição fundada em 1884 e que, na década de 1930 disputava espaços nas políticas territoriais brasileiras. Em correspondência datada de 14 de março de 1933, Teixeira de Freitas emitiu comentários sobre a proposta de redivisão territorial de Backheuser, alegando que a mesma não seria aplicável ao contexto brasileiro.

"O seu livro é o livro de um cientista e de um erudito.

Penso que ninguém apresentará solução melhor, nem mais doutamente defendida. Se este ou outro governo quiser e puder tentar a redivisão do país sob um critério rigorosamente científico e perfeitamente orgânico, com os olhos apenas no futuro, terá necessariamente de adotar o seu plano, talvez apenas com insignificantes alterações de detalhes, cuja necessidade só a execução pode sugerir.

Mas, meu caro Mestre e eminente Amigo, se para felicidade do Brasil surgir nesta oportunidade – que provavelmente não se repetirá – quem queira e possa tentar redividir o Brasil, o seu descortino e as condições em que tenha de agir assegurarão que tome o rumo teoricamente mais certo? Tenho nesse ponto algumas dúvidas, e dúvidas muito sérias... Há as “injunções políticas”, os interesses econômicos, os fatores psicológicos, o impressionismo popular, os imperativos da tradição. Tudo isso havia na França, é bem certo, e entretanto foi possível adotar-se acolá uma solução radical que assegurou definitivamente a unidade nacional. Mas aqui, com quarenta anos de um federalismo a que a extensão territorial e as diferenciações mesológicas imprimiram tão acentuado caráter, será possível efetuar ex-abrupto, sem riscos de forte abalo (como convém), a grande operação cirúrgica que a geopolítica aconselha?"<sup>265</sup>

O caminho escolhido por Teixeira de Freitas para interpelar Everardo Backheuser, estudioso respeitado na área da geografia e do planejamento urbano, mistura a reverência à autoridade do engenheiro e a alegação de que o país não apresentaria condições para que medidas de forte apelo teórico fossem adotadas. Teixeira de Freitas acaba por apontar fatores que contribuiriam, como vimos no capítulo anterior e ainda veremos neste, para o insucesso de seu próprio projeto de redivisão territorial do país. No entanto, na correspondência aqui analisada, ele aponta tais fatores como motivos da inaplicabilidade de tais ideias, dando a entender que aderira ao Plano Segadas Vianna somente por identificar tais problemas na formação social brasileira. Segundo Teixeira de Freitas, seu projeto seria mais realizável por tratar a supressão dos antigos estados de forma progressiva, os dividindo e integrando, como subdivisões, a novas unidades federativas. Além disso, a criação dos departamentos seria o embrião para a futura valorização das unidades locais e, com isso, o apagamento dos traços que, em sua opinião, marcaram o desenvolvimento das unidades políticas brasileiras durante mais de três séculos. Teixeira de Freitas procurou convencer Everardo Backheuser de que seu

---

<sup>265</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a Everardo Backheuser, 14 de março de 1933. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO 0 IBGE COR1, VOL2, p. 141.

plano é perfeitamente aplicável como uma etapa inicial para se chegar ao plano "teórico" do engenheiro e geógrafo. Assim, tentava conciliar as demandas de importante segmento profissional e intelectual, o dos geógrafos reunidos na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Para isso, ele solicitou sua intervenção junto aos companheiros na Sociedade para a apresentação de três principais projetos apresentados nesse sentido.

"a) re-estruturação radical do complexo geo-político brasileiro, com a preocupação exclusiva de uma perfeita racionalização e da garantia absoluta para a unidade nacional, com o abandono, conseqüentemente, de todas as tradições e motivos de ordem afetiva.

b) reorganização, no pressuposto de violentar objeções a exigir transigências, tendo em vista conseguir razoável equidade na distribuição do patrimônio territorial e boas condições de vitalidade política e econômica às unidades federadas, mas com o mínimo de alterações nas divisas estaduais, e respeitadas todas as susceptibilidades do espírito regionalista, sem prejuízo, entretanto, da inclusão discreta, no sistema traçado, de elementos capazes de dissolver ou atenuar lentamente os preconceitos que dificultam a racionalização perfeita do nosso sistema geo-político.

c) redivisão, segundo um critério intermediário, em que se faça abstração das divisas atuais e se levem para um segundo plano as preocupações regionalistas, com tendência bem acentuada, mas ainda precavida, para a racionalização do sistema.

Que parece ao amigo tal diretiva?

Se ela fosse aceitável, creio que o nosso trabalho consistiria fundamentalmente em detalhar e justificar, aperfeiçoando-os, os três grandes projetos, a saber, o projeto Backeuser (tipo a), o projeto Sub Menucci (tipo b) e o projeto Segadas Vianna (tipo c), podendo ser, todavia, que do tipo intermediário fosse mister preparar duas ou três variantes afim de ficarmos aptos a encarar qualquer eventualidade."<sup>266</sup>

Teixeira de Freitas, ao solicitar a indicação de seu projeto junto ao de Everardo Backheuser e Sud Menucci pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, procurou estreitar laços com a instituição e, ao mesmo tempo, chamar para si e seu projeto a chancela de, pelo menos, parte de seu corpo de integrantes, o que poderia contribuir para disseminar ainda mais suas ideias a outros núcleos de discussão sobre as questões territoriais brasileiras. Além disso, ele tornou a ressaltar a importância da inclusão do tema da interiorização da Capital dentro dos debates da Comissão que tratava da redivisão territorial.

"Mas aqui cabe uma observação quanto à mudança da Capital.

Suponho que estejamos todos de acordo quanto a essa providência, como natural complemento do reajustamento projetado. Mas, além do estudo da questão da mudança em si, para o planalto central, creio que conviria também estudarmos uma solução transitória que interiorizasse imediatamente a Capital, sem prejuízo da sua localização definitiva no planalto goiano."

Eis aí, meu caro Mestre e Amigo, o que me ocorreu dizer-lhe sobre o seu benemérito livro e sobre os estudos de que a sua nímia generosidade me chamou a participar."<sup>267</sup>

Teixeira de Freitas procurou, a partir de sua atividade na Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do MES e da publicação de artigos sobre a redivisão territorial do

<sup>266</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a Everardo Backheuser, 14 de março de 1933. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO 0 IBGE COR1, VOL2, p. 143.

<sup>267</sup> Idem, p. 144.

Brasil na Revista do IHGB e na Revista Brasileira de Educação, colocar a criação do INE e a redivisão territorial do Brasil “na ordem do dia” das discussões sobre a “organização nacional”. A Hildebrando Clark, continuador de sua gestão à frente das estatísticas mineiras, Teixeira de Freitas confidenciou, por exemplo, seu esforço para a inclusão do tema da colonização de vazios territoriais por brasileiros na pauta de discussões da Associação dos Amigos de Alberto Torres (AAAT), importante núcleo de reunião de intelectuais defensores do legado do jurista fluminense. Sua participação nas atividades dessa instituição são ainda um ponto pouco explorado da trajetória de Teixeira de Freitas. Na correspondência datada de 3 de julho de 1933 a Hildebrando Clark, seu sucessor nas estatísticas mineiras ele apresenta estratégias para garantir a inclusão de suas propostas entre os debates organizados, o que poderia levar o governo a adotar medidas em prol de seu projeto: "Consegui também que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres levante a mesma lebre na sessão de hoje. [...] Tenho a impressão de que se de Minas vier um apelo ou uma proposta ao Governo Federal, o terreno estará preparado para fazer alguma coisa."<sup>268</sup>

Nessa mesma correspondência, Teixeira de Freitas manifesta, em tom de confiança ao colega e "pupilo" mineiro a insatisfação com sua situação dentro do MES depois da saída de Francisco Campos e suas movimentações para a mudança rumo ao Ministério da Agricultura, comandado por Juarez Távora. Como mostramos acima, o estabelecimento do Convênio de 1931, ainda que não tenha se dado a partir de um amplo consenso e apresentasse muitos desafios à sua execução, foi uma grande "vitrine" para Teixeira de Freitas, que iniciou contatos com outros membros do alto escalão do Governo Provisório. Frente a sua situação no MES, ele procurou estabelecer um diálogo mais próximo com o Ministro da Agricultura devido a proximidade que enxergava entre os assuntos da pasta e os objetivos de seu projeto de reorganização nacional. Ao criar um âmbito de debates sobre as políticas territoriais e administrativas empreendidas pelo Estado, Teixeira de Freitas passou a ocupar um lugar de destaque no meio estatístico brasileiro, adquirindo legitimidade para solicitar apreciação de suas propostas pelos altos escalões do Governo Provisório.

No entanto, os ventos estavam mudando e experimentava-se, em 1933, o clima de preparação para o retorno à normalidade institucional, com a composição de uma Assembleia

---

<sup>268</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a Hildebrando Clark, 3 de julho de 1933. . *In.*: SENRA, Nelson de Castro. (org.) Teixeira de Freitas: Correspondência de um homem singular e plural. CD-ROM. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (Diálogos com Estadistas, Em Minas Gerais 1919-1931, carta13.pdf)

Nacional Constituinte e o início das discussões para a elaboração de uma nova Carta Constitucional. Com isso, setores importantes do Governo Provisório interpretaram a mudança de ares como uma ameaça à continuidade da Revolução que acreditavam estar realizando no Brasil. Teixeira de Freitas era um destes que não concordavam com a limitação dos poderes do governo central para realizar sua obra de saneamento nacional. Apesar do sucesso atingido com o Convênio de 1931 e a instalação da Diretoria de Propaganda, Estatística e Divulgação do MES, era nítida a protelação do governo no cumprimento de duas medidas que, para Teixeira de Freitas, eram essenciais para o aprofundamento das mudanças na sociedade brasileira: a redivisão territorial do Brasil e a criação do INE. Sem essas duas medidas, seu projeto estaria fadado ao fracasso e se limitaria apenas a uma ação setorial de organização administrativa das políticas educacionais. Assim, em junho de 1934, Teixeira de Freitas manifestou em correspondência a Juarez Távora o sentimento de insatisfação com os “tão pouco aproveitados poderes discricionários da Revolução” e a esperança na sensibilização de um “vivo sentimento patriótico” por parte do ministro e do Presidente Getúlio Vargas:

Tem V. Excia generosamente acolhido algumas sugestões minhas, aliás sempre inspiradas pelo mais vivo sentimento patriótico. E a largueza de vistas com que V. Excia tem encarado os assuntos por mim levados ao seu exame, anima-me a vir bater de novo à sua porta para pedir-lhe veementemente, em nome de altos interesses da cultura e civilização do Brasil, se digne de amparar, como membro prestigioso do Governo, três causas nacionais que vão talvez, dentro de poucos dias, ficar irremediavelmente perdidas se uma voz forte e corajosa não se fizer ouvir para mostrar aos que estão decidindo os destinos da Pátria, o quanto elas são urgentes e graves.

A primeira delas é a da uniformização e simplificação ortográfica.

[...]

O meu segundo apelo não precisa de justificação. É no sentido de conseguir de V. Excia, como última tentativa, mais uma enérgica investida em prol do Instituto Nacional de Estatística. Se a questão for de verba, eu me comprometo a dar-lhe em 24 horas um novo projeto em que não se cogite de um tostão de despesa e sem atentar contra a virtualidade da realização. Uma conversa séria de V. Excia com o chefe do Governo, depois de um prévio entendimento com o Ministro da Fazenda, dar-nos-ia ainda o Instituto antes de extintos os tão pouco aproveitados poderes discricionários da Revolução.

O terceiro ponto tem analogia com o precedente. Trata-se de obter que o Governo Provisório, por um imediato decreto de autorização e convocação da Convenção Nacional de Educação, estabeleça a única equação possível para resolver de vez e completamente o mais grave e o mais difícil dos problemas brasileiros – o da educação do povo, direi melhor, o da integração da formação nacional pela valorização educacional da nossa gente.

[...]

Quererá V. Excia empunhar mais esta bandeira? Não sou eu quem lh'o pede: é o Brasil. Uma sua intervenção oportuna com os olhos nele, e teremos obtido o decreto que virá rasgar os mais largos e mais luminosos horizontes à regeneração das nossas degradadas e infelizes populações sertanejas por obra e graça da educação.<sup>269</sup>

<sup>269</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a Juarez Távora, 21 de junho de 1934. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO 0 IBGE COR1, VOL2, p. 204-5.

Criado o CNE, seu esforço passou a ser direcionado à instalação do INE e a regulamentação de sua configuração, o que demorou longos dois anos para acontecer. Dentre os recortes de jornais encontrados no FMATF, alguns tratam da criação do Conselho Nacional de Estatísticas apresentam suas saudações ao decreto que criou o INE. Muitos destes comunicados, publicados em jornais cariocas como o “Correio da Manhã” e periódicos de diversas capitais, foram elaborados pelo CNE a partir de redação inicial de Teixeira de Freitas, conforme encontrado na documentação de trabalho consultada. Foi possível observar em correspondências recebidas de integrantes do Conselho Nacional de Estatística que Teixeira de Freitas foi indicado para a Secretaria-Geral do CNE e sua investidura se deu por unanimidade, com o argumento de que ele teria sido o principal articulador das iniciativas governamentais que deram origem à agremiação. A partir de sua posse na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, Teixeira de Freitas mobilizou sua rede de contatos, que crescia verticalmente, franqueando-lhe o contato com pessoas próximas a Getúlio Vargas, como seu chefe de gabinete, Luiz Simões Lopes, a quem se dirigiu em fevereiro de 1935 para solicitar auxílio para a realização das disposições contidas no decreto 24.609, que criou o INE.

Distinto amigo Dr. Luiz Simões Lopes

Atenciosa visita.

Conceda-me por obséquio alguns momentos de atenção.

Como deve ter visto pelo noticiário dos jornais, o Conselho Superior do Comércio Exterior, por iniciativa do Ministro Macedo Soares, resolveu promover a unificação das estatísticas nacionais.

Numa reunião prévia, presidida pelo Sr. Ministro do Exterior, dos Diretores de Repartições ou Serviços de Estatística, tive a ocasião de salientar que o caminho mais curto para chegarmos àquele objetivo seria dirigir o Conselho um apelo ao Exmo. Sr. Presidente da República, no sentido de dar imediata execução ao Decreto n.24.609, de 6 de julho de 1934, que criou o Instituto Nacional de Estatística, pois que essa instituição tem por missão exatamente promover a desejável unidade das estatísticas brasileiras, e o funcionamento dela só depende da nomeação do respectivo Presidente.

O meu alvitre foi aceito, e o Conselho, em sua última sessão, deliberou fazer o apelo proposto.

O Ministro Macedo Soares, porém, mostrou-se pessimista quanto à possibilidade da imediata instalação do Instituto, devido à circunstância de, por involuntária omissão, não haver o orçamento do Ministério da Justiça consignado a competente verba.

Ora, a minha convicção é diferente. E como a vitória da campanha em prol do Instituto foi resultado exclusivo da oportuna e esclarecida intervenção do prezado amigo, ocorreu-me pedir ainda uma vez a sua solidariedade e o seu apoio para vencer a última etapa do nosso ideal.

Podemos contar com o seu concurso?<sup>270</sup>

O empenho do Ministro das Relações Exteriores, o Embaixador José Carlos Macedo Soares para a instalação do INE foi recebido por Teixeira de Freitas como mais uma

<sup>270</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a Luiz Simões Lopes, 7 de fevereiro de 1935. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO 0 IBGE COR1, VOL3, p. 6 -9.

oportunidade para concretizar o Decreto 24.609 de 1934, que criara oficialmente a instituição. Teixeira de Freitas iniciou, no ano de 1935, farta troca de correspondências com o embaixador, procurando sensibilizá-lo para a “causa” das estatísticas brasileiras. Mais uma vez os argumentos utilizados por Teixeira de Freitas remetem a valores como o patriotismo e força para o aprofundamento da obra criadora iniciada em 1934. Segundo Teixeira de Freitas, o governo teria desperdiçado os poderes discricionários dos quais havia desfrutado entre 1930 e 1934, tendo de suportar pressões políticas vindas das bancadas parlamentares que assumiram a partir da promulgação da Constituição de 1934. A criação do INE, em sua opinião, teria carecido do empenho daqueles que haviam apoiado a iniciativa, necessitando de uma liderança dotada de abnegação frente aos imperativos necessários ao conhecimento dos dados numéricos sobre a dinâmica da vida nacional. A correspondência abaixo, enviada em fevereiro de 1935, mostra a forma de argumentação utilizada por Teixeira de Freitas para suscitar a adesão de Macedo Soares a seu projeto:

"V. Excia é o terceiro Ministro de Estado que se interessa pelo Instituto de Estatística.

O primeiro foi o Dr. Francisco Campos, que aprovou o esquema fundamental do Instituto, por mim levado ao seu exame, e mandou submeter o meu anteprojeto à crítica dos principais técnicos brasileiros no assunto. Apesar, porém, dos pareceres favoráveis que recebeu, e embora tivesse levado o projeto e ao pareceres ao exame do Chefe do Governo, não chegou a empenhar-se a fundo pela execução do plano.

O segundo foi o Major Juarez Távora. Obteve esta autorização do chefe do Governo para convocar uma Comissão interministerial para estudar o plano do Instituto e organizar o projeto de decreto para a sua criação. [...] Indo além o Ministro Távora, e de acordo com o plano proposto, criou logo a repartição central de estatística do seu Ministério e interessou-se por que o antigo Departamento Nacional de Estatística fosse desmembrado para completar o conjunto de “repartições centrais” que o Decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, veio consagrar como as peças mestras do sistema do Instituto. Mas não teve tempo para deixar o Instituto instalado, pois que lhe ficou faltando a nomeação do presidente, não obstante haver sido aberto para a instalação um crédito de 200 contos, do qual se gastaram perto de 120 com o desdobramento do antigo departamento nas três atuais diretorias de estatística nos ministérios da Justiça, do Trabalho e da Fazenda.

De sorte que a intervenção de V. Excia, que se está verificando agora, virá coroar já longos esforços a integrar uma medida administrativa sobre cujo mérito e oportunidade já se pronunciaram todos os principais técnicos.

Mas a interferência de V. Excia tem isto de particular: V. Excia não pensou de início no Instituto, mas sentiu a premente necessidade que tem o Brasil, de conseguir aquele fundamental objetivo de administração – a unidade e perfeição das estatísticas nacionais, - que é rigorosamente a finalidade do Instituto."<sup>271</sup>

A correspondência de Teixeira de Freitas a Macedo Soares evidencia uma de suas principais estratégias para solicitar o engajamento de políticos do alto escalão do governo de Getúlio Vargas em seu projeto de cooperação interadministrativa com vistas à instituição de

---

<sup>271</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a José Carlos Macedo Soares, 19 de fevereiro de 1935. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL 3, p. 10.

um sistema coordenado pelo INE. Em sua saudação a Macedo Soares, Teixeira de Freitas o associa e compara a outros dois Ministros de Estado por ele consultados, e a valorização da "peculiaridade" do embaixador certamente participava de uma complexa teia de relações entre os integrantes do governo. Este "afago" de Teixeira de Freitas pode ser considerado uma de suas grandes marcas na posição de "solicitante". Ele mobilizava as vaidades e, ao mesmo tempo, as associava ao imperativo da nacionalidade e à busca por melhor andamento às etapas de seu projeto de reorganização nacional. Diluindo sua autoria entre um "seleto grupo de abnegados profissionais dedicados ao progresso nacional", Teixeira de Freitas procurava tornar "coletivo" um projeto que era seu.

Nos anos de 1935 e 1936 as correspondências de Teixeira de Freitas a Macedo Soares demonstram sua insistência no nome do embaixador para a função de Presidente do novo Instituto, motivo de grande demora na instalação do mesmo. Diversas consultas foram feitas a ministros que pudessem ocupar o cargo. Francisco Campos e Juarez Távora foram consultados por Teixeira de Freitas e declinaram alegando terem outros planos. É nesse cenário de incerteza quanto à instalação do Instituto que Teixeira de Freitas passa a defender o nome de Macedo Soares para a presidência do novo órgão estatístico. A instalação efetiva do Instituto, sob a presidência de Macedo Soares, ocorreu no ano de 1936, tendo sido objeto de intensa campanha de divulgação por parte da Secretaria-Geral do CNE. Com a instalação definitiva do INE, Teixeira de Freitas foi designado por José Carlos Macedo Soares para o cargo de Secretário-Geral. As atribuições do cargo de Secretário-Geral do Conselho e do INE merecem aqui destaque especial. De acordo com o Regimento do CNE, cabia ao Secretário Geral "organizar a tesouraria e as prestações de contas, dar conhecimento das deliberações do Conselho, dirigir as publicações editadas pelo Conselho, manter em dia o expediente dos trabalhos e redigir as atas das reuniões".<sup>272</sup> No INE o cargo de Secretário-Geral tinha como atribuições "coordenar a articulação entre os órgãos integrantes do INE, coordenar o sistema de cooperação entre os órgãos estatísticas nas esferas estaduais e municipais, dirigir a Revista Brasileira de Estatística, emitir comunicados à imprensa."<sup>273</sup> Se tratavam, como observado, de funções que possibilitavam um amplo campo de ação junto a setores da administração estatal e abriam possibilidades de intervenção nos debates públicos sobre as estatísticas brasileiras.

---

<sup>272</sup> Decreto 24.609/1934, ART. 7º.

<sup>273</sup> Decreto 24.609/1934, ART. 4º.

A instalação do INE, em nossa opinião, marca o esforço que caracterizou este primeiro momento da atividade de Teixeira de Freitas nos serviços estatísticos do MES e, depois, em outros setores do governo de Getúlio Vargas: a busca por alargamento dos canais de comunicação na esfera política e administrativa com o objetivo de apresentar seu projeto e angariar adesões que foram decisivas para a criação do INE. A instalação do INE, sua transformação, em 1938, no IBGE e o estabelecimento de sua rotina técnica e administrativa serão objetos de análise na próxima seção. Veremos que tais atividades não se dissociaram da apresentação e defesa do projeto de redivisão territorial do Brasil, especialmente devido aos dilemas que o contexto imediato das disputas políticas apresentou ao Brasil, que viu sua Constituição ser suprimida em 1937 com o golpe que deu início ao Estado Novo.

### **3.2. O “Homem-Instituição”**

A atividade de Teixeira de Freitas na Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do MES, como vimos na seção anterior, o projetou, bem como a suas ideias, entre importantes integrantes do círculo político, técnico e burocrático do governo de Getúlio Vargas. Essa expansão dos espaços de interlocução foi acompanhada pela adoção de uma postura de solicitante diante dos atores mais influentes do jogo político e, por outro lado, pela defesa, ao mesmo tempo, conciliadora e insistente de seus argumentos e do poder discricionário do governo para implementar mudanças radicais na organização política e administrativa do país. Para isso, ele serviu-se de sua rede de contatos para publicar comunicados, matérias e entrevistas na imprensa, para o envio de suas conferências publicadas, para a solicitação da inclusão de suas bandeiras entre as pautas de discussão de importantes núcleos de reunião de políticos e intelectuais brasileiros da primeira metade da década de 1930. Com o aumento dessa projeção foi possível, em 1934, criar o INE e, dois anos depois, garantir sua instalação.

A partir da posse de Teixeira de Freitas como Secretário-Geral do INE e do CNE e, principalmente, com a criação do IBGE, é possível demarcar um “segundo tempo” de suas atividades na administração estatal brasileira. Inicialmente colocando-se na posição de “solicitante”, sua situação a partir da investidura nos cargos mencionados passou a ser, na

nossa opinião, a de “articulador”, o que o levou a, muitas vezes, ser solicitado, tornando-se importante vetor de organização de núcleos técnicos, burocráticos e intelectuais dentro da estrutura administrativa do governo de Getúlio Vargas. Isto porque, além de manter contato com os integrantes do alto escalão político, Teixeira de Freitas foi responsável por indicações para cargos nas repartições federais, estaduais e municipais de estatística, redação de comunicados de imprensa, atuação junto aos serviços de divulgação para a distribuição do material editorial produzido pelo INE e pela solicitação das dotações orçamentárias para o funcionamento do Instituto. Estas tarefas “administrativas”, no nosso entender, vão além do aspecto rotineiro da vida burocrática, constituindo uma forma de construção de um grupo de colaboradores aglutinados em torno de Teixeira de Freitas. Nesta seção analisaremos a atividade de Teixeira de Freitas na consolidação do INE e do IBGE, importante momento de sua afirmação na burocracia estatal e no círculo de grandes nomes do governo de Getúlio Vargas. Nosso objetivo é mostrar como, a partir da criação do IBGE e do estabelecimento de suas múltiplas atividades, Teixeira de Freitas pode desfrutar de meios, senão os melhores, pelo menos muito ampliados para colocar em prática seu projeto de reorganização nacional, fazendo das estatísticas uma via para o saneamento dos desequilíbrios que, em sua opinião, emperravam o progresso nacional. Nesse momento em que ele passou a desfrutar de grande visibilidade e que passou a contar com meios de fazer valer suas propostas diante de concorrentes, ele procurou apresentar seu projeto de redivisão territorial do Brasil, interiorização da Capital e valorização dos municípios como uma continuação lógica do regime de cooperação interadministrativa implantado nos serviços estatísticos.

Ao analisarmos o processo de criação do INE, percebemos as dificuldades enfrentadas por Teixeira de Freitas para angariar a adesão de integrantes do alto escalão do governo à sua proposta de um sistema estatístico que adotasse o regime de cooperação interadministrativa. O Convênio Interadministrativo das Estatísticas Educacionais e Conexas, considerado um grande sucesso, não deixou de ser questionado por integrantes de instâncias burocráticas locais e também sofreu com a colaboração irregular de seus signatários, que não chegaram a cumprir de forma satisfatória as disposições acordadas no documento elaborado na IV Conferência Nacional de Educação de 1931. Suas articulações que levaram à criação e instalação do INE, por sua vez, também suscitaram resistências, que marcaram os primeiros anos de atividade do órgão. Este período "pré-IBGE" foi de grande importância para o estabelecimento de Teixeira de Freitas e consolidação de sua autoridade como homem público

e membro dos altos escalões administrativos do governo de Getúlio Vargas, que passou por momentos decisivos justamente quando o INE iniciava suas atividades.

Os anos do Governo Constitucional foram marcados pelo acirramento das lutas políticas, com a volta de antigos setores das elites, então afastados do poder pela Revolução de 1930, à arena política nacional. Além disso, observou-se o crescimento da mobilização em torno do Comunismo e do Integralismo, manifestação brasileira do pensamento conservador e nacionalista. A volta à democracia e a entrada no jogo político de novas forças desagradou diversos setores que compunham o Governo Provisório, especialmente aqueles que se reuniam em torno do pensamento centralizados, como os tenentes e técnicos partidários de ideias de reordenamento nacional, como Teixeira de Freitas. O clima político no país acabou por limitar o alcance da nova Constituição, tendo o governo conseguido a aprovação de importantes restrições às suas disposições.

"O governo constitucional sancionado pela promulgação da Constituição em 16 de julho de 1934 tem curta duração, caindo em novembro de 1937 com o golpe do Estado Novo. Entretanto, mais curta ainda fora a vigência da própria Constituição, que praticamente deixou de existir com a aprovação pelo Congresso, em abril de 1935, da Lei de Segurança Nacional. Na verdade, durante os anos de 1935 e 1936, o governo é exercido pelo chefe do Executivo, que consegue a aprovação de uma legislação excepcional que lhe permite fechar organizações políticas, até mesmo deter parlamentares oposicionistas."<sup>274</sup>

A constitucionalização do regime não acarretou, portanto, no pleno reestabelecimento da dinâmica parlamentar e democrática, uma vez que foram prontamente estabelecidos mecanismos de controle das condutas e opiniões que "anteciparam" o regime autoritário instalado em 1937. Assim, no que se refere ao tema de nosso interesse, procuraremos compreender como o estabelecimento das práticas que levaram ao funcionamento do INE e do IBGE participaram desse processo, afastando as divergências e agregando os elementos simpáticos ao projeto de cooperação interadministrativa e propiciando a Teixeira de Freitas meios de pleitear a adoção de sua proposta de redivisão territorial do Brasil. Com a criação do IBGE, suas atividades tiveram grande impulso com a criação de suas Seções Regionais, do Serviço Gráfico e com a realização do Recenseamento de 1940, que envolveu a fase preliminar, sua realização e apuração.

Iniciemos, portanto, com a consolidação do INE e a criação do IBGE. A criação do INE envolveu um reordenamento das instâncias estatísticas do governo federal e afetou os

---

<sup>274</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro [et. ali.] (orgs.). Regionalismo e Centralização Política: partidos e Constituinte nos Anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 37.

serviços estatísticos estaduais. As correspondências consultadas mostram que Teixeira de Freitas se empenhou em colocar técnicos conhecidos em postos-chave para o desenvolvimento das atividades do INE. Dentre estes órgãos, além das Diretorias Municipais e Estaduais, destacavam-se os órgãos federais de diversos ministérios que integravam a estrutura organizacional do Instituto. Exemplo indicativo da argumentação utilizada por Teixeira de Freitas para a solicitação de acolhimento de suas indicações é a correspondência enviada a Luis Simões Lopes em 9 de junho de 1937 solicitando a nomeação de Benedito Silva ao cargo de Diretor Municipal de Estatística do Distrito Federal:

Ora, se não for dirigir aquela repartição um técnico e administrador de pulso e real capacidade, o Distrito Federal continuará sem estatística, e o nosso Instituto terá fracassado na Capital da República... É, pois, um imperativo culminante para os que devem ou desejam colaborar no engrandecimento da estatística brasileira, trabalhar para que aquele cargo seja provido por um alto valor técnico e moral.

O prezado amigo tem sido o patrono generoso do belo ideal consubstanciado nos fins do I.N.E. A tal ponto que este é, a bem dizer, obra sua. Participa, portanto, daquela responsabilidade moral. E eu venho concitá-lo a dar mais um dos seus decisivos golpes em benefício da consolidação da grandiosa instituição que tão carinhosamente estamos procurando dar ao Brasil.

Se o imperativo que se nos depara é aquele, o caminho que temos a seguir é este – conseguir que o novo diretor da Estatística Municipal seja o Benedito Silva. Para o prezado amigo não preciso aduzir uma só palavra de justificativa. Direi apenas que já fiz o que pude – aliás muito pouco – nesse sentido, e que sua tem de ser a intervenção decisiva.

Caso, entretanto, tenha outras intenções a respeito do Benedito, peço-lhe que não nos abandone ainda assim, neste caso, e trabalhe para que o novo diretor seja então ou o Costa Leite (da estatística do Trabalho) ou o Alexander de Moraes (da Estatística da Fazenda). Ambos de extraordinário valor, precisando ser aproveitados quanto antes em postos de maior responsabilidade. Mas sempre ao serviço da Estatística...<sup>275</sup>

Com os sucessos obtidos na incorporação dessas indicações, Teixeira de Freitas construiu, paulatinamente, uma extensa rede de colaboradores na Capital Federal e nos estados, o que lhe permitiu colocar o sistema estatístico planejado em funcionamento. Uma das principais medidas adotadas pelo INE e pelo CNE desde sua criação foi a criação de uma comissão de debates para a elaboração de uma Convenção Nacional de Estatística, que determinasse a imediata criação de serviços estatísticos nos estados, capitais e cidades de médio porte a partir de modelo de estruturação fornecido pelo INE. Como Secretário-Geral do INE, Teixeira de Freitas se empenhou, então, em negociar a adesão dos serviços estaduais ao sistema de coordenação do Instituto. Esta atividade se mostrou, conforme mostra a documentação, de difícil realização devido à incompatibilidade nos modos de trabalhar das repartições estaduais e municipais, e também devido a alegações de “invasões” dos âmbitos

---

<sup>275</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a Luis Simões Lopes, 18 de dezembro de 1937. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL 4, p.105

de competência das referidas agências. Surgiram manifestações de descontentamento de diversas partes, das quais destacamos duas, que acreditamos serem significativas para a análise em questão.

Dissemos acima que o processo de consolidação do novo Instituto enfrentou as idas e vindas do novo regime constitucional vigente desde 1934. Assim, importa aqui analisar as contestações levadas a público por opositores da nova organização das estatísticas brasileiras e a forma encontrada por Teixeira de Freitas, Secretário-Geral do novo órgão, para enfrentá-las. A defesa de uma ação enérgica por parte da Presidência do INE caracterizou a postura de Teixeira de Freitas, que foi responsável por diversas manifestações públicas em defesa da instituição e de sua atividade "abnegada" em serviço da nação. Essa defesa chegou, como veremos, a mobilizar os instrumentos contidos na Lei de Segurança Nacional editada em 1935, especialmente na contestação de acusações veiculadas através da imprensa, conforme pode ser percebido na matéria publicada no *Correio da Manhã*, jornal carioca, no dia 22 de outubro de 1935.

"Ninguém ignora que se passam fatos curiosos e inexplicáveis na administração brasileira. Um desses fatos é o caso do Instituto Nacional de Estatística.

Sentindo, embora ainda vagamente, que a tarefa dos administradores públicos se complica dia a dia, tornando-se cada vez mais exigente de técnica e informações objetivas – e isto porque a autoridade, e, com ela o campo de ação do Estado, se vêm ampliando extraordinariamente nesses últimos tempos – o governo brasileiro resolveu, em 1934, criar o Instituto Nacional de Estatística, órgão central destinado a promover a coordenação das atividades das repartições especializadas e a consequente uniformização dos resultados numéricos.

Inútil insistir sobre a oportunidade da medida. Não houve, ao que soubemos, uma só voz que se levantasse para formular sequer restrições a essa providência governamental.

Mas transcorreram-se meses e do governo não partiu mais nenhum ato indicativo de que pretendia executar o decreto da criação do Instituto. Muito tempo depois de ser criado o aludido órgão, quando já ninguém esperava a sua instalação, protelada indefinidamente sem motivo plausível conhecido, o governo voltou ao assunto e nomeou o presidente da nova entidade técnica.

A essa resolução sucedeu novo hiato, que se prolongará, sem dúvida, até quando o presidente da República, premido pelas imposições administrativas, verificar afinal de que já é chegado o tempo de abandonar o sistema dos palpites, à revelia do conhecimento quantitativo dos fenômenos de massa cujo estudo e solução lhe são afectos.

É ou não é curioso o fato de haver o governo nomeado um dos seus ministros para presidir uma entidade que não existe? Parece que o caso não comporta nenhuma hesitação. Ou a medida é oportuna, necessária e deve sair da inoperância de um decreto, ou não realiza essa condição e deve ser cancelada de vez das cogitações oficiais.<sup>276</sup>

---

<sup>276</sup> "Instituto Nacional de Estatísticas". *Correio da Manhã*, 22 de outubro de 1935, p. 4. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_04&pasta=ano%201935&pesq=Instituto%20Nacional%20de%20Estatistica](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%201935&pesq=Instituto%20Nacional%20de%20Estatistica)>. Acesso em: 12/03/2016.

Um primeiro exemplo significativo da postura adotada por Teixeira de Freitas frente às críticas ao INE pode ser percebido em sua solicitação a José Carlos Macedo de Soares para a veiculação de uma resposta a críticas veiculadas em agosto de 1935 no jornal "O Diário da Noite", de São Paulo a respeito da organização do INE. Na correspondência ao Presidente do Instituto, Teixeira de Freitas defendeu uma resposta rápida e enfática como meio de mostrar convicção quanto à proposta e a forma de estruturação do INE e para disseminar entre os profissionais da área uma interpretação adequada sobre o pensamento que movia a instituição.

"O Diário da Noite de São Paulo publicou há dias entrevista dos Srs. Euclides Tavares e Aristides Amaral, altos funcionários dos serviços estatísticos daquele estado, combatendo a criação do Instituto Nacional de Estatística. E o trabalho do segundo desses técnicos foi reproduzido pelo Jornal do Commercio desta Capital sob o título "São Paulo e a Centralização das estatísticas".

Ora, venham de onde vierem as críticas ao Instituto, e com maioria de razão se procederem de personalidades com credenciais técnicas, como é este caso, parece que precisam ser tomadas em consideração. Porque ou elas nos farão sugestões úteis para corrigir a orientação porventura defeituosa das nossas atividades, ou nelas se encontrarão pontos de vista sem apoio nos fatos, o que nos cumprirá esclarecer, não só para que a opinião pública encare com acerto as finalidades do Instituto, senão também para que entre os técnicos que formam os quadros profissionais dos serviços estatísticos brasileiros se possa estabelecer a perfeita compreensão da natureza, dos métodos e dos fins do grande sistema, que é o Instituto Nacional de Estatística, destinado a aproximar e articular todos aqueles serviços."<sup>277</sup>

O eixo argumentativo de Teixeira de Freitas em sua solicitação de resposta aos estatísticos paulistas gravitava em torno da discussão da ideia de "unificação". Em sua opinião, a ideia de unificação não seria maléfica se aliada à de coordenação. Durante a Primeira República a unificação teria convivido com um cenário de completa desarticulação dos serviços estatísticos locais, o que levava a esforços duplicados ou mesmo triplicados, em argumentação muito semelhante à adotada durante suas atividades em Minas Gerais, nas 33 Teses Estatísticas e no Convênio de 1931. A elaboração em torno da ideia de "unificação" teve como objetivo questionar o papel que os serviços estatísticos tinham na ineficiência dos inquéritos de interesse nacional.

"O Instituto veio, pois, para suprimir a unificação absurda anteriormente existente. E veio em nome da descentralização, da cooperação voluntária e da uniformização indispensável.

Mas, se é assim, como condenar-lhe a existência porque se condena aquela unificação e se preconizam a descentralização, a cooperação e a uniformização?

Aí é que está o mal entendido que, só ele, pode dar lógica àquela conclusão.

Tem-se falado em "unificação", é verdade, mas em sentido inteiramente diverso. A unificação em que temos trabalhado todos os chefes de estatística federal, sob a presidência de V. Excia, é coisa totalmente outra. É a unificação dos resultados, isto é, o esforço pelo qual temos selecionado, entre as várias séries de dados sobre as mesmas ordens de fatos, os mais autorizados e melhores, com a preocupação de

<sup>277</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a Macedo Soares, 28 de agosto de 1935. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL 3, p. 22.

estabelecer um conjunto homogêneo e perfeitamente coerente dos dados estatísticos que a União deva apresentar como oficiais. E esse esforço havia de ser acompanhado, como o foi, do propósito de encaminhas de logo as coisas no intuito de evitar daqui por diante o aparecimento de dados estatísticos de origem federal divergentes entre si, coisa comuníssima até agora."<sup>278</sup>

A defesa de Teixeira de Freitas tinha como foco a harmonização das atividades pretendida pela estrutura organizacional do INE, visto que somente a partir da adoção de um mesmo critério para a elaboração dos inquéritos e da coordenação de sua aplicação por um órgão nacional seria possível chegar a resultados úteis. A vinculação da ideia de "unificação" à de "resultados" invertia, assim, a crítica dos estatísticos paulistas, atribuindo o fracasso dos esforços à inobservância de critérios uniformes pelas Diretorias locais, objetivo que somente um órgão ao mesmo tempo "federativo e totalitário" poderia atingir plenamente.

"Falar também, aqui, em "direção" por um órgão central, não importa subordinação dos serviços estaduais a esse órgão. Se tomadas as estatísticas de interesse nacional se destinam logicamente a uma coordenação geral visando o levantamento dos quadros nacionais; se os seus dados, para esse fim, precisam ser obtidos em determinadas condições de prazo, de detalhe, de significação, etc; se a fixação desses requisitos é feita em princípio pelo Conselho Nacional de Estatística, órgão supremo do sistema federativo dos serviços estatísticos brasileiros; claro que é um esforço "diretor" ou "coordenador" de feição nacional, e dentro das normas prefixadas, tem sentido normal, é absolutamente indispensável, sem por em cheque de nenhuma forma a autonomia dos serviços associados. Onde e em que, de feito, essa "direção" assim restrita e condicionada prejudicaria a eficiência das estatísticas ou violentaria a auto-determinação dos órgãos estaduais e municipais? Não é ela exatamente a condição dessa eficiência e o resultado dessa auto-determinação?"<sup>279</sup>

A inversão do argumento dos críticos paulistas a partir da valorização do interesse nacional nas informações padronizadas é seguido, como podemos perceber, de uma pergunta que, além de cumprir importante efeito retórico de definir posições políticas em um contexto de acirramento das lutas entre o governo federal e os poderes locais, colocava Teixeira de Freitas e o INE na posição de debatedores, postura já adotada no início da correspondência, ao defender a resposta como forma de separar a boa crítica da má. Assim, admitindo (ao menos retoricamente) a possibilidade de erros, críticas e modificações no planejamento inicial, prevalecia a imagem de um profissional e uma instituição sérios, dignos da confiança dos governos e da opinião pública.

É perceptível, portanto, o esforço por afirmação de uma imagem pública da nova instituição por Teixeira de Freitas, não só entre a elite política, mas entre os estatísticos e a opinião pública. Além disso, é importante assinalar que a "arquitetura institucional" do INE

---

<sup>278</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a Macedo Soares, 28 de agosto de 1935. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL 3, p. 24;

<sup>279</sup> Idem, p. 25.

previa a articulação dos esforços de diferentes Diretorias de Estatísticas dos ministérios, o foi motivo de constantes conflitos de competência, dos quais apresentamos um ocorrido entre a Secretaria-Geral do INE/CNE e a Diretoria de Estatísticas do Ministério da Justiça no ano de 1937. A divulgação na imprensa da publicação contendo as divisões administrativas brasileiras como obra do INE gerou reações dentro da Diretoria de Estatísticas do ministério da Justiça, cujo Presidente, Heitor Bracet, membro do Conselho Nacional de Estatística, apresentou representação formal depois da publicação de um artigo intitulado "Um Equívoco" no jornal "A Offensiva", da Ação Integralista Brasileira. A reportagem critica a "anarquia" observada entre os serviços estatísticos brasileiros:

“O Correio da Manhã, de anteontem, teceu elogios ao Instituto de Estatística, afirmando que, devido ao seu esforço pode o país conhecer a sua divisão administrativa.

Há um pequeno reparo a fazer tendente a esclarecer o fato, que não é bem como apresentou aquele conceituado matutino. O serviço que estuda a divisão administrativa da Nação está subordinado à Diretoria de Estatística Geral do Ministério da Justiça, que o tem pronto há muito tempo e dele já deu conhecimento ao público.

Enquadra-se nas atribuições da segunda seção daquela Diretoria Geral, a cargo do Dr. Henrique Pereira de Lucena, que já representou ao diretor geral, Dr. Heitor Bracet, contra a invasão, por elementos estranhos, nos serviços que lhe compete executar. E, nas razões aduzidas por aquele diretor, há também um protesto contra os cálculos ora apresentados, que diferem das verdadeiras apurações deitas oficialmente por aquela repartição.

Quem quiser conhecer a exata divisão administrativa da República poderá encontrá-la no relatório que o Sr. Heitor Bracet apresentou no ano próximo findo, ao ministro da Justiça. Às páginas sessenta e seguintes consta a divisão judiciária e administrativa do Estado em 1933, detalhadamente exposta, com dados oficiais que não poderão sofrer contestação. A de 1936 está conferida e diverge um pouco da que foi abusivamente dada ao público.

O fato de aparecer, sob responsabilidade de outras repartições ou entidades que se dedicam ao mesmo estudo, publicações referentes ao assunto, demonstra a grande anarquia que lavra nos arraiais da burocracia brasileira, onde todos dão palpites e ninguém obedece.

A publicação, a que nos referimos, já vem sendo feita, há muitos anos, pela Diretoria citada, que possui a respeito da matéria volumoso arquivo.”<sup>280</sup>

Tomando conhecimento da representação de Henrique Pereira de Lucena, Teixeira de Freitas elaborou sua defesa, que apresentou ao Diretor de Estatísticas e Presidente do Conselho Nacional de Estatística, Heitor Bracet. Na correspondência, Teixeira de Freitas manifestou o descontentamento com o que considerava uma injustiça causada pela leitura desatenta do comunicado publicado no Correio da Manhã pelo técnico da Diretoria:

As arguições formuladas são que “o Conselho” – parece dever-se ler “a Secretaria Geral do Instituto” - com a publicação do seu “comunicado n.4”, ou com a coordenação dos trabalhos para o levantamento do quadro geográfico dos municípios:

<sup>280</sup> "Um Equívoco". A Offensiva, 30 de março de 1937. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL 4, p.56.

-atingiu a dignidade do cargo exercido pelo Sr. Diretor da 2ª Seção da Diretoria de Estatística Geral;  
-absorveu, em vez de “orientar, conjugar e coordenar”, as atividades dos órgãos estatísticos brasileiros;  
-destruiu, assim, estímulos;  
-rompeu com a continuidade de um “bom serviço”;  
-enxertou nesse “bom serviço” divergências inéditas;  
-violou flagrantemente dispositivos regulamentares;  
Tem, assim, o prezado colega – como qualquer outro membro da Junta o direito de retirar-me a qualquer tempo a sua confiança. E estou eu no dever de deixar o cargo a que me elevou o seu voto tão logo se positive qualquer demonstração de sua parte, desaprovando minha atuação. Diga-me, pois, se faz restrições quanto ao acerto dos meus atos, sejam quais forem, como Secretário do Instituto. Não desejando manter-me em tal cargo sem a confiança integral de todos os meus colegas da Junta, renunciá-lo-ei se a menor censura eu lhe houver merecido em face da representação do Lucena ou de quaisquer outros fatos.  
Outrossim, desejaria modificar, se possível, o juízo que o Lucena está formando da minha atuação. Por mais que reflita, não vejo como possa ele ter motivos de ressentimento contra mim, e procure pretexto para hostilizar-me. Nos fatos que se reporta, não encontrará ele – se os examinar com atenção e disposto a imparcial julgamento – a menor sombra de fundamento para qualquer animosidade a meu respeito ou a respeito do Instituto. Assim pensando, levo ao seu conhecimento – pedindo-lhe que me a restitua, - a resposta que eu deveria dar ao seu ofício n.70 se houvesse ele prevalecido.<sup>281</sup>

Interessa-nos aqui, na argumentação de Teixeira de Freitas, o apelo à “confiança integral” dos integrantes do Conselho Nacional de Estatística para sua a realização de suas atividades na Secretaria-Geral do INE. De acordo com a argumentação de Teixeira de Freitas, oposições como a observada por parte do técnico da Diretoria de Estatísticas do Ministério da Justiça teriam como fundamento hostilidades infundadas (decorrentes de ciúmes?) ou desconhecimento. Em muitas das ocasiões em que se observou este tipo de conflito de competência, Teixeira de Freitas utilizou esse tipo de argumentação baseada na afirmação do caráter “cooperativo” do sistema estatístico. Para Teixeira de Freitas, qualquer realização de um dos órgãos integrantes do INE seria uma realização do Instituto, não devendo os funcionários dessas repartições se sentirem diminuídos pela citação ao “órgão máximo de coordenação do sistema estatístico nacional”. A argumentação de Teixeira de Freitas a Heitor Bracet levou à solução do impasse com a elaboração de uma nota do Conselho Nacional de Estatística, cuja publicação foi solicitada pela Secretaria Geral.

"A propósito do tópico intitulado “Um equívoco”, da edição de 30 de março desse jornal, os abaixo assinados, o primeiro, Diretor de Estatística Geral e substituto eventual do Presidente do Instituto Nacional de Estatística, e o segundo, Secretário Geral do mesmo Instituto, pedem-vos a publicação dos seguintes esclarecimentos. O tópico em apreço refere-se a um *suelto* do “Correio da Manhã”, que tecera elogios ao Instituto Nacional de Estatística pelos seus esforços no sentido de conhecer, com atualidade e o mais minuciosamente possível, o quadro municipal brasileiro. E seus

<sup>281</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a Heitor Bracet, Diretor de Estatística Geral do Ministério da Justiça e Presidente do Conselho Nacional de Estatística, 31 de março de 1937. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL 4, p.28-29.

comentários reivindicam esses elogios e a iniciativa daquele estudo para a Diretoria de Estatística Geral, na suposição de que o Instituto de Estatística seja uma repartição distinta dessa diretoria e cuja interferência no assunto constitua uma invasão em alheio campo de competência.

Ora, essa apreciação não tem fundamento nos fatos. O Instituto de Estatística não é uma “repartição”, mas a “associação convencional” de todos os órgãos estatísticos brasileiros – tanto nacionais, como regionais ou municipais. De sorte que todas as realizações de quaisquer desses órgãos são obviamente realizações do Instituto. Certamente compete, dentro do Instituto, à Diretoria de Estatística Geral o levantamento das estatísticas histórico-administrativas do quadro da divisão territorial da República. Mas isto não quer dizer que o I.N.E., que é a entidade de natureza federativa responsável pela “estatística brasileira” na sua expressão totalitária, não possa ser declarado autor dos trabalhos executados por intermédio daquela diretoria, que é exatamente uma das suas “cinco repartições centrais” no “sistema federal” do Instituto.

Também carece de esclarecimentos o ponto em que os comentários da “A Offensiva” se referem a uma “representação” e a “um protesto” do diretor de seção Sr. Henrique Pereira de Lucena. Trata-se apenas de um documento da economia interna da Diretoria de Estatística Geral solicitando a atenção do Diretor Geral para certos pontos do trabalho de coordenação que a Junta Executiva Central do Instituto está executando. Visando as finalidades do Instituto uma larga e inédita coordenação de serviços públicos distribuídos por três esferas governativas diferentes e, em cada uma delas, por todos os setores da administração, era natural que surgissem no ajustamento das numerosas e variadas pelas de um organismo de tão vastas proporções, algumas dificuldades práticas no se conciliarem as autonomias que o sistema timbrou em respeitar, com o princípio da sua submissão voluntária à disciplina requerida pela obra coordenadora e unificadora que a Instituição tinha de realizar. No caso, tratou-se apenas de uma interpretação equivocada da Resolução n.6 da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística e de uma aparente divergência na interpretação, por dois órgãos do Instituto que deles legitimamente se ocupavam, de dados procedentes das mesmas fontes. O incidente resolveu-se imediatamente no âmbito da autoridade do Diretor de Estatística Geral, não repercutindo sequer na direção superior do Instituto.

Não se verifica, portanto, senhor redator, na economia interna do Instituto, nenhuma anarquia, mas ao contrário a devida hierarquização, com o ajustamento progressivo das atividades em torno de um dos mais importantes objetivos da administração pública. Nenhuma atuação “abusiva” ocorreu, tão pouco, achando-se todos os órgãos do Instituto bem identificados com os seus fins e profundamente conscientes do ideal de cooperação que lhes deve nortear permanentemente as atividades no seio do grande sistema nacional que responde hoje pela unidade, atualidade e aperfeiçoamento da estatística brasileira.

Agradecendo-vos a publicação desta carta, não obstante se ter tornado um tanto extensa, temos a honra de subscrever-nos.”<sup>282</sup>

Na ausência de uma resposta por parte do diretor do periódico, Teixeira de Freitas enviou dois telegramas à redação cobrando informações sobre o texto e solicitando sua publicação nas edições seguintes, para que não fosse necessário “apelar a outros meios” para a realização da retratação. Após duas semanas de tentativas, Teixeira de Freitas remeteu uma carta a Plínio Salgado, chefe da Ação Integralista Brasileira, solicitando a solução imediata do impasse.

“Na qualidade de Secretário Geral do Instituto Nacional de Estatística, peço venia para trazer ao seu conhecimento os fatos que se seguem.

<sup>282</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a Heitor Bracet, 31 de março de 1937. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL 4, p.28-42.

Este Instituto [...] distribuiu um “comunicado de imprensa” anunciando a próxima conclusão da caracterização geográfica do quadro municipal do país em 31 de dezembro de 1936 e divulgando o efetivo das municipalidades brasileiras naquela data.

A propósito dessa realização, o “Correio da Manhã” fez alguns comentários que exprimiam louvor às atividades do Instituto.

“A Offensiva”, órgão oficial do Integralismo, em sua edição de 30 de março, aludiu a esses comentários do “Correio da Manhã”, reivindicando para a Diretoria de Estatística Geral do Ministério da Justiça o mérito do trabalho referido no comunicado do Instituto, e teceu, por equívoco, considerações que apresentavam o I.N.E a uma luz desfavorável, como se houvera invadido atribuições daquela Diretoria e perturbado a boa ordem administrativa.

O Diretor de Estatística Geral, Dr. Heitor Bracet, e o signatário desta, dirigiram-se então à “A Offensiva”, em carta de 3 do corrente (cópia anexa), prestando-lhe os esclarecimentos necessários e pedindo fossem suas explicações divulgadas, como era conveniente para que os leitores do órgão da A.I.B não ficassem mal informados sobre um assunto de evidente importância.

Não tendo sido a carta publicada, foi, por pessoa da nossa amizade filiada ao Integralismo, pedida a intervenção do Sr. Thiers Moreira (a quem foi entregue a 2ª via da carta) para que a publicação se fizesse, como o exigiam a boa ética e os interesses do país.

No mesmo dia, já haviam os signatários da carta telegrafado ao Dr. Madeira de Freitas nos seguintes termos: “Pedimos a V.Excia se digne chamar ao seu conhecimento carta que lhe dirigimos e entregue nessa Redação em 3 corrente, a qual até hoje não foi publicada, não obstante conter esclarecimentos exigidos por um tópico desse jornal. Conhecendo a ideologia integralista e código de imprensa digno chefe da Ação Integralista Brasileira, estamos certos não precisaremos apelar a outro meio para defender o Instituto de Estatística da crítica menos justa formulada no tópico que motivou nossa carta.

Não obstante todos esses esforços para conseguir que o órgão da A.I.B fizesse justiça ao I.N.E, a publicação solicitada não foi feita até hoje, 14.

Esta comunicação, Sr. Dr. Plínio Salgado, dirigida ao criador da ideologia Integralista, ao organizador da A.I.B e ao autor do Código de Ética Jornalística, tem a significação de um apelo cujo alcance desejo seja interpretado pela sensibilidade moral do eminente brasileiro – o “Chefe Nacional do Integralismo” – que eu, convictamente, considero um dos mais sinceros, mais corajosos, mais capazes e mais justos dos nossos homens públicos.

Com as expressões de subido apreço.<sup>283</sup>

O comunicado do Conselho Nacional de Estatísticas sobre a polêmica envolvendo o INE e a Diretoria de Estatística do Ministério da Justiça foi publicado n'A Offensiva três dias após o envio da carta de Teixeira de Freitas, conforme foi possível observar em sua documentação de trabalho. Sua ação, neste caso, mostra como ele não mediu esforços para dirimir polêmicas e afirmar a interpretação "adequada" a respeito do regime de cooperação inter-administrativa, mobilizando os recursos - inclusive coercitivos - à disposição no momento. Secretário Geral do CNE e do INE, ele coordenava os trabalhos das instâncias deliberativas e executivas referentes às estatísticas nacionais. Teixeira de Freitas utilizou-se,

---

<sup>283</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a Plínio Salgado, 14 de abril de 1937. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL 4, p.58.

nesse sentido, de argumentação que evocou a coesão interna dos elementos constituintes do “sistema”, sob o risco de se desarticular a ação organizadora empreendida pelo INE.

Salta aos olhos também, nessa série de correspondências tratando da polêmica envolvendo "A Offensiva" e a Ação Integralista Brasileira, o pedido de renúncia contido nas entrelinhas de sua carta a Heitor Bracet. Aqui destacamos novamente a utilização do pedido de demissão como forma de influenciar em situações-limite, como a observada acima. No segundo capítulo, quando analisamos a atividade de Teixeira de Freitas em Minas Gerais, este recurso também observado, bem como seus desdobramentos. No caso aqui analisado, acreditamos ser possível afirmar que seu sucesso na refutação das críticas aponta para a consolidação de seu “lugar” dentro do INE/CNE e da estrutura administrativa do governo de Getúlio Vargas. A partir da “pacificação” dos focos de resistência ao regime de cooperação inter-administrativa e do aumento do seu poder de barganha entre os pares, Teixeira de Freitas pode solicitar do governo a cobrança pela participação dos governos estaduais no "pacto estatístico" que fundamentava o instituto. Assim, em correspondência de 12 de janeiro de 1938 a Luis Simões Lopes, ele solicitava sua intervenção junto ao Presidente da República para a “sensibilização” dos governos estaduais quanto à adesão ao esquema de atividades do INE:

Permita-me que trate aqui de um outro assunto – também ele urgente, que seria objetivo da nossa adiada conversa.

A estruturação definitiva do Instituto nos Estados está encontrando algumas dificuldades que precisam ser vencidas o quanto antes, utilizando-se um remédio “heroico”. Esse remédio só pode ser mais um telegrama do Presidente da República em que seja convenientemente posta em foco a relevância política dos objetivos do Instituto e principalmente das suas principais realizações este ano – o Atlas Corográfico do Brasil e o levantamento da balança comercial de cada uma das unidades políticas.

Mando-lhe aqui um esboço do telegrama cuja expedição pleiteio. É uma fórmula aveludada exteriormente, mas, no fundo, significativa e enérgica. Assim é preciso, porém. É legítimo que o Presidente da República se interesse pelo êxito das medidas de governo em que os Estados devem colaborar. E, dado o feitio displicente dos nossos governantes regionais, é preciso que esse interesse seja manifestado de um modo incisivo.

Se o prezado Amigo conseguir-nos a expedição deste telegrama, que se inscreverá indelevelmente nos anais do Instituto, peço-lhe que:

1. Seja ele expedido como “cotizado” e “urgente”, da Estação do Palácio Presidencial.
2. Me seja dado aviso da expedição, para que o Instituto faça a respeito um “Comunicado de Imprensa” e promova sua inclusão nos “Anais” do Congresso. Expressando uma breve e favorável resposta, abraça-o cordialmente.<sup>284</sup>

---

<sup>284</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a Luis Simões Lopes, 12 de janeiro de 1938. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL 4, p.17

Esta consolidação do "poder de barganha" de Teixeira de Freitas no bojo da afirmação do INE e o aumento de sua visibilidade e trânsito entre o alto escalão político brasileiro o impeliram a divulgar e defender a adoção de seu projeto de redivisão territorial, interiorização da capital e valorização dos municípios apresentado em 1932. Com a instalação definitiva do INE, Teixeira de Freitas, seu Secretário-Geral, passou a integrar também diversas instâncias consultivas do governo federal, especialmente Comissões que tratavam de assuntos relacionados às estatísticas e à segurança nacional. Essa sua "ascensão" ocorreu justamente no momento político que culminou no golpe que inaugurou o Estado Novo e submeteu novamente as forças regionais ao poder central. Acreditamos que Teixeira de Freitas levou esses dois fatores em consideração e, ciente deles, investiu novamente na apreciação de suas propostas pela cúpula do governo.

Reforçam esse argumento as correspondências enviadas a José Carlos Macedo Soares e a Luis Lopes Simões em 1937, que mostram Teixeira de Freitas empenhado em conseguir uma oportunidade de apresentar seu projeto de redivisão territorial do Brasil ao Presidente da República. Em correspondência a Macedo Soares, datada de 30 de novembro de 1937, Teixeira de Freitas solicita a opinião do Presidente do INE antes de buscar pessoas mais próximas ao Presidente.

"Pareceu-me que não seria inoportuno agitar sob reserva, no seio da Comissão de Estudos do Conselho Nacional de Defesa Nacional, a questão da redivisão territorial do Brasil, aventando a solução integral que talvez o Governo nacional lhe pudesse dar.

Gostaria, porém, de ouvir antes, sobre as minhas ideias e os termos em que as exponho, a sua opinião, que para mim seria não só a opinião de um estadista e de um patriota, mas também a de um amigo.

Mas, devo desde já deixar claro todo o meu pensamento. Se o alvitre fosse apresentado e acaso merecesse as simpatias do Governo, penso em que só uma figura de grande prestígio e extraordinária habilidade poderia conduzir os entendimentos e fixar as diretivas da campanha a realizar. E em nosso cenário político a única figura que vejo nas condições requeridas, com envergadura para prestar tão formidável serviço ao Brasil, é a do Embaixador Macedo Soares... De forma que a minha intenção era agir procurando conseguir que a Comissão acaso nomeada para estudar (ou realizar?) o projeto fosse presidida pelo estadista que o I.N.E tem a honra de ver na direção dos seus destinos.

Esse projeto mereceria o seu assentimento?

Pedindo licença para que um meu portador procure amanhã às 14 horas o original que ora lhe envio, e solicitando o obséquio de juntar-lhe, ainda que em breves palavras, o seu conselho, o seu ponto de vista e as suas ordens, desde já lhe agradece a condescendência."<sup>285</sup>

Teixeira de Freitas, na correspondência a Macedo Soares, além de cumprir um protocolo profissional, reportando-se ao Presidente da instituição da qual era Secretário-Geral,

<sup>285</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a Macedo Soares, 30 de novembro de 1937. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL 4, p.98

busca por pontos de sustentação de suas propostas junto ao Presidente da República, o que poderia influenciar na decisão do mandatário do governo brasileiro. Por mais que não tenha sido encontrada correspondência com a resposta de Macedo Soares, a consulta ao acervo de Teixeira de Freitas permite afirmar que ele obteve o seu assentimento para a apresentação do projeto a Getúlio Vargas. Em correspondência a Luis Simões Lopes datada de 18 de dezembro, ele solicitou sua interferência junto a Getúlio Vargas para a apresentação do projeto de redivisão territorial.

Como desejo, porém, conquistar sua completa adesão e o seu melhor apoio à campanha que estou tentando, é preciso que o prezado amigo se intere bem de todos os aspectos dos relevantíssimos problemas que ousei agitar no seio do Instituto e da Comissão de Segurança Nacional e os apresente ao Presidente Getúlio Vargas.

Peço-lhe, portanto, que leia previamente não só os papéis destinados ao Presidente, mas ainda a indicação – que também aqui lhe envio – apresentada à Comissão de Segurança e por essa submetida ao Governo. E para que se documente, mais de espaço, sobre os fundamentos e as razões dessa campanha, ponho ainda em suas mãos três conferências minhas onde se justificam cabalmente todas as medidas que venho propugnando.

Mas, meu caro Dr. Simões Lopes, tenha isto bem presente: é urgentíssimo e de capital importância, para os destinos do país, o programa que a estatística brasileira, pelas sugestões deste seu obscuro servidor, põe sob os olhos do Governo.<sup>286</sup>

A correspondência enviada a Luiz Simões Lopes é muito interessante para observar, novamente, a utilização do senso de urgência associado às medidas que pleiteava e, também, a leitura atenta que Teixeira de Freitas fazia da conjuntura política brasileira. Acreditamos ser possível afirmar que ele identificou momentos mais suscetíveis à apreciação de seu projeto de reorganização nacional, e os anos de 1937 e 1938 foram oportunidades em que ele acreditou ser possível chegar ao coração do governo para colocar em prática suas ideias de forma mais ampla que apenas na organização dos serviços estatísticos. Como mostramos no terceiro capítulo, Teixeira de Freitas realizou, justamente nesse momento, uma conferência sobre "a redivisão política do Brasil" publicada anos depois com a indicação de que teria sido proferida "perante um grupo de brasileiros de elevadas responsabilidades na direção de negócios públicos." Se os resultados da exposição de seu projeto de redivisão territorial demoraram a ser notados, como já observamos no capítulo anterior, o funcionamento do INE ganhou apoio decisivo do governo após a instituição do Estado Novo. Em 1938, com a criação do Conselho Nacional de Geografia, ele foi associado ao CNE para a criação do IBGE, produto que melhor

---

<sup>286</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a Luis Simões Lopes, 18 de dezembro de 1937. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL 4, p.105

exprimiam o projeto de cooperação interadministrativa apresentado por Teixeira de Freitas nas "33 Teses Estatísticas".

A partir da fundação do IBGE, Teixeira de Freitas, nomeado Secretário-Geral do órgão, se consolida como um “intelectual dos bastidores” a partir de quatro focos: a atuação incansável na imprensa, seja por via de comunicados oficiais, de réplicas a críticas de interlocutores ou entrevistas concedidas a veículos de comunicação locais; a consolidação do corpo técnico do IBGE e de sua estrutura administrativa capilarizada nos estados e municípios; a fundação do Serviço Gráfico do IBGE e o início da política editorial da instituição e, por fim, mas não em termos de importância, o Recenseamento de 1940.

O primeiro foco da atividade de Teixeira de Freitas após a criação do IBGE, sua atividade de divulgação das realizações do Instituto na imprensa periódica, contribuiu para que ele se tornasse uma referência no que se relacionasse às estatísticas nacionais. Para isso ele se valeu da estrutura governamental para, como vimos acima, solicitar a publicação de matérias, respostas às críticas e entrevistas que anunciassem "novos tempos" nas estatísticas brasileiras. As referências na imprensa à criação do IBGE e de suas atividades nos dois primeiros anos de atividade sinalizam para essa pretensão de mostrar uma espécie de "atestado de bons serviços prestados" pela instituição. Nesse processo de afirmação do IBGE, acreditamos que Teixeira de Freitas também investiu na forma como se dava a ver pelo grande público leitor dos jornais, associando sua pessoa às prerrogativas e responsabilidades de seu cargo de Secretário-Geral do IBGE e do CNE. Analisamos no capítulo anterior diversos artigos publicados por Teixeira de Freitas nos quais ele apresenta as atividades do instituto e celebra seus sucessos e a perspectiva de avanços que, segundo sua opinião, os trabalhos até então desenvolvidos permitiam prever. Tais artigos, resultados de conferências apresentadas entre educadores, políticos, estatísticos, militares e jornalistas, tinham, em nossa opinião, um duplo poder de afirmação da figura de Teixeira de Freitas. Em primeiro lugar, ressaltando o caráter cerimonial das ocasiões em que as conferências e entrevistas foram concedidas, elas mobilizavam o poder de persuasão, fortalecido pela linguagem grandiloquente, a postura, a impostação da voz, as metáforas utilizadas e o gestual do orador que ocupa um lugar privilegiado de fala. Depois, transformadas em textos, elas ganhavam outra roupagem, passando a divulgar não só as ideias, mas a imagem de Teixeira de Freitas como grande incentivador das estatísticas brasileiras entre um público mais amplo e que integrava as redes de trocas intelectuais e políticas do período.

Entre 1938 e 1945, Teixeira de Freitas procurou, além de estruturar o sistema estatístico brasileiro e garantir seu funcionamento, “fazer-se um nome”. Nas correspondências e nos recortes de jornais reunidos no FMATF foi possível encontrar vários exemplos da ação de Teixeira de Freitas a procura de divulgação das atividades do IBGE e afirmando a necessidade da “obra” realizada pela instituição. Os recortes de jornais, geralmente comunicados à imprensa enviados pelo IBGE, apareciam assinados ou pelo Presidente da instituição, José Carlos Macedo Soares, ou pelo próprio Teixeira de Freitas. Foi possível observar, nos diversos rascunhos encontrados entre a enorme massa documental consultada, que Teixeira de Freitas era quem elaborava tais comunicados, submetendo-os ao crivo da Presidência do IBGE ou ao Conselho Nacional de Estatística. Acreditamos que, entre 1938 e 1945, é possível observar a consolidação da atividade de Teixeira de Freitas como “homem público”, defensor do projeto ibgeano frente às críticas recebidas na imprensa, organizador de eventos como exposições, solenidades e congressos sobre temas ligados às estatísticas. Licenciado de seu cargo no Ministério da Educação e Saúde, Teixeira de Freitas se dedicou integralmente ao IBGE e ao CNE, tendo seu nome ligado de forma indissociável à instituição até o final da década de 1940. Por intermédio de canais dotados de capilaridade proporcionados pelo IBGE, chegando até municípios distantes da Capital Federal, Teixeira de Freitas se tornou um ponto de referência dentro dos serviços públicos federais, um centro articulador do debate, um construtor, acompanhado pelos “seus” de um ramo de intervenção política com o objetivo de “organizar” o Brasil.

Seu segundo foco de atividade foi a estruturação do corpo técnico do IBGE, em processo semelhante ao que ocorreu com o INE. Quando da criação do IBGE, em 1937, sua estrutura organizacional foi definida da seguinte maneira: O mais alto posto na instituição era o de Presidente, ocupado por José Carlos Macedo de Soares, com o auxílio, na Secretaria-Geral, de Teixeira de Freitas. O Instituto era organizado a partir dos dois Conselhos que lhe deram origem: o CNE e o CNG, instâncias consultivas e deliberativas que se reuniam periodicamente. Os Conselhos integrantes do IBGE eram formados por uma Assembleia Geral, uma Junta Executiva Geral, Juntas Executivas Regionais e Seções Técnicas. Abaixo dos Conselhos, havia a Divisão Técnica, sediada na Capital Federal, as Diretorias Regionais e as Agências Municipais. Essa estrutura de organização, já adotada no INE, foi utilizada para a

realização de "Campanhas Estatísticas" anuais para a apuração dos dados de interesse do Governo Federal.<sup>287</sup>

A ascensão de Teixeira de Freitas à Secretaria-Geral do IBGE, cargo executivo e que o colocava em contato direto com diferentes agentes do campo político e estatístico brasileiro, possibilitou, como vimos a indicação de diversos profissionais com os quais ele já havia adquirido proximidade após duas décadas de trabalho nas estatísticas nacionais e mineira. Com a estruturação do IBGE, seu esforço foi direcionado para a regularização de suas atividades para a apuração dos resultados estatísticos relativos aos estados. A partir dessa relação com os integrantes da estrutura organizacional do IBGE em suas sedes regionais e mesmo com os funcionários municipais encarregados da apuração dos dados locais, Teixeira de Freitas empenhou-se em estimular o sentimento de pertencimento a uma grande causa entre os integrantes da instituição. Acreditamos ser interessante analisar, nas próximas páginas, os meios através dos quais Teixeira de Freitas procurou promover essa solidariedade entre os técnicos que dirigia e, também, exercer sua função diretiva de cobrar a observância dos Convênios que sustentavam o sistema do IBGE. Exemplo dessa atividade, da qual foi possível observar incontáveis exemplos na documentação consultada, é a carta enviada a Hildebrando Clark, Delegado Regional do IBGE em Minas Gerais, solicitando as informações em atraso para o fechamento de relatórios estatísticos e publicações.

"Vamos publicar a estatística do comércio inter-estadual com a nota de não haver Minas enviado sua contribuição. Pelo menos foi o que nos disse o Léo [de Affonseca] na última reunião da Junta. Mas consentirá V nisso, quando é certo, ao que me disse várias vezes, que o seu Departamento tem esse trabalho concluído? É que é do Anuário de Belo Horizonte? Tem-me feito uma grande falta, pois quero apresentá-lo como modelo a todos os Estados."<sup>288</sup>

A cobrança pelo envio dos resultados das estatísticas estaduais por parte dos Delegados Regionais do IBGE foi uma constante na atividade cotidiana de Teixeira de Freitas. Tais pedidos, além de requisitarem o cumprimento das obrigações dos serviços conveniados reunidos sob a coordenação do IBGE, também serviam para a discussão de assuntos que envolviam a indicação de pessoas para postos vagos e estratégias para angariar o apoio de autoridades políticas locais às políticas estatísticas. A partir da estruturação de sua rede de colaboradores regionais, Teixeira de Freitas pode partir para um trabalho mais aprofundado de mobilização dos agentes municipais. Assim, entre 1938 e 1945, Teixeira de

---

<sup>287</sup> SENRA, Nelson de Castro. (org.) História das Estatísticas Brasileiras - Vol. III: Estatísticas Organizadas (1936-1972). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008, p. 136-153.

<sup>288</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a Hildebrando Clark, 24 de outubro de 1938. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL 4, p.14

Freitas participou da organização de um conjunto de técnicos, burocratas e políticos sensíveis à necessidade de estabelecer, com regularidade, os critérios dos inquéritos e sua aplicação na ponta da cadeia das estatísticas. Esse objetivo era essencial para a realização do Recenseamento de 1940, como veremos mais a frente.

É importantíssimo citar terceira frente de atuação de Teixeira de Freitas na Secretaria-Geral do IBGE: a criação de seu Serviço Gráfico, em 1939, e de suas linhas editoriais. Nomeado diretor do Serviço Gráfico do IBGE, Teixeira de Freitas passou a acumular as tarefas ligadas às diversas publicações lançadas pela instituição, tornando-se editor de periódicos como o Anuário Estatístico Brasileiro, os Boletins Estatísticos e a Revista Brasileira de Estatística.

O Serviço Gráfico ocupava um espaço importante no projeto de construção do sistema de cooperação interadministrativa que caracterizava o IBGE. Vimos, nos capítulos anteriores, que a atividade de Teixeira de Freitas em Minas Gerais, na década de 1920, apostou maciçamente na publicação dos resultados dos trabalhos estatísticos como forma de sensibilizar autoridades, mostrar a produtividade de tais serviços e integrá-los nas redes de técnicos e instituições responsáveis pela produção e circulação de informações no Brasil. A criação do Serviço Gráfico do IBGE pode ser, em nossa opinião, inserida dentro do panorama de abertura de novas frentes editoriais a partir do crescimento da estrutura administrativa do Estado, especialmente, com a criação de Conselhos, Institutos e Comissões técnicas. Segundo Tânia Regina de Luca, o movimento editorial brasileiro, que já experimentava grande efervescência desde a década de 1910 com a profusão de periódicos como a "Revista do Brasil", ganhou forte impulso nas décadas de 1930 e 1940 devido a uma gama de fatores. Em primeiro lugar, a autora destaca as modificações dentro do campo intelectual brasileiro nesse período, com um processo gradativo de especialização, cisões e reagrupamentos em torno de instituições e pessoas e, especialmente, o crescimento do mercado de trabalho para aqueles que desenvolviam as "profissões intelectuais".<sup>289</sup> Fernanda Rios Petrarca, em análise que se alinha com a de Tânia de Luca, defende que o Estado brasileiro participou, em muitos casos, do processo de autonomização de campos profissionais, especialmente ao organizar instâncias técnicas e deliberativas que conferiam legitimidade à atividade daqueles que, até então, ficavam "a meio caminho" entre diversas formações. Esta ação estatal teve importância

---

<sup>289</sup> DE LUCA, Tânia Regina. Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944). São Paulo; Ed. UNESP, p. 118-119.

especial para aquelas profissões que se detinham sobre a "arte de governar"<sup>290</sup>, o que pode ser atribuído, em nossa opinião, ao saber/fazer estatístico.

Dado este panorama, as políticas editoriais tiveram grande peso no processo de autonomização de campos do saber até então não abarcados pelos cursos universitários existentes no Brasil, como o caso das estatísticas. Observamos, no segundo capítulo, que a formação dos estatísticos brasileiros geralmente se dava a partir da obtenção de títulos superiores nas áreas da engenharia, medicina e direito, com grande peso dos contatos pessoais dos postulantes a cargos e do aprendizado a partir da prática. Na ausência de cursos de estatística no país, os profissionais simpáticos a esta área do saber geralmente adquiriam *expertise* a partir da admissão na estrutura burocrática federal, estadual e municipal e da leitura e discussão de obras, fossem elas estrangeiras ou nacionais. Essa circulação de obras era garantida pelas publicações produzidas pelos serviços estatísticos já existentes, com destaque para a DGE e para serviços estaduais, como os de Minas e São Paulo. O espaço conquistado pelas políticas estatísticas a partir de 1930, que pode ser atribuído também à atividade de Teixeira de Freitas, possibilitou a expansão dos núcleos de produção e circulação dos discursos estatísticos e, para isso, o Serviço Gráfico do IBGE teve grande importância. Com sua fundação, a capacidade de impressão e mobilização de agentes do campo estatístico cresceu de forma notável, bem como o controle da nova instituição sobre prazos e a qualidade dos produtos colocados em circulação nas redes de sociabilidades formadas por instituições, instâncias políticas e agentes individuais.

Em suas oficinas o IBGE imprimiu diversos tipos de publicações, entre cartilhas, boletins, anuários, monografias, atlas e revistas. A primeira publicação lançada pelo Serviço foi o livro "Brazil 1938", um importante esforço editorial com vistas à propaganda do país em outros países. Caracterizada como *"new survey of brazilian ay of life - Economic, financial, labour and social conditions from a general point of view."*<sup>291</sup>, a publicação recebeu tratamento editorial apurado, com capa de couro com o brasão da República em alto relevo, título em letras impressas na cor azul dispostas na diagonal, com sombreamento na indicação do ano de 1938.

---

<sup>290</sup> PETRARCA, Fernanda Rios. Esfera política e processos de consolidação dos saberes profissionais. In.: SIEDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal. (orgs.) As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, p. 109-115.

<sup>291</sup> "Uma nova pesquisa sobre a vida brasileira. Condições econômicas, financeiras, trabalhistas e sociais a partir de um ponto de vista geral." (Tradução nossa)



Imagem 08: Capa de "*Brazil 1938*". Acervo Biblioteca Dr. Ricardo Levene, Buenos Aires, Argentina. Foto: Mariana Morais Silveira, Abril/2015.

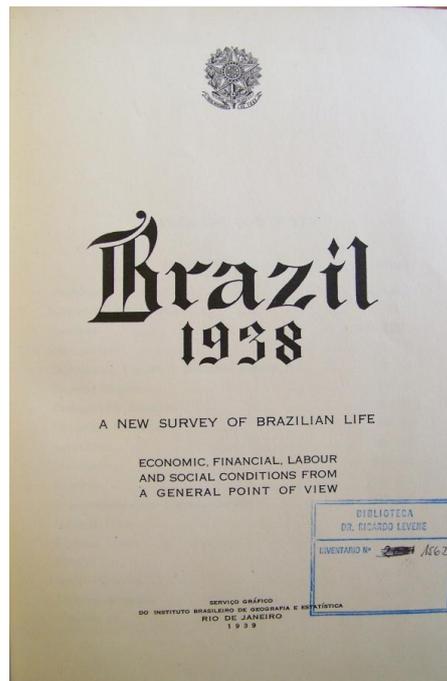


Imagem 09: Contra-capa de "*Brazil 1938*". Acervo Biblioteca Dr. Ricardo Levene, Buenos Aires, Argentina. Foto: Mariana Morais Silveira, Abril/2015

Suas características materiais permitem afirmar que "*Brazil 1938*" foi concebido como importante instrumento daquilo que Eliana Dutra chama de "diplomacia do livro" existente no Brasil durante o Estado Novo. Esta política de difusão cultural existente durante o Estado Novo foi marcada pela doação de livros para bibliotecas, embaixadas e centros culturais dos países do Cone-Sul e de outras regiões da América e Europa, bem como pelo intercâmbio de publicações entre as instâncias técnicas das administrações nacionais.<sup>292</sup> Dentro dessa perspectiva, além de promover a difusão de uma imagem do Brasil marcada pela afirmação do Estado Novo, a publicação de "*Brazil 1938*" também se inseria no circuito de trocas existente entre os serviços estatísticos internacionais e também nos assuntos relacionados ao comércio exterior. Segundo consta em seu prefácio, a elaboração do volume foi requisitada pelo Ministério das Relações Exteriores e cumpria com o objetivo de fornecer aos estrangeiros um panorama o mais completo possível da situação brasileira, apresentando, senão os dados mais completos, pelo menos aqueles considerados mais fundamentais para estimular o interesse fora das fronteiras nacionais. Importa ressaltar que a edição consultada para a realização desta tese, depois de buscas realizadas em acervos brasileiros, foi encontrada na Biblioteca Ricardo

<sup>292</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. Projetos editoriais e exposições do livro no espaço latino-americano: intelectuais e trocas culturais. 1930-1940. In: Primer Coloquio Argentino de Estudios sobre el Libro y la Edición, 2012, La Plata. Primer Coloquio Argentino de Estudios sobre el Libro y la Edición. La Plata- Buenos Aires: UNLP - CONICET, 2012. p.4

Levene, em Buenos Aires, instituição fundada a partir do acervo do historiador argentino que foi presidente da Academia Nacional de História entre 1934 e 1956, além de ter ocupado importantes cargos públicos no governo de Augustín Pedro Justo.

Essa informação permite vislumbrar o alcance das redes utilizadas na disseminação de "*Brazil 1938*" ao redor do mundo e o alinhamento da política editorial do IBGE com os objetivos de difusão de uma imagem do Brasil pelo Estado Novo. A "diplomacia do livro" empreendida pelo Instituto Nacional do Livro, órgão criado em 1937 para ampliar a circulação de ideias e difundir a cultura brasileira por meio da publicação de suas obras fundamentais, teve grande receptividade no Uruguai e na Argentina, com a organização Semanas do Livro Brasileiro nos dois países e a recepção de Semanas Uruguaias e Argentinas no Rio de Janeiro.<sup>293</sup> Um dos articuladores do intercâmbio de livros entre a Argentina e o Brasil foi justamente Ricardo Levene, em cujo acervo encontramos o exemplar aqui analisado de "*Brazil 1938*". Ainda que não haja evidências que vinculem a publicação do IBGE à iniciativa de cooperação entre os dois países, é possível associar a presença da edição do IBGE na biblioteca da Levene como indicativo do aquecido mercado de trocas envolvendo publicações técnicas de diversas áreas de atuação governamentais ou privadas.

O interesse do governo de Getúlio Vargas em fornecer informações sintetizadas sobre o Brasil atingiu, portanto, múltiplos círculos de sociabilidade intelectual e política, consolidando também o IBGE como instituição responsável pela realização dos inquéritos estatísticos e apuração de seus resultados. Para divulgar a situação brasileira, a publicação foi dividida em diversos capítulos que permitem ver a abrangência do panorama que se queria passar da "realidade nacional": Prefácio, Lista de Artigos Especiais, Índice (de tabelas), Introdução, Figuras Excepcionais da História do Brasil, Situação Física, Situação Demográfica, Produção Extrativa, Agricultura, Pecuária, Indústria, Transportes e Comunicações, Comércio Interno, Comércio Exterior, Finanças, Situação Social, Situação Cultural e Turismo.

A lista de colaboradores também mostra o esforço de Teixeira de Freitas, à frente do Serviço Gráfico do IBGE, para reunir os expoentes dos quadros do governo de Getúlio Vargas, destinando aos mesmos pequenos artigos e verbetes que constituíam a seção inicial de "*Brazil 1938*". Entre os colaboradores, podemos destacar Azevedo Amaral (síntese da

---

<sup>293</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. Projetos editoriais e exposições do livro no espaço latino-americano: intelectuais e trocas culturais. 1930-1940. In: Primer Coloquio Argentino de Estudios sobre el Libro y la Edición, 2012, La Plata. Primer Coloquio Argentino de Estudios sobre el Libro y la Edición. La Plata- Buenos Aires: UNLP - CONICET, 2012. p. 8-9.

situação política), Padre Leonel França (perfil biográfico do Padre Anchieta), General Góes Monteiro (perfil biográfico do Duque de Caxias), Alceu Amoroso Lima (artigo sobre literatura), Mário de Andrade (artigo sobre música) e Santa Rosa (artigo sobre teatro). As demais seções são compostas por tabelas que apresentam os dados estatísticos consolidados pelo corpo técnico do IBGE no ano de 1938, o primeiro de funcionamento da instituição.

TABLE OF CONTENTS	
SUBJECT	PAGES
Foreword.....	IX- XII
List of Special Articles.....	- XIII
Synopsis.....	XV-XXII
Introduction.....	1- 6
Outstanding Figures in Brazilian History.....	7- 14
Physical Situation.....	15- 33
Demographic Situation.....	35- 47
Extractive Production.....	49- 89
Agriculture.....	91-168
Live-stock.....	169-189
Industry.....	191-212
Transportation and Communications.....	213-242
Internal Trade.....	243-248
External Trade.....	249-323
Finance.....	325-341
Social Situation.....	343-358
Cultural Situation.....	359-397
Tourism.....	399-424 *

Imagem 10: Sumário principal de "Brazil 1938", publicado pelo Serviço Gráfico do IBGE em 1939. Acervo Biblioteca Dr. Ricardo Levene, Buenos Aires, Argentina. Foto: Mariana Morais Silveira, Abril/2015.

LIST OF SPECIAL ARTICLES	
	PAGES
<i>Synthesis of a Political Evolution</i> — By AZEVEDO AMARAL, Author and publicist.....	3- 6
<i>Anchieta</i> — By FATHER LEONEL FRANCA S. J., Writer.....	9- 10
<i>Bartholomeu Lourenço de Gusmão</i> — By AFFONSO DE E. TAUNAY, Historian.....	11- 12
<i>Caxias</i> — By GENERAL GOES MONTEIRO, Chief of the General Staff of the Brazilian Army.....	13- 14
<i>Boundaries</i> — Introductory article — By COLONEL RENATO B. RODRIGUES FERREIRA, Technical Adviser to the Ministry of Foreign Affairs.....	17- 18
<i>Coffee</i> — Introductory article — By JAYME FERNANDES GUEDES, President of the National Coffee Department.....	116-117
<i>Sugar</i> — Introductory article — By BARBOSA LIMA SOBRINHO, President of the Sugar and Alcohol Institute.....	149-151
<i>Federal Public Health and Sanitary Services</i> — By DECIO PARREIRAS, M. D., Inspector of Health Centres, Federal District.....	346-348
<i>National Institute of Pedagogical Studies</i> — By LOURENÇO FILHO, Director of the Institute.....	364-366
<i>Literature</i> — By ALCEU AMOROSO LIMA, Writer and literary critic.....	375-379
<i>Painting</i> — By FLEXA RIBEIRO, Professor, National School of Fine Arts.....	379-380
<i>Music</i> — By MARIO DE ANDRADE, Writer and art critic.....	383-385
<i>Theatre</i> — By SANTA ROSA, Draftsman and art critic.....	385-387

Imagem 11: Relação dos "artigos especiais" elaborados como introdução à publicação "Brazil 1938". Acervo Biblioteca Dr. Ricardo Levene, Buenos Aires, Argentina. Foto: Mariana Morais Silveira, Abril/2015.

Além de "Brazil 1938", destacam-se como as duas principais publicações do IBGE a RBG e a Revista Brasileira de Estatística, foco de nosso interesse. Ambas foram editadas pelo IBGE a partir de 1940 de acordo com as diretrizes dos respectivos Conselhos Nacionais. Possuíam tiragens de aproximadamente 5.000 exemplares e periodicidade trimestral, que foi assegurada com a criação do Serviço Gráfico do IBGE em 1939. Em suas páginas foram publicados artigos dos principais estudiosos dos aspectos geográficos e estatísticos do Brasil, com grande profusão de imagens – geralmente em preto e branco -, quadros e tabelas. Alguns desses estudos foram publicados de forma fracionada, integrando diversos números das revistas. Dentre os autores figuram integrantes dos principais serviços geográficos e estatísticos brasileiros, assim como expoentes da intelectualidade nacional e pesquisadores

estrangeiros em colaboração com o IBGE ou a convite do mesmo. Teixeira de Freitas dedicou grande esforço para a criação do Serviço Gráfico do IBGE e de suas duas revistas, certamente tendo em vista a importância dos mesmos dentro do círculo de serviços estatísticos e da estrutura administrativa do Estado Novo. A RBE era continha as seguintes seções: sumário, Artigos, “Vultos das Estatísticas Brasileiras” (homenagens aos “pioneiros das estatísticas no país”, com gravuras e uma espécie de elogio biográfico), “De Ontem e de Hoje” (transcrição de estudos e projetos considerados importantes para a consolidação das estatísticas brasileiras), “Noticiário” (relato de eventos e solenidades patrocinadas pelo IBGE e outras instituições) e “Legislação” (reunião das deliberações do Conselho Nacional de Estatística e das leis e resoluções votadas). Além destas seções, integravam a revista comentários sobre os serviços estaduais de estatística e as principais obras publicadas sobre temas relativos às áreas de especialidade do C.N.E. Estes artigos, analisados dentro do conjunto maior de textos publicados pela R.B.E, mostram que Teixeira de Freitas, no cargo de Secretário-Geral e Editor-Chefe, procurou coordenar os debates, pautar temas, colocar suas propostas “na ordem do dia” a partir da seleção de autores e temas que contribuíssem com dados que corroborassem com seus projetos.

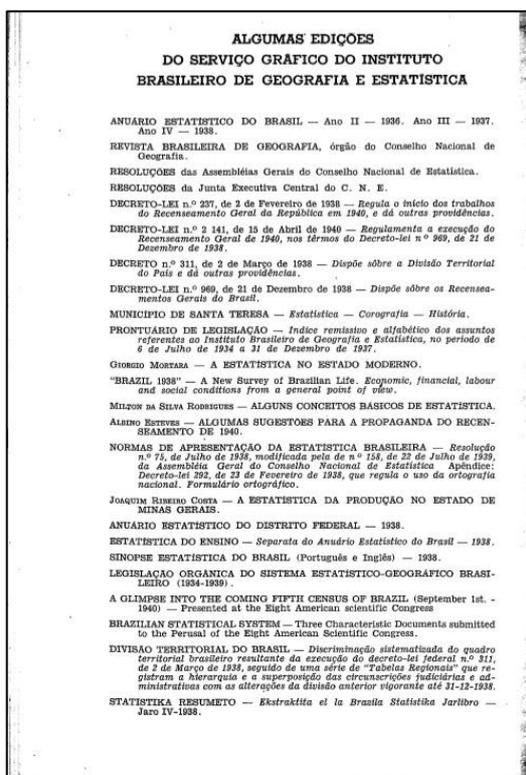


Imagem 12: Anúncio das publicações lançadas pelo Serviço Gráfico do IBGE em 1939. In.: Revista Brasileira de Estatística, Vol. 01, no. 01, jan-mar/1940, p. 3.

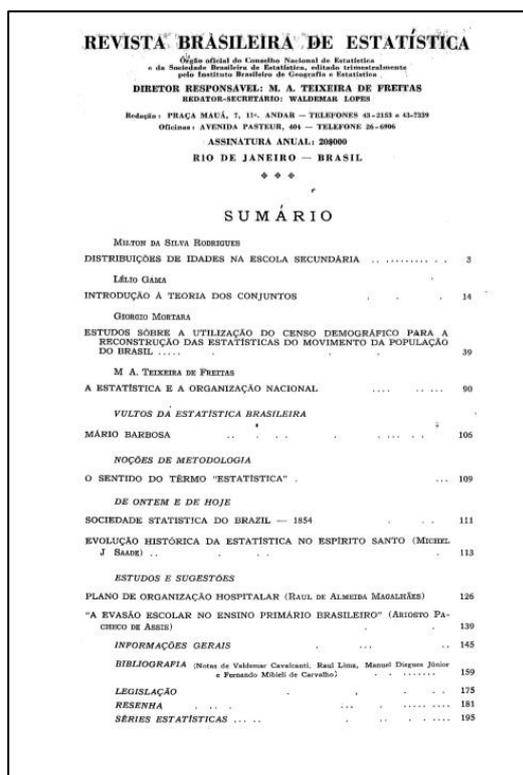


Imagem 13: Sumário da Revista Brasileira de Estatística, Volume 2, número 5, referente aos meses de janeiro a março de 1941. In.: Revista Brasileira de Estatística, Vol. 01, no. 01, jan-mar/1940, p.1.

Nas imagens reproduzidas acima é possível observar como a Revista Brasileira de Estatística foi um veículo difusor das demais publicações do Serviço Gráfico do IBGE, elaborando listagens de títulos de interesse daqueles que se dedicassem aos serviços estatísticos em todos os níveis. Além disso, informações dispostas no cabeçalho do sumário permitem afirmar que a publicação foi criada com o objetivo de se tornar um veículo responsável pela publicação constante de estudos referentes a aspectos das estatísticas brasileiras, discussões teóricas e apresentação de metodologias de pesquisa. A Revista aceitava assinaturas anuais, a um custo de 20\$000 (vinte mil réis), que poderiam ser requisitadas através do envio de correspondência para a redação do periódico, que se situava na sede do IBGE.

Se levarmos em consideração, como mostrado no terceiro capítulo, que a grande maioria dos artigos e estudos técnicos de Teixeira de Freitas foram publicados a partir da fundação do Serviço Gráfico do IBGE e que o principal veículo de difusão de seu projeto foi a Revista Brasileira de Estatística, esta constatação sobre o “segundo tempo” de sua atividade ganha força e nuances. À frente da Revista Brasileira de Estatística e do Serviço Gráfico do IBGE Teixeira de Freitas teve a oportunidade de participar ativamente do circuito de trocas intelectuais na área das políticas estatísticas e territoriais. O mais importante a ser ressaltado aqui é que essa participação passou a se dar a partir das posições de autor e de editor, o que potencializou a ressonância de seu projeto e o alçou à condição de “referência” nos assuntos estatísticos. Teixeira de Freitas passou então a procurar e ser procurado por técnicos e intelectuais brasileiros, solicitar textos e receber pedidos de publicação, ocupando uma posição estratégica na afirmação de uma cultura estatística no Brasil. O Serviço Gráfico do IBGE contribuía decisivamente para a consolidação desse espaço, uma vez que possibilitava a Teixeira de Freitas a impressão rápida dos volumes editados pelo IBGE, muitos deles contendo artigos e estudos de sua autoria. Em muitas correspondências foi possível observar Teixeira de Freitas mencionando pedidos de impressão de seus textos para o envio a autoridades e funcionários dos serviços estatísticos ligados ao IBGE. Conforme apresentado na Tabela 03, localizada no terceiro capítulo, a partir de sua posse como Diretor do Serviço Gráfico do IBGE e Diretor da Revista Brasileira de Estatística a produção textual de Teixeira de Freitas cresceu significativamente: 16 dos seus 31 artigos e estudos foram publicados na RBE. O Serviço Gráfico do IBGE foi o responsável pela impressão das cinco edições de “Problemas de Base do Brasil”, lançadas entre 1942 e 1950. Os boletins e anuários estatísticos

contavam, na maioria dos casos, com editoriais e artigos introdutórios de Teixeira de Freitas. As resoluções e comunicados do CNE passaram a ser impressos nas oficinas do Serviço Gráfico do IBGE e distribuídos por todo o país a partir da estrutura de comunicação estabelecida entre os órgãos vinculados ao IBGE..

Nos anos iniciais da década de 1940 os artigos publicados por Teixeira de Freitas na RBE integraram praticamente todos os volumes do periódico, integrando a seção de Artigos e "De Ontem e de Hoje". Essa especificidade, no nosso entender, mostra Teixeira de Freitas já na posição de "referência" no que se referia à organização dos serviços estatísticos, daí a inclusão de trabalhos seus na seção dedicada a obras referentes ao histórico das estatísticas brasileiras. Assim, ele passava a ocupar, na RBE e entre muitos estatísticos brasileiros, lugar entre os "Vultos das Estatísticas Brasileiras" apresentados na seção de mesmo nome. Já seus textos publicados na seção de artigos advinha de sua atividade no Ministério da Educação e Saúde e das conferências públicas, que se multiplicaram com a fundação do IBGE. Muitos eram os públicos dessas conferências: membros do alto escalão do governo, militares, jornalistas, estatísticos e até professores do ensino primário de todo o Brasil em visita ao Rio de Janeiro e à sede do IBGE. Essas atividades "complementares" de Teixeira de Freitas no Serviço Gráfico do IBGE e como editor da Revista Brasileira de Estatística lhe possibilitaram difundir para um público muito mais amplo seu projeto de reorganização nacional na forma de artigos. Assim, sua participação no debate público sobre a "questão nacional" cresceu consideravelmente à medida em que ele se consolidou como um aglutinador de autores e importante figura no ramo da produção e circulação de impressos. Teixeira de Freitas não escondia sua empolgação com relação ao Serviço Gráfico do IBGE, conforme observa-se em trecho de correspondência enviada a José Carlos Macedo de Soares em 1939 reproduzido abaixo.

Meu caro Presidente,

Esta tem por fim principal felicitar o nosso querido chefe pelo aparecimento da "Revista Brasileira de Geografia" - órgão oficial do C.N.G.

É uma bela realização do Leite de Castro, que, também ele, está de parabéns. E foi impressa em nostra tipografia, constituindo verdadeiro "*record*": entre o recebimento dos originais e a distribuição da Revista só decorreram 16 dias!

Pensou-se, para festejar o acontecimento, em inaugurar-se a esse ensejo a Tipografia. Opus-me, porém: primeiro, porque ela não está ainda totalmente instalada; segundo, porque a solenidade deve ter a presença do nosso Presidente."<sup>294</sup>

---

<sup>294</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a Macedo soares, de 7 de fevereiro de 1939. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL 6, p. 20

Mostra dessa diversificação das interlocuções de Teixeira de Freitas a partir da fundação do IBGE, de seu Serviço Gráfico e da RBE é o aumento significativo do número de correspondências reunidas entre os anos de 1937 e 1947. As peculiaridades do IBGE como órgão da administração estatal - sua vinculação direta à Presidência da República e sua influência sobre os diversos ministérios – tiveram, em nossa opinião, grande importância para o aumento da visibilidade da atividade de Teixeira de Freitas e de seus trânsitos entre a elite política e técnica brasileira. Foi durante os anos do Estado Novo, também, que as iniciativas governamentais apresentaram maior abertura às propostas que integravam o projeto de “reorganização nacional” de Teixeira de Freitas. Não é por acaso, em nossa opinião, que entre 1937 e 1945 Teixeira de Freitas tenha submetido o plano de redivisão territorial do Brasil para análise de ministros e do Presidente da República por sete vezes, praticamente uma por ano. Como já observamos no terceiro capítulo, os rumos do Estado Novo até 1942 encorajaram Teixeira de Freitas a insistir em seu plano. A criação da Fundação Brasil Central, do Serviço de Recenseamento e dos primeiros territórios federais (Iguassú, Ponta-Porã e Rio Branco), as medidas de assistência ao trabalho e as discussões sobre a mudança da capital da República para o Planalto Central forneceram indícios a Teixeira de Freitas de que as medidas radicais que postulava estavam na ordem do dia do Estado Novo. A profusão de textos publicados - que presumem, também, um grande número de conferências públicas e para plateias mais restritas - mostram, em nosso entendimento, essa preocupação em aproveitar as portas abertas e o clima receptivo a sua atividade. Assim, entendemos que o IBGE foi um importante lugar de fala para que Teixeira de Freitas apresentasse seu projeto de "reorganização nacional" investido de legitimidade institucional associada ao Estado Novo.

O quarto foco da atuação de Teixeira de Freitas à frente da Secretaria-Geral do IBGE foi a organização das atividades relacionadas à realização do Recenseamento de 1940. Nesse sentido, o Decreto-Lei nº 237, de 2 de fevereiro de 1938, complementou a estrutura da instituição e criou a o SNR, que deveria, em articulação com o IBGE e os demais órgãos públicos e privados, executar o Recenseamento Geral de 1940. O SNR era subordinado à Comissão Censitária Nacional, órgão composto por representantes de todos os ministérios do Estado Novo. Teixeira de Freitas teve papel central na configuração desses serviços, consultando os membros do Conselho Nacional de Estatística para a elaboração de listas tríplexes de indicações para a direção dos novos órgãos. Sua atividade na organização do Recenseamento de 1920 em Minas Gerais foi um dos fatores que determinaram sua centralidade em 1940 e, para isso, de muito valeram suas conferências transformadas em

artigos. O estabelecimento do "modelo mineiro", aprofundado pelo Convênio de 1931 e a Lei Estatística que sacramentou a criação do INE e do CNE foi um processo para o qual contaram o poder de difusão de seu projeto de "reorganização nacional" e a habilidade para construir redes entre o alto escalão político do governo de Getúlio Vargas e, ao mesmo tempo nas instâncias técnicas da administração estatal. Assim, o modelo de organização do pessoal envolvido nas atividades do Censo de 1940 foi semelhante ao adotado em 1920 em Minas Gerais, com a grande importância para a figura dos Agentes Municipais e Itinerantes, subordinados às Seções Regionais do SNR (SNR). Foi dada grande importância também à elaboração de mapas municipais, o que foi instituído pelo Decreto-Lei nº 311 de 1938, que dispunha sobre a obrigatoriedade da existência de dados a respeito da divisão administrativa dos municípios em distritos, cidades e vilas e a delimitação de suas áreas urbanas e suburbanas. Tais informações foram utilizadas pelo SNR na divisão dos setores censitários, área de abrangência do trabalho dos recenseadores.<sup>295</sup>

A amplitude da tarefa do IBGE e do SNR nessa empreitada era muito maior do que a encarada por Teixeira de Freitas em sua atividade nas décadas anteriores. Assim, para o sucesso do Recenseamento era vital a participação das instâncias locais na conscientização da população a respeito da importância do fornecimento de dados corretos para a aferição da real situação brasileira e, a partir disso, o planejamento das ações com o objetivo de resolver as principais deficiências do país. A Direção do SNR ficou a cargo do mineiro José Carneiro Felipe, engenheiro e estatístico, ex-Diretor da Escola de Minas de Ouro Preto e ex-pesquisador do Instituto Manguinhos, que agregou à sua equipe a figura de Rafael Xavier, Diretor de Estatística e Produção do Ministério da Agricultura e figura próxima a Teixeira de Freitas desde as discussões para a criação do INE. As atividades do SNR, inicialmente decorridas em ritmo satisfatório, logo passaram a sofrer críticas dos integrantes da Comissão Censitária Nacional, órgão interministerial criado para a discussão dos critérios a serem adotados no Recenseamento de 1940. Assim, em correspondência a Juarez Távora, datada de 7 de fevereiro de 1940, Teixeira de Freitas expôs, solicitando confidencialidade, a situação do SNR, que sofria com a contestação da morosidade de seus serviços.

"Venho expor ao eminente amigo - mas em caráter estritamente confidencial - a contingência, em que provavelmente me verei dentro de poucos dias, de lembrar o seu nome como o mais capaz, senão o único no momento, de prestar ao nosso Instituto e ao Brasil um relevantíssimo serviço. E espero que, terminada a leitura dessas linhas, me possa enviar a palavra de aquiescência que nos ponha a cavaleiro

---

<sup>295</sup> SENRA, Nelson de Castro. (org.). História das Estatísticas Brasileiras, Vol III - Estatísticas Organizadas (1937-1972). Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008, p. 142.

da crise que vamos enfrentar.

Como sabe, não lhe tendo sido possível aceitar o encargo de dirigir o Recenseamento Geral da República, foi essa Comissão atribuída ao Prof. Carneiro Felipe. Esse nosso ilustre compatriota tem honrado a confiança do Governo, realizando um esforço quase sobre-humano para superar dificuldades de toda sorte. Venceu-as, é verdade, ou ainda as está vencendo, no que se refere à fase preparatória da campanha, lançando a operação segundo um plano magnífico, que dará ao Brasil, se vitorioso, um acervo esplêndido de dados sobre suas condições de vida, colocando o país no primeiro plano, entre os povos cultos, no que concerne a empreendimentos censitários.

Mas esse primeiro êxito não foi conseguido sem que algum descontentamento surgisse no seio da Comissão Censitária Nacional pela morosidade com que certas etapas da campanha se vieram desenvolvendo. E como a mágoa que isto causou ao Carneiro Felipe se junta à extraordinária fadiga que lhe trouxeram os sacrifícios feitos até agora, parece que, segundo confidência que ouvi, só espera ele a efetivação das últimas providências do lançamento da operação, o que terá lugar até o dia 15, para relatar ao governo a auspiciosa situação de normalidade já conseguida nos trabalhos a seu cargo [...] e solicitar então sua substituição."<sup>296</sup>

As dificuldades enfrentadas pelo SNR - e que também foram enfrentadas, em grande medida, pelo próprio IBGE - abarcavam um amplo leque de contendas envolvendo os governos estaduais e municipais, bem como a ação "usurária" dos cargos por alguns agentes censitários e a falta de informação das populações locais. Teixeira de Freitas participava assiduamente das atividades da SNR, seja através de seu contato pessoal cotidiano com Carneiro Felipe e Rafael Xavier, seja através de farta correspondência trocada com agentes estatísticos e censitários regionais e municipais. A relação entre Teixeira de Freitas e esses agentes locais era marcada pela cordialidade e pela intensa cobrança com base em informações obtidas por terceiros, como no caso abaixo, em que o Delegado Regional do Recenseamento em Santa Catarina, Lafayette Penna, se dirige ao Secretário-Geral do IBGE em resposta a indagações sobre a conduta de um agente censitário no território caratinense.

"da minha parte, tenho agido e continuarei agindo com o máximo rigor e vigilância não permitindo, em absoluto, procurem transformas as funções do Censo em meras sinecuras. Já exonerei quatro delegados municipais que se mostraram ineficientes e desidiosos no cumprimento dos seus deveres e a todos eles fiz sentir as minhas disposições de não transigir em se tratando dos interesses do Recenseamento."<sup>297</sup>

As críticas e denúncias de abuso das prerrogativas profissionais ocupavam um importante espaço nas relações entre Teixeira de Freitas e seus subordinados diretos, contribuindo para o aprofundamento dos laços profissionais e pessoais. Colaboradores como Hildebrando Clark, já presente neste capítulo, e Rafael Xavier mostram de forma exemplar essa relação, ao mesmo tempo, próxima e tensa, marcada por contestações vindas de vários

<sup>296</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a Juarez Távora, 7 de fevereiro de 1940. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO 0 IBGE COR1 VOL7, p.71.

<sup>297</sup> Correspondência de Lafayette Penna, Diretor Regional do SNR em Santa Catarina, a Teixeira de Freitas, 24 de julho de 1940. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL7, p. 115-116

segmentos do campo político e técnico brasileiro. Uma correspondência anônima encontrada entre a documentação de trabalho de Teixeira de Freitas, provavelmente datada do início da década de 1940, é bastante ilustrativa do clima efervescente dos "bastidores" das repartições estatísticas e censitárias brasileiras do período. Nessa carta-denúncia, o redator acusa Rafael Xavier, um dos principais colaboradores de Teixeira de Freitas desde a criação do INE, de incompetência e conduta inadequada dentro do SNR.

"Pede-se que seja publicado, para conhecimento das autoridades competentes, o que se passa aqui no Serviço Censitário depois que para cá foi despachado esse Dr. (?) Raphael Xavier, que se tornou indesejável no DASP e em outras repartições. Desprovido de qualquer parcela de conhecimento técnico do serviço a que foi designado não se sabe por quem para "Diretor Técnico". Ora, este homem não é técnico em coisa nenhuma deste mundo. É até muito ignorante. O que ele é é astucioso, arrogante, com muita filaucia. Se não fosse a grande prudência e sabedoria do Prof. Carneiro Felipe, já se teria de lamentar muita coisa desagradável causada por tal personagem."<sup>298</sup>

O comunicado anônimo enviado a Teixeira de Freitas vai além nas acusações a Rafael Xavier, arrolando práticas controversas junto aos funcionários e a utilização dos recursos destinados ao Grêmio Censitário, associação dos agentes e técnicos censitários do SNR, para fins outros que os definidos pelos próprios funcionários. A linguagem utilizada na carta anônima, cheia de malícia, dá a entender que Rafael Xavier se beneficia da proximidade com Teixeira de Freitas para escapar à fiscalização de sua conduta, causando, por isso, transtornos a seu chefe imediato, Carneiro Felipe. Não foi possível encontrar nenhum encaminhamento à denúncia anônima, tampouco manifestação de Teixeira de Freitas a Raphael Xavier para a apresentação do documento, porém sua permanência no SNR e, depois no IBGE, permitem afirmar que a denúncia não abalou a confiança no colaborador pernambucano, tendo sido devidamente "abafada" pelo Secretário-Geral do IBGE.

O apaziguamento das tensões que envolveram o estabelecimento do SNR foi acompanhado de uma intensa campanha de mobilização da população para a realização do Censo. Para isso não foram medidos esforços, tendo o IBGE utilizado todos os meios que estavam ao seu alcance para disseminar a "causa" do Recenseamento. Cartazes, faixas nas ruas, panfletos, adesivos, matérias em jornais de grande circulação, *boxes* de propaganda com dizeres que valorizavam o censo como forma de conhecer "o Brasil através dos números" foram os recursos mais utilizados, valendo-se da proximidade do IBGE com órgãos de imprensa oficiais do governo, como os do Ministério da Educação e Saúde e do Departamento de Imprensa e Propaganda. A RBE e a RGE também entraram na campanha, apresentando em suas páginas frases em defesa do Recenseamento e estimulando a participação popular como

---

<sup>298</sup> Correspondência anônima a Teixeira de Freitas, sem data [provavelmente início da década de 1940]. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência:BR AN RIO 0 IBGE COR22, p. 1-2.

forma de promover a consciência nacional. A realização do Censo de 1940 estava alinhada com os objetivos do regime do Estado Novo com relação à segurança nacional e racionalização dos esforços com vistas à promoção do progresso nacional. Assim, o conhecimento do povo e do território brasileiros eram de suma importância para se aferir o verdadeiro potencial do país frente a seus vizinhos e às potências mundiais.<sup>299</sup>

Em uma configuração que, como vimos, alinhava os objetivos do Censo de 1940 aos do próprio IBGE e, porque não também, aos do projeto de reorganização nacional de Teixeira de Freitas, cabe ressaltar o esforço do Secretário-Geral do Instituto na criação de um "espírito de corpo" entre os funcionários das repartições estatísticas e censitárias. Com esse objetivo foram instituídas diversas datas comemorativas, como o Dia do Estatístico e o dia do Ibgeano (29 de maio, data de Fundação do IBGE), marcadas por solenidades e eventos que reuniam os funcionários das divisões técnicas. Além disso, uma série de eventos eram organizados pela Secretaria-Geral do Instituto, como a Páscoa do Ibgeano, festas juninas e comemorações natalinas. Nessas ocasiões eram estimuladas as relações de camaradagem e a criação de laços de sociabilidade que extrapolassem o âmbito profissional, formando uma categoria social a serviço do bem nacional. Os estatísticos e, mais especificamente, os ibgeanos, compartilhavam de um "ideário cívico" que pregava uma "missão" a cumprir que se expressava nas palavras de Teixeira de Freitas: "Faça o Brasil a estatística que deve ter, e a estatística fará o Brasil como deve ser".

Os trabalhos de aplicação dos questionários do Recenseamento de 1940 foram largamente divulgados na imprensa de todo o Brasil, com o auxílio das redes do governo federal. As Delegacias Regionais do SNR também contribuíram para manter o tema na "pauta do dia", e a realização do Censo foi considerada um sucesso por Teixeira de Freitas. No entanto, o trabalho de apuração se mostrou muito mais complexo do que o previsto, tendo durado longos anos. O primeiro volume do Recenseamento Geral do Brasil de 1940 foi lançado apenas em 1943, e consistia de sua introdução, solicitada por Teixeira de Freitas ao educador Fernando de Azevedo, importante intelectual brasileiro e ex-diretor da Biblioteca Pedagógica Nacional, que compunha diversas coleções editoriais, dentre elas a Coleção Brasileira, uma das mais ambiciosas iniciativas editoriais brasileiras alinhadas com o mote da promoção da nacionalidade. A publicação de "A Cultura Brasileira", introdução ao Recenseamento Geral do Brasil de 1940", foi acompanhada, de intensa divulgação na RBE e

---

<sup>299</sup> GOMES, Ângela de Castro. População e Sociedade. In.: GOMES, Ângela de Castro. (coord.) História do Brasil Nação - Vol. IV: Olhando para dentro (1930-1964). Rio de Janeiro: Objetiva/ Fundação Mapfre, 2013, p. 46.

na RBE, com resenhas de colaboradores ilustres, como o próprio Teixeira de Freitas. A publicação de "A Cultura Brasileira" foi apresentada como o primeiro de muitos resultados do Censo de 1940 que, no entanto, tardaram a chegar. O IBGE e Teixeira de Freitas, por sua vez, continuaram empenhados nas campanhas estatísticas, na cobrança por resultados dos Convênios Estatísticos e na defesa do projeto de redivisão territorial, interiorização da capital e educação rural. Entre 1937 e 1945, como vimos, o principal núcleo difusor das propostas de Teixeira de Freitas foi a política editorial do IBGE. O aumento da participação do Instituto no fluxo de publicações de Teixeira de Freitas pode ser associado à articulação dos temas de suas conferências, associando as medidas integrantes de seu projeto de reorganização nacional à promoção da efetiva Segurança Nacional almejada pelo regime do Estado Novo.

Os resultados do Recenseamento de 1940, publicados com muitos anos de atraso pelo IBGE, suscitaram severas críticas ao modelo de organização adotado pela instituição desde sua fundação em 1938, baseado, por sua vez, na proposta de cooperação interadministrativa apresentada por Teixeira de Freitas desde 1930. Até o final do Estado Novo, em novembro de 1945, o IBGE e seu Secretário Geral desfrutaram de uma posição privilegiada dentro da estrutura administrativa do governo federal, com forte poder de influência nas esferas estaduais e municipais. A partir de 1945, como veremos na próxima seção, o regime de cooperação interadministrativa, tal como proposto por Teixeira de Freitas e aplicado no Instituto, sofreram ataques contundentes que escaparam do poder de persuasão, ou mesmo de silenciamento, da instituição, ganhando os jornais e contribuindo para o abalo do lugar construído por Teixeira de Freitas para si. Esta emergência pública das críticas ao IBGE marcam o início do que consideramos o terceiro tempo de Teixeira de Freitas nos serviços estatísticos federais, marcados pela contestação de sua "obra" institucional e, tendo em vista a estreita associação entre seus projetos estatístico, nacional e de vida, encarados como uma afronta pessoal ao que considerava ser um "esforço abnegado" em benefício da nação. Os tempos estavam mudando, e o espaço para as políticas "orgânicas" em diversos setores da administração pública perderam espaço para a especialização e a transferência da autoridade para conferir *expertise* aos cursos universitários.

### 3.3. O ocaso e a memória: o “mestre”, o “amigo” e o afastamento do IBGE

Como vimos na seção anterior, a consolidação do IBGE e de Teixeira de Freitas como seu principal “porta-voz”, ocorrida entre 1937 e 1945, não se deu sem problemas, e os principais se relacionaram à formação do "sistema" estatístico com cooperação entre os três entes federados e à realização do Recenseamento de 1940, que não deixava de se associar ao primeiro. Teixeira de Freitas colaborou ativamente para a estruturação de uma rede de colaboradores dedicados ao levantamento dos dados para o recenseamento. Não faltaram pedidos de indicação para os postos criados com a fundação do SNR. Teixeira de Freitas articulou a presença de membros do corpo técnico do IBGE nos órgãos censitários, como forma de manter garantir que as atividades fossem desenvolvidas a partir do esquema de cooperação inter-administrativa. Observou-se, então, que muitos dos integrantes do corpo técnico do IBGE passam a acumular cargos nos serviços estatísticos, fato que pode ser observado também por parte do próprio Teixeira de Freitas, que acumulava a Secretaria-Geral do CNE e do IBGE, a direção do Serviço Gráfico do IBGE, a direção da Revista Brasileira de Estatística, além de sua colaboração no Ministério da Educação e Saúde.

A principal característica do sistema ibegeano defendido por Teixeira de Freitas era seu caráter associativo, pretensamente voluntário mas, como vimos, claramente influenciado pelo contexto político do Estado Novo e pelo uso das ferramentas de "produção de consensos" pelos representantes da administração federal. A dinâmica de funcionamento do sistema estatístico nacional, estabelecido primeiramente no Convênio de 1931 e, depois, na estruturação do INE, do CNE e do IBGE previa que os estados e municípios teriam responsabilidades na manutenção das repartições estatísticas, seguindo o modelo apresentado pelo órgão federal e fornecendo as informações periódicas para a elaboração dos relatórios mensais, trimestrais e anuais. A partir de 1942 essa "confederação" de órgãos estatísticos passou por processo de centralização, com a absorção das Agências Municipais pelo IBGE e, para custear as novas atividades, foi criado um imposto municipal destinado a um fundo especial. Com isso, as determinações da "cabeça" do sistema passaram a se sobrepôr cada vez mais às práticas disseminadas nos estados, mesmo aquelas relacionadas, como afirmava Teixeira de Freitas, à política dos "pistolões". As resistências que, como vimos, se apresentavam ora de forma institucional, ora de forma velada, por meio de correspondências e bilhetes anônimos, evidenciam tanto os limites do projeto ibegeano de Teixeira de Freitas,

tanto o "outro lado da moeda" da celebração do sucesso da obra estatística do Instituto.

Esta configuração, no entanto, passou a ser duramente criticada a partir do fim do Estado Novo, principalmente devido à liberalização da imprensa, antes controlada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. A partir de 1946 jornais como o Correio da Manhã, da Capital Federal, passaram a questionar os resultados do Recenseamento de 1940 e atribuí-los à má condução dos mesmos por parte dos altos funcionários do IBGE. Questionava-se o atraso na publicação dos resultados do censo, como em matéria do Correio da Manhã, de 12 de dezembro de 1945, que afirmava não ser possível “governar, às vésperas do ano de 1946, com dados referentes a 1920”.<sup>300</sup> Nas correspondências dos anos de 1945 e 1946 é possível perceber a atuação de Teixeira de Freitas em duas frentes. Primeiro, junto aos responsáveis pelas delegacias regionais e municipais dos serviços de recenseamento, para que os dados fossem enviados sem atraso para publicação. Estes contatos mostram Teixeira de Freitas cobrando os resultados dos esforços que coordenava, com a argumentação constante de que os recursos que o IBGE proporcionava para a realização das tarefas seriam mais do que suficientes para a conclusão dos trabalhos e que a demora causaria a perda de prestígio da obra “já em marcha” de “reorganização nacional”. O segundo esforço, caracterizado pelas intervenções na imprensa com o objetivo de rebater as críticas veiculadas, mostram Teixeira de Freitas afirmando a autoridade do IBGE e de seus técnicos e, sobretudo, a contribuição já dada pelo Instituto a “um país que, até ontem, vivia a pedir informações desconstruídas a repartições cheias de incapazes sem o menor senso de coordenação”.

Assim como no caso envolvendo Raphael Xavier no SNR, a crítica ao modo de organização do “sistema” estatístico coordenado pelo IBGE, bem como das atividades desempenhadas pela instituição em seus diversos níveis, também se deu a partir da contestação da capacidade técnica de seus integrantes, bem como de denúncias de “apadrinhamento”, “conchavos” e “condutas reprováveis”, como foi possível observar em mais de uma dezena de cartas anônimas enviadas a Teixeira de Freitas entre 1944 e 1947 o alertando sobre os abusos cometidos por representantes do IBGE nos estados, ou mesmo por parte de integrantes do Conselho Nacional de Estatística. Conforme foi possível observar, Teixeira de Freitas chegou a encaminhar algumas destas denúncias para averiguação mais detalhada por parte do Conselho Nacional de Estatística, sem maiores desdobramentos. Em correspondências confidenciais enviadas a Macedo Soares, Teixeira de Freitas defendeu

---

<sup>300</sup> Correio da Manhã, 12 de dezembro de 1945. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO 0 IBGE COR28, p. 27.

constantemente sua equipe alegando o alto valor moral dos integrantes da “obra de construção das estatísticas brasileiras”, de modo que seria injustiça suspeitar da idoneidade daqueles que, “com tão pouco, teriam construído tanto”.

As dificuldades em “coordenar” os serviços estatísticos integrantes do IBGE saltam aos olhos na correspondência dos anos de 1945 a 1950. Teixeira de Freitas buscou o apoio do Presidente do IBGE, José Carlos Macedo Soares, para a “sensibilização” dos colaboradores, porém os resultados obtidos não foram os mesmos de 1937, quando os interventores foram “enquadrados” pela solicitação do Presidente Getúlio Vargas. Após o término do Estado Novo, percebe-se que o poder de solicitação do IBGE e de Teixeira de Freitas diminuem sensivelmente. A centralidade do IBGE passou a ser contestada por outras instâncias ligadas ao discurso estatístico, principalmente os serviços de estatísticas militares e os grupos de profissionais que se formaram no exterior, trazendo para o Brasil uma concepção mais acadêmica, calcada na matemática e voltada não para a sistematização dos dados em análises globais, mas para a composição de tabelas de índices que pudessem servir como base para a tomada de decisão dos ministérios e demais órgãos executivos do Governo Federal. Interessante observar, na réplica de Teixeira de Freitas a tais críticas, a ênfase em uma das características do campo estatístico no período estudado: a demarcação ainda fluida dos contornos dessa área do saber. Em ofício a José Carlos Macedo Soares datado de 17 de novembro de 1946, Teixeira de Freitas comentou as críticas feitas à ausência de engenheiros na direção dos órgãos estatísticos vindas de setores militares e publicadas no Correio da Manhã. Teixeira de Freitas opõe-se à exigência de conclusão de cursos superiores em engenharia como pré-requisito para o ingresso nos serviços estatísticos, argumentando com base na “tradição” de gerações de estatísticos formados a partir da prática nas instituições oficiais:

Ora., Sr. Presidente, isto importaria em admitir que a quase totalidade dos estatísticos brasileiros, no passado e no presente, mereciam e não merecem este nome, não passando de uns impostores, a ocupar posições que, numa administração honesta, não lhes poderia caber. E esta afirmativa, entretanto, seria uma injúria gratuita, não só ao Brasil, mas também às figuras digníssimas dos cidadãos que fizeram a estatística brasileira através de dificuldades não excedidas em qualquer outra parte do mundo, e que chegaram a resultados que honrariam a mais culta nação.

Pouquíssimos engenheiros têm dirigido serviços de estatística geral no Brasil. O ativo das estatísticas brasileiras é quase exclusivamente fruto do esforço e da competência de bacharéis em Direito, de médicos e de técnicos sem curso superior. Aureliano Portugal, Willemann, Marques de Oliveira, Luiz Leitão, Parreiras Horta, Oziel Bordeaux Rêgo e tantos outros, entre os mortos, foram estatísticos de primeira ordem e não tinham o diploma de engenheiro.

Entre os vivos, estamos aqui, nós os membros do Instituto, diretores de serviços de estatística, que não somos engenheiros, mas somos, sem dúvida, estatísticos, sem o que seríamos homens desonestos, a dirigir importantíssimos órgãos da administração

pública sem termos para isso idoneidade intelectual e profissional.<sup>301</sup>

Interessante notar que a argumentação de Teixeira de Freitas não busca a afirmação da autoridade “técnica” dos integrantes do Instituto, mas ressalta características como “idoneidade” e “honestidade”. Frente aos questionamentos a respeito da “expertise” dos integrantes do IBGE, Teixeira de Freitas investiu na argumentação de que, a despeito de não possuírem formação específica na área das estatísticas ou em áreas afins, como a Engenharia, os membros do IBGE possuiriam autoridade advinda da “obra” de construção do sistema estatístico brasileiro, encarada por Teixeira de Freitas como a própria institucionalização do campo estatístico no Brasil. As correspondências recebidas por Teixeira de Freitas em apoio aos comunicados veiculados na imprensa mostram como a valorização do “heroísmo” dos “consolidadores das estatísticas brasileiras” foi reafirmada pelos integrantes do IBGE. Em fevereiro de 1946, por exemplo, o Diretor Regional de Estatísticas de Minas Gerais, Hildebrando Clark, indicado ao cargo por Teixeira de Freitas, manifesta sua indignação e solidariedade ao Secretário-Geral do IBGE:

Prezado mestre e amigo Dr. Teixeira de Freitas,

Tomei conhecimento ontem de sua resposta aos ataques tecidos no Correio da Manhã por membros do Serviço de Estatísticas Militares. Não poderia ter ela vindo em melhor hora. Há muito que percebo o desmerecimento da obra de construção deste que se tornou o maior sistema de informações deste país. Estes ataques, em minha opinião, partem daqueles que enxergam nas estatísticas apenas números frios, meros “dados” carentes de sentido, de orientação, de finalidade. O esforço levado adiante por você durante todos estes anos são mais do que suficientes para dotá-lo de perfeita autoridade para ocupar o cargo que ocupa. Digo mais. A obra que o senhor construiu foi a da consolidação das estatísticas, e como estatístico me sinto no dever de afirmar que nos sentimos parte de um corpo, de uma família, a família estatística brasileira, graças ao senso de heroísmo que lhe impeliu a desbravar tão complicada seara. O senhor, é fato, não possui diploma de engenheiro ou coisa parecida. Mas a magnitude da obra que é o IBGE faz destes títulos mera “perfumaria”, quando o que importa são ações concretas que possibilitem o exercício de nossa profissão.<sup>302</sup>

Na resposta de Hildebrando Clark transcrita acima salta aos olhos um elemento que foi muito percebido na correspondência enviada a Teixeira de Freitas nos anos finais de sua atividade profissional: a valorização de uma espécie de “discipulado” formado a partir da estruturação dos serviços estatísticos nacionais. “Mestre”, “professor”, “amigo” são qualificações frequentemente encontradas nas correspondências enviadas por funcionários de agências localizadas nos estados e em diversos municípios do Brasil. Acreditamos que a

---

<sup>301</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas a José Carlos Macedo Soares, 17 de novembro de 1946. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL. 18 p.82

<sup>302</sup> Correspondência de Hildebrando Clark a Teixeira de Freitas, 17 de fevereiro de 1946. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL. 18 p.82.

afirmação dessa dimensão “professoral” de Teixeira de Freitas tenha feito parte de sua consolidação como um “intelectual” responsável pela afirmação do campo das estatísticas no Brasil. Interessante notar, também, que a consolidação do campo das estatísticas operada pelo IBGE levou à formulação de questionamentos sobre os aspectos técnicos de sua atividade, e essa contestação foi respondida com a afirmação da legitimidade decorrente do “pioneirismo”. Em correspondência a seus colegas mais próximos do Conselho Nacional de Estatísticas Teixeira de Freitas manifestou seu descontentamento com o que considerava “ingratidão” de setores da administração pública que, na verdade, estariam pleiteando o lugar que ele ocupava. Em suma, alegava estar farto dos ciúmes despertados pelo sucesso do IBGE, aventando com a possibilidade de renunciar aos seus cargos no CNE e no IBGE. Contribuía também para esta determinação o fato de Teixeira de Freitas ter sido diagnosticado com uma doença degenerativa que afetava sua visão, motivo pelo qual ele passou a usar óculos com lentes escuras a partir de 1944. Em 1947, após 11 anos à frente da Secretaria-Geral do CNE e 10 anos de atividade no IBGE, Teixeira de Freitas remeteu seu nono pedido de renúncia, baseado na alegação de que seu estado de saúde requeria cuidados especiais e impedia a plena realização das múltiplas tarefas pelas quais era responsável. Sua renúncia foi aceita pelo CNE que, na mesma ocasião, o elegeu por unanimidade para o cargo de membro honorário devido aos “altos serviços prestados à causa das estatísticas nacionais”.

A partir de seu afastamento do IBGE percebe-se a busca por novos canais de interlocução que possibilitassem a manutenção da busca pela aceitação do projeto de “reorganização nacional”. Se em 1932 e 1937 Teixeira de Freitas insistiu na defesa da redivisão territorial do Brasil, após sua saída do IBGE o foco de suas atividades passou a ser o Municipalismo. É interessante perceber que estas novas tentativas de Teixeira de Freitas apresentam um tom ressentido, marcado pela constatação de que os esforços que ele teria despendido para a resolução dos problemas nacionais teriam sido apenas parcialmente atendidos. O cruzamento das correspondências referentes ao período pós-1947 com os artigos publicados por Teixeira de Freitas permite aprofundar esta percepção. Nas correspondências e nos artigos datados do final da década de 1940 observamos a centralidade do tema “Municipalismo” em suas propostas. Nestas correspondências e textos encontramos um Teixeira de Freitas que assume o a imagem de “mestre”, sempre argumentando com base na sua experiência no IBGE e lamentando a incompletude da obra de reorganização nacional devido à ineficiência dos governos em tomar medidas radicais que contrariassem interesses particulares. Entre 1945 e 1952 Teixeira de Freitas foi sondado inúmeras vezes por técnicos e

políticos para a fundação de um novo órgão destinado à valorização dos municípios. Teixeira de Freitas tomou, então, parte na criação da Associação Brasileira de Municípios, fundada em 1945. Eleito membro da Junta Diretora, Teixeira de Freitas solicitou seu desligamento devido a problemas de saúde, mas não teve seu pedido atendido. Ele passou a se dedicar, então, à direção da Revista Brasileira dos Municípios, periódico editado pela ABM a partir de 1945 e que se assemelhava muito às linhas editoriais do IBGE. Sua imagem continuou ligada indissociavelmente à instituição que ajudara a fundar, e Teixeira de Freitas estimulava essa ligação. A constatação da “falha” do IBGE na concretização do projeto de “reorganização nacional” fortaleceu a figura do “mestre”, que marcou seus anos finais de atividade.

Nessa atividade "extra-IBGE", que incluiu seu regresso ao Serviço de Divulgação, Estatística e Propaganda do MES, Teixeira de Freitas continuou a apresentar seu projeto de redivisão territorial em conferências, depois transformadas em artigos na RBE e na RBM, e em matérias nos jornais de diversas cidades do país, provavelmente amparado pelo setor de divulgação do IBGE. No entanto, de forma diferente da observada entre os anos de 1937 e 1946, as manifestações de repúdio às propostas apareceram com mais força e virulência, associando a ideia de uma solução técnica para a questão territorial e social brasileira seria uma ilusão característica dos regimes autoritários, como o de Getúlio Vargas, do qual o Brasil acabara de se libertar. Exemplo dessa associação pode ser observado em matérias veiculadas no jornal "A Tarde", de Recife, em 6 de outubro de 1949. Em coluna intitulada "O Brasil em fatias", o jornal, por meio de jornalista não identificado, faz críticas em tom de deboche ao projeto de "reorganização nacional" de Teixeira de Freitas, atribuído ao IBGE na matéria publicada pelo vespertino recifense.

"O Brasil continua a ser o "gigante deitado em berço esplêndido", sonhando com o futuro, conjecturando sobre suas imensas riquezas, fazendo planos, planos e mais planos. Em sua mente, os projetos passam céleres, como quadros de um cineminha maluco, bonito e divertido, imaginoso demais para ser real, tão fantástico e fabuloso que diverte, mas não convence o espectador."<sup>303</sup>

A atribuição ao projeto de reorganização nacional da imagem de "fantasia" e "loucura" tocavam fundo na personalidade de Teixeira de Freitas, acostumado a atribuir suas ações ao senso de urgência da promoção da nacionalidade e a receber, de volta, a admiração de seus pares, a divulgação dos órgãos oficiais e o silêncio dos opositores. Com o reestabelecimento do regime democrático após a promulgação da Constituição de 1946 e a consolidação dos novos partidos políticos que conformaram a arena de disputas pelo controle das políticas

---

<sup>303</sup> "O Brasil em Fatias". A Tarde. Recife, 06 de outubro de 1949. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 44, p.118.

estatais e dos postos de trabalho em sua estrutura administrativa, o recurso ao argumento da abnegação, do exemplo e do professorado podiam até resguardar a imagem de homem público de Teixeira de Freitas, mas minaram decisivamente a implantação de seu projeto de reorganização nacional. Assim, acreditamos que, em seus anos finais de atividade nos serviços estatísticos, Teixeira de Freitas se instalou, progressivamente, no lugar de "mestre", apostando suas fichas na perpetuação de sua obra intelectual e institucional (que, porque não, também envolve uma dimensão política e intelectual, como vimos durante toda a tese) por meio da celebração de seus feitos do passado, especialmente os de Minas Gerais na década de 1920. Nesses anos finais de atividade, seus artigos passaram a ser, cada vez mais, reedições de textos e palestras antigas, como no caso de " O reajustamento territorial do quadro político do Brasil ", originalmente publicado em 1932 na Revista do IHGB com o título. No texto veiculado em 1949 na seção "De Ontem e de Hoje" da RBE, há indícios dessa "mudança de ares" no clima político brasileiro e do lugar ocupado por Teixeira de Freitas dentro do campo estatístico nacional. Com relação ao primeiro ponto, destacamos uma pequena, porém significativa modificação no texto original de 1932. No original, ao final do longo texto, Teixeira de Freitas ressalta os feitos de Benito Mussolini, citando-o diretamente, especialmente no que dizia respeito à adoção de políticas corporativas que dividiam a sociedade não em classes, mas por meio de vínculos laborais/ocupacionais. Em 1932, tal afirmação não soava tão "fora de lugar" como em 1949, quando a citação direta foi substituída na revisão por "um importante político". No que diz respeito ao segundo ponto, a reedição do artigo que apresentou, pela primeira vez, o projeto de reorganização nacional de Teixeira de Freitas na seção "De Ontem e de hoje" pode suscitar múltiplas interpretações. Por um lado, podemos ser levados a pensar que poderia se tratar de uma forma de recolocar o problema identificado na questão territorial brasileira no contexto da reconstitucionalização, buscando por novas adesões dentro dos escalões técnicos e políticos. Por outro lado, e aqui ressaltamos essa constatação, essa transferência das propostas de Teixeira de Freitas para a seção "histórica" da RBE sinalizam para a perda de espaço do projeto dentre os múltiplos existentes no Brasil no período, levando-o a apelar para a "tradição do pensamento redivisionista" brasileiro. Assim, podemos perceber uma operação de inclusão de Teixeira de Freitas entre os "Vultos das Estatísticas Brasileiras" que compensava, em certa medida, a diminuição de seu poder de ação e influência nos serviços estatísticos. O "coordenador" e o "chefe" constantemente solicitados davam lugar ao mestre, evocado para celebrar a instituição IBGE.

Exemplo ilustrativo da afirmação do "mestre" Teixeira de Freitas e de sua ligação a

um *ethos* ibgeano pode ser percebido quando da chamada “Grande Crise do IBGE”, mencionada anteriormente, ocorrida no final de 1951 e início do ano seguinte, envolvendo o então presidente do órgão, o General Poli Coelho, que substituiu José Carlos Macedo Soares em 1950. Poli Coelho, ao assumir a Presidência do IBGE foi questionado pela imprensa a respeito da ineficiência do IBGE na publicação das estatísticas referentes ao Recenseamento de 1940. Em matéria intitulada “Um Relógio Atrasado”, publicada no Correio da Manhã em 21 de dezembro de 1951, as críticas vinculadas ao IBGE aparecem de forma nítida:

"Em todo o viver dos Estados modernos, a estatística é o grande relógio, o grande termômetro, o grande regulador das atividades importantes. A produção em série, o fabrico em alta escala, nos grandes empreendimentos financeiros, se baseia na estatística *pari passu*, acompanhando-a, ouvindo-a, tornando dependente dela o seu êxito ou a sua eficiência.

Entre nós, por causa da estatística e para a estatística, nomearam-se cardumes de funcionários, gastaram-lhe milhões em aparelhagem, instalaram-se serviços e repartições; nada se poupa – senão a própria estatística...

Quem quiser saber o que acontece nesse ramo e procurar, em fins de 1951, o Anuário – encontra-o bem feito; é publicação, do IBGE, feita pelo Conselho Nacional de Estatística. Simplesmente é de 1946. Temos de governar-nos pelo que aconteceu há três anos – pressupondo ou adivinhando o resto. Temos de adicionar, à estatística, doses generosas de imaginação.

Chegaremos a tempo e horas onde deveremos chegar, não perderemos o bonde nem o trem, andando assim, por esse mundo em febre, com o pulso enfeitado por um relógio de platina, tão extraordinariamente atrasado<sup>2</sup>

Se Deus não fosse brasileiro, o pessoal duvidava. Mas como é- talvez cheguemos."<sup>304</sup>

A matéria do Correio da Manhã foi respondida com ríspida carta do Presidente do IBGE atribuindo a causa desse “atraso” às características dos serviços estatísticos brasileiros existentes até então. Em 25 de dezembro de 1951, em artigo intitulado “O atraso das estatísticas”, Poli Coelho foi enfático:

Nenhuma responsabilidade me cabendo por esse atraso, pois assumi a Presidência do Instituto em maio deste ano, estou à vontade tanto para defender, no que é defensável, a ação do pessoal do Instituto, como para reconhecer, de público, que nossas estatísticas são realmente atrasadas, caras e, pior que tudo isso, de duvidosa precisão.

Tendo verificado pessoalmente essas circunstâncias, estou já iniciando providências destinadas a corrigir os males existentes.<sup>305</sup>

Ao publicar matéria no jornal “O Correio da Manhã” criticando veementemente o que enxergava como compadrio político por parte de Teixeira de Freitas e seu grupo de colaboradores, o General foi publicamente repudiado na imprensa, o que suscitou uma

<sup>304</sup> “Um relógio atrasado”. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1951. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR47, p. 19.

<sup>305</sup> “O atraso das estatísticas” - correspondência do Gal. Polo Coelho, Presidente do IBGE, publicada no Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1951. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR49, p. 22.

segunda carta, ainda mais agressiva, que foi publicada no dia 30 de dezembro de 1951 no Correio da Manhã sob o título de “A verdade sobre as estatísticas”:

“Alguns jornais desta Capital publicaram comentários estranhando que eu tenha dito a verdade sobre as estatísticas brasileiras. Acostumados a ouvirem os maiores elogios feitos a tais estatísticas, não querem admitir os comentaristas que alguém se tenha disposto a dizer um pouco sequer da verdade.

Somos um país em que, por velho costume, preferimos a mentira agradável à verdade desagradável. Somos também um país em que não se liga muita importância aos sacrifícios que a Nação faz para criar e manter serviços públicos ou instituições que vivem às custas do Tesouro Nacional, contanto que haja quem com isso goze, se distraia, ou se encha de vaidade, vendo seu nome sempre elogiado pelos jornais. Ora, os sacrifícios da nação...

Preciso dizer que nunca pertenci a essa falange e que, colocado pelo Presidente da República à frente do IBGE, quero, pelo menos, procurar fazer deste Instituto uma coisa útil ao Brasil e não um mero suplemento abaratoso. Por isso foi que escrevi, há dias, uma carta ao Correio da Manhã, respondendo, aliás, a um de seus verídicos *sueños*, onde confessei o que são as nossas estatísticas estas, atrasadas e de duvidosa precisão.

Nestes dias finais de 1951, quando o governo está tentando resolver alguns problemas básicos do Brasil, verifiquei que a estatística falhou no fornecimento de alguns dados essenciais de que o Governo necessitava.

Essa é uma das provas de nossa situação anormal que, repito, vou tratar de corrigir com toda a rapidez e toda a profundidade de ação que o assunto requer.

Ponhamos de lado os “tabús” e vamos à verdade e à realidade das coisas. Basta de mentiras e de fantasias. Muito grato lhe ficarei pela publicação desta carta. General Djalma Poli Coelho, Presidente.<sup>306</sup>

Esta segunda carta do General Poli Coelho atraiu ainda mais as atenções de técnicos, intelectuais e membros da elite política brasileira. O assunto foi largamente debatido no Conselho Nacional de Estatística, que elaborou uma carta de repúdio publicada no mesmo Correio da Manhã no dia 2 de fevereiro de 1952. Neste mesmo dia Teixeira de Freitas enviou uma longa carta ao Presidente Getúlio Vargas manifestando sua indignação com as críticas levadas a público pelo Presidente do IBGE, publicada posteriormente, com modificações, na RBE, e que apresentaremos aqui, a despeito de sua extensão:

S. Excia, o general Djalma Poli Coelho, honrado presidente atual daquela entidade, em carta publicada pelo “Correio da Manhã”, em sua edição de 30 p.p e da qual só há pouco pude tomar conhecimento, houve por bem, com a alta autoridade do seu posto nas Forças Armadas e do cargo que está exercendo, fazer acusações gravíssimas aos nossos serviços estatísticos. Suas palavras, que tiveram a maior repercussão no país e no estrangeiro, formularam as seguintes afirmações: a) que as estatísticas brasileiras são “caras, atrasadas e de duvidosa precisão”; b) que, no labor das estatísticas brasileiras, pondo-se de lado os “tabus”, é preciso caminhar para a verdade e a realidade das coisas, pois “basta de mentiras e fantasias”.

Estas assertivas contém obviamente o seguinte significado:

“Os estatísticos brasileiros, traindo o seu dever e a sua dignidade profissional, não fizeram outra coisa, desde a criação do Instituto até agora, senão “mentir” ao Governo à Nação e ao Mundo. Esta mistificação generalizada teve a agravante de que, forjando os dados que foram divulgados, assim agiram os serviços estatísticos

<sup>306</sup> “A verdade sobre as estatísticas” - correspondência do Gal. Poli Coelho, Presidente do IBGE publicada no Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1951. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR49, p. 24.

esbanjando os dinheiros do país, quando esse trabalho de “mentiras e fantasias” poderia ter ao menos a atenuante de apresentar estimativas perfeitamente atuais.[...] Os levantamentos estatísticos do Brasil tem sido executados, e até agora impunemente, por uma legião caríssima de servidores sem escrúpulos e sem honra, prevaricadores e falsários imprudentes, que traindo também a Pátria, praticaram a maior mistificação pública, ilaquearam a confiança dos Governos que se sucederam de 1936 até agora, e burlam, ao mesmo tempo, os demais poderes do Estado e a opinião pública.

Aí está, Sr. Presidente, em toda sua vergonhosa nudez, o labéu infame atirado à face de toda uma honrada classe de servidores da Nação. Esse é o ferrete com que se estigmatiza ao mesmo tempo, em termos peremptórios, ferindo também a própria dignidade nacional, a obra enorme e proba de uma organização pública que constitui corajosa e consagrada experiência de uma nova prática, nos domínios da administração, do princípio federativo.

O pior não é isto, porém. A enormidade está em que semelhante julgamento, que vem do alto e se apresenta como irreconhecível, não foi a conclusão de uma verificação capaz de fazer fé.

Acontece, porém, senhor Presidente, que, tomando de fato corpo e figura o crime que até agora está imputando sem endereço certo, e sem provas, não haverá em verdade “culpados”, mas “um único culpado”. Será aquele que subscreve esta carta. Fui eu de fato o inspirador – e espero que ao menos esta reivindicação não seja agora levada à conta de um movimento de vaidade – fui eu o inspirador do governo quando legislou sobre o Instituto e o executor principal dos textos legais e convencionais que fizeram funcionar o Conselho Nacional de Estatística. Cabe-me, pois, de modo exclusivo, a responsabilidade de todos os erros, omissões ou fatos criminosos que acaso se venham comprovar na orientação da estatística brasileira de 1936 à presente data, uma vez que não se modificou até agora coisa alguma, de modo substancial, nas condições de trabalho que deixei organizadas. E fique bem claro que não estou reivindicando o merecimento que porventura se encontre na obra ibgeana, porquanto esse mérito pertence a todos que serviram com imensos sacrifícios à nossa grande causa.

Assim, Sr. Presidente, julgo-me como o indiscutível direito de pedir a V. Excia se digne determinar as providências que instaurem o processo regular para apurar a minha real e exclusiva responsabilidade pela inépcia, ação dolosa ou omissão culposa de que se tenha acaso revestido minha atuação como assessor e preposto executivo do Conselho Nacional de Estatística. Impõe-se também pedir V. Excia seja ainda objeto da investigação pedida, o verdadeiro alcance político, científico, técnico, administrativo e cultural, sem excluir os aspectos éticos e sociais, econômicos e financeiros, da instituição que V. Excia criou e a Constituinte aprovou em 1934, e foi levada a funcionar dentro das normas da Convenção Nacional de Estatística, pondo em prática, pela primeira vez no Brasil, um sistema completo de cooperação intergovernamental em setor de atividades que interessam, e não podem deixar de interessar, por igual, à União, aos Estados e aos Municípios.

Se as alegações do Sr. Presidente do IBGE se comprovarem verdadeiramente, só me caberá um destino justo: o de acabar os meus dias na cadeia. Só assim o Brasil se livrará do oprobioso labéu. Mas espero em Deus poder provar à sociedade que esta lamentável ocorrência é devida apenas ao descabido método pelo qual a nova presidência do IBGE entendeu ajuizar da eficiência da entidade e da honestidade do seu trabalho. A par disso, também, resulta da injusta e incompreensível precipitação de julgamento e publicidade, sem atentar-se em quanto isto agrava e torna irreparável o dano moral causado, nem no significado político de que o caso se reveste, não apenas para uma classe, mas para o Governo da República e a dignidade do país.

E bendirei, no final de tudo, a amargura que me acabrunha, pois terei oportunidade de demonstrar duas coisas que são para mim de suma relevância. A primeira é que não deixei de corresponder plenamente à confiança que em mim V. Excia depositou durante todo o seu anterior governo, e faz pouco renovou ao dirigir-me o convite, que infelizmente não pude aceitar, para continuar o aperfeiçoamento da obra ibgeana, assumindo-lhe, já então, a direção suprema. A outra é que a nova era, esta “era atômica” que se promete abrir à estatística brasileira, embora se anuncie como

os mais modernos e científicos métodos que pretende adotar, em absoluto não dará, nem ao Brasil federal, nem ao Brasil-Estados, nem ao Brasil-Municípios, estatísticas mais baratas, mais atuais e mais verdadeiras, do que estas que já lhe assegurara o atual IBGE. Não o conseguirá, ainda mesmo que sejam obtidas as anunciadas estatísticas “instantâneas”, fabricadas em série, enquanto o diabo esfrega o olho. Porque o terremoto que destruir o Instituto não lhe deixará possibilidades de reconstruir-se dentro de cinquenta anos.<sup>307</sup>

A carta por meio da qual Teixeira de Freitas faz sua defesa perante as acusações do General Djalma Poli Coelho é de grande importância para analisarmos a afirmação de um *ethos* ibegeano e a associação operada entre a instituição e seu idealizador e Secretário-Geral. Em primeiro lugar porque a acusação do militar é apresentada pelo estatístico baiano como uma infâmia destinada a toda uma categoria profissional que havia se consolidado na administração estatal durante as décadas de 1930 e 1940. Ao associar as críticas ao IBGE a todos os estatísticos, Teixeira de Freitas contribui para a afirmação da interpretação que defendia a centralidade da instituição no processo de consolidação das estatísticas brasileiras. O IBGE seria, nessa interpretação, a culminância de um processo iniciado no Império e que havia adquirido maior vulto após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

No entanto, pela primeira vez encontramos na documentação consultada uma "confissão de culpa" de Teixeira de Freitas com relação a seu papel central na estruturação do sistema estatístico que caracterizou o IBGE. Essa "culpa", é claro, não é admitida sem um bom toque de martirização e verborragia, expressos de maneira clara na sugestão - retórica, obviamente - de que, caso comprovadas as irregularidades, ele deveria terminar seus dias na cadeia. Apesar da carga de dramaticidade da missiva de Teixeira de Freitas a Getúlio Vargas, é interessante observar Teixeira de Freitas abandonando, ainda que momentaneamente, a retórica da modéstia para afirmar sua posição de liderança e destaque no IBGE e entre os estatísticos brasileiros. Afastado da Secretaria do Instituto desde 1947, ele não deixou de defender seu "legado" em artigos publicados na RBE e na RBM nos anos finais de sua trajetória profissional. Como vimos no segundo capítulo, seus artigos publicados passaram a figurar em seções destinadas a documentos históricos ou a relatos de experiências sobre a criação dos serviços estatísticos e cartográficos na Primeira República e durante o governo de Getúlio Vargas. Quando integrantes da seção de estudos dos periódicos, seus artigos eram apresentados como contribuições de uma espécie de "eminência parda" das estatísticas brasileiras. Durante a crise do IBGE em 1952, Teixeira de Freitas se apoiou em sua legitimidade entre seus pares para advogar, ao mesmo tempo, o direito de defesa de um

---

<sup>307</sup> Correspondência de Teixeira de Freitas e Getúlio Vargas. *In.*: "O Globo, 16 de janeiro de 1952. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR49, p. 29-33.

amplo grupo de profissionais e, ao mesmo tempo, sua centralidade dentre eles. A ressonância dessa posição pode ser observada nas muitas manifestações recebidas pelo estatístico baiano em apoio de sua defesa enviada a Getúlio Vargas e publicada pelo IBGE.

O impacto da declaração do Gal. Djalma Poli Coelho entre os integrantes do sistema estatístico coordenado pelo IBGE foi bastante significativo, com sucessivas manifestações de solidariedade e grande número de pedidos de demissão. Grande parte dessas manifestações de apoio partiu de agentes estatísticos municipais, inspetores regionais e integrantes da administração central do IBGE em suas diversas seções. Dentre estes, destacamos inicialmente aqueles que integravam os serviços mais próximos de Teixeira de Freitas, como o de Minas Gerais, onde ele havia iniciado sua trajetória profissional que lhe projetou à dianteira dos trabalhos que deram origem ao INE, ao CNE e ao IBGE. Poucos dias após a publicação de sua carta aberta n'O Globo, alguns estatísticos mineiros ligados a Hildebrando Clark, seu sucessor no estado, manifestaram o que chamavam de uma "amargura de quem se vê menosprezado.

"É sob a amargura de quem vê menosprezado o fruto do trabalho, através do tempo, de uma selecionada plêiade de idealistas e patriotas que nós, modestos colaboradores de Hildebrando Clark - alguns com honras de conhecê-lo pessoalmente - outros cultuando uma admiração nascida do elevado espírito público imprimido até o presente pela grandiosidade de sua obra em Minas - aqui estamos prestando ao maior estatístico do Brasil a nossa solidariedade pessoal no repúdio aos aleives lançados à memória do mais perfeito dos homens públicos de nosso estado - Hildebrando Clark e ao seu dileto amigo e querido mestre Teixeira de Freitas - ao primeiro, indiretamente, por ter oferecido a sua vida à estatística brasileira e ao segundo, agora envolvido diretamente nos lamentáveis acontecimentos do IBGE. Ao fazê-lo, desejamos consignar nesta carta, inteiramente de afeto e confiança, a segurança do nosso constante apreço e admiração e a certeza de nossa sincera e irrestrita solidariedade."<sup>308</sup>

A manifestação de apoio a Hildebrando Clark e Teixeira de Freitas tinha sua razão de ser, afinal, o primeiro foi indicado justamente pelo segundo para a chefia dos serviços estatísticos mineiros a partir de 1930, como continuação de um trabalho iniciado ainda na década de 1910. Com a consolidação de Teixeira de Freitas na estrutura burocrática do MES e, depois, na coordenação das atividades que deram origem ao IBGE, sua ligação com Hildebrando Clark se estreitou, tendo sido um importante ponto de apoio em diferentes conjunturas. A ligação com os funcionários do IBGE, fosse em seu escritório central na Capital Federal, nos estados e municípios, contribuiu para a afirmação de Teixeira de Freitas

---

<sup>308</sup> Correspondência de servidores dos serviços estatísticos mineiros a Teixeira de Freitas, 2 de janeiro de 1952. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 48, p. 11.

como um "mestre" que dava o exemplo de dedicação a uma causa e ao estabelecimento de procedimentos técnicos que se baseavam no critério da nacionalidade. As críticas de Poli Coelho ao IBGE, seus métodos e sua estrutura administrativa trouxe consigo, além de inúmeras manifestações de apoio, uma onda de pedidos de demissão justificadas pelo sentimento de inconformidade com o que se considerava uma injustiça com os profissionais que haviam dedicado uma vida à construção do IBGE. O chefe do Serviço de Pessoal do Instituto, Arnaldo Maia, foi um dos primeiros a manifestar sua decisão de não continuar no IBGE diante dos ataques de seu Presidente.

"Senhor Secretário Geral

Porque não concorde, absolutamente, com a atitude assumida recentemente pelo senhor General Presidente do Instituto, procurando desmoralizar a obra que nos custou anos a construir, e se construiu e firmou-se no conceito nacional e internacional, graças à dedicação, operosidade e espírito de renúncia dos dirigentes e dirigidos que têm passado por esta Casa, venho depositar em vossas mãos, em caráter irrevogável, o cargo de Chefe do Serviço de Pessoal. Há e sempre houve, nesta Secretaria-Geral, ordem, disciplina, eficiência e dedicação ao trabalho e, por isso mesmo, não posso aceitar os conceitos emitidos por S. Excia, em carta a um matutino da Capital.

Solicito, ainda, vos digneis a determinar minha imediata apresentação ao Ministério da Educação e Saúde, a cujo quadro pertenço."<sup>309</sup>

A discordância do Chefe do Serviço de Pessoal do IBGE é manifestada em termos de indignação com uma injustiça cometida contra um conjunto de profissionais que, sob a coordenação de Teixeira de Freitas, instituíram um regime baseado nas noções de disciplina, apuro técnico e interesse nacional. Arnaldo Maia discorda de Teixeira de Freitas quando ele se aponta como principal "culpado" pelo sistema estatístico do IBGE, reafirmando as imagens que associavam o estatístico baiano às ideias de abnegação, disciplina e ordem. Foram muitos os comunicados com teor semelhante vindos de integrantes dos serviços estatísticos e de instituições que Teixeira de Freitas integrou durante sua trajetória profissional. Em 4 de janeiro a Associação Brasileira de Educação emitiu uma moção de repúdio às declarações do General Poli Coelho assinada por Gustavo Lessa, então Presidente da instituição e antigo crítico de Teixeira de Freitas na estruturação do INE e do IBGE e considerado "difícil de convencer". Na moção de repúdio é recomendada ao Governo Federal a resolução das divergências existentes no IBGE e a manutenção da orientação conferida por seus criadores. No preâmbulo do documento são exaltadas as iniciativas de Teixeira de Freitas como diretor

---

<sup>309</sup> Correspondência de Arnaldo Maia, Chefe do Serviço de Pessoal do IBGE, a Teixeira de Freitas, 3 de janeiro de 1952. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 48, p. 15.

da ABE e na defesa de uma Convenção Nacional de Estatísticas, onde foi gestada a primeira configuração do INE e do CNE, embriões do IBGE. Segundo o comunicado, essas iniciativas não teriam sido imagináveis sem a "dedicação inexcedível de Mário Augusto Teixeira de Freitas, cuja fé apostólica e cuja capacidade invulgar de sacrifícios pessoais atraíram um núcleo considerável de trabalhadores dignos e cultos".<sup>310</sup>

As manifestações não chegavam apenas de técnicos e instituições ligados a Teixeira de Freitas de forma mais próxima. A capilaridade do sistema estruturado em torno do IBGE fez com que conceitos, rotinas e metodologias fossem compartilhadas por um grande número de profissionais localizados na "ponta" da cadeia estatística, os municípios. A crise do IBGE em 1952 mobilizou muitos desses agentes estatísticos municipais, que viram suas posições ameaçadas e também manifestaram desconforto com a alegação de ineficiência dos serviços associados ao IBGE. Exemplo dessas manifestações é a correspondência enviada por Paulo Henrique de Mendonça, agente estatístico no município de Muqui, no Espírito Santo, em 21 de janeiro de 1952.

"Antes de tudo o meu grande abraço de solidariedade a vossa desassomburada e aplausível atitude demonstrada, face às afirmativas do atual Presidente do IBGE, com referência às estatísticas nacionais.

Para vosso conhecimento e satisfação, junto a este, envio ao prezado Chefe, uma cópia autêntica da indicação e outra da Resolução No 1, aprovada pela Câmara Municipal de Muqui, face à cride administrativa reinante no seio da família IBGEANA.

Com um grande abraço, despede-se o patrício, colega e admirador."<sup>311</sup>

A Resolução aprovada pela Câmara Municipal de Muqui previa a manifestação, junto ao Presidente da República, visando a manutenção das atividades do IBGE tais quais haviam sido consolidadas desde sua fundação, sem afetar os compromissos assumidos entre a União, os estados e municípios. Para isso solicitava a convocação de Assembleia extraordinária do CNE para debater a posição do órgão frente aos questionamentos veiculados pelo Presidente do IBGE. Além disso, previa a elaboração de um "expressivo e patriótico apelo" a todas as Câmaras Municipais do país para que, unidas, enviem apelos ao Presidente da República, tais como o que seria enviado pelos vereadores de Muqui.<sup>312</sup> Na documentação consultada foi possível encontrar as cópias da resolução aprovada pela Câmara Municipal de Muqui e do

---

<sup>310</sup> "Solidariedade da Associação Brasileira de Educação ao Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas. 14 de janeiro de 1952. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 48, p. 41-42.

<sup>311</sup> Correspondência de Paulo Henriques de Mendonça, agente estatístico em Muqui/ES, a Teixeira de Freitas. 16 de janeiro de 1952. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 49, p.22.

<sup>312</sup> Resolução 01/52. Câmara Municipal de Muqui/ES. 19 de janeiro de 1952. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 49, p. 23-25.

ofício enviado a Getúlio Vargas, assinado por todos os 6 vereadores do pequeno município capixaba. São muitos os exemplos desse tipo de manifestação, como os de Clevelândia, Quatiguá, Rolândia, São José dos Pinhais, Jaguapitan, Imbituva, Uraí e Iratí (Paraná), Cangussú (Rio Grande do Sul), Porto Alegre (Rio Grande do Sul), Fortaleza (Ceará), Recife e Salgueiro (Pernambuco), Cuiabá (Mato Grosso), Belém e Belo Horizonte (Minas Gerais) e muitos outros municípios de diferentes tamanhos e populações. Remetidas a Teixeira de Freitas na forma de correspondências e telegramas, essas manifestações explicitavam seus vínculos com a "causa" municipalista" e não passavam despercebidas por seu destinatário que, em alguns casos realizava anotações nos documentos, aventando a possibilidade de sua publicação. Em comunicado dos técnicos do Laboratório de Estatística do CNE entregue pelo estatístico italiano Giorgio Mortara, Teixeira de Freitas fez a seguinte anotação: "Vale a pena publicar, com assinaturas, se possível."<sup>313</sup> Observa-se claramente a intenção de mobilização dos apoios mais expressivos para a defesa de seu legado nas estatísticas brasileiras e no IBGE e o seu reconhecimento da dimensão pública de sua atividade e dos questionamentos que lhes eram dirigidos. O recurso à imprensa foi muito utilizado por Teixeira de Freitas durante toda sua trajetória para a afirmação de uma imagem que o associava à missão de um grupo social - os técnicos estatísticos - e ao imperativo do progresso nacional. No momento de crise atravessado pelos serviços estatísticos e o IBGE, Teixeira de Freitas recorreu, novamente, à escrita para afirmar suas convicções sobre os serviços estatísticos, em obra intitulada "Em defesa das estatísticas brasileiras", que explorava os pontos apresentados na carta a Getúlio Vargas, acrescidos de dados pormenorizados sobre os inquéritos elaborados pelo IBGE. "Em defesa das estatísticas brasileiras" foi endereçado ao Ministro da Justiça e divulgado intensamente entre as redes construídas por Teixeira de Freitas ao longo de sua trajetória profissional. Seu esforço não foi em vão: ainda em 1952 o Ministério da Justiça encerrou as investigações a respeito do IBGE, levando à mudança de sua Presidência. A medida foi recebida como uma espécie de "redenção" e consolidou a imagem de "mestre" associada a Teixeira de Freitas, que permaneceu após sua morte em 1956.

A polêmica envolvendo Teixeira de Freitas e o IBGE também gerou grande mobilização por parte de intelectuais como José Lins do Rego, Gustavo Capanema, Alceu Amoroso Lima e Fernando de Azevedo, integrantes da geração de Teixeira de Freitas e, por isso, pessoas que compartilharam o sentido de "missão" por ele adotado em sua ação de

---

<sup>313</sup> Comunicado dos técnicos do Laboratório de Estatística do CNE a Mário Augusto Teixeira de Freitas, 21 de janeiro de 1952. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 49, p. 19.

consolidação do sistema estatístico brasileiro. A construção do IBGE teria sido, então, o resultado de um esforço de pensar o Brasil e o papel do Estado na adoção das medidas necessárias para a promoção de seu progresso. É ilustrativa a posição de José Lins do Rego, publicada no jornal “O Globo” em 16 de janeiro de 1952, que aqui reproduzimos:

“Li a carta-manifesto do Sr. Teixeira de Freitas, a propósito da crise criada pelo General Poli no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e, do homem de bem que é, em todos os sentidos, o mestre ofendido, ficou-me a convicção de que, no Brasil, continua a haver gente capaz e gente digna à altura dos acontecimentos. O General havia, com palavras rudes, rudes palavras para ordenanças, atacado uma casa de técnicos que muito têm feito pela segurança, pela seriedade, pela validade de uma ciência básica das relações humanas. O mestre Teixeira de Freitas apareceu em público e assumiu a paternidade da obra posta em dúvida. E o fez com dignidade, com a firmeza de quem defende uma grande causa. Sabe o Presidente Vargas quem é o mestre Teixeira de Freitas, sabe a Nação inteira que vocação decisiva de homem público é o estatístico número um do Brasil. Bastava a sua palavra para botar abaixo a virulência destruidora do General enfurecido.

Ora, vamos falar com toda fraqueza: entre um Teixeira de Freitas, que é um sábio, e um General, com todas as suas benemerências, eu fico com o mestre. Aconteceu com o General o mesmo que poderia acontecer a um novo diretor do Jardim Botânico, que aparecesse no nosso secular parque de essências e dissesse: “Meus senhores, estas árvores não estão crescendo como deveriam crescer, por isso vou devastar tudo.” E metesse o machado, para satisfazer a sua opinião sobre o desenvolvimento das árvores.

Tenho para mim que a nossa estatística é uma das poucas coisas sérias deste país. Conheço alguns de seus homens, e são verdadeiros mestres, uma seleção de valores úteis. O General acha que são lentos, quer estatística barata e rápida. Para tanto, teve primeiro o propósito de desmoralizar uma equipe de técnicos que são tidos e havidos à altura dos mais competentes. É uma verdadeira construção em material de resistência – tudo feito debaixo dos mais modernos princípios da nova ciência estatística.

As palavras do Sr. Teixeira de Freitas devem ter calado no ânimo do Sr. Getúlio Vargas. Quem falou não foi um aventureiro qualquer, atrás de renome. Falou um homem digno e um sábio de verdade.”<sup>314</sup> (REGO, 1952)

Os termos utilizados por José Lins do Rego são interessantes para a nossa análise. Teixeira de Freitas teria sido, então, um técnico ou um sábio? Qual Teixeira de Freitas encontramos quando analisamos de forma crítica sua documentação de trabalho e seus artigos, o funcionário competente ou mestre? Ou foi ele apenas um burocrata, agente das fileiras secundárias do governo de Getúlio Vargas? Após este longo percurso, é possível responder a estas perguntas afirmando que encontramos todas essas facetas de Teixeira de Freitas, dadas a ver ou manifestadas em suas argumentações verborrágicas ao longo de quase cinco décadas nos serviços estatísticos. Nossa análise mostrou como Teixeira de Freitas, um técnico estatístico integrante da burocracia federal, construiu para si um lugar entre os intelectuais brasileiros da primeira metade do século XX ao abordar a "questão nacional" a partir da

---

<sup>314</sup> REGO, José Lins do. Estatísticas e estaturas. “O Globo”, Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1952. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR49, p. 4.

"cultura técnica" e dos discursos territoriais que marcaram o pensamento político brasileiro desde, pelo menos, o século XIX.

Em vez de nos atermos a estas perguntas, preferimos considerar em nossa análise, como foi possível perceber durante o capítulo, como essas caracterizações se distinguiram, no tocante à estatística e à prática da administração pública, dentro do que aqui consideramos uma "cultura intelectual brasileira" na primeira metade do século XX. Dentro desse espaço fluido ocupado, nas décadas estudadas, por um grupo social caracterizado pelo largo trânsito de ideias entre literatos, técnicos, burocratas, intelectuais e políticos, Teixeira de Freitas construiu um espaço de intervenção no debate sobre a nacionalidade que o inseriu entre os intelectuais que analisaram o papel do Estado na promoção da democracia social que impulsionou amplos setores das elites durante o governo de Getúlio Vargas. Como foi possível observar em nossa análise, Teixeira de Freitas uniu sua "obra institucional" a uma interpretação sobre o Brasil influenciada tanto por sua inserção em uma "cultura do território" surgida no século XIX e aprofundada nas primeiras décadas do XX, tanto pelos dilemas imediatos enfrentados por essa geração de homens que, como Teixeira de Freitas, se viam imbuídos de uma "missão" diante do imperativo do progresso da nação.

## CONCLUSÃO: UM "PROFESSOR SEM CÁTEDRA"

“Professor, não o era de profissão. Mas, na verdade, passou a vida inteira ensinando, doutrinando, e pregando, em discursos e conferências, por publicações de tipos diversos – de estudos, ensaios e monografias, por entrevistas aos jornais, por cartas e por essa técnica de comunicação, em que era mestre, - a da conversação. Ele foi, à maneira de tantos outros, um professor sem cátedra...”<sup>315</sup>

Teixeira de Freitas faleceu em 22 de fevereiro de 1956, poucos anos depois de sua aposentadoria definitiva, no final de 1952. Em seus anos finais de vida, problemas de saúde já não permitiam que ele continuasse sua atividade em instituições como a Fundação Getúlio Vargas e a Associação Brasileira de Municípios. Na época de sua aposentadoria ele ocupava uma posição "honorífica" no MES, no CNE e no IBGE, cuja coordenação foi passada a Waldemar Lopes, um de seus colaboradores próximos na Secretaria-Geral do IBGE. Sua morte foi noticiada nos jornais cariocas com destaque. Na segunda página do "Correio da Manhã" de 23 de fevereiro de 1953 foi publicada uma longa matéria, com continuação na página 10, noticiando o falecimento de Teixeira de Freitas e apresentando um necrológio exaltando suas realizações a partir de depoimentos de alguns de seus colaboradores, como Luis Simões Lopes. Nesse necrológio, muito semelhante ao publicado meses depois na seção "vultos das estatísticas brasileiras"<sup>316</sup>, foi apresentada toda a trajetória de Teixeira de Freitas nos serviços estatísticos, os cargos que ocupou, as menções honrosas recebidas de instituições brasileiras e estrangeiras, seus artigos e estudos técnicos sobre os "Problemas de Base do Brasil" e sua luta incansável pela redivisão territorial do Brasil, a interiorização da Capital Federal, a distribuição da população nos vazios territoriais, a defesa do municipalismo e da educação rural para a afirmação de uma consciência nacional fundada no trabalho e no sentimento de pertencimento à terra.<sup>317</sup> Interessa observar, no entanto, que seu projeto de "reorganização nacional" ocupa espaço bem menor nesses necrológios que suas realizações na consolidação das estatísticas brasileiras. A memória de Teixeira de Freitas se associará, após seu falecimento, muito mais à sua figura de "mestre" do que a de autor de um diagnóstico do

<sup>315</sup> AZEVEDO Fernando de. Idealismo e espírito público (como eu via Teixeira de Freitas). In: \_\_\_\_\_. Figuras de meu convívio. São Paulo: Melhoramentos, [1961]. (Obras completas, v. XVII). p. 107.

<sup>316</sup> "M. A. Teixeira de Freitas. In.: Revista Brasileira de Estatística. Vol. 17, n. 65, jan-mar/1956, p. 49-51.

<sup>317</sup> "M.A. Teixeira de Freitas - Faleceu ontem o organizador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística." Correio da Manhã, 23 de fevereiro de 1956, p. 2 e 10. Acervo Biblioteca Nacional Digital. Referência: PR\_SPR\_00130\_089842. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_06&pasta=ano%20195&pesq=Teixeira%20de%20Freitas](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=Teixeira%20de%20Freitas). Acesso em 18/10/2016.

Brasil.

Os convites para sua Missa de Sétimo Dia, realizada em fevereiro de 1956, deixam clara a afirmação dessa memória. Na página de registros religiosos do "Correio da Manhã", por exemplo, a coluna com os informes sobre missas foi majoritariamente ocupada pelos convites para a cerimônia em homenagem ao estatístico criador do IBGE. Os avisos foram contratados pela própria família de Teixeira de Freitas, pelo IBGE, pela Fundação Getúlio Vargas, pela Sociedade Brasileira de Estatística e por pessoas que consideravam Teixeira de Freitas um "querido" e "boníssimo" amigo.<sup>318</sup> O funeral, realizado no Cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro, foi cercado de um clima de exaltação às suas virtudes cívicas, conforme noticiado nos jornais cariocas. As reportagens sobre a cerimônia ressaltaram a presença de autoridades, intelectuais e funcionários do IBGE, muitos anônimos, que manifestaram a saudade do mestre, amigo e colega de anos de trabalho pelas estatísticas brasileiras. A ocasião motivou Carlos Drummond de Andrade, companheiro de Teixeira de Freitas no MES, a dedicar-lhe um elogio que tomava como ponto de partida o reconhecimento tardio de seu mérito, aspecto frequentemente mobilizado durante sua trajetória e na afirmação de suas propostas para as estatísticas brasileiras

"Aquilo que a modéstia preservara a Teixeira de Freitas a morte lhe impôs: oito oradores, à beira do túmulo, proclamaram as suas virtudes cívicas e profissionais. O homem que se esquivara à inscrição no Livro do Mérito teve o seu mérito afirmado ostensivamente quando já não lhe era possível refugiar-se no mundo de estatísticas e ideias de organização nacional que era o seu mundo privativo, ao mesmo tempo ideal e concreto, pois dentro dele Teixeira de Freitas, sem governar o menor pedaço do Brasil, influía profundamente na sua evolução."<sup>319</sup>

O bonito elogio de Carlos Drummond de Andrade adotou o mesmo percurso dos necrológios publicados no Correio da Manhã e na RBE, recuperando seu trabalho à frente das estatísticas mineiras e do grupo que produziu a Carta Mineira do Centenário. Continua ressaltando a organização das estatísticas educacionais no MES e das estatísticas da produção, sua coordenação na instalação do INE e do IBGE. O elogio das virtudes de Teixeira de Freitas feita pelo poeta mineiro sintetizou as peculiaridades de sua atividade profissional caracterizando-o como o "Servidor Público N° 1".

---

<sup>318</sup> Correio da Manhã, 23 de fevereiro de 1956, p. 19. Acervo Biblioteca Nacional Digital. Referência: PR\_SPR\_00130\_089842. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_06&pasta=ano%20195&pesq=Teixeira%20de%20Freitas](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=Teixeira%20de%20Freitas). Acesso em 18/10/2016

<sup>319</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de. "Imagens do Brasil: Servidor N°1." Correio da Manhã, 25 de fevereiro de 1956, p. 6. Acervo Biblioteca Nacional Digital. Referência: PR\_SPR\_00130\_089842. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_6&pasta=ano%20195&pesq=Teixeira%20de%20Freitas](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_6&pasta=ano%20195&pesq=Teixeira%20de%20Freitas). Acesso em 18/10/2016

"Alguém lhe chamou 'servidor público nº 1, e era-o, sem exagero da frase, mas dava também a impressão de chefe de uma pequena família escolhida a dedo, a quem ele defendia com obstinação polida ante qualquer risco de desagregação ou de mistura. Deixa uma rara lembrança: a de um dos melhores brasileiros de seu tempo."<sup>320</sup>

Neste elogio fúnebre, Carlos Drummond de Andrade mistura a valorização da dimensão profissional do burocrata dedicado a tarefas técnicas com a identificação de um "mundo ideal e concreto" constituído pelas propostas que integraram seu complexo projeto de reorganização nacional, analisado nesta tese. Como um "professor sem cátedra", ele disseminou suas ideias entre seus diversos colaboradores, que mantiveram viva uma memória de Teixeira de Freitas que se associou de forma indelével ao IBGE. O Instituto planejou a publicação de uma "História das Estatísticas Brasileiras" em 1957, mas o projeto permaneceu inacabado por várias décadas. Com isso, a recuperação do "legado" de Teixeira de Freitas se resumiu, nas décadas posteriores, às menções honoríficas nas ocasiões de comemoração do Aniversário do IBGE, dia em que também se comemora o Dia do Ibgeano e o Dia das Estatísticas Brasileiras.

Somente mais recentemente, a partir da década de 1990, a atividade de Teixeira de Freitas voltou a ser recuperada, desta vez através do Programa de Memória Institucional do IBGE. Contando com apoio institucional, pesquisadores "da casa" empreenderam estudos de pós-graduação que problematizaram a criação do órgão e sua vinculação com o contexto político das décadas de 1930 e 1940. Foram realizados também eventos comemorativos dedicados à discussão do legado da atividade de Teixeira de Freitas nos serviços estatísticos e de suas propostas pra a reorganização nacional. As publicações que se originaram de tais eventos contribuíram para a recuperação da memória de Teixeira de Freitas, ainda que, por vezes, ainda contivessem discursos memorialísticos marcados pelo viés institucional.

Foi este esforço de recuperação da memória da instituição que deu impulso a novas pesquisas a respeito da consolidação das estatísticas brasileiras e, dentro deste processo, da atuação profissional de Teixeira de Freitas. A partir dessas pesquisas o IBGE publicou, entre 2006 e 2008, três volumes da História das Estatísticas Brasileiras, coordenados pelo Prof. Nelson Senra, coordenador do Programa de Memória Institucional do IBGE e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sob a coordenação do Prof. Nelson Senra, diversos pesquisadores se formaram e realizaram suas dissertações e teses abordando aspectos da

---

<sup>320</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de. "Imagens do Brasil: Servidor Nº1." Correio da Manhã, 25 de fevereiro de 1956, p. 6. Acervo Biblioteca Nacional Digital. Referência: PR\_SPR\_00130\_089842. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_6&pasta=ano%20195&pesq=Teixeira%20de%20Freitas](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_6&pasta=ano%20195&pesq=Teixeira%20de%20Freitas). Acesso em 18/10/2016

trajetória e do pensamento de Teixeira de Freitas. Esta tese de doutorado, que bebe na fonte destes estudos, analisou a ação de Teixeira de Freitas na estruturação dos serviços estatísticos brasileiros e seu projeto de reorganização nacional tendo em vista a construção da memória de Teixeira de Freitas e procurou identificar como ele trabalhou intensamente para conformar os limites de sua imagem pública. Assim, em nossa análise nos detivemos nas redes construídas entre as elites técnicas brasileiras da primeira metade do século XX, em sua recuperação de uma interpretação "mesológica" da nação, nos diversos pontos de contato com os setores nacionalistas e autoritários do pensamento político brasileiro da Primeira República e da Era Vargas, bem como sua intensa ação "nos bastidores" para a concretização de suas propostas. Acreditamos que, ao trabalharmos com essas diversas dimensões da atividade de Teixeira de Freitas, foi possível identificar um "projeto nacional" que tinha nas estatísticas um fim e um meio e que, dentro dos dilemas compartilhados pelas elites técnicas brasileiras da primeira metade do século XX, integrou uma pauta definida de ação, mobilizando braços, cérebros e corações.

Teixeira de Freitas pode ser considerado uma espécie de figura modelar do técnico envolvido na administração pública com base em um projeto para a nação, elaborado a partir de uma "frente" de ação constituída pelos serviços estatísticos, dos quais ele foi articulador central na primeira metade do século XX. Ele é um rico e interessante exemplo dos técnicos do início da república brasileira que, em muitos casos, dedicaram suas vidas a uma "causa" que pode ser identificada na interseção entre objetivos pessoais e pautas compartilhadas entre membros de grupos formados pela socialização em instituições como faculdades, associações e órgãos burocráticos estaduais e federais brasileiros

## 7. FONTES E BIBLIOGRAFIA:

### 7.1. Fontes:

#### Escritos de Mário Augusto Teixeira de Freitas

- FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Teses Estatísticas (1930). In.: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Teixeira de Freitas: pensamento e ação. Rio de Janeiro: IBGE, 1990 (Série Memória Institucional, vol. 1), p. 17-76.
- \_\_\_\_\_ . O reajustamento territorial do quadro político do Brasil. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 166, 1932, p. 766-804.
- \_\_\_\_\_ . O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a segurança nacional. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 100-103, jan./mar. 1940.
- FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. "O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e os governos regionais." In.: Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, abr./jun. 1940
- \_\_\_\_\_ . A Estatística e a organização nacional. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 90-105, jan./mar. 1941.
- \_\_\_\_\_ . A redivisão política do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 3, n.3, p. 533-554, jul./set. 1941.
- \_\_\_\_\_ . Os cinco últimos septênios da evolução estatística brasileira. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 4, n.15, p. 515-530, jul./set. 1943.
- \_\_\_\_\_ . O problema do município no Brasil atual. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 16, out-dez/1943
- \_\_\_\_\_ . A localização da nova capital da República. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.
- \_\_\_\_\_ . Socialização rural. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v.1, n. 3-4, jul./dez.1948
- \_\_\_\_\_ . O revisionismo territorial brasileiro. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 8, p. 793-808, out./dez. 1949.

- FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. A estatística e a reforma social. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 11, n. 44, out./dez. 1950
- \_\_\_\_\_ . Problemas de Base do Brasil. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1948.

### **Correspondências, relatórios e matérias de jornais:**

- ANDRADE, Carlos Drummond de. "Imagens do Brasil: Servidor No1." Correio da Manhã, 25 de fevereiro de 1956, p. 6. Acervo Biblioteca Nacional Digital. Referência: PR\_SPR\_00130\_089842. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_6&pasta=ano%20195&pesq=Teixeira%20de%20Freitas](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_6&pasta=ano%20195&pesq=Teixeira%20de%20Freitas). Acesso em 18/10/2016
- Correspondência de Mário Augusto Teixeira de Freitas a Daniel de Carvalho, Secretário de Agricultura de Minas Gerais, sem data [provavelmente agosto de 1926]. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. Referência: BR\_AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_1, p. 20-21.
- Correspondência de Mário Augusto Teixeira de Freitas a Mello Vianna, Presidente do Estado de Minas Gerais, sem data [provavelmente agosto de 1926]. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. Referência: BR\_AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_1, p. 19.
- Correspondência de Mário Augusto Teixeira de Freitas a Washington Luiz Pereira de Souza, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. 20 de julho de 1928. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. Referência: BR-AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_1, p. 25-26.
- FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. "Considerações a propósito da revisão dos quadros do funcionalismo público." (Sem data - 1928). Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. Referência: BR-AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_1 ,p. 13-15.
- FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. "Esboço do Estatuto do Funcionalismo Público." Sem data (1928), p.1. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. Referência : BR\_AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_1, p. 7.

- Correspondência de Mário Augusto Teixeira de Freitas a Arthur Bernardes. 18 de agosto de 1930. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. Referência: BR\_AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_2, p. 15.
- Correspondência a Alair Prata Soares, Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais. 7 de setembro de 1930. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. Referência: BR\_AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_2, p. 20.
- Correspondência a Olegário Maciel, Presidente do Estado de Minas Gerais. 7 de setembro de 1930. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas - Arquivo Nacional. Referência: BR\_AN\_RIO\_RR\_0\_IBGE\_COR\_1\_VOL\_2, p. 18.
- Correspondência de Teixeira de Freitas a Fernando Magalhães, sem data [1932]. *In.*: SENRA, Nelson de Castro. (org.) Teixeira de Freitas: Correspondência de um homem singular e plural. CD-ROM. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (Diálogos com Estadistas, carta01.pdf).
- Correspondência de Gustavo Lessa a Teixeira de Freitas, 22 de dezembro de 1932. *In.*: SENRA, Nelson de Castro. (org.) Teixeira de Freitas: Correspondência de um homem singular e plural. CD-ROM. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (Diálogo com Estadistas, carta04.pdf)
- Correspondência de Teixeira de Freitas a Gustavo Lessa 26 de dezembro de 1932. *In.*: SENRA, Nelson de Castro. (org.) Teixeira de Freitas: Correspondência de um homem singular e plural. CD-ROM. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (Diálogo com Estadistas, carta005.pdf)
- Correspondência de Teixeira de Freitas a José Carlos Macedo de Soares, 15 de dezembro de 1931. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO 0 IBGE COR1 VOL 2, p. 21-22.
- Relatório de Teixeira de Freitas a Juarez Távora, 14 de dezembro de 1932. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO 0 IBGE COR1, VOL2, p. 109 - 110.
- Correspondência de Teixeira de Freitas ao Major Segadas Vianna, 30 de novembro de 1930. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO 0 IBGE COR1, VOL2/6, p. 37.

- Correspondência de Teixeira de Freitas a Sud Menucci, 14 de dezembro de 1932. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO 0 IBGE COR1, VOL2, p. 121.
- Correspondência de Sud Menucci a Teixeira de Freitas, 23 de setembro de 1933. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO 0 IBGE COR1, VOL2, p. 123.
- Correspondência de Teixeira de Freitas a Everardo Backheuser, 14 de março de 1933. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO 0 IBGE COR1, VOL2, p. 141.
- Relatório enviado por Teixeira de Freitas a Américo Silvado, de novembro de 1932. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO 0 IBGE COR1 VOL2, p.106.
- Correspondência de Teixeira de Freitas a Hildebrando Clark, 3 de julho de 1933. . *In.*: SENRA, Nelson de Castro. (org.) Teixeira de Freitas: Correspondência de um homem singular e plural. CD-ROM. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (Diálogos com Estadistas, Em Minas Gerais 1919-1931, carta13.pdf)
- Correspondência de Teixeira de Freitas a Juarez Távora, 21 de junho de 1934. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO 0 IBGE COR1, VOL2, p. 204-5.
- Correspondência de Teixeira de Freitas a Luiz Simões Lopes, 7 de fevereiro de 1935. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO 0 IBGE COR1, VOL3, p. 6 -9.
- Correspondência de Teixeira de Freitas a José Carlos Macedo Soares, 19 de fevereiro de 1935. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL 3, p. 10.
- SANTIAGO, Ernesto. "A Mudança da Capital Federal". O Estado de Minas, Belo Horizonte, 03 de setembro de 1935, p. 4.
- JÚNIOR, Amaral. [Sem título]. O Estado de Minas, Belo Horizonte, 06 de setembro de 1935, p. 6.

- Correspondência de Teixeira de Freitas a Luis Simões Lopes, 18 de dezembro de 1937. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL 4, p.105
- "Instituto Nacional de Estatísticas". Correio da Manhã, 22 de outubro de 1935, p. 4. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_04&pasta=ano%20193&pesq=Instituto%20Nacional%20de%20Estatistica](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=Instituto%20Nacional%20de%20Estatistica)>. Acesso em: 12/03/2016.
- Correspondência de Teixeira de Freitas a Macedo Soares, 28 de agosto de 1935. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL 3, p. 22.
- "Um Equívoco". A Offensiva, 30 de março de 1937. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL 4, p.56.
- Correspondência de Teixeira de Freitas a Heitor Bracet, Diretor de Estatística Geral do Ministério da Justiça e Presidente do Conselho Nacional de Estatística, 31 de março de 1937. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL 4, p.28-29.
- Correspondência de Teixeira de Freitas a Plínio Salgado, 14 de abril de 1937. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL 4, p.58.
- Correspondência de Teixeira de Freitas a Luis Simões Lopes, 12 de janeiro de 1938. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL 4, p.17
- Correspondência de Teixeira de Freitas a Macedo Soares, 30 de novembro de 1937. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL 4, p.98
- Correspondência de Teixeira de Freitas a Hildebrando Clark, 24 de outubro de 1938. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL 4, p.14
- Correspondência de Teixeira de Freitas a Macedo Soares, de 7 de fevereiro de 1939. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL 6, p. 20

- Correspondência de Teixeira de Freitas a Juarez Távora, 7 de fevereiro de 1940. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência:BR AN RIO 0 IBGE COR1 VOL7, p.71.
- Correspondência de Lafayette Penna, Diretor Regional do SNR em Santa Catarina, a Teixeira de Freitas, 24 de julho de 1940. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL7, p. 115-116
- Correspondência anônima a Teixeira de Freitas, sem data [provavelmente início da década de 1940]. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência:BR AN RIO 0 IBGE COR22, p. 1-2.
- Correspondência de Teixeira de Freitas a José Carlos Macedo Soares, 17 de novembro de 1946. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL. 18 p.82
- Correspondência de Hildebrando Clark a Teixeira de Freitas, 17 de fevereiro de 1946. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 1 VOL. 18 p.82.
- Decreto 24.609/1934, que cria o Instituto Nacional de Estatística. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE PROJ5, p. 11-14.
- "O Brasil em Fatias". A Tarde. Recife, 06 de outubro de 1949. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 44, p.118.
- "Um relógio atrasado". Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1951. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR47, p. 19.
- "O atraso das estatísticas" - correspondência do Gal. Poli Coelho, Presidente do IBGE, publicada no Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1951. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR49, p. 22.
- "A verdade sobre as estatísticas" - correspondência do Gal. Poli Coelho, Presidente do IBGE publicada no Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1951. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR49, p. 24.

- Correspondência de servidores dos serviços estatísticos mineiros a Teixeira de Freitas, 2 de janeiro de 1952. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 48, p. 11.
- Correspondência de Arnaldo Maia, Chefe do Serviço de Pessoal do IBGE, a Teixeira de Freitas, 3 de janeiro de 1952. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 48, p. 15.
- "Solidariedade da Associação Brasileira de Educação ao Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas. 14 de janeiro de 1952. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 48, p. 41-42.
- Correspondência de Paulo Henriques de Mendonça, agente estatístico em Muqui/ES, a Teixeira de Freitas. 16 de janeiro de 1952. Fundo Mário Augusto Teixeira
- REGO, José Lins do. Estatísticas e estaturas. "O Globo", Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1952. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR49, p. 4.
- Resolução 01/52. Câmara Municipal de Muqui/ES. 19 de janeiro de 1952. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 49, p. 23-25.
- Comunicado dos técnicos do Laboratório de Estatística do CNE a Mário Augusto Teixeira de Freitas, 21 de janeiro de 1952. Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arquivo Nacional. Referência: BR AN RIO RR 0 IBGE COR 49, p. 19.
- "M.A. Teixeira de Freitas - Faleceu ontem o organizador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística." Correio da Manhã, 23 de fevereiro de 1956, p. 2 e 10. Acervo Biblioteca Nacional Digital. Referência: PR\_SPR\_00130\_089842. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_06&pasta=ano%20195&pesq=Teixeira%20de%20Freitas](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=Teixeira%20de%20Freitas). Acesso em 18/10/2016.
- "M. A. Teixeira de Freitas". In.: Revista Brasileira de Estatística. Vol. 17, n. 65, jan-mar/1956, p. 49-51.

## 7.2. Bibliografia

- ALMEIDA, Roberto Schmidt de. O IBGE e a evolução da ideia de “Desenvolvimento” no Brasil. *Revista Geográfica*, n. 120, jul-dez, 1994, p. 5 – 26.
- ALMEIDA, Roberto Schmidt de; ABRANTES, Vera Lúcia Cortes. O pensamento científico dos pioneiros do IBGE. In.: MARTINS, R.A.; MARTINS, L.A.C.; SILVA, C.C.; FERREIRA, J.M.H. (eds.). *Filosofia e história da Ciência no Cone Sul: 3º. Encontro*. Campinas: AFHIC, 2004, p. 416-420. Disponível em: <http://www.ghic.usp.br/server/AFHIC3/Trabalhos/56-Roberto-Schmidt-Almeida-Vera-Lucia-Cortes-Abrantes.pdf>. Acesso em 15 de fevereiro de 2014.
- ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. Repertório, segundo Charles Tilly: História de um Conceito”. *Revista Sociologia & Antropologia*, vol. 2, no 3, 2012, pp. 21-41.
- ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales: Notas de investigación*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006
- \_\_\_\_\_. Ideias para um programa de História Intelectual. *Tempo Social*, vol. 19, n.1. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007, p. 9-17.
- \_\_\_\_\_. Introducción General. In.: MYERS, Jorge. (org.). *Historia de los intelectuales em America Latina*. Vol. I. Madrid: Katz Editores, 2008, p. 21-23.
- ARAÚJO, Valdei; GUIMARÃES, Maria Lúcia Paschoal. O sistema intelectual brasileiro na correspondência passiva de John Casper Banner. In.: GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p.
- AZEVEDO Fernando de. Idealismo e espírito público (como eu via Teixeira de Freitas). In: \_\_\_\_\_. *Figuras de meu convívio*. São Paulo: Melhoramentos, [1961]. (Obras completas, v. XVII).

- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo, economia e sociedade na Era Vargas. In.: FONSECA, P.C.D.; BASTOS, P.P.Z (orgs.). A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Ed. UNESP, 2012, p.7-20.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A construção do nacionalismo econômico de Vargas. In.: FONSECA, P.C.D.; BASTOS, P.P.Z (orgs.). A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Ed. UNESP, 2012, p. 253-294.
- \_\_\_\_\_ . Ascensão do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas. In.: FONSECA, P.C.D.; BASTOS, P.P.Z (orgs.). A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Ed. UNESP, 2012, p. 361-454.
- BENEVIDES, Maria Victória. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In.: GOMES, A.M.C (org.). O Brasil de JK. Rio de Janeiro: Ed. FGV/CPDOC, 1991, p. 9-22;
- BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In.: RIOUX, J.P; SIRINELLI, J.F. Para uma História Cultural.Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-364.
- BOMENY, Helena Maria Bousquet. Utopias da cidade: as capitais do modernismo. In.: GOMES, A.M.C (org.). O Brasil de JK. Rio de Janeiro: Ed. FGV/CPDOC, 1991, p. 144-169.
- BOURDIEU, Pierre. El Campo Científico. In.: \_\_\_\_\_. intelectuales, política y poder. 1ª ed, 8ª reimp. Buenos Aires: Eudeba, 1999, p.86.
- \_\_\_\_\_. Campo del poder, campo intelectual y habitus de clase. In.: \_\_\_\_\_. intelectuales, política y poder. 1ª ed, 8ª reimp. Buenos Aires: Eudeba, 1999, p 23-42.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. [2008] Teixeira de Freitas: educador e ruralista. In.: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Teixeira de Freitas, um cardeal da educação brasileira: sua atualidade intelectual. Rio de Janeiro: IBGE, 2008 (Série Memória Institucional, vol. 15), p. 57-74.
- \_\_\_\_\_. Municipalismo e ruralismo: O IBGE e a “organização nacional” na Era Vargas. In.: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. O IBGE na história do municipalismo e a sua atuação nos municípios: o

pensamento de Teixeira de Freitas e Rafael Xavier. Rio de Janeiro, IBGE (Memória Institucional, Vol. 13), 2008, p. 37- 48.

- \_\_\_\_\_ . A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). Revista Brasileira de História da Ciência, vol.2, n.1, Rio de Janeiro, jan-jun 2009, p. 23-39.
- \_\_\_\_\_ . Povoar o Hinterland: o ensino rural como fronteira entre a estatística e a educação na trajetória de Teixeira de Freitas. Revista Brasileira de História da Educação, nº 23, maio/ago. 2010, p. 97-132.
- CAPELATO, Maria Helena R. Multidões em Cena. Propaganda política no Vargasismo e no Peronismo. 2ª Ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_ . Historia intelectual: la retorica como clave de lectura. Prismas. Revista de Historia. Quilmes, Argentina, v. 1, n.o 2, 1998, pp. 149-168.
- \_\_\_\_\_ . Forças armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CASTIGLIONE, Luiz Henrique. O mapa do Brasil ao tempo da Primeira República: o caso da proposta de Teixeira de Freitas (1932). Estatística e Sociedade, n.2, Porto Alegre, nov. 2012, p. 204-223.
- CHARTIER, Roger (coord.). As utilizações do objecto impresso. Lisboa, Difel, 1984.
- \_\_\_\_\_ . A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- \_\_\_\_\_(org.). Práticas da Leitura. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CIGOLINI, Adilar Antônio. Território e a criação de municípios no Brasil: uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Geografia (Tese de Doutorado em Geografia), 2007.

- D'ALESSIO, Márcia Mansor. Estado-Nação e construções identitárias. Uma leitura do período Vargas. In.: BREPOHL, M.; BRESCIANI, M.S.; SEIXAS, J.A. Razão e paixão na política. Brasília: Ed. UnB, 2002, p. 159-180.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. A volta de Vargas ao poder e a polarização das forças políticas e sociais. In.: SZMRECSÁNYI, T.; GRANZIERA, R.G. (orgs.). Getúlio Vargas e a economia contemporânea. 2<sup>a</sup>. Ed. Campinas: Ud. Unicamp; São Paulo: Ed. Hucitec, 2004.
- \_\_\_\_\_ . Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1999.
- D'ARAUJO, Maria Celina, DE FARIAS, Ignez Cordeiro e HIPOLITO, Lucia (Orgs). IPEA – 40 Anos: uma trajetória voltada para o desenvolvimento. Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2005.
- DE LUCA, Tânia Regina de. Leituras, projetos e (re)vistas(s) do Brasil (1916-1944). São Paulo: Ed. UNESP, 2011
- DUARTE, Regina Horta. A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil 1926-1945. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 218 p.
- \_\_\_\_\_ . "Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte": a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34). Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro, v.11, n.1, abr. 2004. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010459702004000100003&lng=pt &nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702004000100003&lng=pt &nrm=iso)>. Acesso em 12 de março 2014.
- DRAIBE, Sônia Miriam. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil (1930-1960). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Rebeldes Literários da República: História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005
- \_\_\_\_\_ . Editores, intelectuais e a Coleção Brasileira. Fronteiras da cultura no Brasil dos anos 1930. In.: ALMEIDA, Sandra Regina Goulart [et al] (org). Mobilidades Culturais: agentes e processos. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009.

- \_\_\_\_\_ . Projetos editoriais e exposições do livro no espaço latino-americano: intelectuais e trocas culturais. 1930-1940. In: Primer Coloquio Argentino de Estudios sobre el Libro y la Edición, 2012, La Plata. Primer Coloquio Argentino de Estudios sobre el Libro y la Edición. La Plata- Buenos Aires: UNLP - CONICET, 2012.
- \_\_\_\_\_ . República e trabalho no registro da burguesia. Revista do Departamento de História da UFMG, Vol. 6, n. 10. Belo Horizonte, novembro/1990. Disponível em: [https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572773de7c65e48584046575/1462203361005/02\\_Dutra%2C+Eliana+Regina+de+Freitas.pdf](https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572773de7c65e48584046575/1462203361005/02_Dutra%2C+Eliana+Regina+de+Freitas.pdf). Acesso em 20/10/2016.
- FARGE, Arlette. O sabor do arquivo. São Paulo: Edusp, 2009.
- FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930: historiografia e história. 16<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2011
- FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-desenvolvimentismo e populismo. In.: FONSECA, P.C.D.; BASTOS, P.P.Z (orgs.). A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Ed. UNESP, 2012, p. 295-322.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930. In.: FONSECA, P.C.D.; BASTOS, P.P.Z (orgs.). A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Ed. UNESP, 2012, p. 159-178.
- FOUCAULT, Michel. O que é um autor? (1969) In: Ditos e Escritos – Estética: literatura e pintura; música e cinema. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2006.
- GIL, Nathália de Lacerda. Teixeira de Freitas e a escola primária brasileira: a questão da qualidade do ensino a partir de análises estatísticas. In.: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Teixeira de Freitas, um cardeal da educação brasileira: sua atividade intelectual. Rio de Janeiro: IBGE, 2008 (Série Memória Institucional, vol. 15), p. 45-56.

- GOMES, Angela Maria de Castro; DIAS, José Luciano de Mattos (orgs.). [1994] Engenheiros e economistas : novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- GOMES, Angela Maria de Castro. A invenção do trabalhismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1994
- \_\_\_\_\_ . História e Historiadores: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- \_\_\_\_\_ . Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- \_\_\_\_\_ . Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: Ed. FGV 2004.
- \_\_\_\_\_ . História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In.: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Fátima S. (ORG.). Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: MAUAD, 2005, p. 31-33.
- \_\_\_\_\_ . Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. In.: FONSECA, P.C.D.; BASTOS, P.P.Z (orgs.). A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo, Ed. UNESP, 2012, p. 69-92.
- GOMES, Maria do Carmo Andrade. Mapas e mapeamentos: políticas cartográficas em Minas Gerais. São Paulo: Annablume/Pós Graduação em História UFMG, 2015.
- \_\_\_\_\_ . Territórios em disputa: escritos geográficos e cartografias brasileiras. In.: DUTRA, Eliana Regina de Freitas (org.). O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2013, p. 255-278.
- IANNI, Octavio. Estado e Planejamento econômico no Brasil. 4ª edição. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1986.
- LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In BARATIN, M., JACOB, C. (Orgs). O poder das bibliotecas. A memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000, p. 21-44.

- LENHARO, Alcir. A sacralização da política. 2ª Ed. Campinas: Papirus, 1986.
- LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan:IUPERJ:UCAM, 1999
- \_\_\_\_\_. Euclides da Cunha: o Brasil como sertão. In.: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (orgs.) Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009
- LYNCH, Chrystian Edward Cyril. Por Que Pensamento e Não Teoria? A Imaginação Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica (1880-1970). DADOS - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 56, no 4, 2013, p. 727-767. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v56n4/v56n4a01.pdf>. Acesso em 21/10/2016.
- MARSON, Adalberto. A ideologia nacionalista em Alberto Torres.. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. A gênese da geografia moderna. 2. ed. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 2002
- \_\_\_\_\_. Território e história no Brasil. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- \_\_\_\_\_. Geografia Histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.
- MICELI, Sergio. Intelectuais a Brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- MURARI, Luciana. Natureza e Cultura no Brasil (1870-1922). São Paulo: Alameda, 2009.
- \_\_\_\_\_. Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país d'Os Sertões. São Paulo: Annablume/FAPEMIG, 2007.
- NISBET, Robert. A Historia da ideia de progresso. Brasília , DF: UnB, 1985.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990
- \_\_\_\_\_. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. Política & Sociedade, vol.7, n.12, 2008, p. 13-21.

- OLIVEIRA, Regina Celia Acioli. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no projeto político-cultural do Estado Novo. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- PALTÍ, Elias José.[2002] El problema de las “ideas fuera del lugar” revisitado mas allá de la “historia de las ideas”. Seminario de Historia Intelectual, México: El Colegio de México, 2002. Disponível em: :<http://shial.colmex.mx/textos/EliasPalti-Enero2002.pdf> . Acesso em: 19 de fevereiro de 2014.
- \_\_\_\_\_ . [2007] La nueva historia intelectual y sus repercusiones en América Latina. História UNISINOS, vol.11, n.3, set-dez 2007, p. 297-305.
- PÉCAULT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
- PENHA, Eli Alves. A criação do IBGE no contexto de centralização política do Estado Novo. Rio de Janeiro, IBGE, 1993 (Série Memória Institucional, vol.4)
- PINHO, Silvia Oliveira Campos de. Alberto Torres : uma obra, várias leituras. Belo Horizonte, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (Dissertação em História), 2007.
- PIRES, Warley Pereira. A in-divisibilidade dos territórios estaduais no Brasil – os projetos de desmembramento, subdivisão e incorporação de Unidades Federativas – Novos Estados e Territórios Federais frente à manutenção dos atuais Estados. São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado em Geografia Humana), 2013.
- RABELO, Fernanda Lima. O DASP e o combate à ineficiência nos serviços públicos: a atuação de uma elite técnica na formação do funcionalismo público no Estado Novo (1937-1945). Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. Vol.3, n.6, dez/2011, p. 132-142
- \_\_\_\_\_ . De experts a “bodes expiatórios”: a elite técnica do DASP e a reforma no funcionalismo público federal no Estado Novo (1938-1945). Revista Acervo, vol.25, n.2, jul-dez 2012, p.78-91
- RAMALHO, Walderez Simões Costa. Uma história da mineiridade: o sentido “essencialista” de uma representação. Anais do XIX Encontro Regional de História da ANPUH-MG-Profissão Historiador: Formação e mercado de trabalho. Juiz de Fora, 2014, p.5. Disponível

em: [http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1398480269\\_ARQUIVO\\_Mineiridade-Walderez.pdf](http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1398480269_ARQUIVO_Mineiridade-Walderez.pdf). Acesso em 20/10/2016 .

- RANGEL, Tamara; LIMA, Nísia Trindade. A capital federal nos altiplanos de Goiás - medicina, geografia e política nas comissões de estudos e localização das décadas de 1940 e 1950. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 24, n. 47, Junho de 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21862011000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862011000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 05 de março de 2014.
- RATZEL, Friedrich. La géographie politique: les concepts fondamentaux. Chapitre I – L’État comme organisme lié au sol, Paris: Fayard, 1987, pp. 220, p. 59 – 71. Tradução: Matheus Hoffmann Pfrimer. In.: GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29,2011, p. 52.
- REIS, Eliana Tavares dos. Saberes em movimento: transações entre “intelectuais”, definições de ciências sociais e a “política”. In.: GRILL, I.C.; SEIDL, E. As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, p. 21-74.
- SÁ, Dominick Miranda de. Ideias sem fronteira: da generalidade à especialização no pensamento intelectual do Brasil Republicano (1895-1935). Tese (doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Programa de Pós-Graduação em História Social – PPGHIS, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). S. PAULO: Companhia das Letras, 1993
- SCHWARTZMAN, Simon. A redescoberta da cultura. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 1997.
- \_\_\_\_\_. Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/espaco.htm>
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. Tempos de Capanema. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Liv. Duas Cidades; 1977.

- SENRA, Nelson de castro (org.). O saber e o poder das estatísticas: uma história das relações dos estaticistas com os Estados Nacionais e com as ciências. Rio de Janeiro: IBGE, 2005 (Série Estudos e Análises- Documentos para Disseminação).
- \_\_\_\_\_ . História das Estatísticas Brasileiras: Vol.I - Estatísticas Desejadas (1822-1889). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.
- \_\_\_\_\_ . História das Estatísticas Brasileiras: Vol.II - Estatísticas Legalizadas (1889-1936). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.
- \_\_\_\_\_ . História das Estatísticas Brasileiras: Vol.III - Estatísticas Organizadas (1936-1972). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.
- \_\_\_\_\_ . Teixeira de Freitas, uma excelência brasileira. In.: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Teixeira de Freitas, um cardeal da educação brasileira: sua atividade intelectual. Rio de Janeiro: IBGE, 2008 (Série Memória Institucional, vol. 15), p. 11-15.
- \_\_\_\_\_ . Na Primeira República, Bulhões de Carvalho legaliza a atividade estatística e a põe na ordem do Estado. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, vol.4, n.3, Rio de Janeiro, set-dez 2009, p. 387-399.
- \_\_\_\_\_ . As instituições estatísticas como centros de ciência, uma (r)evolução necessária. Estatística & Sociedade, n.1, nov. 2011, Porto Alegre, p. 49-64.
- \_\_\_\_\_ .Organizando a Coordenação Nacional: Estatística, educação e ação pública na Era Vargas. Rio de Janeiro: IBGE, 2014
- SILVA, Lígia Osório. A “política do Exército” no primeiro governo Vargas: 1930-45. In.: FONSECA, P.C.D.; BASTOS, P.P.Z (orgs.). A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo, Ed. UNESP, 2012, p.323-360.
- SILVA, Mariana Vargens. O IHGMG e os parâmetros para a escrita da História mineira (1907 – 1927). Temporalidades - Revista de História, Vol. 5, n.2( mai-ago/2013). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, p. 72.
- SIRINELLI, Jean-Françoise. As Elites Culturais.In.: RIOUX, J.P; SIRINELLI, J.F. Para uma História Cultural.Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 259-280.

- \_\_\_\_\_ . Os Intelectuais. In.: RÉMOND, René. Por uma história política. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, p. 231-270.
- SOUZA, Candice Vidal. A Pátria Geográfica. Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro. Goiânia: Editora UFG, 1997.
- SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. Natureza e sensibilidade na História oitocentista. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH. Natal, 2013, p. 5-7. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370393717\\_ARQUIVO\\_NaturezaeSensibilidadenaHistoriaOitocentista.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370393717_ARQUIVO_NaturezaeSensibilidadenaHistoriaOitocentista.pdf). Acesso em 20/10/2016.
- TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. Autoria, História Intelectual e reflexões sobre a “cultura intelectual brasileira”. Revista de Teoria da História, ano 5, n.10, dez/2013, 151-184.
- TORRES, Alberto. O problema nacional brasileiro: introdução a um programma de organização nacional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. (Biblioteca pedagógica brasileira. Série 5a., Brasileira; 16)
- TORRES, Alberto. A organização nacional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. (Biblioteca pedagógica brasileira. Série 5a., Brasileira; 17)
- VELHO, Gilberto. "Memória, identidade e projeto". In.: VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p 103-113.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: Uma configuração do campo intelectual. In.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi [et al.]. Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1982.
- \_\_\_\_\_ . Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- VENÂNCIO, Gisele Martins. Oliveira Vianna: entre o espelho e a máscara. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Minas de dentro para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República. Lócus - Revista de História., Juiz de Fora, v. 5, n. 2 (1999), p. 98.

- WIRTH, John D. O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982